

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FÁBIO SILVA DE SOUZA

**Sensibilidade, formalização, reflexão: a pobreza como
experiência intelectual em Recife no meio do século XX**

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2023

FÁBIO SILVA DE SOUZA

**Sensibilidade, formalização, reflexão: a pobreza como
experiência intelectual em Recife no meio do século XX**

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do
título de Doutor em História

Área de concentração: História
Social

Orientador: Prof. Dr. Marcos
Francisco Napolitano de
Eugênio

SÃO PAULO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S719s Souza, Fábio Silva de
Sensibilidade, formalização, reflexão: a pobreza como experiência intelectual em Recife no meio do século XX / Fábio Silva de Souza; orientador Marcos Napolitano - São Paulo, 2023.
255 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Recife. 2. Subdesenvolvimento. 3. Sociabilidade intelectual. 4. Prosopografia. I. Napolitano, Marcos, orient. II. Título.

Nome: **SOUZA, Fábio Silva de**

Título: **Sensibilidade, formalização, reflexão: a pobreza como experiência intelectual em Recife no meio do século XX**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História

Área de Concentração: História Social

Aprovado em: 05 / 05 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Napolitano

Instituição: FFLCH-USP

Presidente da Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Stella Bresciani

Instituição: UNICAMP

Profa. Dra. Adriane Vidal Costa

Instituição: UFMG

Prof. Dr. Rodrigo Czajka

Instituição: UFPR

Às pretas e pretos que abriram com suor, lágrimas
e sangue os caminhos que me trouxeram até aqui

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi elaborada ao longo de cinco anos. Nesse período, um número significativo de pessoas contribuiu para que o exercício da pesquisa e da escrita não fossem atos solitários. Ao Prof. Marcos Napolitano, agradeço a orientação precisa, a palavra amiga e a crítica arguta. Obrigado pela generosidade intelectual ao longo desse percurso. Obrigado por tudo! Exprimo minha gratidão às Profas. Maria Stella Martins Bresciani e Adriane Vidal Costa e ao Prof. Rodrigo Czajka pelas críticas e sugestões durante a banca final que avaliou esta tese. Ao Prof. Paulo Teixeira Iumatti, pela forma como me acolheu na Universidade Sorbonne Nouvelle (Paris 3), durante meu período de estágio de pesquisa no exterior.

Entre os amigos que desempenharam papel de interlocutores intelectual, agradeço de forma especial Felipe Victor Lima e Renato Prelorenzou pelas críticas e sugestões ao longo da redação da tese. Agradeço igualmente as críticas de Guilherme de Paula Costa Santos, Tércio Vancim de Azevedo e Fernando Seliprandy. Aos colegas de orientação, agradeço as trocas realizadas no período de redação da qualificação, quando ainda não vivíamos sob as consequências da pandemia de covid-19.

Aos amigos de São Paulo: Alexandre Socha, Frau Panas, Angela Schwengber, Lygia Sabbag Fares, Darlan Praxedes; de Paris: Yoko Okubo, Jessica Assard, Aline Carmo e Stéphane Munnier; de Recife: Luiz Carlos Luz Marques e Rafael Leite; agradeço a partilha e o acolhimento durante esses últimos anos. Sou grato também ao povo de Capoeira Angola da Association Oyà de Paris e do Angoleiro Sim Sinhô de São Paulo, espaços de capoeira, aquilombamento e cura.

À Anna Lago, sou grato por ter me facultado alugar seu confortável apartamento no coração de São Paulo. Depois de uma longa estadia em Paris, essa morada me possibilitou a tranquilidade necessária para redigir os últimos capítulos da tese. À Isildinha Baptista Nogueira, sou especialmente grato por ter contribuído para que eu pudesse interpretar de forma acurada os diferentes cenários que se apresentaram durante esses últimos anos. Ao Roberto Parente e Lázaro Rocha, sou grato pela generosidade de sempre.

A minha mãe, matriarca da família, agradeço por tudo!

Cabe-me agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pela bolsa de doutorado processo 2017/26955-8 que tornou esta tese possível.

RESUMO

SOUZA, Fábio Silva de. *Sensibilidade, formalização, reflexão: a pobreza como experiência intelectual em Recife no meio do século XX*. 2023. 255 páginas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta tese analisou a sociabilidade intelectual da cidade do Recife durante os anos 1946 – 1964 e a percepção do subdesenvolvimento como experiência social e cultural. O eixo dessa perspectiva de análise são as reflexões sobre o subdesenvolvimento econômico e social do Nordeste levadas a cabo por determinada elite intelectual. A tese se fundamentou em amplo corpus documental produzido pelas principais instituições que realizaram debates e projetos na tentativa de entender e equacionar as questões em torno do subdesenvolvimento do Nordeste, a saber: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Universidade do Recife e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), além da extensa documentação do Movimento de Cultura Popular do Recife – MCP. A partir desse corpus, a tese analisou o entrecruzamento das redes intelectuais do Recife, agentes e instituições que marcaram a cena cultural da cidade em meados do século XX, como uma determinada experiência urbana, marcada pelo “espetáculo da pobreza”. Essa perspectiva nos impôs responder às seguintes questões: é possível falar em perfil coletivo desses intelectuais nesse meio de século em Recife? A experiência urbana dessa elite intelectual, aliada às características socioeconômicas locais, contribuiu para uma percepção peculiar da miséria que desembocou em uma reflexão sobre o subdesenvolvimento? A produção cultural desses grupos intelectuais pode ser entendida como uma espécie de contra-elite? A escrita dessa história ganhou contornos a partir de uma abordagem teórica que justapôs o tripé história intelectual, história das cidades e história das elites intelectuais.

Palavras-chave: Recife; Subdesenvolvimento; Sociabilidade intelectual; Prosopografia

ABSTRACT

SOUZA, Fábio Silva de. *Sensitivity, formalization, reflection: poverty as an intellectual experience in Recife in the middle of the 20th century*. 2023. 255 p. Doctoral Dissertation (PhD in Social History). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This thesis analyzes the intellectual sociability of the city of Recife during the years 1946-1964, and the perception of underdevelopment as a social and cultural experience. The axis of this approach is the reflections on the economic and social underdevelopment of the Northeast undertaken by a certain intellectual elite. The thesis is based on a large corpus of documents produced by the main institutions that carried out debates and projects in an attempt to understand and address the issues concerning the underdevelopment of the Northeast, namely: Joaquim Nabuco Institute for Social Research; University of Recife; Superintendence for the Development of the Northeast; besides the extensive documentation of the Popular Culture Movement of Recife. Based on this corpus, the thesis examines the intersection of Recife's intellectual networks, agents, and institutions that shaped the city's cultural scene in the mid-twentieth century as a particular urban experience marked by the so-called "spectacle of poverty". This perspective challenged us to answer the following questions: is it possible to speak of a collective profile of these intellectuals in Recife in this period? Did the urban experience of that intellectual elite, together with the local socioeconomic aspects, contribute to a peculiar perception of poverty that led to a reflection on underdevelopment? Could the cultural production of those intellectual groups be understood as a kind of counter-elite? The writing of this history was guided by a theoretical approach that associated the triad history of intellectual elites, intellectual history, and history of cities.

Keywords: Recife; Underdevelopment; Intellectual Sociability; Prosopography

Sumário

Introdução	11
Capítulo I: A cidade do Recife e as faces do subdesenvolvimento	22
1.1. O fenômeno da fome como catalisador das questões urbanas na obra de Josué de Castro.....	26
1.1.1. Formação e trajetória intelectual de Josué de Castro	26
1.1.2. Josué de Castro e a cidade do Recife: uma experiência vivenciada.....	33
1.2. Os rios do subdesenvolvimento: as paisagens da miséria na poesia de João Cabral de Melo Neto	39
1.2.1 Formação e trajetória intelectual de João Cabral de Melo Neto.....	39
1.2.2. A miséria como perigo social nos versos do tríptico poético de João Cabral de Melo Neto	44
1.3. A cidade do Recife e a realidade nordestina na obra de Manuel Correia de Andrade	57
1.3.1. Formação e trajetória intelectual de Manuel Correia de Andrade.....	57
1.3.2. A pobreza como força revolucionária nos escritos de Manuel Correia de Andrade, em meados do século XX	66
1.4. Três intelectuais e uma problemática comum	72
Capítulo II: Instituto Joaquim Nabuco e Sudene. Espaços de sociabilidade intelectual da cidade do Recife: sensibilidades, experiências e projetos	74
2.1. O Instituto Joaquim Nabuco	74
2.1.1. IJN: os sentimentos coletivos em relação à pobreza	84
2.2. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene	96
2.2.1. O prelúdio das ideias: o diagnóstico sobre o Nordeste.....	102
2.2.2. Sudene: o olhar técnico sobre a pobreza nordestina.....	108
2.2.3. As tramas da sensibilidade da Sudene: da lógica afetiva técnica à lógica afetiva política	115
Capítulo III: Universidade do Recife e Movimento de Cultura Popular - MCP. Espaços de sociabilidade intelectual da cidade do Recife: sensibilidades, experiências e projetos	122
3.1. As ciências sociais e humanas da Universidade do Recife	122
3.1.1. Os descompassos dos primeiros tempos.....	125
3.1.2. A Faculdade de Filosofia de Pernambuco – FAFIPE: a construção de uma identidade institucional.....	133

3.1.3. A universidade e a região: os rumos das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife	143
3.2. O Movimento de Cultura Popular - MCP.....	155
3.2.1. MCP: princípios para a ação.....	161
3.2.2. MCP: linhas de ação	172
Capítulo IV: As redes intelectuais da cidade do Recife em torno da questão do subdesenvolvimento nordestino	185
4.1. A elite intelectual do subdesenvolvimento.....	185
4.2. Os principais atores e os deslocamentos efetuados de outros estados.....	195
4.3. Os principais atores, os intelectuais que nasceram na cidade do Recife	214
Considerações finais	230
Referências	234
Fontes consultadas.....	234
Documentos da Sudene	234
Decretos-leis consultados a respeito da Sudene	234
Documentos do Instituto Joaquim Nabuco.....	235
Entrevistas	235
Pesquisas dos anos 1950.....	235
Pesquisas dos anos 1960.....	236
Decretos-leis consultados a respeito do IJN	237
Documentos do Movimento de Cultura Popular do Recife.....	237
Archives Nationales de France	238
Documentos da UFPE	239
Documentos das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife	240
Documentos produzidos pelo Regime Militar.....	240
Fontes acadêmicas e literárias	240
Bibliografia.....	242

Introdução

A cidade do Recife se estabeleceu desde a segunda metade do século XIX como a maior aglomeração populacional do Nordeste. Em meados do século XX, sua população era cerca de 700.000 habitantes¹. Se em linhas gerais podemos definir a pobreza como sendo a carência no que concerne à satisfação das necessidades básicas do ser humano, tais como alimentação, moradia e vestuário, parcela significativa dos habitantes da capital pernambucana, nesse meio de século, vivia em um estado de miserabilidade. O médico e cientista social Josué de Castro, na sua *Geografia da Fome*, indica que a cidade do Recife tinha cerca de 230 mil pessoas improdutivas, vivendo marginalizadas em palafitas erguidas na beira dos rios Beberibe e Capibaribe, bem como em mocambos em outras partes da cidade².

Na capital pernambucana, as favelas e mocambos estavam em todos os bairros, por toda parte. Recife era, à época, o expoente do subdesenvolvimento econômico e social do Nordeste. Esse traço marcante tinha causas bem identificáveis: a crise da dinâmica econômica rural, particularmente do Nordeste, agravadas pelos avanços do desenvolvimento industrial do Centro-Sul do Brasil no pós-1930, que drenava recursos humanos e financeiros para outros lugares. As alterações na arcaica estrutura econômica brasileira, que desde há muito era voltada para exportação de produtos agrícolas, produziram o fenômeno da migração da população do campo para as cidades em larga escala e sem o mínimo de planejamento urbano. Os camponeses, que os latifundiários não conseguiam mais manter nem nas condições mínimas de produtividade, passaram a abarrotar as grandes capitais, em especial Recife, constituindo um exército de reserva de mão de obra a baixo custo³.

Esse fenômeno contribuiu para que a capital pernambucana se tornasse o epicentro mais empobrecido de uma das regiões mais pobres do mundo, à luz das análises de Joseph A. Page, em *A Revolução que Nunca Houve*⁴. Nas palavras de Josué de Castro eram homens, mulheres e crianças vivendo

¹ Cf. IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acessado em 14/04/2017.

² CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

³ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia Para Uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste - Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁴ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

[...] da pesca de caranguejos e siris, chafurdando nesse charco onde tudo é, foi ou vai ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excrementos e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela e vive dela. E o homem que aí vive se alimenta desta lama sob a forma do caranguejo. As populações mantidas através desse trágico "ciclo do caranguejo" representa um resto do monturo humano que o vento quente das secas joga nas praias do Nordeste.⁵

Uma das características dessa cidade subdesenvolvida eram os pobres e os ricos vivendo em regiões compartilhadas, variando tão somente a qualidade e o tamanho da habitação. A pobreza, nesse sentido, não era territorializada. Esse espaço urbano, que aprofundava de forma incontestável as desigualdades sociais, apresentava essa especificidade porque também ele foi se modificando na medida em que a miséria extrema, marca do meio rural brasileiro, passava a invadir o tecido urbano de maneira avassaladora, entre os anos 1940 e 1950, alterando de forma contundente a paisagem urbana. A professora Virgínia Pontual procurou sintetizar essa perspectiva da seguinte forma:

A cidade modificava-se vertiginosamente pela decomposição do complexo rural; a cidade modificava-se pela emergência de novas forças sociais e políticas; a cidade modificava-se pelo crescimento do número de mocambos; a cidade modificava-se pela destruição de mocambos e pela construção de vilas habitacionais; a cidade tornava-se rebelde em suas múltiplas expressões; portanto, como fazer essa menina, tornada mal-educada, parodiando o jornalista Mário Melo, voltar a ser a sinhozinha de outrora.⁶

A partir de um ponto de vista esquemático, essa vertiginosa ocupação, apontada por Virgínia Pontual, se espalhou pela cidade do Recife a partir de alguns eixos. Seguindo a margem esquerda do Capibaribe, da região central para as áreas ao norte da cidade, tínhamos os bairros que se desenvolveram onde antes eram áreas de engenhos. Tornadas residenciais em fins do século XIX, com o desenvolvimento dos transportes coletivos, essas áreas compreendiam os bairros do Derby, Madalena, Aflitos, Graças, Espinheiro, Monteiro, Casa Forte, Poço da Panela e Apipucos. Esses bairros permaneceram como residência incontestável da burguesia tradicional, mas já nos anos 1940, as mansões da burguesia contrastavam com as palafitas construídas nas margens do rio Capibaribe e com inúmeras favelas que passaram a ocupar os espaços vazios daquela região.

⁵ CASTRO, Josué de. Op. cit. p. 241.

⁶ PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações surbanísticas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n.42, p. 417-434, 2001, pp. 427- 428.

Ao sul da cidade, naquele que podemos considerar como sendo o segundo grande eixo de ocupações nesse meio de século, temos o bairro de Boa Viagem. Sobre o litoral, esse bairro era, nos anos de 1940, um vilarejo de pescadores. Nesta região, onde a burguesia mantinha suas grandes casas de veraneio à beira mar, as mansões passaram a ser contrastadas, a partir de fins da década de 1940, pela ocupação, em uma das extremidades da orla, da comunidade Brasília Teimosa. Esta verdadeira cidade que se erguia em palafitas e mocambos em frente à praia contribuiu para transformar a fisionomia do bairro que antes era um espaço privilegiado da burguesia recifense. Não muito longe dali, tínhamos o centro da cidade. Composto pelos bairros mais antigos, Santo Antônio, São José, Boa Vista e Santo Amaro, que, embora não compartilhassem das belezas naturais do litoral, dividiam com ele o crescimento desordenado.

Os numerosos casebres e mocambos que vão reordenando a paisagem afugentavam os velhos moradores para outras áreas da cidade. No bairro de Santo Antônio, onde o porto da cidade está localizado, diuturnamente era possível encontrar um contingente expressivo de mendigos vivendo pelas ruas sem ter para onde ir, cenário que contrastava com as riquezas que entravam e saíam pelo porto. No bairro da Boa Vista, a favela sobre pilotis dos Coelhos compunha a paisagem junto aos grandes casarões. No bairro de São José, as antigas residências burguesas passavam a ser ocupada pela população pobre que para lá acorria. Já no bairro de Santo Amaro, a tessitura urbana era composta por vários núcleos de favelas. A comunidade da Ilha de Santa Terezinha, uma das mais miseráveis dessa parte central da cidade, contrastava com a construção de uma das vias mais importantes da cidade: a Avenida Agamenon Magalhães, via que iria cortar vários bairros ligando Recife à Olinda e que tivera o início de suas obras na década de 1960⁷.

De um extremo a outro da cidade do Recife, nesse meio de século, os bolsões de miséria e de subdesenvolvimento poderiam ser encontrados, em meio a ilhas de riqueza e casarões das elites tradicionais. Essa situação não era uma novidade nem no Brasil, nem no Recife. No entanto, naqueles anos, assumia uma importância primordial para a elite culta local. Na base dessa nova sensibilidade em relação à pobreza estava uma nova concepção de trabalho intelectual cujo marco principal era pensar o processo de modernização da sociedade a partir de investigações científicas sobre a realidade cultural

⁷ Esses delineamentos sobre a ocupação vertiginosa da cidade do Recife, em meados do século XX, também se fundamentam nas considerações desenvolvidas em: MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres. Pour une histoire de l'Église des pauvres dans le Nordeste brésilien*. Paris: Édition de l'Atelier, 1995.

e social brasileira⁸. Assim, na medida em que as pesquisas se aprofundavam sobre a dimensão política, econômica e cultural dos problemas sociais, mais o “espetáculo da pobreza”⁹ saltava aos olhos analíticos da intelectualidade¹⁰ que frequentava os espaços de circulação e vivências culturais da cidade do Recife.

A partir dessa perspectiva, as análises que se seguirão ao longo desta tese apresentam o urbano não apenas como *lócus*, mas como produto e produtor dessas novas percepções acerca do subdesenvolvimento econômico e social do Brasil. As análises avançam para além dos limites estabelecidos pelas interpretações que procuraram analisar as questões e debates em torno do subdesenvolvimento brasileiro, mas acabaram apresentando o espaço urbano ora como uma decorrência direta dos enlaces econômicos, ora como cenário de manifestações políticas. As principais referências que sintetizam esse modelo de análise são os trabalhos publicados, nos anos de 1970, por um seletivo grupo de intelectuais marxistas. Dentre esses intelectuais se destacam: Francisco de Oliveira, Paul Singer, Lúcio Kowarick, Cândido Procópio de Camargo e Vinicius Caldeira Brant.

O primeiro, nas clássicas análises desenvolvidas em suas obras *Crítica à razão dualista*¹¹ de 1972 e *Elegia Para Uma Re(li)gião*¹² de 1977, apresentou suas considerações mais originais sobre as dinâmicas de uma economia subdesenvolvida e seus processos de industrialização / urbanização. Nessas obras, o autor desenvolveu análises que buscaram compreender e indicar as contradições do modo através do qual, no Brasil, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo se processa. Esses esforços contribuíram para uma interpretação do subdesenvolvimento como sendo decorrente da combinação de um padrão "primitivo de acumulação capitalista" com novas relações de produção, onde os centros urbanos seriam o espaço onde essa dinâmica se evidenciaria concretamente. Paul Singer figura como outra importante referência pelas contribuições desenvolvidas em *Economia política da*

⁸ PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990; MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974. São Paulo: Ática, 1977.

⁹ Termo cunhado por Maria Stella Bresciani em: BRESCIANI, M. S. M. Londres e Paris no Século XIX. O Espetáculo da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁰ “Intelectualidade entendida como “categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológicos-culturais”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc.” Michael Lowy. Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários”. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 1.” Apud RIDENTI, M.S. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: RIDENTI, M.S.; ROLLAND, Denis.; BASTOS, Elide Rugai (Org.). Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003. p. 197-198

¹¹ OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. In: Crítica à razão dualista/o ornotorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. Publicado originalmente em Estudos Cebrap, n .2, 1972.

¹² OLIVEIRA, Francisco de. Op cit.

*urbanização*¹³ de 1973. Nele, o autor elaborou uma interpretação para o processo de urbanização na periferia do capitalismo, destacando a mobilização do significativo “exército industrial de reserva” que migrava para os centros urbanos. Na chave de interpretação proposta pelo autor, o crescimento desmedido dos grandes centros urbanos foi apresentado como sendo fruto das vantagens econômicas oferecidas pelas cidades que estavam passando por um intenso e rápido processo de industrialização.

Lúcio Kowarick, Cândido Camargo e Vinicius Brant, em *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*¹⁴ de 1975, elaboraram outra importante linha argumentativa. Na obra, os autores apresentaram uma interpretação que girou em torno da desmistificação da falsa contradição entre desenvolvimento econômico acelerado e o aumento da pobreza. Para eles, o subdesenvolvimento devia ser entendido como consequência direta da distribuição desigual das riquezas produzidas e, por essa característica, ele não desapareceria simplesmente a partir do crescimento econômico. Essa assertiva, na medida em que se fundamenta a partir de um olhar mais empírico das dinâmicas urbanas, contribuiu significativamente para o avanço dos estudos urbanos como uma chave importante para o entendimento das questões em torno do subdesenvolvimento brasileiro. No entanto, ainda nesse livro, o urbano foi retratado como reflexo ou expressão de uma dinâmica econômica própria do capitalismo brasileiro¹⁵.

Esses autores, dentro de um quadro ainda mais amplo, podem ser considerados expoentes de um modelo interpretativo sobre as percepções do subdesenvolvimento brasileiro em que o urbano não figura com status interpretativo. A partir do surgimento, aprofundamento e adensamento, sobretudo nos anos 1980-1990, de inúmeros estudos que se preocuparam em colocar em primeiro plano as questões relacionadas às cidades / urbano, é que esses limites puderam ser contornados. Esse é o ponto de inflexão desta tese em relação a essas matrizes de interpretação acerca do subdesenvolvimento nordestino e brasileiro: colocamos o urbano em primeiro plano, investigamos a produção da própria cidade, entendemos o urbano como experiência, como sensibilidade, isto é, como fenômeno cultural e como produção social. Essa perspectiva nos leva a não definir *a priori* o conceito de subdesenvolvimento. Ao longo das análises evidenciamos que a experiência histórica da percepção da pobreza está no mesmo contexto intelectual da gênese desse conceito.

¹³ SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹⁴ KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinicius Caldeira; CAMARGO, Cândido Procópio de (orgs.). São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1975.

¹⁵As considerações aqui expostas sobre a produção intelectual dos anos 1970 também se fundamentam no balanço que Pedro Fiori Arantes desenvolveu sobre as obras desses intelectuais. Sobre as ricas considerações de Pedro Arantes, ver: ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. Novos Estudos CEBRAP, p. 103-127, 2009.

A partir dessas considerações, destacamos que esta tese analisou o entrecruzamento das redes intelectuais da cidade do Recife, agentes e instituições que marcaram a cena cultural daquela cidade, em meados do século XX, como uma determinada experiência urbana, marcada pelo “espetáculo da pobreza”. Os organismos técnicos e culturais, localizados na capital pernambucana, foram espaços privilegiados de produções intelectuais que visavam identificar os “arcaísmos” da sociedade brasileira e os meios necessários para superá-los. Essas novas percepções sensíveis e reflexões sistemáticas sobre o “espetáculo da pobreza” marcaram a passagem da consciência amena do atraso para a consciência trágica do subdesenvolvimento¹⁶. No estado que, em meados do século XX, ainda tinha, majoritariamente, os grupos urbanos vinculados a modelos arcaicos de economia e sociedade cujos alicerces eram os interesses das elites ligadas à agricultura de exportação, à indústria extrativista, bem como a um sistema de criação de gado em baixa escala¹⁷, a posição ocupada pelos agentes e organismos situados na cidade do Recife eram a de desenvolver uma espécie de autoconsciência moderna de país a partir de uma experiência regional e local. Dito de outra forma: a formalização intelectual da percepção da pobreza, ao deixar de ser “amena” ou “fatalista”, mas sócio-histórica, alimentou o debate sobre a superação desse quadro econômico e social.

Para estes intelectuais, a novidade dos pobres e flagelados nas ruas da cidade do Recife, exibindo suas necessidades e falando uma linguagem política por meio das associações de bairros, do movimento operário, dos movimentos culturais e eclesiais configuravam um elemento que dava uma nova perspectiva aos anseios de transformar a ordem política, econômica e social vigentes. Nesse sentido, o conjunto de fatos econômicos e sociais que poderiam ser mobilizados para explicar aquela dada realidade foi revisado por historiadores, economistas, sociólogos, geógrafos, bem como por outros estudiosos. Mais do que simples confluência de esforços pontuais para entender e equacionar as questões em torno do subdesenvolvimento, as novas percepções sensíveis: ensaísticas, literárias e técnico-burocráticas que emanaram dos espaços de sociabilidade intelectual da cidade do Recife contribuíram para adensar e institucionalizar uma

¹⁶ “consciência amena do atraso” e “consciência trágica do subdesenvolvimento” são termos cunhados por Antônio Cândido quando o autor discute o atraso cultural e a produção literária na América Latina. Discussão delineada em: CÂNDIDO, Antônio. “Literatura e subdesenvolvimento” In: CÂNDIDO, Antônio. A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

¹⁷ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930/1964. 9º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

determinada leitura acerca do subdesenvolvimento nordestino e brasileiro; bem como para abrir espaço para um discurso político sobre a agência dos pobres em parceria com intelectuais no limiar do golpe de 64. A relação entre esses três momentos não foi de sucessão linear, mas de ordem dialética, o que aponta um tempo histórico específico em termos de experiência intelectual acerca da pobreza.

Nesta tese, respondemos as seguintes perguntas: é possível falar em perfil coletivo desses intelectuais nesse meio de século, em Recife? A experiência urbana dessa elite intelectual, aliada às características socioeconômicas locais, contribuiu para uma percepção peculiar da miséria que desembocou em uma reflexão sobre o subdesenvolvimento? A produção cultural desses grupos intelectuais pode ser entendida como uma espécie de contra-elite¹⁸? A conformação da perspectiva teórica que nos possibilitou responder essas perguntas parte do tripé: história das elites intelectuais, história intelectual e história das cidades. No centro do debate figurou o entendimento de que o entrelaçamento dessas perspectivas de análise nos possibilitava compreender, de forma mais acurada, as percepções da pobreza urbana e os diagnósticos em torno da categoria “subdesenvolvimento” realizados pela intelectualidade desse meio de século XX, a partir da realidade recifense.

No âmbito da história intelectual, nossa investigação parte das considerações formuladas por Karl Mannheim. Na sua obra *Ideologia e utopia*¹⁹, cuja primeira edição data de 1929, a principal tese defendida pelo autor versava em conceber o conhecimento a partir das interconexões entre as ideias e o contexto situacional. Essa perspectiva trabalhada por Mannheim procurava se desvincular das formas de conceber as ideias que até então não valorizavam ou não enxergavam as origens sociais do conhecimento. Para o autor, se algo de positivo poderia ser vislumbrado das crises decorrentes das contingências políticas, econômicas e sociais do entreguerras seriam os questionamentos, acerca das normas e “verdades absolutas” das ciências, que passaram a ser pautados nos debates intelectuais da época. Para Mannheim, a partir das novas formas de pensar que surgem desse cataclismo político-social do entreguerras, pode-se evidenciar a importância da subjetividade humana na elaboração das várias formas de conhecimento.

¹⁸ Aqui empregamos o termo 'contra-elite' para definir aqueles que se opunham às minorias que figuravam na parte superior da hierarquia social pernambucana e que se arrogavam, em função de sua origem abastada, o direito de dirigir os interesses da coletividade. Essa perspectiva se fundamenta em: HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites - à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.p. 7-15.

¹⁹ Aqui trabalhamos com a edição da obra publicada em 1986. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Dos pressupostos teórico-metodológicos formulados pelo autor, privilegamos nas nossas análises a preocupação de localizar os “estilos e métodos de pensamento dominantes em determinados tipos de situação histórico-social”. Isso nos possibilitou identificar as formulações conceituais compartilhadas nos círculos intelectuais da cidade do Recife na medida em que essa tarefa pressupunha analisar os interesses dos intelectuais que frequentavam os espaços de sociabilidade da capital pernambucana diante das transformações políticas, econômicas, sociais e até urbanísticas pelas quais passavam aquela cidade no pós-guerra. De igual modo, analisamos os fatores que impeliram determinados intelectuais a figurarem como personagens centrais na cena cultural e intelectual da capital pernambucana desse meio de século XX, levando outros personagens a orbitarem em torno de suas ideias e projetos. Essa perspectiva deu destaque ao “papel do conhecimento e das ideias na manutenção ou na mudança da ordem social”²⁰. Vale dizer que ela tem um lugar central no campo teórico-metodológico desta tese. No entanto, ela se demonstrou insuficiente para responder as questões que este estudo levantou a respeito do papel dos intelectuais nas complexas relações sociais, políticas e econômicas vivenciadas na cidade do Recife, em meados do século XX. Nesse sentido, outros movimentos teórico-metodológicos precisaram ser realizados.

De modo justaposto às formulações de Mannheim, acrescentamos uma segunda camada teórico-metodológica. Nossa perspectiva de análise agregou as contribuições elaboradas por Maria Stella Bresciani a respeito dos estudos sobre cidades²¹. As incursões realizadas pela autora fazem das representações das elites cultas sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas das cidades, bem como as próprias cidades, seu objeto de estudo. Na reconstrução das representações e imagens que a elite culta fez das dinâmicas caras às cidades modernas, a autora analisou textos literários, acadêmicos e relatórios de médicos e administradores. Neles, a historiadora localizou as inúmeras reações ante as complexas relações sociais estabelecidas nas cidades modernas: medo, fascínio,

²⁰ Idem, p.27.

²¹As considerações aqui expostas partem dos seguintes trabalhos elaborados pela autora: BRESCIANI, M. S. Op. Cit., 1982; BRESCIANI, M. S. Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). Revista Brasileira de História, Brasil, v. 5, p. 35-68, 1985; BRESCIANI, M. S. Permanência e ruptura nos estudos das cidades. In: Ana Fernandes; Marco Aurélio F. Gomes. (Org.). Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, v., p. 11-26, 1992; BRESCIANI, M. S. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, v. 6, n.2, p. 9-26, 2004; BRESCIANI, M. S. Cidades e urbanismos. Uma possível análise historiográfica. Politéia (UESB), v. 9, p. 21-50, 2009; BRESCIANI, M. S. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 6, p. 64-95, 2014.

indignação e espanto. Em um segundo movimento realizado pelas análises da autora, a “questão urbana”²² é alçada ao primeiro plano de suas reflexões. Nesse movimento de seus argumentos, além da clara importância dada às pesquisas sobre as ondas epidêmicas como “agente catalisador dos vários elementos já presentes nas cidades, em particular nas grandes cidades”, outros fatores também são considerados nas análises de Bresciani, tais como: “o recuo da autonomia do projetar arquitetônico” e os novos conceitos “que passaram a oferecer apoio analítico, interpretativo e controle do “fenômeno urbano””.

Das questões que fazem das análises da autora imprescindíveis para esta tese, destacamos o percurso traçado por Bresciani na demonstração de que as ideias/representações elaboradas por elites cultas podem ser produto e produtora de transformações sociais. Na medida em que ela elege os pressupostos internos à dinâmica das cidades como catalisadores de “novas sensibilidades cultas”, a autora nos oferece elementos significativos para melhor compreender a relação da intelectualidade recifense com os imperativos das “questões urbanas” daquela cidade. O entrelaçamento dessas perspectivas de análise contribuiu para identificarmos os dados sociais e culturais que permitiram uma determinada elite intelectual produzir um discurso dominante acerca dos dilemas postos pelo subdesenvolvimento da região Nordeste. A justaposição destas perspectivas teórico-metodológicas nos permitiu analisar um grupo de intelectuais que nunca se reivindicou como “movimento” organizado, ao menos até a criação do MCP, no início dos anos 1960.

A última camada teórico-metodológica desta tese mobilizou as contribuições do método prosopográfico. Nas palavras de Cristophe Charle, o princípio desse método consiste em “apreender, através das biografias coletivas, o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados”.²³ Essa “biografia coletiva” definida pelo autor se estrutura basicamente a partir de três etapas: seleção dos atores sociais a serem analisados; levantamento de dados a respeito da trajetória de vida de cada indivíduo; e análise comparativa das respectivas trajetórias. Nesta tese, analisamos uma significativa amostra dos intelectuais que compunham os quadros dos organismos técnicos e culturais que, no Recife, em meados do século XX, procuraram refletir e equacionar as questões em torno do subdesenvolvimento nordestino e brasileiro. Em uma segunda etapa elaboramos notas biográficas com dados da vida

²²A partir das considerações do filósofo François Béguin, no artigo “As maquinarias inglesas do conforto. Espaço & Debates n. 34, 1991”, Maria Stella Bresciani define a “questão urbana” como a “triade “pobreza – falta de higiene – doença” e seus desdobramentos”.

²³ CHARLE, Cristophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. Op. cit. p. 48.

e da carreira profissional de cada um dos intelectuais listados. Esse repertório de notas biográficas foi uma etapa fundamental na medida em que as formulações de Bresciani consideram que “pela porta da identidade de classe chegamos à porta contígua da formação de uma nova sensibilidade”.²⁴ Por fim, analisamos os dados levantados comparativamente e realçamos os elementos comuns na trajetória de cada intelectual estudado²⁵.

No plano teórico, essas análises prosopográficas foram fundamentadas nas formulações elaboradas por Peter Burke sobre as contribuições dos exilados e expatriados para a produção e difusão do conhecimento na Europa e nas Américas entre 1500-2000. Nesse estudo prosopográfico, o autor argumentou que os deslocamentos que os intelectuais realizaram durante suas respectivas trajetórias individuais geraram um processo de “desprovincialização” que foi fundamental para a difusão do conhecimento na Europa e nas Américas. Desse estudo, mobilizamos o conceito de “desprovincialização” e a linha de argumentação do autor inglês para explicar o processo que os intelectuais do subdesenvolvimento passaram para elaborar uma nova sensibilidade em relação às “questões nordestinas”, nesse meio de século XX²⁶.

Apresentamos as análises que compõem esta tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo, caracterizamos e analisamos a experiência urbana da cidade do Recife, entre 1946 e 1964, a partir da produção intelectual de três personagens: Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto e Manuel Correia de Andrade. A partir da produção desses autores, realizamos uma interpretação das imagens e das representações que as análises de novo tipo produziram acerca da cidade do Recife, desse meio de século XX. Nessa incursão, analisamos as interconexões entre as reflexões formuladas sobre a cidade e o contexto situacional. Ao longo da narrativa, demonstramos que as formulações desses

²⁴ BRESCIANI, M. S. M. Permanência e ruptura nos estudos das cidades. In: Ana Fernandes; Marco Aurélio F. Gomes. (Org.). Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992, v., p. 11-26. Para a autora, esta é uma das portas de entrada para o estudo das cidades. Afirma ela: "A porta número quatro diz respeito à educação dos sentidos na sociedade moderna, apontando a cidade como o lugar de formação de uma nova sensibilidade, no qual o olhar armado pelo conceito classifica em quadros compreensivos tudo o que vê. É o lugar onde a perda da experiência se dá em favor da vivência, que faz do homem um ser, cujo comportamento condicionado expressa a situação de autômato. É ainda aqui que a produção cultural sobre a cidade constitui uma cultura urbana, na qual a construção intelectual da vida nas cidades se faz por contraste e oposição a uma suposta vida rural idílica."

²⁵ Essas etapas que estruturam o método prosopográfico segue o modelo apresentado em: ROY, Fernandes; SAINT-PIERRE, Jocelyn. A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flavio M. op. cit. p. 205-206.

²⁶ BURKE, Peter. Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

intelectuais eram ao mesmo tempo produto e produtora de uma nova forma de ler as “questões urbanas” da cidade do Recife.

No segundo e terceiro capítulos, nossas atenções se voltam para os seguintes organismos técnicos e culturais: Instituto Joaquim Nabuco; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene; Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife e para o Movimento de cultura Popular do Recife – MCP. Em ambos os capítulos, analisamos como esses espaços se constituíram como esforços para a construção e adensamento da nova sensibilidade intelectual em relação à pobreza. Em um segundo movimento de análise, demonstramos que esses organismos estavam comprometidos em produzir, cada qual a seu modo, um significado canônico para a realidade de penúria do Nordeste brasileiro. Por fim, que a ideia canonizada a respeito da pobreza e da miséria regional partia do amálgama das múltiplas visões que colocavam os pobres e miseráveis como objeto privilegiado de reflexão nesse meio de século XX.

No capítulo quatro, a partir do método prosopográfico, analisamos o perfil coletivo desse *intelectual de novo tipo* que surgiu no pós-guerra atrelado a uma nova sensibilidade em relação à pobreza. A seleção dos biografados seguiu o seguinte critério: além dos perfis de Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto e Manuel Correia de Andrade, analisamos as trajetórias pessoal e profissional de intelectuais que compunham a direção e a estrutura científica do Instituto Joaquim Nabuco; de professores das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife; de intelectuais que compunham a estrutura diretiva do Movimento de Cultura Popular; bem como de técnicos que ocupavam algumas das mais importantes diretorias da Sudene. A partir das análises das trajetórias, destacamos, ao longo da narrativa, que as experiências desses intelectuais entreteceram, a partir de distintas orientações políticas e econômicas, uma nova ideia de Nordeste.

Capítulo I: A cidade do Recife e as faces do subdesenvolvimento

A cidade é uma experiência em movimento. Aquilo que alguns autores frequentemente conceituam como um “organismo artificial”. Nela, os limites territoriais são sempre transitórios. Sua dinâmica social, política e econômica está em constante mudança. A cidade que se apresenta, hoje, diante de nossos olhos, não é a mesma que guardamos nas nossas lembranças dos tempos de menino. Tampouco, é a cidade da infância dos nossos pais. A cidade se transforma ininterruptamente²⁷. Ela “é sempre um produto das possibilidades geográficas e da capacidade de utilização das mesmas pelo grupo humano local e nela se refletem sempre as influências do meio natural e as influências do grupo cultural”²⁸.

Mas nem sempre os estudos sobre as cidades enxergaram a partir dessa definição conceitual. Não raro nos deparamos com estudos em que as possibilidades geográficas que contribuem para o surgimento e o desenvolvimento das cidades são realçadas em detrimento dos fatores culturais. Até os anos 1940, essa postura era prática comum entre cronistas, memorialistas e acadêmicos²⁹. No caso dos estudos sobre a cidade do Recife, essas análises que narraram a formação e o desenvolvimento da cidade primaram por destacar que o Recife surgiu em função de seu porto natural de arrecifes, localizado em uma das extremidades da ilha de Antônio Vaz. A partir dessa linha argumentativa, as favoráveis condições geográficas que tanto contribuíram para o significativo fluxo de entrada e saída de pessoas e mercadorias foram determinantes para a transformação do povoado que existia nas proximidades do porto em uma cidade sofisticada para os padrões da época.

Além do porto natural, outros elementos geográficos foram considerados nas análises que versaram sobre a cidade do Recife e que destacaram suas potencialidades naturais. Os rios que cortam a cidade foram habitualmente realçados nas narrativas que visaram explicar o desenvolvimento econômico e a expansão territorial da cidade³⁰.

²⁷ BRESCIANI, M. S. M. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Salvador, v. 6, n.2, p. 9-26, 2004.

²⁸ CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 10-11.

²⁹ PONTUAL, Virginia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanísticas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n.42, p. 417-434, 2001. p. 428.

³⁰ Vejamos dois dos autores que em suas análises realçam o papel dos rios na expansão territorial da cidade do Recife: “Duas vezes por dia essas marés sobem e descem pelo sistema vascular dos rios. Comumente alcançam no Capibaribe os limites de Monteiro e Apipucos. No Beberibe, sobrepõem a curva do Varadouro e no Tejipió, age enérgicamente a alguns quilômetros a partir da foz... A cada enchente da maré, corresponde um back-water de 5 200 000 a 14 000 000 de

Nelas, os rios Capibaribe e Beberibe apareceram como importantes vias de contato com os engenhos mais afastados do centro urbano. Nesses estudos, essas vias serviam tanto para escoar a produção desses engenhos para o porto do Recife, quanto para inserir os núcleos populacionais mais afastados e independentes na dinâmica do principal núcleo urbano da cidade do Recife, a ilha de Antônio Vaz.

A composição do solo foi outro elemento natural explorado nessas narrativas. Nelas, a terra “escura, gorda e pegajosa que cobre em espessa camada porosa os xistos argilosos e os calcários do cretáceo”³¹, era apresentada como mais um elemento essencial para a localização e o desenvolvimento da cidade do Recife. Esses estudos enfatizaram que fora nesse solo específico que a cana-de-açúcar encontrou plenas condições de se desenvolver. Numa clara relação de causa e efeito, o desenvolvimento econômico e social da cidade era vinculado às possibilidades que a terra proporcionava ao cultivo do produto mais valioso no mercado internacional à época. Além desses elementos naturais, encontramos nas narrativas deste tipo as contribuições do vento, da fauna e da flora para explicar a localização e o desenvolvimento da cidade do Recife.

Em contraponto a essa linha argumentativa, temos aqueles estudos cuja ênfase das análises recaiu nas influências culturais dos humanos na formação e no desenvolvimento das cidades. Nas narrativas sobre a história de Olinda e Recife que trilharam este percurso interpretativo, o urbano aparece sempre como um imperativo da vontade humana. Esses estudos apontaram, por exemplo, que a localização do primeiro grande núcleo urbano nas altas colinas de Olinda, em 1534, ocorreu em função de fatores culturais. Aqui, os argumentos giraram em torno de que o terreno não era dos mais adequados para a instalação do principal núcleo urbano da Capitania de Pernambuco. Suas terras eram acidentadas e longe do porto. Mas nada disso desencorajou o português a localizar naquelas colinas a cidade mais importante da Capitania. Para os estudiosos que enfatizaram os fatores culturais, essa postura se explicava como sendo fruto da falta do “espírito mercantilista” do português³². Na visão desses analistas, essa era a mais

metros cúbicos d’água”. OLIVEIRA, Waldemar. Geologia da Planície do Recife. Recife. 1942; “A bacia da maré, da qual faz parte o pôrto do Recife, abrange uma superfície líquida em preamar de cêrca de 600 hectares”. MELO, Mário. Rios de Pernambuco – 1920. Apud CASTRO, Josué de. Op. Cit. p. 18.

³¹ CASTRO, Josué de. Op. Cit., p. 26.

³² “Em matéria de comércio nunca se chegou na Península a um sistema vantajoso. Lisboa foi, no século XVI, período de sua maior prosperidade, um mero entreposto por onde transitavam, caminho de Flandres, as cargas ultramarinas. O Reino não soube criar relações mercantis com outras nações da Europa” LIMA, M. Oliveira. Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico. Leipzig, 1895. Apud CASTRO, Josué de. Op. Cit., p. 30.

plausível das explicações do porquê os portugueses não escolheram situar o principal núcleo urbano daquela Capitania nas proximidades do porto, onde as possibilidades geográficas eram mais favoráveis.

A escolha dos holandeses em erguer a cidade do Recife e fazer dela o principal núcleo urbano da Capitania de Pernambuco depois de incendiar a cidade de Olinda em 1631, também teve lugar nas explicações que destacaram os aspectos culturais em detrimento dos geográficos. Para os estudiosos da história pernambucana que seguiram essa linha de interpretação, os holandeses escolheram habitar e construir grandes instalações em Recife movidos pela cultura mercantilista que informava aquele povo. O fato de os holandeses historicamente terem a sua dinâmica econômica e social vinculada ao comércio ultramarino os impossibilitava de habitar uma cidade longe do porto. Na visão desses estudiosos, era imperioso, para os holandeses, ter fácil acesso às vias de contato com as outras nações e com a própria metrópole. Isso só a localização perto de um porto poderia fornecer. Esses foram os motivos que levaram os holandeses a erguer a cidade do Recife – uma cultura mercantilista que os acompanhava desde a Holanda a todas as terras que caíram sob seus domínios.

As leituras realizadas por Josué de Castro acerca da cidade do Recife passaram a conceber a cidade “como um produto de cristalização da vontade humana, atuando em face das possibilidades geográficas do meio”³³. Nos anos 1940, essa elaboração conceitual inaugurava uma nova forma de analisar as “questões urbanas” da cidade do Recife. As análises empreendidas por Castro contribuíram para redefinir a forma como os intelectuais recifenses enxergavam os problemas urbanos da cidade. A partir delas, uma nova sensibilidade culta em relação aos problemas urbanos surgiu na capital pernambucana. Um conjunto de novos fatores foi mobilizado por historiadores, economistas, sociólogos e geógrafos para explicar as complexas tramas que informavam a conformação do Recife, em meados do século XX.

Dos desafios que uma tese acadêmica impõe à análise das cidades como objeto de estudo, este capítulo visa realizar uma interpretação das imagens e das representações que essas análises de novo tipo³⁴ produziram acerca da cidade do Recife, desse meio de século

³³ CASTRO, Josué de. Op. Cit., p. 07.

³⁴ Nomeamos reflexões de novo tipo os estudos que contribuíram para criar “universalmente um novo sistema de vida política, que poderemos chamar, como sugere Julian Huxley, a era do homem social, em contraposição a essa era que terminou com a Segunda Guerra Mundial, a era do homem econômico. O que caracteriza fundamentalmente esta nova era é uma focalização muito mais intensiva do homem biológico como entidade concreta e a prioridade concedida aos problemas humanos sobre os problemas de categoria estritamente econômica...” CASTRO, Josué

XX. Nessa incursão, analisaremos as interconexões entre as reflexões formuladas sobre a cidade e o contexto situacional. Os fatores geográficos e culturais que influenciam a conformação do espaço urbano serão analisados na medida em que o olhar crítico que esses intelectuais direcionavam às “questões urbanas” da cidade do Recife tragam à tona esses elementos.

A escolha dos intelectuais aqui analisados considerou dois critérios. O primeiro consiste no fato de eles fazerem parte do grupo de intelectuais recifenses que realizaram reflexões de novo tipo em relação às “questões urbanas” da cidade do Recife. Josué de Castro, que identificamos como o marco inicial dessas reflexões. Seus ensaios acerca das populações assoladas pelo flagelo da fome procuravam analisar os principais fatores socioeconômicos que contribuía para a subalimentação, desnutrição e empobrecimento dos trabalhadores do campo e das cidades. João Cabral de Melo Neto com seu conjunto de poemas que analisava e descrevia o sofrimento dos retirantes que migravam do interior para a cidade do Recife. Manuel Correia de Andrade com suas análises que combinavam componentes geográficos, históricos e econômicos para explicar as relações de produção e trabalho no Nordeste brasileiro. Esses intelectuais pensavam a cidade do Recife em suas obras e procuravam desenvolver reflexões que possibilitassem a superação do estado de subdesenvolvimento vivenciado à época pela capital pernambucana. O segundo critério é a data de publicação das principais obras desses intelectuais. O ensaio *Geografia da fome: a fome no Brasil* de Josué de Castro é de 1946. O poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto é de 1956. O ensaio *A Terra e o Homem no Nordeste* de Manuel Correia de Andrade é de 1963. Os cortes temporais dessas reflexões nos possibilitam apresentar e analisar as intervenções de novo tipo em relação às “questões urbanas” da cidade do Recife, durante todo o período da Quarta República. Embora as análises se estruturam a partir das obras referenciadas, outras produções dos referidos intelectuais também são analisadas neste capítulo.

Como sugere Maria Stella Bresciani em seu artigo *A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos*³⁵, é importante ir além das questões puramente socioeconômicas relativas às complexas tramas em torno dos problemas urbanos para melhor conhecê-las. É, portanto, atentos às sugestões da autora que este capítulo apresenta e analisa as “questões urbanas” da cidade do Recife a partir do olhar de três intelectuais que vivenciaram a cidade e nela intervieram por meio das suas produções. A cidade não

de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica “O cruzeiro” S. A., 1948, p. 24.

³⁵ BRESCIANI, M. S. M. *A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 6, p. 64-95, 2014.

é apresentada e analisada apenas como *lócus*, mas, sim, como produto e produtora das imagens que esses intelectuais produziram sobre o fenômeno do subdesenvolvimento da cidade do Recife.

1.1. O fenômeno da fome como catalisador das questões urbanas na obra de Josué de Castro

1.1.1. Formação e trajetória intelectual de Josué de Castro

As discussões acerca do fenômeno da fome são profundamente marcadas pelas reflexões de Josué de Castro. O nome do intelectual pernambucano desponta como referência nos assuntos relativos à fome em meio a um cenário de intensa tensão intelectual. No plano internacional, o modelo de civilização ocidental era abalado pela crise econômica gerada a partir da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, e pela ascensão do fascismo e do nazismo, na Europa. O sociólogo alemão Louis Wirth, aponta que “Em resposta a esta situação, surgiu uma extensa literatura que fala do “fim”, do “declínio”, da “crise”, da “decadência” ou da “morte” da civilização ocidental”. Esse acentuado debate indicado pelo sociólogo alemão buscava analisar o cataclismo político, econômico e social vivenciado pela intelectualidade no período do entreguerras³⁶.

No Brasil, os debates giravam em torno de outros temas. Os intelectuais brasileiros do entreguerras, não concebiam a nação brasileira como uma sociedade coesa e civilizada. O olhar crítico da nossa intelectualidade estava direcionado para a construção de uma nova sociedade nos moldes das modernas nações europeias. Os intelectuais brasileiros debatiam sobre os limites que o modelo liberal-oligárquico impunha ao desenvolvimento do Brasil; sobre o que é ser brasileiro; sobre o papel do Estado na construção da nação; sobre a realidade brasileira; sobre o lugar do Brasil no cenário internacional; e sobre o papel do intelectual na sociedade brasileira. Com o esgotamento da Primeira República e a ascensão de um novo regime político por meio de uma revolução, muitas dessas discussões passaram a ter lugar no próprio Estado³⁷. A conjuntura internacional e nacional influenciou significativamente a formação intelectual de Josué de Castro. Nesse sentido,

³⁶ WIRTH, Louis. Prefácio. IN: Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 09.

³⁷ GOMES, A. M. C. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. Revista USP, São Paulo, p. 105-119, 2005; MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira. Op. Cit; NAPOLITANO, M. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Editora Contexto, 2016; PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Op. Cit.

o tema da fome emergiu para o intelectual pernambucano como decorrência de suas experiências.

Natural da cidade do Recife, Josué Apolônio de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em uma família de classe média. O seu pai, Manoel Apolônio de Castro, era proprietário de terras no município de Cabaceiras, no interior da Paraíba. A mudança para Pernambuco ocorrera depois da grande seca de 1877. A sua mãe, Josepha Carneiro de Castro, filha de donos de engenho da região da zona da mata pernambucana, era professora. Josué de Castro passou a infância na Rua Joaquim Nabuco. A rua era localizada na região central da cidade do Recife e cortada pelo rio Capibaribe. As experiências mais significativas de seus tempos de menino foram vivenciadas ali. Com a mãe, aprendeu a ler e a escrever, antes de ingressar no Instituto Carneiro Leão e no Ginásio Pernambucano. Com o rio, aprendeu como as populações ribeirinhas sobreviviam a partir da fauna dos mangues³⁸.

A partir de um olhar retrospectivo sobre as suas experiências de infância, afirma Josué de Castro, em livro publicado em 1967:

O tema deste livro é a história da descoberta da fome nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife [...].³⁹

Na época em que esse romance memorialístico foi publicado, Josué de Castro já era uma personalidade intelectual reconhecida internacionalmente. A autoimagem que o ilustre intelectual pernambucano produziu de si mesmo em *Homens e Caranguejos* procurava dirigir certa leitura das suas experiências de vida e de seus escritos. No entanto, esta obra apresentava os dois elementos que marcaram as análises que Josué de Castro realizou acerca da cidade do Recife ao longo de sua carreira intelectual. O primeiro era a importância que a sua primeira infância tivera na formação de sua sensibilidade em relação às “questões urbanas” da cidade do Recife, especialmente os fatores relacionados

³⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. Estudos Avançados, vol. 11, São Paulo jan./Apr. 1997; CARVALHO, Luciana Rodriguez Teixeira de. A Bioética nas obras Geografia da Fome e Geopolítica da Fome de Josué de Castro. 2018. 332 f., II. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 18; SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Josué de Castro: um autor do legado esquecido? 2016. 257 f. Tese (Doutora em Saúde Coletiva) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. p. 33-47

³⁹ CASTRO, Josué. Homens e caranguejos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 10.

à fome, à moradia e à higiene dos moradores dos mocambos fincados às margens do rio Capibaribe. O segundo elemento era o interesse do médico e cientista social Josué de Castro em transformar em “ação intelectual”⁴⁰ e política essa sensibilidade adquirida desde os tempos de criança. O engajamento de Josué de Castro nos temas relacionados às “questões urbanas” da cidade do Recife, data dos anos 1930. É só nesses anos que o intelectual pernambucano descobriu a fome como objeto de interesse científico. Para a decisão em se debruçar sobre a realidade que se lhe apresentava à época, as experiências adquiridas em sua passagem pelos cursos de medicina na Bahia e, posteriormente, no Rio de Janeiro, contribuíram sobremaneira.

As primeiras experiências intelectuais foram experimentadas na Bahia. Na casa do estudante onde residiu durante sua estada na capital baiana, Josué de Castro conheceu Theotônio Brandão e Arthur Ramos⁴¹. Com o médico e folclorista Théo Brandão, a convivência foi mais intensa e longa, porque o percurso trilhado pelo renomado folclorista alagoano foi o mesmo percorrido por Josué de Castro. Iniciou os estudos no curso de medicina da Faculdade de Medicina da Bahia transferindo-se, depois de alguns anos, para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1929. Os caminhos dos dois intelectuais voltariam a se cruzar no Recife, para onde Théo Brandão se transferiu em 1930, pouco antes de voltar em definitivo para Maceió⁴². Menos longo foi o convívio com o médico e antropólogo Arthur Ramos. Dos jovens estudantes que passaram a desenvolver uma interlocução intelectual em Salvador, Arthur Ramos fora o único que terminara o curso na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926. No entanto, nas palavras da socióloga Mercês de Fátima dos Santos Silva, Arthur Ramos exerceu significativa influência na formação intelectual de Josué de Castro:

Na Bahia, Josué morou na casa de estudante, casa que teria sido de Nina Rodrigues, dividindo quarto com Teotônio (sic) Brandão e Arthur Ramos, outros dois interlocutores que influenciaram sua formação. Sob influência deste último escreve artigos que retratavam as discussões da época, escritos inicialmente sobre Psiquiatria (sic) e, posteriormente, sobre a valorização do nacional e da miscigenação. O primeiro texto escrito por Castro sob essa influência foi “A doutrina de Freud e a Literatura Moderna”, publicada em 1925 pela Revista de Pernambuco.

⁴⁰ Para Karl Mannheim *ação intelectual* “é o modo de pensamento em todas as formas de experiência que se erguem acima do nível do lugar-comum”. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 133

⁴¹ SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Op. Cit., p. 38.

⁴² GASPAR, Lúcia. Théo Brandão. Fundação Joaquim Nabuco: Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

A inteligência de Arthur Ramos fascinara Josué. Com Ramos adquiriu uma paixão por cinema e pela arte.⁴³

Arthur Ramos era um intelectual multifacetado. Realizou incursões nas áreas de psiquiatria, psicanálise, neurologia, antropologia, etnografia entre outros campos de estudo. Era assíduo colaborador em periódicos da Bahia e de Alagoas. Neles, publicava artigos desde a época em que ainda era estudante⁴⁴. A sua tese *Primitivo e loucura* publicada em 1926, na Faculdade de Medicina da Bahia, recebeu elogios de Sigmund Freud e Lévy-Bruhl. As suas interpretações acerca da sociedade brasileira a partir dos estudos sobre as religiões de matriz africana, tiveram significativo impacto no meio intelectual brasileiro dos anos 1930. Nelas, Arthur Ramos defendia que não existiam minorias no Brasil. Que não existia preconceito de cor/raça. Que não existia discriminação entre os brasileiros⁴⁵. Cabe destacar que não há qualquer evidência de que as concepções intelectuais de Arthur Ramos tenham influenciado os escritos de Josué de Castro. A produção acadêmica do intelectual pernambucano não se aproxima dos escritos de Arthur Ramos em nenhum dos aspectos acima indicados. Os jovens intelectuais Theotônio Brandão e Arthur Ramos foram apenas interlocutores com quem Josué de Castro compartilhou experiências.

A transferência de Josué de Castro para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ocorreu em 1926. O amigo de infância Otávio Pernambucano aponta que a vida de Josué de Castro na Capital Federal “era uma maratona: estudava, lia, preparava resumos para colegas mais abonados, escrevia para jornais e revistas sobre assuntos diversos, inclusive cinema; conhecia Hollywood por todos os diretores, astros e estrelas...”⁴⁶. Josué de Castro era um jovem intelectual de inteligências múltiplas. O seu interesse por teatro, cinema, política, literatura, urbanismo e poesia ficou registrado em

⁴³ SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Op. Cit., p. 38-39. Outros autores demonstram o mesmo entendimento que o apresentado pela socióloga Mercês de Fátima dos Santos Silva.

⁴⁴GASPAR, Lúcia. Arthur Ramos. Fundação Joaquim Nabuco: Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

⁴⁵ TAMANO, Luana Tieko Omena. O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940. Revista Crítica Histórica, v. 08, p. 81-96, 2013, p. 89.

⁴⁶ A socióloga Mercês de Fátima dos Santos Silva também apresenta essas informações. SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Op. Cit. No entanto, preferimos realizar uma citação direta do original onde esses dados sobre a vida de Josué de Castro apareceram pela primeira vez. PERNAMBUCANO, Otávio. Josué de Castro. In: CICLO de Estudos sobre Josué de Castro. Recife: Academia Pernambucana de Medicina, 1983. p. 195-234. (Humanismo e Cultura, 4).

várias publicações realizadas ainda nesses tempos de estudante⁴⁷. A sua sensibilidade intelectual ultrapassava os limites dos temas relacionados à medicina e ao Brasil.

A formatura na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ocorreu em 1929. A cerimônia fora marcada pela ausência de Josué de Castro que estava no México chefiando uma delegação de estudantes que havia ido aquele país para a posse do novo presidente da república, Pascual Ortiz Rubio. A primeira experiência internacional de Josué de Castro ainda contou com uma ida aos Estados Unidos, onde permanecera por alguns meses estagiando na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova Iorque⁴⁸. A literatura que versa sobre a vida e a obra de Josué de Castro indica a ida dele ao México como uma espécie de catalisador do seu processo de formação intelectual⁴⁹. Naquele país, Josué de Castro conheceu *in situ* as consequências do crescimento desordenado da economia mexicana. A despeito das inúmeras tentativas para viabilizar estabilidade política e econômica ao estado pós-revolucionário mexicano⁵⁰, os ecos da insatisfação popular ainda podiam ser ouvidos em 1929. Isso porque

Embora tenham ocorrido transformações estruturais na economia e na sociedade, a questão social não foi prioridade para os governantes. [...]. Destaca-se o surgimento de uma nova elite econômica, que se tornou o

⁴⁷ Relacionamos apenas alguns dos títulos publicados por Josué de Castro na época em que ele ainda era estudante no Rio de Janeiro: Arte e Ciencia. [S.n], Rio de Janeiro, ago. 1927; Um poeta americano. [S. n], Rio de Janeiro, 1927; O esnobismo, a guerra e a pintura. Diário da Tarde, Recife, 28 jan. 1928; Pensamento da Broadway. A Província, Recife, 1928; A arte silenciosa. Seminário Paramouth, [S.1.], n.2, 1928; México – Brasil. [S.n., S.1.], 1928; Cícero Dias e Kretschmer. (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 1929; Coisas de Norte América (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 20 fev. 1929; Maluquice e urbanismo. [crônica]. Diário da Manhã, Recife, 1929. Josué de Castro: por um mundo sem fome. Projeto Memória. Fundação Banco do Brasil. Mercado Cultural, 2004. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

⁴⁸ SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Op. Cit., p. 40; MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (Orgs.). Perfis Parlamentares 52: Josué de Castro. Brasília: Plenarium, 2007.

⁴⁹ Além das obras citadas ao longo do desenvolvimento deste perfil biográfico, sugerimos ver o seguinte trabalho: SCHAPPO, Sirlândia. Josué de Castro por uma agricultura de sustentação. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2008; AMORIM, Helder Remigio de. Um pequeno pedaço do incomensurável: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. 2016. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2016.

⁵⁰ O período revolucionário no México se estendeu de 1910 a 1920. Segundo o historiador Carlos Alberto Sampaio Barbosa, a Revolução Mexicana “foi fruto de um descontentamento agrário, resultado das décadas de usurpação das terras das comunidades camponesas do sul, centro e norte do país. [...] a Revolução também foi instigada pelo monopólio político e econômico da oligarquia porfiriana. Contribuiu ainda a inflação causada pela alta dos impostos governamentais para manter a máquina estatal [...]” BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A Revolução Mexicana. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 67.

cerne da elite revolucionária. A “família revolucionária” era constituída pelos oficiais do novo exército que, mediante privilégios em contratos, concessões, acesso a fontes de crédito e investimentos na infraestrutura, ademais da intervenção militar em fazendas, formou uma nova classe alta de latifundiários, comerciantes, banqueiros e industriais.⁵¹

O contato com essa realidade social, política e econômica deixou marcas indeléveis na formação intelectual de Josué de Castro. No entanto, a importância dessa experiência para a conformação intelectual de Castro só se torna inteligível na medida em que é analisada associada a outras duas experiências vivenciadas pelo intelectual pernambucano: os meses que passou nos Estados Unidos e a experiência da Revolução de 1930.

Josué de Castro desembarcou nos Estados Unidos no início de 1930, pouco mais de três meses depois do *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Naquele país, o intelectual pernambucano observou *in situ* as primeiras consequências da crise econômica norte-americana. Nesses primeiros meses da crise, a produção industrial daquele país decrescia a patamares alarmantes. As empresas fechavam parques industriais e demitiam funcionários em massa. A produção agrícola dava os primeiros sinais de estagnação por causa da baixa geral dos preços. No mercado financeiro, os bancos iam à falência. No plano social, manifestações de amplos setores da sociedade contra o governo começavam a se espalhar pelo país⁵². Os Estados Unidos eram, à época, uma sociedade em colapso.

Josué de Castro retornou ao Brasil ainda no início de 1930. Sua passagem pelos Estados Unidos foi de quatro meses. A situação brasileira era de instabilidade política e social. A crescente insatisfação das oligarquias alijadas dos lugares de poder, a união de setores das classes médias em favor de reformas sociais e a repercussão da crise econômica norte-americana na economia brasileira deu lugar a um processo revolucionário em outubro de 1930⁵³. As novas forças políticas que foram alçadas ao poder pelo processo revolucionário, imprimiram um conjunto de medidas na tentativa de modernizar a sociedade brasileira. Em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em fevereiro de 1932 foi criado o Código Eleitoral. Nele, a cidadania política era negada aos

⁵¹ Idem., p. 105.

⁵² ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. (Org.). O século XX. O tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 2, p. 11-34.

⁵³ Ver sobre os antecedentes da Revolução de 1930: FAUSTO, Boris. "A revolução de 1930". In: MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p. 227-255.

analfabetos, praças de pré e aos menores de 21 anos. Em 25 de novembro de 1932, o governo criou as juntas de conciliação e julgamentos para arbitrar os conflitos entre patrões e empregados⁵⁴. De 1930 a 1934, período que a historiografia nomeia de *governo provisório*, outras medidas no plano político e econômico foram levadas a cabo. No entanto, essas medidas modernizadoras foram pouco eficazes no cenário econômico e social do estado de Pernambuco. Apesar das iniciativas do interventor Carlos de Lima Cavalcanti para diminuir as distorções socioeconômicas do estado por meio da prestação de serviços de assistência ao trabalhador do campo e da cidade; de construção de moradias populares; de incentivos à educação técnico-profissional; além de outras medidas que visaram diminuir os altos índices de desemprego⁵⁵; a capital pernambucana ainda preservava a sua massa de miseráveis intocados pelas iniciativas governamentais.

O fato de Josué de Castro ter vivenciado essas distintas conjunturas políticas, econômicas e sociais contribuiu para que ele passasse a analisar os problemas da cidade do Recife a partir de uma perspectiva que questionava as bases da *civilização ocidental*. A miséria, a fome e o subdesenvolvimento não eram problemas exclusivos da realidade recifense. Eram problemas de um modelo de civilização em que os imperativos de ordem econômica se sobrepujam aos interesses de bem-estar do homem. No prefácio à obra *Geografia da fome*, afirma Josué de Castro:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública.⁵⁶

Tem-se, portanto, em suas palavras, a valorização do humano como aposta para modificar uma determinada realidade na qual os empreendimentos de ordem econômica

⁵⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). O Brasil Republicano vol. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.15-37.

⁵⁵ BRAYNER, Nadja Maria Miranda. “Lutas operárias: Recife nos anos 30”. In: REZENDE, Antônio Paulo (Org.). Recife: que história é essa? Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987, p. 163-176.

⁵⁶ CASTRO, Josué de. Geografia da fome: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica “O cruzeiro” S. A., 1946, p. 15.

não se demonstravam mais eficazes. Assim, a cidade do Recife foi o laboratório do qual Josué de Castro se serviu. A partir das contingências econômicas e sociais que informavam a dinâmica daquela cidade, Castro desenvolveu reflexões que seriam depois estendidas para o Brasil e para o mundo⁵⁷. Entre as obras de maior destaque de Josué de Castro figuram: *O ciclo do caranguejo*, 1935; *As condições de vida das classes operárias no Recife*, 1935; *Alimentação e raça*, 1936; *Documentário sobre o Nordeste*, 1937; *Geografia da fome*, 1946; *Fatores de Localização da cidade do Recife*, 1948; *Geopolítica da fome*, 1951; *O Livro Negro da Fome*, 1957. Entre as posições de destaque que assumiu ao longo da carreira estão a de Professor Catedrático de Geografia Humana, na Universidade do Brasil, 1935 - 1964; a de membro permanente do Comitê Consultivo para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – (FAO), a partir de 1947; e a de Presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), 1952 – 1956.

1.1.2. Josué de Castro e a cidade do Recife: uma experiência vivenciada

Em 1946, Josué de Castro publicou a obra *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Nos anos do imediato pós-guerra, nenhuma questão se apresentava mais importante para a intelectualidade brasileira do que as massas populares. Em um momento em que as populações do campo e das cidades passaram a ter protagonismo nos processos de mudança social, os intelectuais brasileiros passaram a reivindicar a posição de mediadores entre o povo e a nação⁵⁸. No prefácio à 8ª edição revisada e ampliada de *Geografia da fome*, publicada em 1961, diz Josué de Castro:

Enquanto alguns apregoavam que para salvar o país se faz necessária a reeducação das elites, aparentemente tão desviadas de seus deveres cívicos, de dirigir a vida pública, eu sou daqueles que acreditam que a nossa salvação está muito mais na educação adequada das massas, no seio das quais se encontram enormes reservas humanas até hoje deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos. Nenhuma outra missão me parece, pois, mais nobre do que a de integrar na consciência cívica do país, estas populações marginais que pressentem os perigos e as angústias da hora presente, mas se sentem incapazes de agir na busca de um caminho seguro, pela falta de uma visão clara de nossos problemas fundamentais.⁵⁹

⁵⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit.

⁵⁸ PÉCAUT, Daniel. Op. Cit.

⁵⁹ CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 45.

Essa passagem não consta no texto publicado em 1946. Naqueles anos do imediato pós-guerra, assumia uma importância primordial para a elite culta brasileira uma nova concepção de trabalho intelectual que procurava harmonizar “a experiência científica, a observação rigorosa dos fatos e a elaboração clara dos conceitos explicativos”. Esse caráter das produções acadêmicas levou Josué de Castro a escrever na edição de 1946: “É deste gênero difícil e perigoso pelo falseamento de intenções em que o autor está permanentemente exposto que desejamos nos aproximar”⁶⁰. Em 1961, Castro não se via mais impelido a falsear as suas intenções. Ultrapassando os limites do cientificismo acadêmico, o intelectual pernambucano expunha as razões pelas quais ele oferecia à sociedade uma investigação sobre a vida dos flagelados da fome.

Essa tarefa de elaborar uma leitura acerca dos problemas fundamentais do Brasil colocou Josué de Castro na posição de observador das condições de vida das populações pobres do Recife. A capital pernambucana com a sua massa de 230 mil miseráveis vivendo em mocambos disseminados pela cidade, espelhava os traços marcantes do subdesenvolvimento brasileiro. Segundo Josué de Castro, essa característica da cidade do Recife era explicada pela influência do fenômeno da fome coletiva na conformação do seu espaço urbano. Na sua obra, a paisagem urbana do Recife foi interpretada a partir de dois eixos: o dos interesses econômicos como dinamizadores do meio natural e cultural; e o da fome como catalisador das “questões urbanas”.

Em 1932, Josué de Castro produziu um inquérito econômico-social sobre as condições alimentares da população da cidade do Recife e apresentou o seguinte resultado:

O primeiro grave defeito, evidenciado por nosso inquérito, no tipo de dieta estudado, foi a sua terrível monotonia, a falta de variedade das substâncias alimentares que entram em sua composição; dieta quase exclusivamente formada de farinha com feijão, charque, café e açúcar. Tudo o mais participando dela apenas incidentalmente ou em quantidade insuficiente. Basta ver que só 19% das famílias recenseadas consumiam leite e apenas 16% faziam uso de frutas, e isso mesmo em quantidades irrisórias. Leite na proporção de 26 gramas diárias per capita, e as verduras representadas por um tomate murcho ou algumas folhas tostadas de alface.⁶¹

⁶⁰ CASTRO, Josué de. Geografia da fome: a fome no Brasil. Op. Cit., p. 36.

⁶¹ Idem, p. 111.

Esse inquérito, nas palavras do próprio autor, procurava precisar cientificamente sua investigação em relação ao fenômeno da fome. Nele, foram recenseadas quinhentas famílias que somavam um total de 2.585 pessoas. Com base nesses dados, Josué de Castro considerou o Recife uma *área de fome*. O conceito de *área de fome* elaborado pelo intelectual pernambucano nomeava as áreas em que pelo menos a metade da população apresentasse nítidas manifestações carenciais em seu estado de nutrição. O conceito admitia ainda duas subdivisões: *áreas de epidemias de fome* e *áreas de fome endêmica*. O primeiro desdobramento conceitual considerava as áreas em que a fome aparecia de forma circunstancial. O segundo assinalava as áreas em que o fenômeno da fome era uma manifestação permanente.

Ao definir o Recife como área de fome, Josué de Castro construiu a imagem de uma cidade crispada pela miséria. Na sua leitura crítica acerca dos problemas da cidade, o intelectual pernambucano identificou fatores econômicos e culturais como elementos que compunham a base sobre a qual se estruturavam as mazelas da cidade do Recife. Dito de outra forma, o fenômeno da fome se projetava na paisagem urbana condicionado por esses dois fatores. O traço econômico compreendia a forma como a colonização da região açucareira havia se processado.

Descobrimo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entrando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, desse modo, os recursos alimentares da região.⁶²

A cidade dos escritos de Josué de Castro tinha uma temporalidade própria. O argumento central do autor consistia em indicar que os interesses econômicos dos colonizadores portugueses voltados exclusivamente para a produção da cana-de-açúcar teriam fomentado uma espécie de moral que inibiu, ao longo dos séculos, o desenvolvimento equilibrado e racional da alimentação das populações pobres da cidade do Recife. A miséria não era apenas um resíduo de distorções socioeconômicas, era o próprio efeito da estrutura produtiva vigente na região há quatro séculos. A partir dessa

⁶² CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Op. Cit., p. 134.

relação, o autor ampliava as formas de ler a cidade na medida em que localizava a origem do subdesenvolvimento do Recife e indicava as suas consequências.

Desta alimentação precária resultam graves consequências para as populações nordestinas: umas específicas, presas em relação de causa e efeito às diferentes carências que a dieta acarreta; outras inespecíficas, refletindo, porém, a miséria orgânica a que o meio social reduziu o homem da bagaceira. As primeiras manifestações diretas da deficiência alimentar são as que resultam de sua insuficiência calórica, de sua pobreza energética. Por sua conta decorre, em grande parte, a reduzida capacidade de trabalho dessa gente que se cansa ao menor esforço, que não é capaz de acompanhar o ritmo muscular do trabalhador das regiões de melhor alimentação do sul país.⁶³

Josué de Castro considerava o Recife a capital do Nordeste açucareiro. O autor mobilizava tal argumento para ampliar para toda a região da bagaceira os resultados científicos obtidos naquela cidade. Essa proposta de leitura aparece manifestada na seguinte passagem: “Este regime alimentar insuficiente e carenciado das populações do Recife exprime, até certo ponto, em sua típica constituição, os hábitos alimentares de toda a região”⁶⁴. Isso implicava a elaboração de uma representação em que a cidade aparecesse sem contornos geográficos definidos. Na paisagem urbana do Recife construída por Castro, a única materialidade visível e passível de ser analisada era o traço marcante do subdesenvolvimento representado pelo estado de fome permanente de sua população.

Ele demonstrava com essa abordagem que a partir da realidade socioeconômica recifense era possível criticar todo um estado de coisas. O enfoque dessa perspectiva de análise contribuiu para que Josué de Castro formulasse sua crítica em relação aos custos econômicos da miséria. Os romances: *Os sertões*, de Euclides da Cunha⁶⁵; *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida⁶⁶; *O Quinze*, de Raquel de Queiroz⁶⁷; e *Cacau*⁶⁸ e *Terras do Sem-Fim*⁶⁹, de Jorge Amado; já haviam inserido as calamidades nordestinas no debate intelectual nacional⁷⁰. No entanto, as análises de Josué de Castro concebiam uma dimensão conceitual e teórica para as manifestações do subdesenvolvimento. O Recife

⁶³ Idem, p. 176.

⁶⁴ Ibidem, p. 171.

⁶⁵ CUNHA, Euclides. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

⁶⁶ ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.

⁶⁷ QUEIROZ, Raquel. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2016.

⁶⁸ AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁶⁹ AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

⁷⁰ SCHAPPO, Sirlândia. Josué de Castro por uma agricultura de sustentação. Op. Cit.; CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e subdesenvolvimento*. Op. Cit.

serviu para esse fim a partir de duas frentes. Na primeira, o intelectual avaliava as condições econômicas do trabalhador urbano. Dizia ele a esse respeito:

No inquérito que realizamos na capital pernambucana encontramos em 1932 um salário médio diário de Cr\$ 3,60, o qual, estudado à luz da capacidade aquisitiva do nosso dinheiro naquela época, se revela como um salário de fome. Pois bem: na zona rural, Gileno De Carli, levando a efeito em 1939 um inquérito em oito usinas pernambucanas, encontrava para o trabalhador do campo, que constitui o grosso da população, salários que variavam entre 2 e 3 cruzeiros e meio. A falta de opção com outras espécies de trabalho obrigava o trabalhador rural a se submeter irremediavelmente à terrível exploração ou a emigrar para as cidades ou para outras zonas econômicas do país.⁷¹

A comparação entre os salários dos trabalhadores da cidade e do campo servia ao propósito de demonstrar a má consciência dos senhores da economia açucareira⁷². Josué de Castro indicava que as elites econômicas do Recife não viam as populações pobres como ameaça aos seus interesses políticos e econômicos. A estrutura secular do sistema produtivo nordestino contribuía para que a multidão de miseráveis que migrava do campo para a cidade fosse encarada apenas como reserva de mão de obra de baixo custo. Para Castro, esse inexpressivo valor que indivíduos pobres tinham na dinâmica econômica da região da bagaceira era o mais significativo entrave ao desenvolvimento do Nordeste. O autor continua sua argumentação particularizando ainda mais, em suas análises, a capital pernambucana:

Recife é uma cidade que sempre atraiu um excesso de população formada de elementos adventícios que fugiram da zona rural acoçados por dois grupos de causas de expulsão: as secas periódicas do sertão nordestino e os salários miseráveis das zonas das usinas. Estes elementos tecnicamente mal equipados subsistem as mais das vezes à margem da economia urbana, vegetando num tipo de vida extremamente precário, de recursos os mais limitados. Dos 700 mil habitantes que o Recife possui, 230 mil vivem em habitações do tipo de mocambos, plantados nos mangues e nos arredores da verdadeira cidade⁷³

Em Recife, o aspecto físico da população e os mocambos espalhados pela cidade significavam argumentos para Josué de Castro. Nos anos 1930/1940, economistas e analistas políticos já haviam constatado que o fluxo migratório para a cidade do Recife

⁷¹ CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Op. Cit., p. 175.

⁷² A expressão “senhores da economia açucareira” foi utilizada por José Sérgio Leite Lopes em prefácio à obra: PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. 2ª edição. Recife: Editora Massangana, 2015.

⁷³ CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Op. Cit., p. 172.

crecia à revelia das potencialidades econômicas e das funções urbanas da capital pernambucana⁷⁴. A novidade da crítica de Castro estava no fato de ele indicar a fome como catalisadora das “questões urbanas” do Recife. Essa segunda forma de encarar os problemas daquela cidade possibilitava ao autor evidenciar, recorrendo muitas vezes a uma narrativa dramática, as consequências da má consciência das elites econômicas para o conjunto da sociedade. Sobre a fome como fator fundamental da dimensão urbana, afirmava Josué de Castro:

No Recife, nos mangues do Capibaribe se desenvolveu uma verdadeira cidade de mocambos que cresce em seguida a cada seca com os novos casebres levantados no charco por novas levas de retirantes. A maior parte dos que descem do sertão acossados pelo flagelo aí fica vivendo uma vida de inadaptados e vencidos num regime de carência que é uma continuação do martírio da fome no sertão. Numa série de contos que enfeixamos em nosso livro “Documentário do Nordeste” já fixamos quadros da vida dessa gente que vive atolada nos mangues se sustentando de caranguejos, “da pesca de caranguejos e siris, chafurdando nesse charco onde tudo é, foi ou vai ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz quando ainda não é caranguejo vai ser. O caranguejo nasce nela e vive dela. E o homem que aí vive se alimenta desta lama sob a forma de caranguejo. [...] Estas populações mantidas através desse trágico “ciclo do caranguejo” representa um resto do monturo humano que o vento quente das secas joga nas praias do nordeste.⁷⁵

Nas palavras de Josué de Castro, a cidade ganhava uma nova dimensão. Nela, o urbano se estruturava a partir dos seguintes elementos: moradias precárias; falta de higiene; doenças; pobreza extrema; e fome endêmica. No seu quadro conceitual, o fenômeno da fome informava a constituição física, moral e social da paisagem urbana da cidade do Recife. Na medida em que o autor se contrapunha à imagem de uma multidão de miseráveis amorfa, desprovida de qualquer traço humano, ele fundava uma nova concepção acerca do subdesenvolvimento. A representação de rios com suas margens tomadas por mocambos; de ruas amontoadas de pessoas consumidas pela fome; de mangues com suas populações anfíbias vivendo da lama e dos caranguejos; exteriorizava

⁷⁴ A referida informação foi fornecida pela historiadora e cientista política Dulce Pandolfi em sua obra sobre a atuação e o legado de Agamenon Magalhães para a política pernambucana entre os anos 1930/1950. Diz ela: “A relação entre a proliferação de mocambos na capital pernambucana e as distorções socioeconômicas já havia sido objeto de análise de diversos economistas e analistas políticos. O fluxo migratório, vindo das diversas localidades do Nordeste para o Recife, a carretava um crescimento populacional que não correspondia a um desenvolvimento socioeconômico da cidade”. PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit., p. 83

⁷⁵ CASTRO, Josué de. Geografia da fome: a fome no Brasil. Op. Cit., p. 259.

e conceituava as trágicas condições de vida da multidão de miseráveis que viviam na capital pernambucana.

A leitura que Josué de Castro estabeleceu da cidade do Recife transformou em linguagem política as experiências dos flagelados da fome daquela cidade. Nos próximos itens deste capítulo, analisaremos as faces do subdesenvolvimento da cidade do Recife a partir do ponto de vista de João Cabral de Melo Neto e Manuel Correia de Andrade.

1.2. Os rios do subdesenvolvimento: as paisagens da miséria na poesia de João Cabral de Melo Neto

1.2.1 Formação e trajetória intelectual de João Cabral de Melo Neto

Em meados do século XX, a nova sensibilidade intelectual em relação à pobreza não ficou restrita aos espaços acadêmicos ou as reflexões de caráter ensaístico. A poesia ofereceu significativas contribuições para o debate sobre o subdesenvolvimento nordestino. A miséria e seus personagens eram temas recorrentes nos versos dos poetas pernambucanos desse meio de século.⁷⁶ O principal expoente dessa poesia que elaborou uma leitura original das mazelas sociais que afetavam a sociedade pernambucana foi João Cabral de Melo Neto. No ensaio *Literatura e Subdesenvolvimento*, Antônio Cândido pontuou que até 1930 a elite letrada brasileira tinha uma má consciência em relação ao persistente atraso econômico e social da sociedade brasileira e indicou o percurso percorrido para que, no pós-guerra, essa perspectiva se transformasse em uma visão trágica e realista de país subdesenvolvido⁷⁷. No contexto dos poetas pernambucanos foi João Cabral quem inaugurou essa nova visão trágica e realista com que a poesia passava a encarar as mazelas da sociedade com o seu tríptico poético: *O Cão Sem Plumas*, *O rio e Morte e Vida Severina*. No período em que essas obras foram publicadas nenhuma questão se colocava mais urgente para a intelectualidade local do que a multidão de miseráveis que circulava pelas ruas da cidade do Recife. Os fatores que despertaram o

⁷⁶ Sobre os poetas pernambucanos de meados do século XX que escreveram a respeito dos personagens da miséria nordestina, ver o trabalho de Francisco Pedrosa de Andrade. Destacamos que embora não compartilhem o mesmo entendimento em relação a algumas de suas premissas, as conclusões que o trabalho apresenta são indubitavelmente relevantes para a compreensão do papel dos literatos nos debates que giravam em torno subdesenvolvimento. ANDRADE, F. P. *As letras da miséria: a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964)*. 2019. Dissertação (Dissertação em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

⁷⁷ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e subdesenvolvimento*. Op. Cit.

interesse de João Cabral pelo cotidiano dessas massas empobrecidas, nós buscaremos a partir da análise de sua formação familiar e intelectual.

João Cabral de Melo Neto nasceu no Recife, no dia 09 de janeiro de 1920⁷⁸. Filho e neto de grandes proprietários de terra, João Cabral passou sua primeira infância em engenhos de açúcar localizados em municípios próximos à cidade do Recife. Até os dez anos de idade, o poeta pernambucano morou em três engenhos. O primeiro foi o engenho Poço do Aleixo, localizado no município de São Lourenço da Mata. O segundo e o terceiro foram os engenhos Pacoval e Dois Irmãos, estes localizados no município de Moreno. A família Cabral de Melo era formada pelos seus pais Luiz Antonio Cabral de Melo e Carmem Carneiro Leão e seus seis irmãos, Virgílio, Leda, Maurício, Cláudio, Maria de Lourdes e Evaldo José.

A família de João Cabral se mudou para a cidade do Recife, em 1930. Nos eventos revolucionários daquele ano, seu pai, Luiz Antonio Cabral de Melo, defendeu a ordem vigente e se colocou ao lado do então governador Estácio Coimbra. Com a vitória dos revolucionários, o engenho onde a família Cabral de Melo morava foi invadido pela polícia. A ausência de segurança e de condições políticas favoráveis levou toda família a migrar para a capital pernambucana. No Recife, João Cabral estudou no Colégio São Luiz, uma tradicional instituição de educação básica dirigida pelos irmãos maristas. Ali, conseguiu cultivar e desenvolver o hábito de leitura que o acompanhava desde os tempos dos engenhos de açúcar, onde o garoto João Cabral gostava de ler histórias para os funcionários que trabalhavam nas propriedades de sua família.

Ao lado da paixão pela leitura e pelos livros, o poeta pernambucano cultivava vivo interesse pelo futebol. Dos campos localizados nos terrenos desocupados do Bairro do Monteiro, onde costumava jogar, João Cabral chegou a ser campeão juvenil pelo Santa Cruz Futebol Clube, em 1935⁷⁹. No mesmo ano em que foi campeão pelo clube mais popular do estado de Pernambuco, João Cabral finalizou a etapa básica de seus estudos. Mas a sua frágil saúde não permitiu que o poeta pernambucano seguisse carreira nos campos de futebol e, também, o impossibilitou de prosseguir nos cursos preparatórios com vista a obter o título de Doutor em alguma prestigiosa Faculdade, aponta o filósofo e crítico literário Benedito Nunes⁸⁰. Vale a pena ressaltar dois aspectos dessa primeira

⁷⁸ Os dados biográficos a respeito de João Cabral de Melo Neto se fundamentam em: MARQUES, Ivan. João Cabral de Melo Neto: uma biografia. São Paulo: Todavia, 2021; além da bibliografia citada ao longo do texto.

⁷⁹ CAMPEDELLI, S. Y; ABDALA JUNIOR, B. Literatura comentada: João Cabral de Melo Neto. São Paulo: Editora Abril, 1982.

⁸⁰ NUNES, B. João Cabral de Melo Neto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

fase da formação de João Cabral. O primeiro é o fato de o poeta pernambucano cultivar contatos, desde muito cedo, com pessoas de fora do seu círculo social. O segundo é que João Cabral não frequentou um dos principais espaços de sociabilidade intelectual dos jovens intelectuais recifenses: a Faculdade de Direito do Recife⁸¹. Esses fatos foram importantes para a formação e trajetória intelectual de João Cabral, mas não foram decisivos para as suas predileções quanto à carreira profissional a seguir nem quanto aos temas trabalhados em sua poesia.

Para João Cabral, o convívio com a intelectualidade recifense no Café Lafayette exerceu a maior influência nas escolhas profissionais e no caminho que seguiu na literatura. O Lafayette, localizado na esquina da Rua do Imperador com a Rua Primeiro de Março, na região central da cidade do Recife, era o reduto da elite intelectual pernambucana. Ali, se reunia em torno do escritor Willy Lewin e do pintor Vicente do Rego Monteiro, jovens intelectuais como Gastão de Holanda, Ledo Ivo, Benedito Coutinho, entre outros⁸². João Cabral era primo de dois grandes intelectuais. Pelo tronco paterno, era primo do poeta Manoel Bandeira. Pelo tronco materno, era primo do sociólogo Gilberto Freyre. No entanto, foi na biblioteca do escritor Willy Lewin que João Cabral teve contato com as obras de Guillaume Appollinaire, Paul Valéry, Jean Giradoux, entre outras referências da literatura francesa que influenciaram sua produção poética⁸³.

No início da década de 1940, o jovem intelectual pernambucano se muda com a família para o Rio de Janeiro. Na capital federal, João Cabral amplia sua rede de interlocutores estabelecendo vínculos de amizade com os poetas Murilo Mendes e Carlos Drummond de Andrade. Ao lado do também poeta Joaquim Cardozo, estes poetas modernistas foram as principais influências que o jovem João Cabral teve no início de sua carreira. Cabe destacar que, embora a temática social apareça em vários escritos dos intelectuais brasileiros que influenciaram a poesia do ilustre poeta pernambucano, a visão trágica de país subdesenvolvido só aparece nos escritos de João Cabral a partir do tríptico poético publicado nos anos de 1950.

As experiências vivenciadas na capital federal foram decisivas na formação da nova sensibilidade intelectual de João Cabral. As reuniões no consultório do poeta e

⁸¹ A maioria dos intelectuais que despontaram na cena cultural recifense do pós-guerra estudou na Faculdade de Direito do Recife, o que faz dessa instituição um notável espaço de sociabilidade intelectual da capital pernambucana.

⁸² Conforme entrevista do poeta pernambucano In: *Cadernos de Literatura Brasileira: João Cabral de Melo Neto*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1996.

⁸³ CAMPEDELLI, S. Y; ABDALA JUNIOR, B. Op. Cit.

médico Jorge de Lima. As rodas literárias dos cafés Amarelinho e Vermelhinho⁸⁴. As transformações urbanísticas experimentadas pelo Rio de Janeiro nos anos 1940. As consequências da Guerra na dinâmica política da capital federal e no cotidiano dos brasileiros – João Cabral foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas foi dispensado por motivos de saúde. O clima político que indicava, desde 1943, a perda de força política do ditador Getúlio Vargas e a abertura do regime do Estado Novo⁸⁵. As eleições presidenciais de 1945 e a transição para o regime democrático, somados ao fato de o poeta viver longe da cidade do Recife, contribuí para que João Cabral de Melo Neto, ao direcionar seu olhar para a realidade social pernambucana no início dos anos 1950, passasse a encará-la a partir de uma leitura trágica e realista.

João Cabral vivenciou as transformações políticas ocorridas nos anos 1940 a partir de um lugar privilegiado: o de funcionário público em órgãos da administração federal. Em 1943, por meio de concurso, o jovem intelectual ingressa no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Criado em 1938, o DASP tinha como objetivo aprofundar a reforma administrativa proposta pelo governo Getúlio Vargas. Ali, concentravam-se as atividades de seleção e aperfeiçoamento dos funcionários administrativos, bem como a formulação e fiscalização das propostas orçamentárias do governo federal⁸⁶. João Cabral permaneceu no DASP exercendo a função de assistente de seleção até 1944. Em 1945, por meio de outro concurso, João Cabral ingressa no Itamaraty. O início de sua carreira diplomática é marcado por atividades no Departamento Cultural, no Departamento Político e na Comissão de Organismos Internacionais daquela instituição. Em 1947, o poeta e diplomata pernambucano deixa o Brasil para exercer a função de vice-cônsul, no Consulado Geral de Barcelona.

As obras publicadas por João Cabral na década de 1940 refletiam as transformações ocorridas no cenário político e social daqueles anos na medida em que o poeta, oriundo da elite agrária pernambucana, buscava responder àquelas novas circunstâncias a partir de uma forma poética que anulasse, em alguma medida, a sua subjetividade. Os novos tempos que surgiam a partir do processo de abertura política e

⁸⁴ Cadernos de Literatura Brasileira: João Cabral de Melo Neto. Op. Cit.

⁸⁵ Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Queda de Vargas e fim do Estado Novo In: A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargast>. Acesso em 09 de junho de 2019.

⁸⁶ Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Departamento Administrativo do Serviço Público In: A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>. Acesso em 09 de junho de 2019.

democratização não permitiam mais uma visão amena sobre o papel das elites agrárias na perpetuação das estruturas arcaicas da sociedade brasileira. Nesse sentido, as flexões desenvolvidas por João Cabral a respeito da forma poética e do lugar do poeta nesses novos tempos era, também, uma forma de romper com o seu passado aristocrático. O ensaísta e crítico literário João Alexandre Barbosa teceu as seguintes considerações a respeito da poesia cabralina anterior às publicações dos anos 1950:

Não se chegou a isto, entretanto, sem um longo e atormentado caminho no exercício da poesia, desde a estréia, no livro *Pedra do sono*, de 1942, passando por *Os três mal-amados*, de 1943, por *O engenheiro*, de 1945, por *Psicologia da composição*, de 1947, e por *O cão sem plumas*, de 1950.

Na verdade, foi somente a partir deste último livro que o poeta encontrou uma modulação própria para incluir em sua poesia os resíduos de uma experiência pessoal, social e histórica, cuja tradução poética vinha sendo preparada pelos livros anteriores, marcados por intensa reflexão sobre a própria condição da poesia e do poeta.

[...]

De fato, o texto de abertura da coletânea, "Poema", já propõe a tensão entre a existência contemplativa do poeta e a sua fixação ainda inatingível pela palavra, de onde resulta um certo teor melancólico de que está impregnado: "Há vinte anos não digo a palavra/ que sempre espero de mim./ Ficarei indefinidamente contemplando/ meu retrato eu morto". Logo mais adiante, esta consciência da impossibilidade de realização, não obstante os registros da sensibilidade, vai acoplar-se ao sentido agudo da condição inevitável do poeta, esmagado sob o peso daquela impossibilidade.

Entre a consciência poética e o tumulto das experiências, mais ainda, entre o desregramento das sensações e o desejo de um controle por meio das construções verbais, a relação entre o poeta e a poesia ganha, por assim dizer, uma enorme dramaticidade que é intensificada pelo esvaziamento da própria experiência, na medida em que esta não se submete à vontade de formalização do poeta.⁸⁷

As indicações do crítico João Alexandre Barbosa sugerem a importância de se ir além das transformações puramente estéticas da poesia cabralina, na virada dos anos 1940/1950. Essa premissa, conforme a nossa linha argumentativa, parece-nos a chave para entender a nova sensibilidade demonstrada pelo poeta pernambucano a partir dos livros publicados nos anos de 1950. No seu tríptico poético, João Cabral não romanceou os personagens da miséria. A fome, as habitações precárias espalhadas pela cidade, os flagelados das secas e as concentrações de miseráveis nas ruas do Recife foram interpretados por João Cabral como um *perigo social* a ser superado. A compreensão dos complexos problemas experimentados pela sociedade nordestina a partir dessa

⁸⁷ BARBOSA, João Alexandre. "A lição de João Cabral" In: Cadernos de Literatura Brasileira: João Cabral de Melo Neto. Op. Cit. p. 62-105.

perspectiva contribuiu para que o poeta pernambucano elaborasse uma leitura original sobre a cidade do Recife. As análises desenvolvidas por João Cabral também contribuíram para que o poeta se afastasse da sua herança aristocrática. Vale destacar que a visão amena em relação ao atraso socioeconômico da sociedade brasileira que imperou até os anos 1930 era fruto, em grande medida, do fato de a intelectualidade que produziu essas análises ter uma narrativa que não se contrapunha aos seus interesses de classe⁸⁸. Para a crítica social que João Cabral elaborou assumindo um discurso que aqui nomeamos de contra-elite, as vivências do poeta na capital federal e no exterior foram fundamentais⁸⁹. Vejamos como essa interpretação do poeta pernambucano aparece nos versos dos poemas *O Cão Sem Plumas*, *O rio* e *Morte e Vida Severina*.

1.2.2. A miséria como perigo social nos versos do tríptico poético de João Cabral de Melo Neto

O Cão Sem Plumas foi o primeiro poema publicado nos anos 1950 empenhado em realizar uma crítica da realidade socioeconômica da cidade do Recife. O conjunto do poema compõe quatro partes: *Paisagem do Capibaribe I*; *Paisagem do Capibaribe II*; *Fábula do Capibaribe* e *Discurso do Capibaribe*. Nas duas primeiras partes, João Cabral realizou uma descrição das paisagens degradadas do Rio Capibaribe. Nelas, o meio

⁸⁸ MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira. Op. Cit.

⁸⁹ Privilegiamos no corpo da tese a formação de João Cabral de Melo Neto até a publicação dos poemas do início dos anos 1950. No entanto, vale destacar em nota outros elementos significativos de sua formação e atuação intelectual. Em 1955, João Cabral recebe o prêmio Olavo Bilac da ABL. Em 1956, depois de um período trabalhando no Departamento Cultural do Itamaraty, João Cabral foi transferido para Barcelona. Em postos diplomáticos no exterior, o diplomata pernambucano ainda serviria no Consulado-Geral de Marselha, em 1958; Lisboa, em 1960; Madri, em 1961; Sevilha, em 1962; Genebra, em 1964; Berna, em 1966; Barcelona, em 1967; Assunção, em 1969; Maurítânia, Mali e Guiné, em 1972; Quito, em 1979 e Honduras, em 1981. Em 1968, João Cabral foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, tomando posse e tornando-se imortal em 1969. Em 1974, João Cabral foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco. Em 1975, o poeta pernambucano foi premiado pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) pela publicação de seu livro *Museu de tudo*, lançado naquele ano pela editora José Olympio. Em 1980, João Cabral foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem. Em 1982, com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em 1986, com o título Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1990, com o prêmio Luís de Camões, do governo de Portugal e, em 1992, João Cabral foi agraciado pelo governo espanhol com a Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica. Paralelamente a carreira de diplomata, seguia a de poeta. Além das obras já referenciadas, João Cabral publicou *Paisagens com Figuras* e *Uma faca só lâmina*, em 1956; *Quaderna*, em 1960; *Dois parlamentos* e *Serial*, em 1961; *Poesias completas*, em 1968; *A escola das facas*, em 1979; *Poesia crítica*, em 1981; *O auto do frade*, em 1982; *Agreste*, em 1985; *Crime na Calle Relator*, em 1987; *Poemas pernambucanos*, em 1988; *Sevilha andando*, em 1990; *Poemas sevilhanos*, em 1992 e *Obras completas*, em 1994.

natural e humano se confundiam na composição do cenário subdesenvolvido da cidade. Nas duas últimas partes do poema, a ênfase recaiu nas formas como o Recife foi fecundado pela miséria. Já salientamos que a forma como a crítica social de João Cabral foi realizada se diferencia da crítica ensaística de viés acadêmico. No entanto, não é só na forma que reside a diferença. Até a publicação desse primeiro poema participante⁹⁰ de João Cabral, o ensaio acadêmico mais significativo sobre as questões em torno do subdesenvolvimento foi a *Geografia da Fome*, de Josué de Castro. Nas análises que realizamos dessa obra destacamos que para Castro a miséria foi catalizadora das *questões urbanas* da cidade do Recife. João Cabral mobilizou, nos versos de sua prosa poética, conceitos e imagens que se tornaram canônicos a partir do famoso ensaio de Josué de Castro. No entanto, na poesia de João Cabral, o espetáculo da pobreza nordestina foi analisado na perspectiva de *perigo social* a ser superado. Nesse sentido, a originalidade da crítica do poeta pernambucano não estava só na forma, mas também no conteúdo. Passemos a analisar como a miséria aparece como *perigo social* na prosa discursiva empregada em *O Cão Sem Plumas*.

I

(Paisagem do Capibaribe)

§ A cidade é passada pelo rio
 como uma rua
 é passada por um cachorro;
 uma fruta
 por uma espada.⁹¹

Nos primeiros versos de *O Cão Sem Plumas* o poeta pernambucano dava ênfase à importância que o rio Capibaribe tem para a cidade do Recife. Ao iniciar sua narrativa poética frisando esse aspecto, João Cabral promoveu dois movimentos simultâneos: o primeiro foi o de indicar que a cidade do Recife cresceu a partir dos tentáculos do rio. O segundo, que a cidade cresceu desatenta como um cachorro que passa por uma rua, ou de forma violenta como uma fruta que passa por uma espada. Nas imagens construídas pelo

⁹⁰ Utilizamos aqui o conceito de *poema participante* no sentido apresentado pelo filósofo e crítico literário Benedito Nunes. Para este autor, o *poema participante* “é aquele que se define pelo seu uso prático, como arma de crítica social”. O autor ainda acrescenta que “a obra de João Cabral pode ser considerada uma arma de longo alcance, que mantém a realidade sob a mira de uma visão não-convencional, atingindo-a com os tiros certos da sátira”. NUNES, B. João Cabral de Melo Neto. Op. Cit. p. 73.

⁹¹ MELO NETO, João Cabral. Poesia Completa (1940-1980). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

poema, o rio pautava as transformações da cidade. Nesse sentido, a argumentação de João Cabral seguia com o foco na paisagem do rio:

§ Aquele rio
era como um cão sem plumas.
Nada sabia da chuva azul,
da fonte cor-de-rosa,
da água do copo de água,
da água de cântaro,
dos peixes de água,
da brisa na água.

§ Sabia dos caranguejos
de lodo e ferrugem.
Sabia da lama
como de uma mucosa.
Devia saber dos polvos.
Sabia seguramente
da mulher febril que habita as ostras.

Aquele era um rio sem adornos. Não existia, nele, nada que pudesse disfarçar sua condição degradada. Nas suas águas poluídas de lodo, ferrugem e lama, só caranguejos e ostras sobreviviam. João Cabral apresentava os elementos que indicavam a miséria como *perigo social* de forma espaçada ao longo da narrativa poética. Nas duas estrofes ora analisadas, a referência surgia com a “mulher febril que habita as ostras”. Essa foi a primeira menção que o poeta fez dos seres humanos que viviam da fauna poluída do Capibaribe. A mulher, que de tanto se alimentar de ostras era como se habitasse em uma delas, era um ser doente e frágil. Essa condição a colocava mais perto de um leito de hospital que de um pátio de fábrica ou do trabalho nos engenhos. A ideia de estagnação social e econômica presente nas imagens do rio poluído e da mulher febril foi reforçada nas passagens subsequentes.

§ Ele tinha algo, então,
da estagnação de um louco.
Algo da estagnação
do hospital, da penitenciária, dos asilos,
da vida suja e abafada
(de roupa suja e abafada)
por onde se veio arrastando.

§ Algo da estagnação
dos palácios cariados,
comidos
de mofo e erva-de-passarinho.
Algo da estagnação

das árvores obesas
pingando os mil açúcares
das salas de jantar pernambucanas,
por onde se veio arrastando.

A estagnação do rio não era regida pelo tempo natural. João Cabral deixava isso claro ao escolher trabalhar com as representações modernas de loucura, hospital, penitenciária e asilo. Essas imagens procuravam humanizar a estagnação do rio ao mesmo tempo em que possibilitava ao poeta pernambucano localizar as causas humanas que contribuíram para aquela condição de rio estéril. Para João Cabral, aquele estado infecundo do Capibaribe e das pessoas que dele viviam era fruto da dinâmica que crescia como árvores nas salas e cozinhas dos engenhos pernambucanos.

§ (É nelas, mas de costas para o rio,
que “as grandes famílias espirituais” da cidade
chocam os ovos gordos
de sua prosa.
Na paz redonda das cozinhas,
ei-las a revolver viciosamente
seus caldeirões
de preguiça viscosa).

§ Seria a água daquele rio
fruta de alguma árvore?
Por que parecia aquela
uma água madura?
Por que sobre ela, sempre,
como que iam moscas?

§ Aquele rio
saltou alegre em alguma parte?
Foi canção ou fonte
em alguma parte?
Por que então seus olhos
vinham pintados de azul
nos mapas?

A fecundidade dessa árvore podre de onde brotava os marginalizados da sociedade pernambucana era alimentada pelo descaso das elites agrárias em relação aos personagens da miséria. O poeta estabeleceu uma ligação entre a estagnação das elites moradoras “dos palácios cariados” com aquela encontrada no Capibaribe. Mas João Cabral afirmava que ambas eram frutos da condição das grandes famílias endinheiradas da cidade do Recife estarem sempre de costas para rio, personagem maior da miséria pernambucana. Esses argumentos perpassam todo o poema. Mas o ápice da crítica elaborada pelo poeta pernambucano em O Cão Sem Plumas se encontra nas seguintes estrofes:

§ Na paisagem do rio
 difícil é saber
 onde começa o rio;
 onde a lama
 começa do rio;
 onde a terra
 começa da lama;
 onde começa o homem
 naquele homem.

§ Difícil é saber
 se aquele homem
 já não está
 mais aquém do homem;
 mais aquém do homem
 ao menos capaz de roer
 os ossos do ofício;
 capaz de sangrar
 na praça;
 capaz de gritar
 se a moenda lhe mastigar o braço;
 capaz
 de ter a vida mastigada
 e não apenas
 dissolvida
 (naquela água macia
 que amolece seus ossos
 como amoleceu as pedras).

Na primeira estrofe o poeta reforça a ideia de rio e de homem como entes indissociáveis. Nessa passagem há uma clara referência ao texto bíblico em que foi narrada a criação do homem. Segundo o livro de Gênesis, o homem foi forjado do pó da terra e em suas narinas foi soprado o fôlego da vida. A partir de uma leitura inversa, o homem dos versos de *O Cão Sem Plumaz* foi formado da lama podre e sem vida do Capibaribe. A referência aos aspectos de um homem sem vida alicerçava a ideia central desdobrada na segunda estrofe. Ao ser constituído de lama, o homem estava destituído da força necessária para produzir os bens necessários para o desenvolvimento econômico da sociedade pernambucana.

No poema *O rio*, publicado em 1953, a crítica social elaborada por João Cabral focou as paisagens encontradas ao longo do trajeto do Capibaribe pelo estado de Pernambuco. O poema é composto de vinte e nove partes. Os temas abordados em cada um desses segmentos privilegiaram aquilo que João Cabral observou em viagem realizada pelas cidades e povoados que margeavam o rio desde sua nascente até a cidade do Recife.

A miséria que João Cabral encontrou nos lugares que visitou, fez o poeta pernambucano retomar e intensificar sua crítica social em relação ao espetáculo da pobreza recifense. No segmento intitulado “De Apipucos à Madalena”, vejamos o que diz o autor:

Vi muitos arrabaldes
 ao atravessar o Recife:
 alguns na beira da água,
 outros em deitadas colinas;
 muitos no alto de cais
 com casarões de escada para o rio;
 todos sempre ostentando
 sua ulcerada alvenaria;
 todos porém no alto
 de sua gasta aristocracia;
 todos bem orgulhosos,
 não digo de sua poesia,
 sim, da história doméstica
 que estuda para descobrir, nestes dias,
 como se palitava
 os dentes nesta freguesia.⁹²

Nesses versos, o rio narrava o que via ao adentrar a cidade do Recife. João Cabral emprestava a sua voz ao Capibaribe e, por meio do rio, elaborava a sua crítica social. Nesse meio de século XX, a indicação do desgaste das moradias da elite recifense servia de argumento para assinalar que o descaso em relação à situação dos miseráveis do campo e das cidades tinha um preço para os ricos da capital pernambucana. A aristocracia recifense não possuía bens materiais para ostentar. O seu orgulho de moradores de casarões de ulcerada alvenaria estava nas antigas lembranças de um tempo em que os engenhos forneciam os meios para uma vida de bonança na capital do estado.

No segmento do poema intitulado “O outro Recife”, o poeta pernambucano analisou as condições das moradias dos marginalizados sociais que viviam na beira do Capibaribe. Vejamos o que diz o trecho em questão:

Casas de lama negra
 há plantadas por essas ilhas
 (na enchente da maré
 elas navegam como ilhas);
 casas de lama negra
 daquela cidade anfíbia
 que existe por debaixo
 do Recife contado em Guias.
 Nela deságua a gente
 (como no mar deságuam rios)

⁹² MELO NETO, João Cabral. Poesia Completa (1940-1980). Op.cit.

que de longe desceu
em minha companhia;
nela deságua a gente
de existência imprecisa,
no seu chão de lama
entre água e terra indecisa.

A cidade do Recife nos anos de 1950 teve um incremento populacional de 272,5 mil habitantes. Esse significativo crescimento populacional elevou o número total da população recifense a 797,2 mil pessoas⁹³. A cidade não acompanhou essa explosão demográfica. Os postos de trabalho eram insuficientes e um contingente expressivo de pessoas que não tinham como se sustentar recorreu a moradias precárias na beira do Capibaribe. Em “O outro Recife”, João Cabral traduziu em versos a realidade dos moradores dos mocambos fincados na beira dos rios da capital pernambucana. Nesse novo cenário poético, a identidade social da cidade do Recife era composta pelos traços da miséria. As casas de lama negra que foram apagadas das paisagens dos guias da cidade foram reintegradas ao Recife nos versos do poeta pernambucano. Essa apreciação crítica da pobreza estabeleceu um vínculo solidário entre a realidade decadente das elites recifenses e a dos miseráveis que habitavam os mocambos na beira dos rios. Apesar da retomada dessa perspectiva, presente também nos versos de *O Cão Sem Plumaz*, o cenário de subdesenvolvimento da cidade do Recife tinha, agora, causas bem identificáveis: o custo econômico e social da pobreza nos seus mais variados aspectos. Na parte final do segmento intitulado “As duas cidades”, o poeta pernambucano volta, mais uma vez, a essa linha argumentativa. Diz João Cabral:

A não ser esta cidade
que vim encontrar sob o Recife:
sua metade podre
que com lama podre se edifica.
É cidade sem nome
sob a capital tão conhecida.
Se é também capital,
será uma capital mendiga.
É cidade sem ruas
e sem casas que se diga.
De outra qualquer cidade
possui apenas polícia.
Desta capital podre
só as estatísticas dão notícia,
ao medir sua morte,
pois não há o que se medir em sua vida.

⁹³ MELO, Mario Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: Universidade Federal de PE/Dep. de Ciências Geográficas, 1978.

A má consciência da aristocracia recifense em relação às *questões urbanas* da cidade do Recife deixou de figurar nos últimos segmentos do poema *O rio*. A pobreza não era mais resíduo do descaso da elite endinheirada. A cidade de lama podre se encontrava sob o Recife em uma nítida referência à miséria como uma questão de ordem estrutural. Na medida em que João Cabral aprofundava suas análises em relação à condição de vida e trabalho das populações empobrecidas da cidade do Recife, mais o poeta dava destaque às condições de ordem política e econômica que contribuíram para o estado de subdesenvolvimento da capital pernambucana. Analisemos o que o poeta dizia na sequência de seus versos:

Conheço toda a gente
que deságua nestes alagados.
Não estão no nível de cais,
vivem no nível da lama e do pântano.
Gente de olho perdido
olhando-me sempre passar
como se eu fosse trem
ou carro de viajar.
É gente que assim me olha
desde o sertão do Jacarará;
gente que sempre me olha
como se, de tanto me olhar,
eu pudesse o milagre
de, num dia ainda por chegar,
levar todos comigo,
retirantes para o mar.

João Cabral sugeria que para conhecer melhor os complexos problemas da realidade subdesenvolvida da cidade do Recife era necessário ir além das análises sobre as condições de vida das massas de miseráveis espalhadas nas margens dos rios que cortavam a capital pernambucana. O reconhecimento da ameaça contida nas multidões empobrecidas exigia a familiaridade das circunstâncias que levaram um contingente expressivo de pessoas migrarem do interior para a cidade do Recife.

A partir dos anos 1940, as regiões do Agreste e do Sertão pernambucano passaram a receber maior atenção por parte do governo do estado. As propostas políticas do interventor Agamenon Magalhães buscavam valorizar uma relação mais estreita com as lideranças políticas do interior, os conhecidos “coronéis”. O fortalecimento dessa aliança se pautava em uma nova política agrícola cujas bases estavam na formação de

cooperativas agrícolas nos núcleos urbanos mais dinâmicos do interior do estado⁹⁴. No plano político, o interventor logrou êxito ao enfraquecer o secular poder das oligarquias açucareiras da Zona da Mata. Mas embora a engrenagem política montada por Agamenon Magalhães tenha dinamizado a política agrícola estadual, não arrefeceu os problemas sociais das multidões de miseráveis que viviam no campo.

A política agrícola do interventor pernambucano foi ineficaz em relação aos problemas sociais e econômicos das populações pobres do campo porque não contribuiu para acabar com o sistema de exploração aos quais as massas de miseráveis estavam submetidas. Os camponeses sofriam, igualmente, dos problemas climáticos. As regulares secas que transformavam grandes extensões de terras em desertos, matando o gado e as poucas plantações, reduzia a oferta de alimentos a patamares inferiores ao mínimo necessário para o corpo se manter saudável. Esses fatores de ordem política, econômica e climática deixavam os camponeses sem esperança de dias melhores.

Era essa especificidade que João Cabral representava nos versos da última parte do segmento “As duas cidades”. Alarmado com o que viu no interior pernambucano o poeta procurava dimensionar o sofrimento dos retirantes que “desaguavam” nos alagados da cidade do Recife. A ênfase dada ao olhar perdido dos pobres que acompanhava o trajeto do poeta a caminho do mar evidenciava a situação precária dos moradores do campo. A escassez de água e de alimento levavam os camponeses à penúria, à falta de esperança. A única coisa que lhes restavam era assistir a vida passar personificada na figura do poeta.

Seja no interior ou na cidade, a condição de vida dos miseráveis não se alterava. Essa característica permanece acentuada no último segmento do poema intitulado “Os dois mares”. Mas foi no Auto de Natal *Morte e Vida Severina*, publicado em 1955, que João Cabral levou ao limite sua crítica social em relação ao espetáculo da pobreza nordestina. A estrutura narrativa do texto mais conhecido do poeta pernambucano segue uma composição diferente dos poemas anteriores. O texto foi escrito por encomenda da dramaturga Maria Clara Machado. Mais do que um poema, tratava-se de uma peça teatral que deveria ser encenada no Teatro Tablado, uma renomada escola de teatro localizada na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente a peça não chegou a ser montada. João Cabral indicou dois motivos para a falta de interesse da diretora em encenar o seu texto. Segundo o poeta, Maria Clara Machado não considerou a obra um autêntico Auto de Natal e, à

⁹⁴ Sobre a política agrícola de Agamenon Magalhães no Agreste e Sertão pernambucano, ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. Op. Cit.

época, o Tablado não tinha a estrutura técnica necessária para montar a encenação⁹⁵. No entanto, naquele mesmo ano, João Cabral publicou em livro a obra que havia pensado para o teatro.

O poema foi escrito em dezoito segmentos. Neles, João Cabral narrou as experiências vivenciadas pelo retirante Severino ao longo de sua caminhada em direção à cidade do Recife. O olhar atento do poeta esquadrinhou a vida cotidiana da personagem-protagonista abordando temas caros às dimensões socioeconômicas da região Nordeste. A simplicidade da vida no campo, a opressão nos lugares de trabalho e o percurso dos pobres pelos espaços públicos foram objeto de análise de João Cabral, em *Morte e Vida Severina*. As representações contidas no poema trazem à tona uma minuciosa análise do terreno onde germinava o mais significativo *perigo social* da região Nordeste: os miseráveis marginalizados. Para o poeta, a convulsão social experimentada pelo Recife, em meados do século XX, só poderia ser sanada na medida em que os párias sociais fossem reintroduzidos à dinâmica social e econômica daquela cidade. Vejamos de que forma essas análises surgem ao longo do poema.

O RETIRANTE EXPLICA AO LEITOR QUEM É E A QUE VAI

[...] Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte Severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).
Somos muitos Severinos
iguais em tudo na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,

⁹⁵ Cadernos de Literatura Brasileira: João Cabral de Melo Neto. Op. Cit. p.25.

a de querer arrancar
 algum roçado da cinza.
 Mas, para que me conheçam
 melhor Vossas Senhorias
 e melhor possam seguir
 a história de minha vida,
 passo a ser o Severino
 que em vossa presença emigra.⁹⁶

A simplicidade da vida no campo ganhava uma nova perspectiva nos versos de João Cabral. A personagem-protagonista simbolizava todo um conjunto de pessoas cuja semelhança não estava só no nome. Os muitos Severinos do interior do estado de Pernambuco compartilhavam, igualmente, os corpos esqueléticos; os ventres inchados; e a iminência da morte prematura. João Cabral demonstrava toda a sua apreensão ante essa concentração humana perseguida pela morte arrastar consigo toda a sociedade pernambucana. As ideias do poeta contrastavam com a concepção que enxergava as massas de retirantes como contribuição ao desenvolvimento econômico na medida em que engrossavam as reservas de mão de obra de baixo custo⁹⁷. Nos versos de *Morte e Vida Severina*, João Cabral estabeleceu uma nítida diferenciação entre os vivos e os mortos. No primeiro grupo estavam aqueles inseridos no sistema produtivo. No segundo, os que sobreviviam à custa da condescendência da sociedade. Na sequência do poema João Cabral, como fez nos poemas anteriores, apontava que a situação do retirante não se modificava ao chegar à cidade do Recife. Na perspectiva do poeta, inscrita nos três poemas analisados, era essa condição que transforma as multidões empobrecidas em *perigo social* a ser equacionado. Vejamos o que diz o João Cabral:

O retirante aproxima-se de um dos cais do Capibaribe:
 - Nunca esperei muita coisa,
 é preciso que eu repita.
 Sabia que no rosário
 de cidades e de vilas,
 e mesmo aqui no Recife
 ao acabar minha descida,
 não seria diferente
 a vida de cada dia:

⁹⁶ Os trechos do poema *Morte e Vida Severina* que mobilizaremos nas citações fazem parte da seleção de textos realizada pelo crítico literário José Fulaneti de Nadai. NADAI, José Fulaneti de. Textos Seleccionados. In: CAMPEDELLI, S. Y; ABDALA JUNIOR, B. Literatura comentada: João Cabral de Melo Neto. Op. Cit. p. 45-51.

⁹⁷ Sobre a visão dos industriais recifenses que viam os flagelados que migravam para o Recife como uma estimada reserva de mão de obra, ver: LOPES, José Sergio Leite. “Paradoxos e reviravolta do campo político em Pernambuco de Agamenon Magalhães”. Prefácio. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. Op. Cit. p.13-21.

que sempre pás e enxadas
foices de corte e capina,
ferros de cova, estrovengas
o meu braço esperariam.
[...]
E chegando, aprendo que,
nessa viagem que eu fazia,
sem saber desde o Sertão,
meu próprio enterro eu seguia.

A presença dos retirantes na cidade do Recife foi considerada pelo poeta um fenômeno inquietante. Nesse sentido, a imagem da cidade-cemitério foi o recurso literário utilizado pelo autor para dar vazão à leitura da nova realidade da cidade do Recife que se lhe apresentava em meados do século XX. No plano nacional, a sociedade brasileira passava por um intenso processo de industrialização. Na região Nordeste, os efeitos desse processo eram pouco significativos quando o poeta escreveu *Morte e Vida Severina*. No entanto, no segmento em que o poeta analisava a vida cotidiana dos retirantes na capital pernambucana, a cidade foi interpretada a partir de uma perspectiva cuja organização social era pautada pelo *sistema de trabalho*. Desse modo, para o poeta, a morte só deixaria de ser uma realidade quando as multidões de Severinos fossem incorporadas ao sistema produtivo da cidade do Recife. A concepção de *sociedade do trabalho* de João Cabral se evidenciava ao longo de todo o poema. Em alguns trechos, a estrutura dramática na qual a obra foi criada realçava ainda mais o ponto de vista do autor. Vejamos:

Aproxima-se do retirante o morador de um dos mucambos
que existem entre o cais e a água do rio:
- Seu José, mestre carpina,
que habita este lamaçal,
sabe me dizer se o rio
a esta altura dá val?
sabe me dizer se é funda
esta água grossa e carnal?
- Severino, retirante,
jamais o cruzei a nado;
quando a maré está cheia
vejo passar muitos barcos,
barcaças, alvarengas,
muitas de grande calado.
- Seu José, mestre carpina,
para cobrir corpo de homem
não é preciso muita água:
basta que chegue ao abdome,
basta que tenha fundura
igual à de sua fome.
- Severino, retirante,

pois não sei o que lhe conte;
 sempre que cruzo este rio
 costume tomar a ponte;
 quanto ao vazio do estômago,
 se cruza quando se come.

Severino não acreditava que poderia atravessar a vida, representada nos versos pelo rio Capibaribe. O mestre carpina, experiente morador dos mocambos recifenses, explicava ao retirante recém-chegado que a travessia era possível, desde que realizada por meio de uma ponte. Nas águas profundas daquele rio, por onde passavam as embarcações do desenvolvimento econômico, a ponte evocada pelo mestre carpina era o trabalho que poderia proporcionar ao retirante uma travessia segura pelo rio da vida. No diálogo entre as personagens, não há qualquer representação literária que indique temor de um motim por parte das multidões de miseráveis. A possibilidade de uma jornada revolucionária não passava pelo horizonte do poeta. Essa perspectiva ficou nítida no último segmento do poema:

O carpina fala com o retirante que esteve de fora, sem tomar parte em nada:
 - Severino retirante,
 deixa agora que lhe diga:
 eu não sei bem a resposta
 da pergunta que fazia,
 se não vale mais saltar
 fora da ponte e da vida;
 nem conheço essa resposta,
 se quer mesmo que lhe diga;
 é difícil defender,
 só com palavras, a vida,
 ainda mais quando ela é
 esta que vê, Severina;
 mas se responder não pude
 à pergunta que fazia,
 ela, a vida, a respondeu
 com sua presença viva.

E não há melhor resposta
 que o espetáculo da vida:
 vê-la desfiar seu fio,
 que também se chama vida,
 ver a fábrica que ela mesma,
 teimosamente, se fabrica,
 vê-la brotar como há pouco
 em nova vida explodida;
 mesmo quando é assim pequena
 a explosão, como a ocorrida;
 mesmo quando é uma explosão
 como a de há pouco, franzina;

mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina.

No clímax do texto poético, João Cabral evidenciava que a convulsão da sociedade se daria pela morte prematura do retirante. Para esse perigo, inicialmente não havia uma resposta. A morte acompanhava Severino desde o Sertão. Por onde o retirante passava, ele testemunhava o rastro desolador que as condições climáticas e a falta de emprego legavam aos moradores do campo. A dúvida entre continuar vivendo aquela realidade na capital do estado ou “saltar fora da ponte e da vida” era constante e difícil de equacionar. Mas diferentemente do campo, a cidade não era lugar só de morte. Ali era também lugar de vida, mesmo que essa vida fosse uma vida franzina e severina. Nas imagens construídas por João Cabral, a presença das multidões empobrecidas na cidade não representava a possibilidade de um fenômeno revolucionário porque o poeta demonstrava otimismo na capacidade do retirante produzir seu próprio sustento. Para o poeta, só a “ponte do trabalho” afastaria o retirante da iminência constante da morte e, conseqüentemente, o Recife da sua condição de cidade subdesenvolvida.

Esses poemas passaram por distintos períodos de composição. *O Cão Sem Plumaz* e *O rio* foram pensados e escritos no intervalo dos meses dos seus respectivos anos de publicação: 1950 e 1953. *Morte e Vida Severina* foi escrito no período de dois anos: 1954/1955. No momento da escrita, João Cabral também se dedicava a outras atividades, fossem do âmbito profissional ou da sua vida pessoal. Nesse sentido, o poeta chegava a passar meses sem trabalhar os versos que já havia começado a elaborar⁹⁸. Essa dinâmica de produção poética explica a construção conceitual apresentada nas obras analisadas. A perspectiva de João Cabral de ler a pobreza como *perigo social* a partir dos conceitos de *estagnação social*, *custo econômico da pobreza* e *sociedade do trabalho* partiu das experiências vivenciadas em momentos distintos até mesmo na elaboração dos poemas que mobilizam os referidos conceitos.

1.3. A cidade do Recife e a realidade nordestina na obra de Manuel Correia de Andrade

1.3.1. Formação e trajetória intelectual de Manuel Correia de Andrade

⁹⁸ Cadernos de Literatura Brasileira: João Cabral de Melo Neto. Op. Cit. p.27.

Nos anos 1960, o geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade formulou uma nova interpretação acerca do subdesenvolvimento nordestino. A partir da cunha aberta no pós-guerra, pelo médico e cientista social Josué de Castro, Manuel Correia conceituou a realidade recifense situando a capital pernambucana na estrutura subdesenvolvida da região Nordeste. À época em que os principais textos do geógrafo pernambucano foram publicados, a cidade do Recife passava por expressivas transformações. O moderado crescimento econômico, com a modernização dos parques industriais e do maquinário das usinas nordestinas nos anos 1950, acarretou significativo crescimento demográfico das suas principais capitais. Nos primeiros itens deste capítulo, evidenciamos como Josué de Castro e João Cabral de Melo Neto analisaram, em suas obras, um dos aspectos que gerou o aumento populacional da cidade do Recife: a migração dos camponeses expulsos do campo por força da opressão dos fatores climáticos, políticos e econômicos. As análises de Manuel Correia de Andrade acerca do subdesenvolvimento deram destaque a outro elemento que contribuiu para o aumento da população da cidade do Recife: a atração que a capital pernambucana exercia como principal polo econômico da região.

Nos anos 1950, Recife era reconhecida, por amplos setores da sociedade, como a capital da região Nordeste. No entanto, esse título não espelhava as potencialidades econômicas apresentadas pela cidade do Recife⁹⁹. Os entraves legais para o efetivo desenvolvimento da economia brasileira era sentido ainda com mais força no Estado de Pernambuco, onde a secular estrutura agrária não dava espaço para o avanço da industrialização capitaneada pelas regiões Sul e Sudeste do Brasil. O primeiro interventor do Estado depois da Revolução de 1930 – Carlos de Lima Cavalcanti – foi um usineiro que até meados da década 1920 pertencia às fileiras do PRP, o mesmo partido do governador deposto pela Revolução. O seu sucessor, Agamenon Magalhães, cujo legado político no Estado se estendeu até fins da década 1950, foi ao longo dos anos 1930/40 uma peça importante no jogo político elaborado e levado a cabo por Getúlio Vargas. No âmbito local, as lideranças políticas realizavam as mesmas práticas do governo federal: concediam alguns direitos às classes trabalhadoras sem modificar significativamente a secular estrutura que imperava no Estado de Pernambuco.

No entanto, as melhorias das condições de trabalho nas cidades; o direto à organização sindical; e a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, mesmo sem efetividade prática; contribuíram para atender parte das reivindicações das

⁹⁹ MELO, Mario Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Op. Cit.

classes trabalhadoras, no período posterior a Revolução de 1930. Essas conquistas impulsionaram, sobretudo no pós-guerra, as classes trabalhadoras a reivindicarem mais direitos no plano político, econômico e social. Mas sem uma reforma agrária que democratizasse o uso da terra; sem instrumentos legais que obrigassem os grandes latifundiários a seguir as leis; e sem uma reforma urbana que possibilitasse melhor acomodação para o expressivo número de trabalhadores que afluíam para as principais capitais nordestinas; as crescentes reivindicações eram facilmente debeladas pela ordem vigente.

Na cidade do Recife estava localizado o principal porto do Nordeste. A cidade detinha, igualmente, os principais parques industriais. Esses elementos faziam da capital pernambucana um grande polo econômico em comparação aos demais Estados da região. Era natural, portanto, que a atração que as oportunidades de emprego exerciam junto às populações das regiões mais afastadas influenciasse na elevação da densidade demográfica da cidade do Recife. Esse aumento populacional somado a uma maior liberdade de reivindicação por parte de diferentes grupos sociais transformou Recife em arena de embates entre as classes que detinham o controle político e econômico do Estado e as classes trabalhadoras. As análises desenvolvidas pelo geógrafo Manuel Correia buscaram entender essa dinâmica social da cidade do Recife e indicar as possíveis soluções para equacionar os embates que ano a ano cresciam de forma exponencial.

O interesse de Manuel Correia pelas problemáticas relacionadas à realidade nordestina remonta aos anos em que o intelectual era apenas um estudante, na Faculdade de Direito do Recife. Além da intensa vivência acadêmica, os anos em que Manuel Correia realizou pesquisas para o Instituto Joaquim Nabuco e lecionou nas universidades pernambucanas contribuíram para a formação de sua sensibilidade em relação às “questões urbanas” da cidade do Recife. Passemos a analisar o percurso formativo do ilustre geógrafo pernambucano.

Manuel Correia de Andrade nasceu no dia 03 de agosto de 1922, no município de Nazaré da Mata, a 65 km da cidade do Recife. O seu pai, Joaquim Xavier de Andrade, foi um advogado com atuação política no município de Vicência, onde foi presidente da câmara dos vereadores em duas oportunidades: 1928-1930 e 1934-1937. A sua mãe, Zulmira de Azevedo Correia de Andrade, não tinha formação acadêmica. Filha de um senhor de engenho da cidade de Aliança, ela foi educada para cuidar dos afazeres domésticos, como era costume nas famílias abastadas do interior do Estado, no início do século XX. O casal Joaquim Xavier e Zulmira de Azevedo tiveram nove filhos. Manuel

Correia foi o terceiro filho a nascer nessa numerosa família da zona da Mata pernambucana.

A primeira infância Manuel Correia passou no engenho de sua família, localizado no município de Vicência. A cidade ganhou autonomia política e administrativa, em 1928. Antes dessa data, as terras do município pertenciam à cidade de Nazaré da Mata. Com a separação do território em duas cidades, o engenho de sua família passou a ficar no território do município de Vicência. Ali, Manuel Correia fez os estudos primários. As primeiras classes, fez com o ex-seminarista Manoel Machado. Logo em seguida, passou a frequentar a escola pública da cidade, permanecendo nela até ingressar no Liceu Pernambucano. Foi nesta tradicional instituição dirigida pelo eminente educador Pedro Augusto Carneiro Leão que Manuel Correia cursou o ginásio¹⁰⁰.

Nesses anos, tanto no interior quanto na capital pernambucana, Manuel Correia levou uma vida comum a de qualquer outro jovem de sua idade e de sua classe social. Sua vida se dividia entre o lazer com os amigos e o tempo dedicado aos estudos. Desde muito cedo, a família demonstrou o desejo de que Manuel Correia seguisse os passos do pai tanto na carreira profissional quanto na vida política. O fato de vários parentes próximos terem estudado na Faculdade de Direito do Recife reforçava o desejo dos pais de que Manuel Correia se tornasse bacharel em Direito. No início do século XX, em Pernambuco, existiam poucas opções a seguir na vida acadêmica, restando escolher entre os cursos de Direito, Medicina ou Engenharia. Manuel Correia optou pelo curso de Direito porque não tinha interesse em ser médico ou engenheiro.

A vida de estudante foi dividida entre duas instituições de ensino: a já referida Faculdade de Direito do Recife, frequentada entre os anos 1941-1945; e a Faculdade de Filosofia Manoel da Nobrega, onde o jovem intelectual fez o curso de Geografia e História entre os anos 1943-1947. A sua militância política, porém, foi realizada de forma mais intensa na Faculdade de Direito. Ali, a agitação estudantil foi marcada pela polarização dos estudantes. No plano internacional, havia aqueles que eram simpáticos ao Eixo e aqueles que eram favoráveis aos Aliados, no contexto da Segunda Guerra. No

¹⁰⁰ Os dados biográficos de Manuel Correia de Andrade se fundamentam nos depoimentos fornecidos pelo intelectual aos historiadores: Rita de Cássia Barbosa de Araújo, Denis Bernardes e Eliane Moury Fernandes. Os referidos depoimentos estão organizados em: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (Org.); BERNARDES, Denis: FRENANDES, Eliane Moury. O fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 2002; na entrevista concedida pelo intelectual ao Cehibra da Fundação Joaquim Nabuco. A entrevista foi realizada pela pesquisadora Eliane Moury Fernandes, em 25 de junho de 1984; bem como nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Manuel Correia de Andrade. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE.

plano nacional, os embates eram entre os getulistas e os que clamavam pela saída de Getúlio Vargas do poder. A militância de Manuel Correia era em prol dos preceitos democráticos tanto no plano internacional quanto no nacional.

A discordância em relação às diretrizes autoritárias do Estado Novo levou Manuel Correia a participar do Diretório Estudantil da Faculdade de Direito em dois momentos: o primeiro como titular, em 1942; o segundo como suplente, em 1945. À época, o movimento estudantil não mantinha relações estreitas com a classe trabalhadora. As universidades eram frequentadas majoritariamente pelos filhos da elite econômica local. A esse fato atribuímos as principais características do movimento estudantil da capital pernambucana. As principais atividades de oposição à Ditadura varguista eram realizadas por meio de palestras, conferências e passeatas. O Diretório Estudantil organizou ou apoiou vários eventos com a participação de intelectuais e políticos críticos ao regime varguista. Vários personagens de expressão nacional, regional e local participaram desses encontros como Gilberto Freyre¹⁰¹, Carlos Lacerda¹⁰², João Augusto Bezerra de Medeiros¹⁰³ e Nehemias Gueiros¹⁰⁴.

Além das palestras e conferências, os estudantes organizavam várias passeatas pela cidade do Recife para protestar contra o autoritarismo estadonovista. Manuel Correia vivenciou essas experiências ativamente. O lugar de destaque na militância estudantil o levou a ser preso e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 1944. Alguns meses depois, o processo contra o jovem militante foi suspenso com a publicação do Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945, promulgado por Vargas para anistiar aqueles que haviam cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934. As passeatas ocorriam

¹⁰¹ O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre não era um intelectual de esquerda. No entanto, a sua destacada oposição à Ditadura varguista fazia dele uma significativa influência para os estudantes recifenses. Nos anos 1940, em diferentes oportunidades, o eminente intelectual realizou palestras na Faculdade de Direito do Recife criticando Getúlio Vargas e seu regime.

¹⁰² No período do Estado Novo, Carlos Lacerda era um militante da esquerda comunista. Em discurso na Faculdade de Direito do Recife, no dia 03 de abril de 1945, Lacerda foi aclamado pelos estudantes ao pedir anistia para os presos políticos e o direito dos exilados retornarem ao Brasil.

¹⁰³ Em 1945, o eminente político potiguar foi uma expressiva voz a favor das liberdades democráticas. No I Congresso Brasileiro de Escritores promovido pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), João Augustos Bezerra de Medeiros integrou a delegação do Estado do Rio Grande Norte, sendo uma relevante voz contra o autoritarismo do Estado Novo. MALIN, Mauro. AUGUSTO, José (RN). Verbete Biográfico. CPDOC: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbeta-biografico/jose-augusto-bezerra-de-medeiros>>. Acesso em: 31 agosto de 2019.

¹⁰⁴ O jurista Nehemias Gueiros era livre-docente da Faculdade de Direito do Recife durante a Ditadura varguista. As suas posições liberais e o colocava sempre na posição de crítico ao autoritarismo varguista. O ilustre jurista sempre apoiava as manifestações estudantis que ocorriam dentro ou fora da Faculdade de Direito do Recife.

sempre sob a vigilância dos aparelhos repressivos do Estado. Na manifestação de março de 1945, a repressão policial vitimou o estudante de direito Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Manuel Elias dos Santos.

A polícia havia proibido a realização daquela passeata. No entanto, os estudantes estavam organizados e contavam com o apoio de alguns trabalhadores críticos ao varguismo. Os manifestantes saíram da Faculdade de Direito e caminharam pelas ruas da parte central da cidade do Recife até a Praça da Independência. Ali, os manifestantes estavam sendo aguardados por policiais e sindicalistas getulistas. Os discursos contra o governo, realizados do prédio do jornal Diário de Pernambuco, foram o estopim do tiroteio que vitimou o estudante Demócrito de Souza Filho e o trabalhador Manuel Elias dos Santos. Como membro do Diretório Estudantil, Manuel Correia acompanhou de perto os acontecimentos daquele dia. O jovem intelectual foi um dos responsáveis por avisar a esposa do carvoeiro Manuel Elias sobre o que havia ocorrido na manifestação.

Os confrontos com a polícia sempre ocorriam com maior ou menor gravidade. Dias antes da passeata do dia 03 de março, um grupo de estudantes havia enfrentado a polícia nos arredores do prédio do jornal Diário de Pernambuco. Na ocasião, Manuel Correia e um grupo de colegas saíram da Faculdade de Direito, ao fim das atividades do período noturno, e pararam no Bar Lero-lero. A política trabalhista de Getúlio Vargas havia lhe rendido um incontestável apoio de diferentes grupos sociais, sobretudo de parcela expressiva da classe trabalhadora. As homenagens rendidas ao então ditador eram manifestadas de várias formas. A mais comum eram os quadros pendurados nas paredes dos estabelecimentos comerciais. No Bar Lero-lero havia um quadro com a fotografia de Getúlio Vargas afixado na parede. Os estudantes ao se depararem com aquela homenagem retiraram o quadro da parede e, no meio da rua, quebraram a moldura e resgaram a foto do ditador em vários pedaços. A ação dos estudantes levou a polícia a reprimi-los com violência. Havia, nesse sentido, antes mesmo dos trágicos acontecimentos de 03 de março, uma escalada da violência dos órgãos repressores do Estado.

Essa intensa militância estudantil exerceu significativa influência nas predileções profissionais de Manuel Correia. Depois de concluir o curso de Direito, o jovem intelectual se tornou advogado trabalhista. A necessidade de uma real aproximação com a classe trabalhadora levou o jovem recém-formado a ser advogado de vários sindicatos. Manuel Correia trabalhou para o Sindicato dos Ferroviários, para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Papelão de Jaboatão e para o Sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras. Os trabalhadores sindicalizados nos anos 1940 eram

divididos em dois grupos: os trabalhistas, liderados por Edgar Moury Fernandes; e os comunistas, liderados por Gregório Bezerra. Esses grupos tinham pautas divergentes, pois pensavam a luta de defesa dos direitos dos trabalhadores de forma distinta. No entanto, havia algo que unia esses dois grupos: a desconfiança em relação aos estudantes e a outros grupos intelectuais. A resistência de amplos setores da classe trabalhadora em relação aos grupos intelectuais da sociedade culminou na impossibilidade da formação de uma frente única de combate à Ditadura varguista e, no período pós-ditadura, no fracasso dos projetos da esquerda democrática simbolizado na desagregação da intelectualidade que compunha as fileiras do Partido Socialista. Nesse sentido, Manuel Correia enxergava o trabalho junto aos sindicatos como uma possibilidade de aproximação entre dois mundos: o dos intelectuais e o das classes trabalhadoras.

Apesar de enxergar o exercício da profissão a partir dessa perspectiva, Manuel Correia passou pouco tempo advogando em favor das causas dos trabalhadores. O escritório de sua propriedade fechou em 1951. Esse curto intervalo de tempo foi marcado por duas ordens de fatores. A primeira foi o fato de que a defesa de humildes trabalhadores rendia muito pouco financeiramente. Para manter as despesas do dia a dia a renda do escritório necessitava ser complementada. A atividade docente realizada paralelamente ao exercício da advocacia cumpria, inicialmente, esse papel de complementar a renda do advogado recém-reformado. O segundo fator foi a decepção de atuar em um sistema de justiça que beneficiava exclusivamente aos interesses da elite financeira e política local.

O prematuro fim de sua carreira de advogado não significou uma ruptura com as classes populares. Nos anos 1950, havia por parte de amplos setores da intelectualidade local e nacional o desejo de compreender e participar do protagonismo político que os setores populares estavam conquistando no pós-guerra. Esses intelectuais concebiam que era papel da elite letrada dirigir as aspirações políticas, econômicas e sociais das classes trabalhadoras. Manuel Correia não logrou êxito nesse papel exercendo a advocacia trabalhista. Mas o objetivo de se aproximar das classes populares continuava em seu horizonte. Depois do fechamento do seu escritório de advocacia, a carreira de docente e de pesquisador passou a ser a sua principal atividade. As pesquisas que realizou em distintos momentos da sua carreira procuraram compreender e indicar soluções para as reivindicações das populações marginalizadas da região Nordeste.

Manuel Correia iniciou a carreira docente em colégios particulares da cidade do Recife. As relações pessoais e sua boa formação o levaram a lecionar no colégio Ateneu Pernambucano, no colégio Americano Batista, no colégio Vera Cruz, no colégio Osvaldo

Cruz e no Ginásio Pernambucano. Nessas instituições estudavam alunos cujos pais pertenciam tanto à classe média recifense quanto à elite econômica pernambucana. Assim, o contato efetivo com as problemáticas sociais e econômicas da região Nordeste só foi possível quando Manuel Correia passou a lecionar na Universidade do Recife.

A carreira de professor universitário começou em 1952. Nesse ano, Manuel Correia assumiu a vaga de professor assistente na disciplina de Geografia Física, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife. O convite para trabalhar na universidade partiu do renomado geógrafo Gilberto Osório de Andrade. Antes de se tornar uma referência em Geomorfologia e Climatologia, o eminente geógrafo havia lecionado na Faculdade de Direito do Recife, nos anos 1940. O primeiro contato entre Manuel Correia e Gilberto Osório ocorreu naquela instituição. Apesar de estarem desde sempre em campos ideológicos opostos, Gilberto Osório era um intelectual de direita, o interesse pela geografia contribuiu para o surgimento de uma longa amizade entre eles. Os primeiros estudos de Manuel Correia sobre a realidade social e econômica da região Nordeste foram produzidos em parceria com Gilberto Osório. Juntos eles escreveram a série intitulada: *Os rios do Açúcar do Nordeste Oriental*. Os quatro volumes que foram publicados, dois foram escritos por Manuel Correia¹⁰⁵ e dois por Gilberto Osório¹⁰⁶.

Nos anos 1950, em Pernambuco, a atividade de pesquisa não era desenvolvida nas universidades. Os professores universitários interessados em produzir conhecimento a partir de pesquisas científicas desenvolviam seus respectivos estudos no Instituto Joaquim Nabuco. Esta instituição publicou a maior parte dos estudos científicos sobre a realidade socioeconômica da região Nordeste até o final da década de 1950. Na cidade do Recife, só com a criação da Sudene, em 1959, e do Instituto de Ciências do Homem da Universidade do Recife, no início dos anos 1960, os pesquisadores tiveram outra opção de apoio institucional à produção de pesquisas científicas. Manuel Correia publicou pelo Instituto Joaquim Nabuco, além dos trabalhos em parceria com Gilberto Osório, um estudo sobre a poluição dos cursos d'água da zona da Mata pelos resíduos das indústrias da região. Nesse período, o jovem intelectual também realizou de forma independente dois estudos abordando questões ligadas à realidade socioeconômica da região Nordeste:

¹⁰⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. Os rios do açúcar do Nordeste oriental: o rio Mamanguape. Recife: IJNPS, 1957. v. 2; ANDRADE, Manuel Correia de. Os rios do açúcar do Nordeste oriental: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife: IJNPS, 1959. v. 4.

¹⁰⁶ ANDRADE, Gilberto Osório de. Os rios do açúcar do Nordeste oriental: o rio Ceará-Mirim. Recife: IJNPS, 1957. v.1; ANDRADE, Gilberto Osório de. Os rios do açúcar do Nordeste oriental: o rio Paraíba do Norte. Recife: IJNPS, 1959, v. 3.

a tese sobre *O Vale do Siriji*¹⁰⁷ e a tese sobre *A Pecuária do Agreste pernambucano*¹⁰⁸. O primeiro trabalho foi escrito para o concurso de professor catedrático do Ginásio Pernambucano; o segundo foi elaborado para concorrer a uma vaga de professor de Geografia Econômica, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife, onde passou a lecionar no início dos anos 1960.

O início da carreira docente de Manuel Correia em instituições públicas foi marcado pela influência de suas relações de amizade. Em 1953, a nomeação para o Ginásio Pernambucano foi articulada politicamente pelo primo José Francisco de Melo Cavalcanti. O parente gozava de prestígio político por ter sido ex-deputado estadual e ex-vice-governador do Estado. A nomeação para o cargo de professor na Universidade do Recife e a entrada para o seletivo grupo de intelectuais que pesquisavam no Instituto Joaquim Nabuco foram efetivadas graças à amizade que Manuel Correia tinha com o professor Gilberto Osório de Andrade. Nesse meio de século XX, em Recife, as relações familiares e de amizade definiam as posições e os cargos ocupados pela elite letrada nas instituições produtoras de conhecimento científico. Mas se inicialmente Manuel Correia teve a sua trajetória intelectual marcada por essa espécie de *familismo*, a experiência adquirida nas pesquisas que realizou nas instituições pelas quais passou contribuiu para torná-lo uma das principais referências em geografia econômica do Brasil, ainda no início dos anos 1960.

O ilustre intelectual pernambucano reconheceu e registrou a importância da atividade de pesquisa na formação da sua sensibilidade intelectual em relação às problemáticas socioeconômicas da região Nordeste na seguinte passagem:

O ingresso em 1952 no magistério superior e a oportunidade de fazer pesquisas para instituições que surgiram a partir dessa data – o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o Serviço Social Rural, o Banco do Nordeste e a SEUDENE –, assim como a participação ativa nas Assembléias da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ofereceram-nos a oportunidade de percorrer grande parte do território nacional, utilizando os mais diversos meios de transporte, desde as lanchas em que subimos o Solimões e o baixo Japurá, na Amazônia, aos navios de guerra em que excursionamos à Ilha de São Sebastião (São Paulo), ao arquipélago de Fernando de Noronha e à Ilha de Rocas, em pleno Atlântico, até os ônibus e jipes em que viajamos do Ceará até a fronteira uruguaia, em Santana do Livramento. Excursões em que, com colegas

¹⁰⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *O Vale do Siriji: um estudo de Geografia Regional*. Tese apresentada para o provimento da Cátedra de Geografia Geral, do Colégio Estadual de Pernambuco – Edição mimeografada – Recife, 1958.

¹⁰⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Pecuária no Agreste Pernambucano*. Tese apresentada para o provimento da Cátedra de Geografia Econômica, Recife, Universidade do Recife, 1961.

e alunos, tivemos oportunidade de conhecer de perto, de sentir os vários problemas que afligem o povo brasileiro e que entravam seriamente o desenvolvimento nacional; problemas que são ora de ordem geográfica – condições climática e edáficas, sobretudo –, ora de ordem histórica – respeito a estruturas e tradições arcaicas que necessitam sofrer grandes transformações, mas que resistem às modificações sugeridas pelo evoluir dos tempos –, ora de ordem social, ora de ordem técnica, mas, sobretudo, de ordem econômica – baixa produtividade, ausência de planejamento, má distribuição, etc.¹⁰⁹

As excursões pelo interior do Brasil proporcionaram a efetiva aproximação do intelectual com as classes populares. A importância dada por Manuel Correia ao conhecimento empírico das realidades geográficas, sociais e econômicas encontradas de Norte a Sul do Brasil despertou nele um novo tipo de sensibilidade intelectual. No final da década de 1950, os estudos e projetos desenvolvidos na tentativa de equacionar as problemáticas em torno das questões urbanas da cidade do Recife eram realizados a partir de dois pressupostos. No primeiro, os estudos eram fundamentados a partir de teorias sem qualquer observância das necessidades imediatas das massas empobrecidas. No segundo, as análises levavam em conta, prioritariamente, as reivindicações correntes dos grupos marginalizados socioeconomicamente. Ao valorizar o contato direto com os setores populares em seus variados contextos sociais, Manuel Correia estava situado no segundo grupo de intelectuais.

Nas representações de novo tipo elaboradas por Manuel Correia, as classes populares eram analisadas a partir das suas potencialidades revolucionárias. A percepção das reivindicações dos setores populares como inéditas, como poderosas politicamente, como ameaçadoras à ordem vigente, cujos limites ainda restavam velados no ápice da efervescência política e social de meados do século XX, estava no cerne de sua nova sensibilidade intelectual. A formação livresca e a experiência empírica levaram Manuel Correia, no início dos anos 1960, ao limite das representações que apontavam o potencial revolucionário dos setores populares. Nas suas análises, a cidade do Recife era encarada como um microcosmo social onde a presença das massas de miseráveis que circulavam pela cidade naqueles anos era ao mesmo tempo algo que inquietava e fascinava o ilustre geógrafo pernambucano.

1.3.2. A pobreza como força revolucionária nos escritos de Manuel Correia de Andrade, em meados do século XX

¹⁰⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. “Introdução” In: *A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 19.

Nos anos 1960, a densidade demográfica da região Nordeste era proporcionalmente superior a do país. A região detinha 14,6 habitantes por km² enquanto o Brasil possuía 8,3 habitantes por km². O alto índice demográfico da região Nordeste era acompanhado por irregular distribuição populacional. A maior concentração de habitantes residia nas capitais dos Estados. Em Recife, a população correspondia a 19,3% do total da população pernambucana. Em Fortaleza a 15,4% e em Aracajú a 15,2%, do total populacional dos seus respectivos Estados. Os estudiosos contemporâneos eram unânimes em afirmar que a migração em massa para as capitais de maior projeção econômica era realizada pelos trabalhadores do campo que não encontravam condições políticas, climáticas e econômicas para permanecer em seus respectivos lugares de origem.

As consequências dessa migração em massa para os grandes centros se colocavam de maneira bastante diversa na cidade do Recife. Na capital pernambucana, os pequenos produtores eram organizados pelas Ligas Camponesas¹¹⁰ e os trabalhadores assalariados por sindicatos dirigidos ou pela Igreja Católica ou pelo Partido Comunista¹¹¹. Havia um caráter profissional na mobilização dos setores populares em prol de mais direitos no plano social, político e econômico. Essa especificidade da dinâmica social da cidade do Recife provocava dois tipos de sentimentos: apreensão da elite política e econômica local em face da perda de poder político com a escalada das mobilizações dos setores populares organizados e otimismo dos setores progressistas frente ao potencial revolucionário das classes pobres que circulavam pelas ruas da capital pernambucana.

Entre os anos de 1920 e 1960, a população da cidade do Recife mais que triplicou¹¹². Nesse cenário, a grande novidade era a exteriorização pública das reivindicações das classes trabalhadoras. A amplitude dessa exposição nos anos de 1960 produziu uma espécie de nova identidade social para o trabalhador rural e urbano. O que mais prendia a atenção dos analistas contemporâneos em relação ao espetáculo promovido nas ruas da cidade do Recife pelos setores populares eram os sinais da miséria

¹¹⁰ Sobre a organização e mobilização política das Ligas Camponesas nos anos 1960: MONTENEGRO, A. T. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 02, n.02, p. 391-416, 2004.

¹¹¹ Sobre os desdobramentos da organização sindical nos anos 1960, em Pernambuco: ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963. Gênero & História (UFPE), v. 10, p. 16-32, 2014.

¹¹² Os dados populacionais da cidade do Recife e demais capitais nordestinas estão disponíveis em: ANDRADE, Manuel Correia de. “As Migrações” In: Recursos e Necessidades do Nordeste. Banco do Nordeste do Brasil: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Recife, 1964.

que recobriam as classes trabalhadoras. A dinâmica de pobres e miseráveis circulando pelas ruas da cidade do Recife no desempenho do ato cotidiano de sobreviver em uma grande cidade, não diferia do cenário que inspirou as representações de Josué de Castro e do poeta João Cabral de Melo Neto. No entanto, nos anos de 1960, prevalecia sobre outros aspectos a dimensão política que as massas de miseráveis que circulavam pelas ruas da capital pernambucana representavam.

Nos escritos de Manuel Correia, essa dimensão era representada pelo potencial revolucionário das classes populares. O ilustre geógrafo pernambucano trilhou dois caminhos para evidenciar esse aspecto das massas empobrecidas da cidade do Recife. No primeiro, o geógrafo destacou as migrações provenientes do êxodo rural:

Grandes proporções vêm assumindo ultimamente no Nordeste as migrações do campo para a cidade. Se fizermos um estudo do crescimento da população das cidades nordestinas de mais importância nos últimos anos e do crescimento da percentagem da população urbana, observaremos as proporções em que se realiza hoje no Nordeste o chamado êxodo rural. O problema tem preocupado aos políticos, aos administradores, aos demógrafos, aos estatísticos, etc. Principalmente porque as nossas cidades não têm capacidade de oferecer, aos que para elas se deslocam, os empregos de que necessitam. Daí o problema do sub-emprego e da pobreza que se observa nas cidades nordestinas, sobretudo nas mais importantes, como Recife, Salvador e Fortaleza.¹¹³

Na análise de Manuel Correia, o crescimento demográfico tinha a especificidade de aumentar o número de desempregados nos grandes centros urbanos. A imagem de que os equipamentos urbanos das cidades nordestinas não acompanhavam o aumento da densidade demográfica era recorrente entre os estudiosos das “questões urbanas”¹¹⁴. Havia um consenso em caracterizar as cidades localizadas em áreas de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento a partir da escassez de seus serviços básicos tais como: fornecimento de água e energia elétrica; redes de transportes; rede de saneamento básico que contemplasse o todo da população, entre outros serviços indispensáveis ao bom funcionamento das cidades. Na ótica desses intelectuais, a falta de investimentos nessas áreas contribuía para o estrangulamento das economias dos centros urbanos que cumpriam o papel de expoentes econômicos da região Nordeste. Manuel Correia

¹¹³ ANDRADE, Manuel Correia de. *As Migrações*. Op. Cit.

¹¹⁴ FIGUEIRÊDO, Lauro Cavalcanti. “Infra-estrutura” In: *Recursos e Necessidades do Nordeste*. Banco do Nordeste do Brasil: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Recife, 1964; BERNADES, Lysia Maria Cavalcanti. “A vida urbana” In: *Recursos e Necessidades do Nordeste*. Banco do Nordeste do Brasil: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Recife, 1964.

compartilhava, igualmente, dessa perspectiva de análise. Nesse sentido, o êxodo rural acentuava o desequilíbrio entre o número de pessoas nas capitais dos Estados e a capacidade dessas cidades promoverem a plena integração socioeconômica dessas massas de miseráveis.

Para o geógrafo pernambucano, a falta de postos de trabalho para atender as demandas da superpopulação das principais capitais nordestinas implicava na agudização dos problemas urbanos. Nessa linha de argumentação desenvolvida por Manuel Correia, a piora das condições sanitárias, a falta de moradias dignas para a classe trabalhadora, o aumento da mendicância e o expressivo número de pessoas que passavam fome nos principais centros econômicos do Nordeste eram resultados da escassa oferta de empregos. Esse argumento contribuía para indicar a especificidade da cidade do Recife na medida em que a capital pernambucana era a cidade que mais recebia imigrantes na região Nordeste.

O Recife, que teve sua população multiplicada mais de três vezes em 40 anos – 1920 a 1960, – recebe migrantes de todo o Nordeste, pois é, econômica e culturalmente, a sua metrópole, o seu mais importante centro urbano. Sua influência é dominante de forma incontestável desde o Maranhão até as margens do rio São Francisco. Por isso em amostragem feita por pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em cada cem pessoas inquiridas apenas quarenta e uma eram originárias do Recife, enquanto menos de 1% – 0,6% – eram oriundas do estrangeiro, quatorze de outros Estados, e quarenta e dois do interior de Pernambuco. Vê-se assim que em cada quatro imigrantes que o Recife recebe, apenas três são do Estado e um vem dos demais Estados do país.¹¹⁵

As migrações provenientes do êxodo rural legavam à cidade do Recife o lugar de expoente entre as cidades marcadas por uma alta densidade demográfica de trabalhadores ociosos. A referência ao fato de que essa superpopulação era composta por pessoas não integradas no sistema produtivo dava uma nova dimensão à multidão de miseráveis que ocupava os espaços da urbe recifense. Para Manuel Correia, não havia diferenciação entre as classes trabalhadoras. A responsabilidade pela melhoria das condições de vida dos marginalizados socioeconomicamente não era uma tarefa exclusiva do trabalhador urbano ou do trabalhador rural, mas, sim, coletiva. Na sociedade em que todos eram obrigados a trabalhar para prover o seu respectivo sustento, as classes que sobreviviam à custa da condescendência da sociedade em subempregos, mendigando pelas ruas da

¹¹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *As Migrações*. Op. Cit.p.199.

cidade ou vivendo daquilo que pescavam nos mangues e rios recifenses tinham um potencial revolucionário latente.

No segundo caminho trilhado por Manuel Correia, a ênfase da argumentação evidenciava uma aposta no potencial humano. Na visão do ilustre intelectual, os projetos técnicos que visavam equacionar os problemas sociais e econômicos da região reduziam o valor individual das pessoas. Os indivíduos eram apenas átomos nas massas de miseráveis da região Nordeste. No diálogo que o geógrafo estabeleceu com os técnicos da Sudene, essa crítica era recorrente. Vejamos o que diz Manuel Correia:

Realmente, a SUDENE foi criada em hora oportuna visando coordenar a aplicação de verbas públicas no Nordeste, salvar a região do flagelo do subdesenvolvimento que, mais que o das secas, a vitimava. Mobilizou o seu corpo técnico visando realizar um levantamento das possibilidades e das necessidades regionais em estudos demorado e criterioso. Desprezou, porém, até certo ponto, os técnicos que há alguns anos já trabalhavam na região e por isso a conheciam razoavelmente. Daí a demora que se observa no início de sua ação e o choque, algumas vezes, dos planos que apresenta com a realidade regional. Achamos mesmo que ela descuidou um pouco do problema humano que, como já salientava o economista Caio Prado Júnior em 1943, era o que primeiramente devia atrair a atenção dos técnicos e dos governos, devendo ter prioridade até sobre certos problemas básicos como a siderurgia e a industrialização.¹¹⁶

A sua crítica ia direto ao ponto crucial dos projetos técnicos da Sudene. Em seu Plano Diretor, a Sudene apresentava as seguintes diretrizes para equacionar os problemas da região Nordeste: ampliação das suas fronteiras agrícolas; reorganização da sua rede de armazéns e silos; promoção da industrialização; exploração racional dos recursos minerais; aperfeiçoamento do sistema de transporte e comunicação; melhoria da saúde pública e da educação básica. Nos anos 1960, duas dessas diretrizes eram priorizadas pelos técnicos daquele órgão planejador: a ampliação das fronteiras agrícolas com vistas a atenuar o êxodo rural; e a reorganização dos armazéns e silos para armazenar e organizar a distribuição dos alimentos produzidos na região. Na visão de Manuel Correia, essas ações só trariam resultados em longo prazo, deixando de lado as necessidades imediatas das populações empobrecidas. O geógrafo ainda reforçava o seu ponto vista argumentando que

a melhoria das técnicas de produção, o aumento da rentabilidade da terra, sem medidas complementares em defesa do trabalhador do

¹¹⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 6ª Ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. p. 242-243.

campo, até hoje, no Brasil, apenas tem carreado mais dinheiro para o bolso dos ricos proprietários, continuando os que mourejam a terra a viver nas mais precárias condições de vida.¹¹⁷

Na base da sua argumentação radicava certo pessimismo em projetar as soluções dos problemas do Nordeste para o futuro. Nos anos 1960, na metrópole econômica e social da região, as camadas populares intensificavam o movimento reivindicatório a favor da efetivação de seus direitos políticos e sociais. As constantes demonstrações de que as classes trabalhadoras estavam dispostas a brigar pelos seus direitos levavam Manuel Correia a conceber que se não houvesse uma solução imediata para os problemas que afligiam a região a consequência natural seria os setores populares promoverem uma revolução.

Nesse sentido, o caráter revolucionário dos setores populares surgia do hiato entre os projetos que visavam melhorar as condições de vida da população nordestina e as imediatas necessidades dos grupos socialmente excluídos. Para o intelectual pernambucano, a falta de contato efetivo com as realidades encontradas na região Nordeste determinava essa redução do valor dos indivíduos nos projetos formulados pela Sudene e dificultava as soluções propostas pelo órgão planejador. Esse posicionamento advogava a necessidade da participação, na elaboração e execução das ações planejadas pela Sudene, de cientistas sociais que conhecessem empiricamente as várias realidades socioeconômicas encontradas na região Nordeste. Manuel Correia precisava em suas análises a nítida oposição entre a região “projetada” e as necessidades imediatas dos setores populares e advertia:

Verifica-se, assim, que no Nordeste a sorte está lançada e que os paliativos de uma política de colonização a longo prazo, concebida tecnicamente em gabinetes, sem consultar os interesses dos que mourejam a terra, dificilmente contribuirão para minorar a situação dos trabalhadores sem terras e solucionar a tremenda crise em que se debatem. Os preços dos gêneros de primeira necessidade são altos, sobem cada vez mais, enquanto os salários continuam inferiores ao mínimo. A miséria levou o trabalhador rural a tomar conhecimento de sua força, a não esperar pelos doutores, a exigir os seus direitos. Passou o medo dos proprietários e dos feitores e, organizados por políticos de esquerda como Julião, ou por sacerdotes católicos como Antônio Melo, passam os trabalhadores rurais a exigir maior compensação pelo seu trabalho. Agitam-se, esperneiam, são perseguidos, reagem e exigem a cota correspondente à sua participação na produção, desejam melhores dias.¹¹⁸

¹¹⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit. p.243.

¹¹⁸ Idem.p.273.

Assim, a “aposta humana” aludia às práticas dos especialistas – sociólogos, antropólogos, geógrafos humanos, psicólogos sociais e historiadores sociais – que realizavam há décadas estudos e intervenções junto às classes populares da região Nordeste. Nessa perspectiva havia uma dupla preocupação: valorizar o protagonismo político de cada indivíduo e valorizar o conhecimento das especificidades regionais na resolução dos problemas sociais enfrentados pelos setores populares. Para o ilustre intelectual: “A complexidade dos problemas sociais tem de ser compreendida em seu conjunto, daí ser necessária a participação de especialistas os mais diversos na elaboração do planejamento regional”¹¹⁹.

O descompasso entre esse planejamento e as urgentes demandas dos setores populares não constituía um problema particular da cidade do Recife, mas na capital pernambucana ele se apresentava de forma superlativa. As conturbadas experiências urbanas e rurais que ocorriam naquela cidade, bem como em sua área de influência social e econômica contradiziam a eficácia dos planos elaborados pela Sudene. Desse modo, a importância dada à experiência empírica na argumentação de Manuel Correia partia do fato de o intelectual enquadrar o fenômeno do subdesenvolvimento nordestino a partir das experiências vivenciadas no contexto local da capital pernambucana.

1.4. Três intelectuais e uma problemática comum

A intelectualidade da capital pernambucana definiu o homem pobre como objeto de estudo em meio às transformações políticas, sociais e econômicas desse meio de século XX. A nova sensibilidade em relação à pobreza contida nessas representações cultas surgiu na medida em que a cidade do Recife se configurava ponto estratégico para a compreensão do sentido das transformações em curso no período do pós-guerra. Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto e Manuel Correia de Andrade se colocaram na posição de observadores da nova dinâmica que a explosão populacional acarretava àquela que era reconhecida como o principal centro urbano da região Nordeste. Na medida em que as suas concepções acerca dos problemas urbanos da cidade do Recife partiam do adensamento demográfico e de suas consequências para a urbe, não restava outra opção a esses intelectuais a não ser colocar as classes pobres no centro de suas análises.

No próximo capítulo, analisamos os seguintes organismos técnicos: Instituto Joaquim Nabuco e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Neles

¹¹⁹ Ibidem. p.247.

buscamos entender como os mecanismos de sociabilidade intelectual se estabeleceram em torno da definição das classes pobres como objeto de estudo e como esta contribuiu para a formatação de projetos que procuraram refletir sobre o subdesenvolvimento nordestino e brasileiro.

Capítulo II: Instituto Joaquim Nabuco e Sudene. Espaços de sociabilidade intelectual da cidade do Recife: sensibilidades, experiências e projetos

Em meados do século XX, a dimensão do sensível¹²⁰ constituía a principal marca do discurso sobre a pobreza seja na literatura, no ensaio ou nos relatórios científicos de instituições especializadas em planejamento e pesquisas sociais. Esse caráter permanente das reflexões foi ensejado por três fatores: o aumento significativo dos pobres e miseráveis nas principais capitais nordestinas, especialmente no Recife; os vínculos coletivos da elite intelectual; e o surgimento de órgãos comprometidos em produzir um significado canônico para a realidade de penúria do Nordeste brasileiro. Nas páginas seguintes, analisamos como o Instituto Joaquim Nabuco e a Sudene se constituíram como esforços para a construção e adensamento dessa nova sensibilidade intelectual em relação à pobreza.

2.1. O Instituto Joaquim Nabuco

A origem do Instituto Joaquim Nabuco se confunde com a história da institucionalização das ciências sociais em Pernambuco¹²¹. A ideia de construir um instituto de pesquisas sociais na cidade do Recife foi do sociólogo Gilberto Freyre. Na revista *O Cruzeiro*, dos “Diários Associados”, publicada em 23 de setembro de 1948, escreve o proeminente intelectual: “A idéia de um Instituto de Pesquisas Sociais para o Nordeste ou para o Norte do Brasil, outro para o Brasil Meridional e um terceiro para o Brasil Central, é velha idéia minha”¹²². Freyre escreveu vários artigos e deu inúmeras entrevistas em que fala sobre o ato de criação do Instituto Joaquim Nabuco. Nelas, o ilustre intelectual se demonstrava sempre cioso do empreendimento que fez surgir na capital pernambucana, mas sem deixar de referenciar o contexto intelectual da época.

Entre nós, desde 1934, médicos, agrônomos, engenheiros, sociólogos, educadores, vêm-se preocupando, em esforços infelizmente dispersos,

¹²⁰ Entendemos o “sensível” como fenômeno que visa “influenciar os vínculos e as repugnâncias, as esperanças e os temores, os sentimentos positivos e negativos em relação a objetivos, instituições ou heróis da cena política.” Para uma compreensão mais acurada do referido conceito ver ANSART, Pierre. *A Gestão das Paixões Políticas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

¹²¹ SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. *A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das ciências sociais no Brasil: linhagens, trajetórias, perspectivas*. 14º Encontro de Ciências Sociais do Nordeste (CISO), em 9 de setembro de 2009.

¹²² Fundação Joaquim Nabuco. *30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife: Editora Massangana, (Série Documentos, 15), 1981. p. 76-77.

como as condições de vida e as necessidades da nossa gente rural e procurando trazer a contribuição de diferentes especialidades científicas para a solução de problemas tão complexos.¹²³

Essa menção indicava a série de iniciativas intelectuais que surgiram no estado de Pernambuco, nos anos 1930. Nesse período, Ulysses Pernambucano deu seus primeiros passos na direção de aproximar a psiquiatria da antropologia. Para o médico e dileto primo de Gilberto Freyre, os estudos psiquiátricos deveriam considerar, além dos fatores fisiológicos, a influência de fatores sociais no surgimento de doenças mentais. Ulysses Pernambucano provocou significativa inovação nas pesquisas no âmbito das ciências médicas e sociais. Os médicos-antropólogos René Ribeiro e Albino Gonçalves Fernandes, destacados pesquisadores do IJN, foram discípulos de Ulysses Pernambucano¹²⁴. Em 1935, Josué de Castro publicou a pesquisa intitulada *As condições de vida da classe operária no Recife: estudo econômico da sua alimentação*. Castro apontou nesta pesquisa as deficiências alimentares da classe assalariada da capital pernambucana. Essas análises foram pioneiras no sentido de analisar a condição da classe trabalhadora recifense a partir de uma perspectiva médica, socioantropológica e econômica. A partir dela, os problemas sociais das classes pobres deixavam de ser uma “questão de polícia”¹²⁵. No mesmo ano de 1935, René Ribeiro publicou: *Inquérito sobre a situação dos egressos do Hospital de Alienados e Inquérito sobre as instalações e métodos educativos nos orfanatos do Recife*. Nestes trabalhos, seguindo os passos de Ulysses Pernambucano, Ribeiro praticava uma abordagem interdisciplinar na medida em que estimulava o diálogo entre a psiquiatria, o serviço social, a sociologia e a antropologia¹²⁶. Quatro anos mais tarde, enveredando ainda mais no domínio das ciências sociais, Ribeiro publicou *O problema da habitação do operariado urbano no Recife*¹²⁷. O título da pesquisa demonstrava o diálogo com a temática trabalhada por Josué de Castro, em 1935.

¹²³ FREYRE, Gilberto. Discurso de apresentação do projeto de criação do Joaquim Nabuco na Câmara de Deputados. Apud SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. *Op. Cit.*

¹²⁴ JUCÁ, Joselice. Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1991.

¹²⁵ CASTRO, Josué. As condições de vida da classe operária no Recife: estudos econômicos da sua alimentação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2015.

¹²⁶ VICENTINI, Renato da Silva. Entre sanatórios e terreiros: Ulisses Pernambucano, René Ribeiro e o Projeto reformista da psiquiatria social de Recife (1910-1940). 2019. Dissertação. (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

¹²⁷ MOTTA, Roberto. René Ribeiro (1914-1990). Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, p. 233-241, 1993.

Nesses anos, em Recife, havia um efervescente movimento cultural e intelectual dedicado ao estudo das questões sociais. As significantes dele ecoavam também no plano político. Em 1938, o prefeito da cidade do Recife, Novaes Filho, criou a Comissão Censitária dos Mocambos para averiguar a quantidade e as condições das habitações da população pobre na capital pernambucana. No ano seguinte, o interventor Agamenon Magalhães criou oficialmente a Liga Social Contra o Mocambo¹²⁸. As ações de Novaes Filho e Agamenon Magalhães eram respostas políticas aos problemas sociais que a intelectualidade local colocava na ordem do dia. Nesse sentido, conforme apontou o sociólogo Heraldo Pessoa Souto Maior, a criação do IJN representou a institucionalização da pesquisa social no estado de Pernambuco¹²⁹.

A história do Instituto Joaquim Nabuco começa, oficialmente, em 1949. A instituição ganhou vida a partir da Lei nº 770, promulgada pelo Presidente da República, em 21 de julho daquele ano. O texto da Lei estabelecia em seu artigo 2º:

E' criado, na cidade do Recife, onde nasceu Joaquim Nabuco, instituto, que se denominará "Instituto Joaquim Nabuco", dedicado ao estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do norte e do pequeno lavrador dessa região, que vise o melhoramento dessas condições.¹³⁰

Esse era o objetivo da instituição. No entanto, os demais artigos não estabeleciam as diretrizes sobre a estrutura física e administrativa do novo órgão de pesquisa¹³¹. Essas omissões representavam significativos entraves ao início das atividades do Instituto Joaquim Nabuco. Diante dessas circunstâncias, Gilberto Freyre legou a missão de organizar a estrutura física e administrativa do IJN ao primo e historiador José Antônio Gonsalves de Mello Neto. Sob a direção de José Antônio, foi formado o primeiro quadro de funcionários do IJN. Nele, figuravam como pesquisadores: René Ribeiro, Renato

¹²⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. Op. Cit.

¹²⁹ SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. Para uma história da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização. Estudos de Sociologia, Recife, v. 9, n. 1, p. 7-29, 2003; FRESTON, Paul, Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sergio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. v. 1, p. 369-417.

¹³⁰ Lei nº 770 de 21 de julho de 1949. In: Fundação Joaquim Nabuco. 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Editora Massangana, 1981.

¹³¹ O sociólogo Paul Freston apresenta as inconsistências e omissões da Lei 770 de 1948. Cabe destacar, também, a detalhada apresentação e análise que o referido estudioso faz da estrutura do Instituto Joaquim Nabuco. Ver: FRESTON, Paul, Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sergio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. v. 1, p. 369-417.

Carneiro Campos, Paulo Maciel e o próprio José Antônio. Auxiliando o trabalho dos pesquisadores havia duas datilógrafas, um motorista e um servente. Levou mais de um ano para que essa estrutura administrativa entrasse efetivamente em funcionamento. A solenidade de instalação do IJN ocorreu no dia 02 de setembro de 1950. No período inicial, as suas atividades foram realizadas na sede localizada Av. Rui Barbosa, nº 1654, na Ponte D'Uchoa¹³².

O historiador José Antônio Gonsalves de Mello ficou à frente do IJN até 1951. A troca na Diretoria Executiva da instituição ocorreu por causa de uma incompatibilidade funcional. A lei nº 770 não estabelecia o quadro administrativo do IJN. Na ausência dessa norma, José Antônio exercia o cargo de Diretor Executivo por força de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Instituto Joaquim Nabuco. No entanto, José Antônio, à época, era funcionário autárquico do IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado). Em 1951, o contrato de diretor do instituto precisaria ser renovado. Nesse momento, foi verificado que um funcionário federal não poderia ser contratado por outro órgão federal, gerando a incompatibilidade que impediu José Antônio Gonsalves de continuar exercendo a função de Diretor Executivo do IJN¹³³.

Em 1951, assume o cargo de Diretor Executivo do Nabuco, o economista Paulo Frederico do Rego Maciel. A gestão de Paulo Maciel enfrentou vários desafios burocráticos e financeiros. Mas não foi menos produtiva que a gestão anterior. Os primeiros Diretores Executivos trabalhavam com uma margem orçamentária exígua. No que concerne à verba disponível para a criação e início do funcionamento da instituição, a lei nº 770 dispunha no parágrafo único do Art. 2º: “Do crédito referido no artigo 1º serão destinados Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para criação e início do funcionamento do Instituto Joaquim Nabuco”¹³⁴. Dessa verba, parte significativa foi imobilizada no aluguel do imóvel onde funcionava a sede do IJN, bem como na compra de mesas, cadeiras e outros acessórios indispensáveis aos trabalhos administrativos. A verba também foi destinada à compra de uma caminhonete, item fundamental para a realização das pesquisas de campo. O valor restante foi empregado na manutenção de salários e no pagamento das despesas ordinárias. Em 1951, na gestão de Paulo Maciel, o IJN não dispunha de dinheiro nem para as pequenas despesas¹³⁵.

¹³² JUCÁ, Joselice. Op. Cit.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Lei nº 770 de 21 de julho de 1949. In: Fundação Joaquim Nabuco. 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Op. Cit.

¹³⁵ JUCÁ, Joselice. Op. Cit.; FRESTON, Paul, Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sergio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. Op. Cit.

As dificuldades orçamentárias foram remediadas a partir de vários expedientes que iam de contribuições financeiras dos próprios pesquisadores a habilidade do economista Paulo Maciel em conseguir verba junto a outras instâncias do Governo Federal. Mas a despeito das dificuldades financeiras e dos entraves burocráticos causados por ela, a gestão Paulo Maciel foi marcada pelo início das atividades científicas e das parcerias com organismos nacionais e internacionais. No âmbito internacional, o IJN firmou cooperação com a Organização das Nações Unidas, com o governo de Portugal e com universidades dos Estados Unidos. A cooperação com a ONU resultou na publicação do primeiro estudo realizado pelo IJN. A pesquisa foi capitaneada pelo Prof. Olen Leonard, do Departamento de Sociologia do Michigan State College. O sociólogo norte-americano era especialista em habitações rurais e produziu um relatório acerca dos problemas das habitações rurais no leste de Pernambuco. Com o governo português, o intercâmbio cultural possibilitou a vinda ao Brasil do etnógrafo Jorge Dias, do geógrafo Orlando Ribeiro e do economista Henrique Barros. Outros intelectuais tiveram suas respectivas estadias de pesquisas, no Brasil, facilitadas pelas cooperações internacionais firmadas entre IJN e universidades estrangeiras¹³⁶.

No plano nacional, inicialmente, o IJN estabeleceu estreita cooperação científica com IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e com as universidades e escolas técnicas locais. As parcerias nacionais aumentavam significativamente os recursos humanos disponíveis no IJN. A escassez de dotações orçamentárias, levou muitos pesquisadores a não terem relação empregatícia com a instituição. Ao longo dos primeiros anos de funcionamento do IJN, muitos pesquisadores recebiam por trabalhos realizados. A exceção foi a contratação do estatístico Antônio Carolino Gonçalves. A contratação de Antônio Carolino estabeleceu a primeira estrutura científica permanente do IJN. Na seção de história geral, José Antônio Gonsalves de Mello (funcionário do IPASE); na seção de estatística, Carolino Gonçalves; na seção de economia, Paulo Maciel; na seção de antropologia, René Ribeiro; e na seção de geografia, Mario Lacerda de Mello (funcionário do IAA).

Foram necessários três anos para que o Instituto Joaquim Nabuco tivesse uma estrutura administrativa regulamentada por lei. Em 1953, a lei nº 1.817 de 23 de fevereiro do corrente ano estabelecia:

Altera os Artigos 2º e 3º da lei nº 770, de 21 de julho de 1949, cria cargos no Instituto Joaquim Nabuco, e dá outras providências.

¹³⁶Idem.

O presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Os artigos 2º e 3º da Lei nº 770, de 21 de julho 1949, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – É criado, na cidade de Recife, o Instituto Joaquim Nabuco, subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde, o qual se dedicará ao estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do norte e do pequeno lavrador dessa região, que vise ao melhoramento dessas condições”.

“Art. 3º – O ministério da Educação e Saúde providenciará a expedição de Regulamento pelo qual se regerá o Instituto Joaquim Nabuco e tomará as providências legais para a boa organização e funcionamento do mesmo Instituto”.

Art. 2º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde: um cargo isolado de Diretor, padrão CC-4 de provimento em comissão;...(vetado)...e uma função gratificada FG-6, de secretário do Diretor, todos do Instituto Joaquim Nabuco.

Art. 3º – A lotação do mencionado Instituto será atendida pelos Quadros Permanente e Suplementar e Tabela única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 4º. – A despesa resultante dos cargos e função, criados pelo artigo 2º. correrá pela conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Educação.

Art. 5º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.¹³⁷

A partir da publicação dessa norma, as omissões da lei nº 770 foram revistas. No artigo 2º da nova Lei, o Instituto Joaquim Nabuco passou a ser subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde. Esse vínculo trazia em si três resultados práticos: isentava o governo federal de criar um quadro de funcionários específico para IJN. Não criava mais despesas para a administração pública com aumento da folha de pagamento dos servidores. E, por último, deixava a cargo daquele Ministério as demais providências para o pleno funcionamento da nova instituição¹³⁸. Nesse sentido, a lei 1.817 equacionava a demanda do governo federal para que não se criasse mais despesas públicas¹³⁹, mas também traçava o caminho para a reestruturação administrativa do IJN.

Em 1955, foi aprovado o Regimento do Instituto Joaquim Nabuco. Nele constava:

¹³⁷ Lei nº 1.817 de 23 de fevereiro de 1953. In: Fundação Joaquim Nabuco. 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Op. Cit.

¹³⁸ Debate no Congresso nacional sobre a Lei nº 1.817 de 23 de fevereiro de 1953. In: Fundação Joaquim Nabuco. 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Op. Cit.

¹³⁹ O aumento das despesas públicas era condenado pelo governo federal por dois motivos: o Brasil ainda estava se reestruturando economicamente da crise gerada pela Segunda Guerra Mundial e a elevação das despesas poderia servir aos propósitos da elite política que fazia oposição ao governo Vargas. Ver: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Da finalidade

[...]

I – estudar os problemas sociais relacionados direta ou indiretamente com a melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro, inclusive do pequeno lavrador, das regiões agrárias do Norte assim definidas as áreas de agricultura que se estendem da Bahia à Amazônia;

II – colaborar nos estudos de qualquer outro problema social nordestino, ou deles participar, desde que essa atividade não prejudique a referida no item anterior.

III- promover o ensino das ciências sociais e das técnicas de pesquisas sociais, através de conferências e cursos, devendo estes, sempre que possível, serem organizados em torno da execução de trabalhos de campo.

IV- realizar atividades em colaboração com Universidades e Escolas Técnicas, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o Instituto do Açúcar e do Alcool e demais órgãos interessados nos estudos científicos dos problemas rurais da região.

[...]

Da Organização

[...] O I.J.N. compõe-se dos seguintes órgãos:

- Seção de História Social (S.H.S.)
- Seção de Sociologia (S.S)
- Seção de Antropologia (S.Ant.)
- Seção de economia (S.E.)
- Seção de Geografia Humana (S.G.H)
- Seção de Estatística e Cartografia (S.E.C.)
- Seção de Administração (S.A.)¹⁴⁰

No âmbito científico, essa reestruturação administrativa e a publicação do Regimento não alterou significativamente o cotidiano da instituição. Em 1952, o IJN já publicava anualmente o *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*. Essa publicação cumpria o papel de divulgar as pesquisas realizadas pela instituição. A pesquisadora e historiadora da Fundaj Jolice Jucá, cita que, em seu primeiro número, o *Boletim do IJN* se definia como: “uma revista para a divulgação de estudos de Sociologia, Economia, Geografia Humana, Antropologia e Estatística aplicada ao Norte agrário do Brasil”¹⁴¹. Embora o título da principal publicação do IJN indicasse uma precisa compartimentação dos estudos realizados pela instituição, na prática isso não ocorria. As pesquisas realizadas não eram lotadas em seções específicas. A falta de verba e de funcionários levaram, por muitos anos, algumas dessas seções a figurarem somente no organograma da instituição.

¹⁴⁰ Decreto nº 37.334 de maio de 1955. In: Fundação Joaquim Nabuco. 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Op. Cit.

¹⁴¹ JUCÁ, Joselice. Op. Cit.

A precária realidade financeira condicionou a produtividade científica do IJN nas gestões de Antônio Gonsalves de Mello e Paulo Maciel. Até 1957, a única publicação significativa foi a pesquisa realizada pelo professor norte-americano Olen Leonard sobre as habitações rurais do leste de Pernambuco. Apesar de continuar com exíguo orçamento, mesmo depois da subordinação administrativa ao Ministério da Educação e Saúde, a instituição continuou crescendo. Na gestão de Paulo Maciel, o Instituto Joaquim Nabuco adquiriu sua sede própria. Pelo decreto nº 30838, de 15 março de 1952, a instituição conseguia a desapropriação do imóvel localizado no número 2187, da Av. 17 de Agosto, em Casa Forte. Esse fato otimizou, em grande medida, as despesas da Instituição. Mas foi na gestão de Mauro Motta que as principais pesquisas realizadas pela instituição foram publicadas.

A entrada de Mauro Mota na Direção Executiva do Instituto Joaquim Nabuco ocorreu em 1956. Naquele ano, tomava posse como Presidente da República Juscelino Kubitschek. O ex-governador do estado de Minas Gerais disputou a eleição do ano anterior pela aliança PSD-PTB. O seu principal adversário no pleito foi Juarez Távora, candidato da UDN¹⁴². Durante a campanha presidencial, havia no IJN uma espécie de udenismo. Desde a sua criação, a personagem mais importante do Nabuco era Gilberto Freyre. Em torno dele, orbitavam os destacados pesquisadores da instituição. As cooperações científicas e culturais realizadas pelo IJN, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, foram conseguidas graças ao prestígio intelectual do ilustre pernambucano. Até aquele momento, as principais decisões tomadas pelo IJN passavam por uma espécie de aval de Gilberto Freyre. Inclusive a nomeação do Diretor Executivo da instituição.

Na disputa eleitoral, Freyre apoiou acintosamente a candidatura de Juarez Távora. Ao assumir a Presidência em 1956, Juscelino Kubitschek, em suas primeiras ações à frente do Governo Federal, propõe a troca do Diretor Executivo do IJN. Para o cargo deveria ser nomeado o escritor Ascenso Ferreira. A intervenção do Governo Federal na instituição pernambucana tirava de Freyre o poder que ele exercia no Nabuco. A possibilidade de perder a influência nas deliberações da instituição levou Gilberto Freyre a não aceitar a nomeação do escritor Ascenso Ferreira para o cargo de diretor do IJN. Além da perda de poder, o sociólogo não tinha uma boa relação com Ascenso Ferreira desde a década de 1920. As ambiguidades do escritor em relação ao Movimento Regionalista provocaram incontornáveis animosidades com o Mestre de Apipucos, um

¹⁴² PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit., 2015.

dos principais expoentes do movimento¹⁴³. A solução para a disputa criada entre Freyre e o Governo Federal foi mediada pelo jornalista pernambucano Álvaro Lins que à época era chefe da Casa Civil da Presidência da República. Foi a partir desse contexto que Mauro Mota assumiu a Diretoria Executiva do IJN. Amigo de Álvaro Lins e próximo de Gilberto Freyre, Mota era o nome de consenso para assumir o cargo de Diretor Executivo do Instituto Joaquim Nabuco¹⁴⁴.

Em março de 1956, Mauro Mota foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek Diretor Executivo do IJN. Nos quatorze anos em que o escritor pernambucano permaneceu à frente da instituição, o Nabuco desenvolveu e publicou um número significativo de pesquisas sobre a realidade agrária e urbana da região Nordeste. O aumento da atividade científica ocorreu por dois motivos: o primeiro porque seções que só existiam no organograma da instituição passaram a funcionar. O segundo, porque outros pesquisadores se vincularam à instituição. O IJN jamais se afastou do objetivo de estudar sociologicamente as “condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do norte e do pequeno lavrador dessa região, que vise ao melhoramento dessas condições”¹⁴⁵. Para cumprir essa missão, duas seções eram fundamentais: a Seção de Geografia Humana e a Seção de Economia. No entanto, só na gestão de Mauro Motta esses setores foram estruturados. No âmbito dos novos pesquisadores, o IJN passou a contar com a colaboração de Gilberto Osório de Andrade; Manuel Correia de Andrade; Levy Cruz; Rachel Caldas Lins; Clóvis de Vasconcelos Cavalcante; Daniel Uchoa Cavalcanti Bezerra; Wamireh Chacon; e Albino Gonçalves Fernandes. Cabe destacar que outros intelectuais passaram a colaborar com o Nabuco ainda na gestão de Mauro Mota. No entanto, nossas análises contemplam as dinâmicas administrativas, científicas e sociais do IJN até o ano de 1964.

¹⁴³ Sobre o contexto da indisposição entre Gilberto Freyre e Ascenso Ferreira, ver: CHACON, Wamireh. Gilberto Freyre, Mário e Oswald de Andrade. *Rev. Ci. & Trópico.*, Recife, v. 21, n, 1, p. 7-16, jan./jun., 1993.

¹⁴⁴ Dados colhidos em entrevista cedida ao autor pelo renomado antropólogo Roberto Motta. Roberto Motta é professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco e ex-pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Filho de Mauro Motta, o referido intelectual foi contemporâneo aos fatos narrados sobre o início da trajetória do pai no Instituto Joaquim Nabuco. Cabe destacar, ainda, que as informações repassadas pelo antropólogo foram submetidas ao crivo da bibliografia que analisa os fatos políticos e sociais ocorridos nos anos 1950. A entrevista foi realizada no dia 03 de maio de 2019, na residência do Prof. Roberto Motta; Sobre a nomeação de Mauro Motta para o cargo de Diretor Executivo do Instituto Joaquim Nabuco, ver, igualmente: JUCÁ, Joselice. *Op. Cit.*; FRESTON, Paul, Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. *Op. Cit.*

¹⁴⁵ Lei nº 1.817 de 23 de fevereiro de 1953. In: Fundação Joaquim Nabuco. *30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. *Op. Cit.*

Nos oito anos da gestão de Mauro Mota que interessa a esta tese, o Instituto Joaquim Nabuco aumentou a captação de recursos, ampliou o número de funcionários técnicos e logrou êxito em conseguir sua personalidade jurídica e autonomia administrativa. A ampliação dos recursos financeiros e o aumento gradativo do quadro de funcionários possibilitaram à instituição publicar as seguintes pesquisas: *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental I – o Rio Ceará-Mirim*, 1957. *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental II – o Rio Mamanguape*, 1957. *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental III – o Rio Paraíba do Norte*, 1958. *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental IV – os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*, 1958. *Os Rios da Carnaúba*, 1958. *Pesquisa no Conjunto Residencial da Tamarineira*, 1958. *Camocim de São Félix, 1955 – Análise Demográfica e Econômica*, 1958. *Inquérito entre Agricultores do Nordeste*, 1958. *Burocracia e Desenvolvimento*, 1959. *Alagados, Mocambos e Mocambeiros*, 1960. *Enfermidades Mentais entre os Habitantes das Zonas Rurais de Pernambuco*, 1960. *As Migrações para Recife*, 1960. *As Migrações Internas do Nordeste: Caruaru, um dos seus Centros Detentores*, 1960. *Relatório sobre um Inquérito acerca da Habitação Popular Realizado no Município de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco*, 1960. *Região, Classe e Valores*, 1961. *Região, Crença e Atitude*, 1961. *Mortalidade e Sobrevivência no Nordeste*, 1961. *Problemas de Abastecimento do Recife*, 1961. *Características Demográficas e de Habitação do Sítio dos Peixinhos*, 1961. *Nível de Vida do Trabalhador Rural da Zona da Mata*, 1961. *A Colonização e os Problemas Agrários do Nordeste*, 1961. *Em Torno da Sociologia do Caminhão*, 1961. *Estudo Sistemático das Condições de Vida do Pequeno Lavrador dos Brejos Pernambucanos*, 1962. *Cooperativismo: um Estudo Sociológico em Pernambuco*, 1962. *Recursos e Necessidades do Nordeste: Padrões Sócio-Culturais*, 1962. *Pesquisa Socioeconômica na Região Nordeste do Estado de Alagoas*, 1962. *Interligação de Núcleos Populacionais*, 1963. *Igreja, Política e Região*, 1964. *Transição da Mão-de-Obra Agrícola para a Industrial*, 1964. *Condições Socioeconômicas de Brasília Teimosa (Pina/Recife)*, 1964. *Mocambos em Algumas Áreas do Recife*, 1964. *Condições de Vida do Trabalhador Rural da Zona da Mata do Estado de Pernambuco*, 1964¹⁴⁶.

Essas publicações traziam em si implicações para as políticas públicas no âmbito local, regional e nacional. Nesse sentido, para os pesquisadores do IJN, as interferências políticas nos direcionamentos científicos e administrativos da instituição precisavam ser limitadas. Em 1960, o presidente Juscelino Kubitschek assinou a Lei nº 3.791 que

¹⁴⁶ Analisaremos algumas dessas pesquisas no próximo item.

transformava o IJN em autarquia federal. A Lei previa que o IJN seria “administrado por um conselho diretor, composto de cinco membros, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação, que se dediquem a estudos e pesquisas científicas de natureza social [...]”. Ao que se refere ao Diretor Executivo, dizia o texto da Lei: “O diretor executivo será escolhido, pelo Presidente da República, de lista tríplice organizada pelo conselho diretor [...]”¹⁴⁷. Essa disposição normativa dava plenos poderes ao presidente do Conselho Diretor escolher os diretores executivos da instituição. Cabe destacar que até 1987, o Conselho Diretor da instituição foi presidido por Gilberto Freyre, função que o ilustre intelectual pernambucano exercia informalmente desde a criação do IJN, em 1949¹⁴⁸.

2.1.1. IJN: os sentimentos coletivos em relação à pobreza

Entre 1950 e 1964, o Instituto Joaquim Nabuco realizou ou apoiou pesquisas sobre rios, habitação, densidade demográfica, migrações, estrutura agrária, alimentação, industrialização, cooperativismo, religiosidades, condições sanitárias e padrões culturais da região Nordeste. Essas pesquisas foram desenvolvidas por intelectuais de distintos matizes ideológicos. Havia, no IJN, nesse período, trabalhando em plena cooperação, intelectuais que simpatizavam com regimes fascistas e intelectuais que simpatizavam com as ideias do espectro político das esquerdas¹⁴⁹. Mas a despeito dessa heterogeneidade ideológica, havia um mútuo interesse em refletir sobre as questões ligadas ao subdesenvolvimento regional. A partir das primeiras pesquisas que foram realizadas pelo Nabuco, nós passaremos a analisar as dimensões da afetividade política no interior desse grupo de pesquisadores.

No momento em que as discussões sobre a proliferação dos mocambos na cidade do Recife ultrapassavam as reflexões literárias e ensaísticas e se consolidavam no debate político no âmbito do governo estadual, o IJN levou a cabo sua primeira pesquisa. O estudo realizado pelo Prof. Olen Leonard foi viabilizado pela resolução nº 58 (I) da Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo conteúdo versava sobre as normas das cooperações internacionais para assuntos sociais. A administração de Assistência Técnica da ONU previa o seguinte plano de trabalho para o sociólogo americano:

¹⁴⁷ Lei nº 3.791 de 02 de agosto de 1960. In: Fundação Joaquim Nabuco. 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Op. Cit.

¹⁴⁸ JUCÁ, Joselice. Op. Cit.

¹⁴⁹ Analisaremos esses aspectos do IJN no capítulo IV. Nele, a partir da perspectiva da prosopografia, investigaremos as redes que se formaram em torno das discussões sobre o subdesenvolvimento nordestino.

Nesta missão lhe caberá trabalhar com o Instituto Joaquim Nabuco de Recife, uma organização criada com o objetivo de realizar e promover pesquisas sobre as condições de vida, de habitação e de trabalho das populações do nordeste do Brasil.

Sua tarefa específica será a de estudar o problema da habitação rural nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Para isso deverá realizar um estudo das condições atuais de habitação rural nesta região, e apresentar sugestões para melhorá-las por meio de emprego de materiais locais e um melhor desenho das construções, considerando os fatores relevantes de maior importância, inclusive aqueles que se relacionam com as condições de higiene.¹⁵⁰

Mas logo essas diretrizes foram modificadas pela direção do IJN. Para os observadores locais, a especificidade do aumento das precárias moradias na capital recifense, centro cultural e financeiro da região Nordeste, demandava um minucioso estudo sobre as condições de vida do “homem comum” do estado de Pernambuco. Dentre as várias dimensões e tópicos que poderiam ser analisadas, as questões em torno da saúde e bem estar ligadas aos aspectos físicos das habitações deveriam ser privilegiadas, mas em um recorte territorial que privilegiasse, nesse primeiro momento, aquele estado. Nesse sentido, a instituição solicitou ao sociólogo americano que restringisse suas análises às condições das habitações rurais de três zonas produtoras do estado pernambucano: Zona da Mata; Agreste; e Zona de Transição (entre a Mata e o Agreste).

Desde o século XIX, a intelectualidade dos principais centros econômicos da Europa vinha elaborando reflexões sobre as condições de vida das populações pobres e marginalizadas. Aspectos ligados à higiene, doenças, oportunidades de trabalho, violência, maquinaria urbana e habitações passaram a ser cuidadosamente estudados como fatores que poderiam influenciar no desenvolvimento econômico dos países industrializados¹⁵¹. Mas como o próprio sociólogo Olen Leonard apontou nas considerações gerais de seu relatório sobre as habitações do Leste pernambucano, essa prerrogativa deixou de ser exclusiva dos países ricos e industrializados no século subsequente. Nações e estados na África, no Extremo Oriente e no Mar das Antilhas passaram, igualmente, a empreender esforços na melhoria das condições de vida das populações empobrecidas de suas respectivas regiões. Nesse sentido, embora a direção

¹⁵⁰ LEONARD, Olen. Problema de Habitação Rural no Leste de Pernambuco (BRASIL). Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1952.

¹⁵¹ Ver a esse respeito: BRESCIANI, M. S. Op. Cit., 1982; BRESCIANI, M. S. Op. Cit., 1985; SEVCENKO, N. Perfis Urbanos Terríveis Em Edgard Allan Poe. Revista Brasileira de História, Brasil, v. 5, p. 13-16, 1985.

do IJN tenha restringido o campo de observação para o estado de Pernambuco, a iniciativa da intelectualidade local continuava a contemplar determinadas diretrizes no que concerne a entender e equacionar os problemas das populações pouco desenvolvidas economicamente.

No plano institucional do IJN, a “lógica dos afetos”¹⁵² que informava a sua produção intelectual era pautada pelo mal-estar provocado pelo crescimento exponencial dos pobres e miseráveis na cidade do Recife. Pelos ritos científicos empregados no sentido de entender e equacionar aquilo que a intelectualidade local concebia como entraves ao desenvolvimento econômico e social e pelo respeito às normas legais da democracia liberal. Apesar dos distintos graus que cada intelectual do IJN encarava cada uma dessas dimensões, o produto final das pesquisas ali realizadas apresentava esses três elementos. Passemos a analisar algumas dessas pesquisas.

A pesquisa *Problemas de Habitação Rural no Leste de Pernambuco* apresentou pela primeira vez os traços gerais que seriam recorrentes às pesquisas do IJN. No plano metodológico, a pesquisa foi realizada a partir de “inquérito sociológico”. Essa metodologia de análise social se caracterizava por cinco etapas. Na primeira, o estudioso determinava a população a ser investigada. De lá, o pesquisador delimitava um subconjunto representativo do todo da população inicialmente escolhida. A partir do interrogatório da amostra representativa, dados eram levantados, contabilizados e tratados com o fim de elaborar conclusões sobre o nicho social investigado. A realização dos inquéritos sociais com rigor científico possibilitava generalizar as conclusões alcançadas para além do núcleo social pesquisado¹⁵³. Nas regiões do estado de Pernambuco que o IJN estabeleceu como prioridades, os dados foram levantados em um engenho da cidade de Barreiros, localizado na Zona da Mata. No Agreste, as informações foram colhidas em pequenas propriedades do município de Caruaru. Na Zona de Transição, os inquéritos foram aplicados em um engenho de porte médio, localizado no município de Carpina¹⁵⁴.

Em cada uma dessas regiões, foram entrevistados os proprietários das fazendas e seus respectivos funcionários. Os inquéritos compreendiam perguntas sobre a estrutura física das moradias dos trabalhadores: tipo de telhado, piso, paredes e número de cômodos. Sobre aspectos de higiene: facilidade para banho, proteção contra animais

¹⁵² Ver: ANSART, Pierre. Op. Cit., 2019.

¹⁵³ Para delineamentos mais acurados sobre a metodologia de “Inquéritos Sociológicos”, ver: LIMA, Marinús Pires de. Inquérito Sociológico: problemas de metodologia. Queluz de Baixo: Editora Presença, 1971.

¹⁵⁴ LEONARD, Olen. Op. Cit., 1952.

daninhos e instalações sanitárias adequadas. Sobre luminosidade e ventilação das moradias, e sobre os principais interesses da população em relação à habitação. O sociólogo americano analisou minuciosamente cada um desses aspectos no relatório apresentado ao IJN. No que concerne ao aspecto geral, havia uma clara oposição a enxergar os problemas que afligiam a população rural do estado de Pernambuco a partir de uma perspectiva exclusivamente econômica. Para Olen Leonard, os problemas das habitações rurais pernambucanas eram demasiadamente complexos para serem analisados a partir de uma única perspectiva. Essa preocupação informava também os princípios científicos da intelectualidade local¹⁵⁵. As demais pesquisas realizadas pelo IJN foram pautadas pela interdisciplinaridade.

Nas conclusões da pesquisa, Olen Leonard apresentou algumas recomendações que deveriam ser levadas em consideração em qualquer programa de melhoramento das condições de vida dos habitantes das regiões estudadas. Passemos a analisar as recomendações do sociólogo americano a partir da perspectiva da sua sensibilidade política em relação ao tema tratado no relatório. No primeiro item de suas conclusões, salientava o pesquisador:

A rapidez com que cresce a população rural de Pernambuco está concorrendo para criar problemas complexos que afetam as condições de habitação, tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Além do aumento constante da população existente nas zonas propriamente rurais, a alta taxa de crescimento faz com que milhares, anualmente, venham-se estabelecer nos subúrbios das grandes cidades já por si congestionadas. Como resultado torna-se cada vez mais difícil manter, nos níveis atuais, as condições de habitação, sendo quase impossível cogitar de melhoramentos.¹⁵⁶

Olen Leonard era um experiente especialista em habitações rurais. O conhecimento que o sociólogo adquiriu ao longo da carreira o fez perceber que sem o entusiasmo das elites dominantes, os problemas que afligiam as populações pobres e

¹⁵⁵ Alguns pesquisadores salientavam o referido pressuposto científico no prefácio ou na introdução dos relatórios. Mauro Mota: “Neste inquérito do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, sôbre os Problemas do Abastecimento do Recife, repete-se aquêle critério salientado por Gilberto Freyre no prefácio do inquérito sôbre as Migrações para o Recife. O critério de oposição ao economismo puro e ao tecnologismo simples em trabalhos que procuram obter o conhecimento exato das coisas, ao invés do conhecimento delas apenas estimulatório ou unilateral. Em outras palavras, o emprêgo do tecnologismo e do economismo, mas submissos a uma sistemática: funcionando, mesmo para que funcionem, sendo peças de uma unidade, e não unidades independentes.” MOTA, Mauro. Prefácio. In: Problemas do Abastecimento do Recife. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1962.

¹⁵⁶ LEONARD, Olen. Op. Cit., 1952.

miseráveis não seriam resolvidos. Nesse sentido, era necessário um elemento de coesão às distintas concepções políticas e ideológicas caras ao ambiente político e intelectual pernambucano¹⁵⁷. O relatório explorava ao máximo essa afetividade política criada pelo mal-estar causado pela presença de significativo número de pobres e miseráveis na cidade do Recife. A estrutura do texto era didática nesse sentido. O segundo item recebeu o título de “A Função do Governo”. A lógica subjacente a esse encadeamento argumentativo residia em subordinar as práticas sociopolíticas à dimensão afetiva que unia todos no momento em que o sociólogo elaborava seu relatório de pesquisa. Dizia o sociólogo na sequência de seus argumentos:

Qualquer esforço que se faça e qualquer empreendimento mais amplo no sentido de melhorar as condições de habitação rural no leste de Pernambuco necessitará de apóio dos govêrnos Federal e Estadual, apesar de que o tipo e grau de assistência possam variar conforme a zona e de uma situação para outra.

[...]

Dando assistência e facilitando, dentro de sua órbita, a realização de melhoramentos o objetivo maior do govêrno poderia classificar-se como sendo o de aperfeiçoamento individual e do grupo. E para alcançar um tal objetivo, alguma cousa mais que habitação e higiene seria necessária. Primeiramente teria que procurar dar ao povo meios para poder resolver seus próprios problemas por iniciativa própria e pelo próprio esforço. [...] Em outras palavras isto significaria auxiliar o povo a se descobrir a si próprio e ver que pela cooperação êle pode elevar-se a um nível mais alto.¹⁵⁸

Para o sociólogo americano, a afetividade política causada pelo desconforto em relação aos pobres amontoados em precárias moradias no centro econômico e cultural do estado de Pernambuco, poderia levar o estado à prática de efetivas ações políticas. Nas democracias liberais, o Estado era o provedor do bem-estar dos cidadãos. Isso compreendia prover saúde, educação, segurança pública e moradias dignas. Em Pernambuco, inexistia o pacto social e político que possibilitavam Nações e estados desenvolvidos socioeconomicamente a terem políticas públicas de melhoria das condições de vida de suas respectivas populações. Os recursos financeiros eram escassos e não havia qualquer planejamento para equacionar os problemas econômicos e sociais dos mais pobres no longo prazo. No entanto, para Olen Leonard, a efetivação de *vínculos*

¹⁵⁷ Sobre o ambiente político ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit.; AGUIAR, Roberto Oliveira de. Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Ed. UFPE, 1993. Sobre o ambiente intelectual ver: TEIXEIRA, Flávio Weinstain. O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Pernambuco: Ed. UFPE, 2007; PÉCAUT, Daniel. Op. Cit., 1990.

¹⁵⁸ Idem.

*coletivos*¹⁵⁹, sobretudo entre a elite política local e as pessoas cobertas pelos sinais da miséria, proporcionariam resultados significativos para a vida dos pobres e miseráveis do estado de Pernambuco. Leonard apostava que, naquele contexto político-econômico-social, a adoção do princípio básico das democracias liberais¹⁶⁰ pudesse equacionar em grande medida os problemas observados no interior e na capital do estado de Pernambuco. Na sequência de sua argumentação, o sociólogo americano definia a perspectiva dos vínculos entre as elites políticas e os pobres e miseráveis da seguinte forma:

O papel do govêrno, no que diz respeito ao auxílio que pode dar, num tal plano, não é de produzir e de construir mas sim o de estimular e fornecer a assistência técnica quando considerada necessária pelos diretamente interessados. [...] O govêrno auxilia, encorajando padrões mais altos, fornecendo informação sôbre materiais de construção e métodos, estimulando e supervisionando a ação do grupo, fornecendo auxílio técnico e administrativo e pondo à disposição das populações ferramentas básicas simples quando necessárias, mediante aluguel módico ou por empréstimo.¹⁶¹

Olen Leonard procurava indicar o caminho para o poder público cumprir minimamente seu papel diante dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelas classes pobres. A narrativa do relatório era marcada por mensagens que visavam estabelecer os *vínculos coletivos* por meio do compartilhamento de sua sensibilidade intelectual em relação à pobreza. A partilha desse sensível¹⁶², nesse caso, buscava criar um lugar em que a pobreza e seus problemas correlatos fossem apreciados por quem detinha os instrumentos fundamentais para equacioná-los: o Estado. Passemos a analisar outras pesquisas desenvolvidas pelo IJN.

Em 1959, o pesquisador Vamireh Chacon publicou o estudo *Burocracia e desenvolvimento*¹⁶³. Nesse inquérito sociológico, o cientista político pernambucano visou avaliar as consequências econômicas da predileção dos pernambucanos por empregos públicos. O estudo de onze páginas foi realizado a partir da realidade burocrática das

¹⁵⁹ Sobre a sensibilidade política ser capaz de criar vínculos coletivos, ver: ANSART, Pierre. Op. Cit., 2019.

¹⁶⁰ O princípio básico da democracia liberal ou constitucional é o de que o governo serve ao indivíduo, não o indivíduo ao governo. Ver: BOBBIO, Norberto. Democracia e ditadura. In: Estado Governo e Sociedade. por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁶¹ LEONARD, Olen. Op. Cit., 1952.

¹⁶² Sobre a relação entre o sensível e a política, mais detidamente sobre os significantes subjacentes ao termo “partilha do sensível”, ver: RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.

¹⁶³ CHACON, Vamireh. Burocracia e desenvolvimento. Recife: Instituto Joaquim Nabuco. Recife, 1959.

idades de Recife e Caruaru. A análise desenvolvida pelo autor partia das seguintes perguntas:

- O número de filhos dos funcionários da administração pública
- Número de irmãos na família
- Como se tornou funcionário
- Fez algum curso indispensável diretamente para o emprego que ocupa
- Fez concurso para o ingresso no funcionalismo
- Gosta de ser funcionário
- Gostaria de ter sido outra coisa
- Gostaria que os filhos fossem funcionários
- Considera seu valor pessoal reconhecido pelos chefes
- O que seria melhor: segurança com pouco dinheiro ou muito dinheiro com risco
- Pretende continuar como funcionário ou tem outros planos para o futuro
- Deseja trabalhar em algo após a aposentadoria
- Que acha do aumento da quantidade de funcionários públicos no Brasil
- Qual o principal papel do funcionário na vida do País e do estado
- De que precisa mais os políticos brasileiros: honestidade ou ação no sentido de acelerar o desenvolvimento
- Que acha de Brasília
- Que acha da atual situação nordestina de inferioridade econômica diante do Sul

As perguntas foram direcionadas a funcionários federais, estaduais, militares (estaduais e federais), e das autarquias federais. O resultado obtido no inquérito foi traduzido no relatório final em porcentagens para cada grupo de resposta. A apresentação dos números não foi acompanhada de análises sobre os seus respectivos significados. Mas o relatório apresenta dois trechos significativos que expressam a sensibilidade intelectual do autor em relação ao tema abordado na pesquisa. No primeiro, vemos o seguinte posicionamento:

A ausência de uma industrialização em escala suficiente para absorver a imigração campo-cidade não impede este crescente afluxo. Além dos problemas de desemprego e subemprego que isto acarreta, outros inúmeros surgem. Entre eles o da predileção pelos empregos públicos como solução do sustento econômico e, em menor proporção, de ascendência social. Inclusive as populações de origem urbana também

preferem o funcionalismo como fonte de aparente segurança material, embora com limitados horizontes no futuro.¹⁶⁴

Em 1959, a pobreza e a miséria já haviam se consolidado nos debates acadêmico e político como o novo e urgente domínio de intervenção política. As recorrentes vagas de imigrantes que procuravam melhores condições de vida nos grandes centros urbanos aumentavam significativamente os problemas estruturais das principais capitais nordestinas. Nesse final de década, os agentes causadores das precárias condições de vida no campo e nas cidades já eram conhecidos. Naquele momento, os debates giravam em torno de como esses agentes impediam o desenvolvimento da região Nordeste¹⁶⁵. Em seu relatório, Vamireh Chacon apontava para duas ordens de fatores: Estado cumprindo função paternalista na sociedade pernambucana e para a falta de um determinado “espírito aventureiro” de significativas camadas da população. Na visão do cientista político pernambucano, esses fatores contribuíam como elementos inibidores do desenvolvimento regional.

Chacon sintetizava em sua narrativa a falta de profissionalismo da burocracia de Estado. Em Pernambuco, a opção por ser funcionário público cumpria o papel de solução possível para o sustento econômico ou de ascensão social. Essa assertiva identificava um dos elementos que obstava o desenvolvimento econômico e social no plano local. Para o cientista político, a situação indicada se agravava na medida em que os funcionários públicos se acomodavam em realizar atividades para as quais não tinham vocação. Para Chacon, esses fatores limitavam a atuação da burocracia na resolução dos problemas sociais e econômicos do estado de Pernambuco. No final do relatório, mais enfaticamente, o pesquisador sentenciava:

Enfim: o funcionalismo entrevistado apresentou diluída consciência de “status”, sem a ênfase que Max Weber atribuía a determinado tipo de sociedade. Não se trata, no Recife e em Caruaru, de uma classe dirigente, como ela tende cada vez mais ser nos Estados marxistas e mesmo entre os de economia capitalista mais desenvolvida. Os empregados públicos entrevistados são, em geral, tímidos e apreensivos em relação ao futuro, céticos e sem grande compreensão a respeito da profissão e do desenvolvimento nacional.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Esses elementos serão analisados de forma acurada no próximo item quando discutiremos a formação e atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

¹⁶⁶ CHACON, Vamireh. Op. Cit., 1959.

Para Chacon, a ausência de funcionários públicos especializados e vocacionados para a realização de suas respectivas atividades colocava o Estado brasileiro na contramão das Nações desenvolvidas. O autor utilizava o exemplo de dois modelos político-econômicos distintos para justificar a necessidade de uma burocracia profissional na efetivação do desenvolvimento socioeconômico. Na ausência de burocratas dirigentes, só restava uma opção a ser seguida: diminuir o número de funcionários públicos. As evidências dessa posição se tornam claras ao articularmos as conclusões apresentadas na citação às perguntas treze e quatorze do questionário. Havia por parte do autor, a confiança de que a diminuição da burocracia ineficiente, seguida de iniciativas particulares, pudessem equacionar os cadentes problemas socioeconômicos do estado de Pernambuco. O relatório de Vamireh Chacon apresentava as três características que informavam a “lógica dos afetos” no IJN.

Essas pesquisas foram desenvolvidas diretamente pelo IJN. Mas a “lógica dos afetos” que informava à sensibilidade institucional do Nabuco em relação aos problemas socioeconômicos da região Nordeste figurava também nas pesquisas desenvolvidas em colaboração com outras instituições. Em 1960, o médico pernambucano Ruy João Marques publicou a pesquisa *Habitação Popular em Nazaré da Mata*¹⁶⁷. A pesquisa foi elaborada pelo Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife por sugestão do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais¹⁶⁸. A elaboração do inquérito sociológico ficou a cargo daquela instituição, mas as suas diretrizes precisaram ser aprovadas pelo Conselho do IJNPS. O inquérito analisou as habitações de 563 famílias residentes em fazendas, engenhos e sítios do perímetro rural de Nazaré da Mata. A partir dos dados coletados, o médico Ruy Marques analisou a relação das precárias habitações rurais com as chamadas patologias regionais, especialmente a doença de chagas.

No relatório de dez páginas, Ruy Marques analisou dados sobre a ocupação profissional dos entrevistados; sobre as condições das habitações: estrutura física das casas, número de cômodos, luminosidade e instalações sanitárias; estado de saúde e alimentação dos moradores; e, por fim, sobre a correlação entre a doença de chagas e a presença de Triatomídeos¹⁶⁹ nas habitações. A pesquisa revisitava aspectos analisados

¹⁶⁷ MARQUES, Ruy João. *Habitação Popular em Nazaré da Mata*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco. Recife, 1960.

¹⁶⁸ Em 1960, o Conselho Diretor do Instituto Joaquim Nabuco aprovou a alteração do nome da instituição. Publicada a resolução nº 15, de 13 de dezembro de 1960, a instituição passou a se chamar “Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – IJNPS”.

¹⁶⁹ Nome científico do inseto transmissor da Doença de Chagas.

pelo sociólogo Olen Leonard na mesma região. Mas trazia uma novidade: a especificidade do recorte que ligava as condições físicas das habitações a um problema correlato concreto: a doença de chagas. A distância no tempo entre as duas pesquisas não gerou modificações em suas conclusões. Vejamos o que diz Ruy Marques:

Na verdade, através do inquérito ora analisado, pode, apenas, deduzir-se que no Município estudado – NAZARÉ DA MATA – um dos mais importantes do Estado de Pernambuco e distando da Capital cêrca de 67 quilômetros, as condições de habitação se apresentam extremamente precárias, mostrando-se de um modo particular deficientes as instalações de ordem sanitária. Sendo assim, nelas tudo favorece o aparecimento das mais variadas doenças infecciosas e das chamadas moléstias tropicais.

Isso vem demonstrar que aquela área do território pernambucano não difere, nêsse particular, de outras estudadas por diferentes investigadores.

Urge, pois, tratem os poderes competentes de incluir no plano de melhoria das condições de vida das populações do país, uma ampla reforma no sistema de habitação rural do homem do Nordeste brasileiro, entregando a técnicos de reconhecida competência o estudo de tão importante tarefa.¹⁷⁰

O médico Ruy Marques retomava os argumentos de Olen Leonard no que diz respeito a reduzir as conseqüências econômicas e sociais do par “falta de higiene-doenças” por meio da construção de moradias rurais com índices de salubridade satisfatórios. O autor colocava ênfase em dois aspectos já trabalhados no primeiro relatório do IJN: a responsabilidade do Estado no planejamento e melhoria das habitações rurais; e a confiança na ciência como suporte necessário às ações governamentais. Nesse sentido, o percurso argumentativo do médico Ruy Marques delimitava e aprofundava, a partir de um aspecto singular, a visão que o Nabuco tinha em relação às precárias moradias do perímetro rural pernambucano. O relatório evidenciava a força da “lógica dos afetos” do IJNPS. Nos trabalhos elaborados em parceria com outras instituições, havia evidente sintonia na forma de pensar os problemas econômicos e sociais da região Nordeste, bem como as soluções necessárias para equacioná-los. A associação de outros pesquisadores aos empreendimentos científicos realizados pelo Nabuco se estabelecia por afinidade intelectual, como resta claro no relatório do médico Ruy Marques.

Nas pesquisas em que não havia apreciação crítica da pobreza e seus correlatos, a “lógica dos afetos” era menos evidente, mas presente. Passemos a analisar uma pesquisa que não tratava diretamente das questões em torno da pobreza. Em 1961, o antropólogo

¹⁷⁰ MARQUES, Ruy João. Op.Cit., 1960.

René Ribeiro publicou o inquérito sociológico *Urbanização e Familismo no Nordeste do Brasil*¹⁷¹. A pesquisa visava testar, a partir da realidade rural e urbana do estado de Pernambuco, a tese desenvolvida pelo sociólogo americano Louis Wirth sobre as consequências da urbanização nos laços de parentesco. Vejamos o que dizia a tese de Wirth em citação direta de René Ribeiro:

Descreeveram-se muitas vezes, do ponto vista sociológico, as feições distintas do modo urbano de vida como consistindo na substituição de contatos primários por contatos secundários, no enfraquecimento dos laços de parentesco e na declinante significação social da família, no desaparecimento da vizinhança e solapamento da base tradicional de solidariedade humana. Todos estes fenômenos podem ser substancialmente verificados por meio de índices objetivos... Nas cidades... A família como unidade de vida social emancipa-se do grupo de parentesco maior que é característico do campo e os membros individuais seguem os seus próprios divergentes interesses na sua vida vocacional, religiosa, recreativa e política.¹⁷²

Para o antropólogo pernambucano, a tese do sociólogo americano não tinha validade no contexto sociocultural pernambucano. René Ribeiro entrevistou cinquenta famílias das cidades de Recife e Bezerros. Os questionários foram aplicados privilegiando os seguintes requisitos: a) ambos os cônjuges fossem nascidos na área estudada; b) fosse família em que ambos os cônjuges se prestassem a responder ao questionário; c) fosse família integrada (excluindo-se divorciados, mães solteiras e viúvos e viúvas); fossem preferencialmente da classe média. As famílias entrevistadas responderam perguntas sobre religião; número de filhos; profissão; parentesco entre os cônjuges; número de parentes (excluindo pais e irmãos); visitas realizadas a outras pessoas; visitas recebidas; frequência com que ia a festas; frequência a reuniões; frequência a cerimônias; membros da família fora do domicílio; presentes dados; presentes recebidos; objetos emprestados; objetos tomados emprestados; colaboração em festas familiares; recebimento de colaboração em festas familiares; ajuda em caso de morte; recebimento de ajuda em caso de morte; ajuda em caso de enfermidade; recebimento de ajuda em caso de enfermidade; ajuda para obtenção de emprego; recebimento de ajuda para obtenção de emprego; empréstimo de dinheiro; ajuda nos quesitos; assistência médica, contábil, legal e moral; pediria ajuda e para quem em caso de morte, doença, atividade contábil, legal; de quem gosta menos e de quem gosta mais.

¹⁷¹ RIBEIRO, René. *Urbanização e Familismo no Nordeste do Brasil*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961.

¹⁷² Apud RIBEIRO, René. Op. Cit., 1961.

Subsidiado pelas análises do material coletado nas entrevistas, René Ribeiro concluiu: “O conhecimento genealógico e a importância da família mantêm-se os mesmos no ambiente de uma metrópole como o Recife e de uma comunidade semi-isolada da zona rural”. A pesquisa desenvolvida pelo antropólogo pernambucano partilhava da “lógica dos afetos” do IJNPS. A escolha do tema e suas conclusões reforçavam as análises que apontavam as características patriarcais vigentes na burocracia estadual, nesse meio de século XX. Ao estabelecer como objetivo de pesquisa testar a teoria do ilustre sociólogo americano, René Ribeiro indicava que não havia espaço para abstrações teóricas nos trabalhos desenvolvidos pelo IJNPS¹⁷³. O seu relatório comprovava a eficácia do pressuposto científico do Nabuco. Demonstrava, também, a relevância dos pesquisadores daquela instituição nas interpretações das realidades econômicas, culturais e sociais da região Nordeste.

René Ribeiro não realizou estudos sobre a pobreza ao longo de sua carreira intelectual no IJNPS. No âmbito da antropologia, seus estudos se dedicavam a analisar as manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras. No entanto, a sensibilidade intelectual compartilhada no Nabuco comportava um *comum partilhado*, isto é: pesquisas que contemplavam a apreciação crítica da pobreza e seus correlatos, o apreço pelos ritos científicos, e as pesquisas que evocavam as normas legais da democracia liberal para a resolução dos problemas econômico e sociais da região Nordeste. Mas havia as pesquisas, como as desenvolvidas por Ribeiro, que comportavam *partes exclusivas do comum partilhado*¹⁷⁴.

No IJNPS a sensibilidade intelectual tinha duas dimensões complementares. A primeira era informada pelo mal-estar gerado pelo aumento exponencial dos pobres e miseráveis circulando pelas ruas da cidade do Recife. Esse elemento criou novos vínculos e reforçou antigas parcerias intelectuais em torno da apreciação crítica da pobreza e de seus correlatos. A segunda era informada pela necessidade que alguns intelectuais pernambucanos sentiam de estar vinculados à instituição cujo pressuposto científico cumpria importante papel nos debates sobre as questões culturais, sociais e econômicas da região Nordeste. No entanto, mesmo aqueles intelectuais que não refletiram

¹⁷³ Roberto Motta, em artigo sobre o percurso intelectual de René Ribeiro, já havia indicado a resistência do antropólogo pernambucano a abstrações teóricas. Diz Motta a esse respeito: “René Ribeiro nunca, ou quase nunca, lida com abstrações teóricas, mas em todos os seus escritos, tem em mente problemas e situações concretas”. MOTTA, Roberto. René Ribeiro (1914-1990). Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, p. 233-241, 1993.

¹⁷⁴ Sobre o Comum partilhado e partes exclusivas do comum partilhado, ver: RANCIÈRE, Jacques. Op. Cit., 2005.

diretamente sobre as questões em torno da pobreza e seus correlatos, compartilhavam da sensibilidade institucional que o Nabuco desenvolveu em relação ao tema. No próximo item, analisaremos os percursos percorridos pela Sudene no adensamento da nova sensibilidade intelectual em relação à pobreza.

2.2. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

No final dos anos 1950, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene estabeleceu uma significativa ruptura em relação à dimensão sensível da análise sobre a questão da pobreza. O olhar técnico e estruturalista¹⁷⁵ da Sudene se caracterizava por duas perspectivas: a primeira consistia em reduzir o lugar das ações individuais para o diagnóstico da situação de pobreza; a segunda, na aposta do poder do planejamento técnico como o mais eficaz transformador das condições econômico-sociais da região Nordeste. Essas novas perspectivas estavam no polo oposto das análises de Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto, e das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Joaquim Nabuco. A Sudene privilegiou um projeto voltado para a superação estrutural da pobreza, no qual o olhar técnico e o planejamento ocupavam o lugar da percepção historicista da pobreza, da subjetividade do pobre em meio à fome, da subjetividade de quem observa o pobre ou da subjetividade do pobre como produto de uma consciência de mundo.

Neste item, buscamos evidenciar o redimensionamento das análises da Sudene em relação à pobreza a partir das suas diretrizes teóricas, bem como de sua natureza de órgão técnico de Estado. Essas análises são importantes porque elas apresentam os limites e as contribuições das ações da Sudene frente às realidades de penúria da região Nordeste e apontam o papel da autarquia na construção do significado canônico que surge nesse meio de século XX em relação às realidades de pobreza e miséria daquela região. Vejamos como a dimensão do sensível da Sudene se apresentava em sua produção técnica e científica.

A elaboração e a implementação das ideias que levaram à criação da Sudene, em 1959, articulavam-se diretamente a dois fatores: às políticas governamentais do então

¹⁷⁵ O pensamento estruturalista da Sudene concebia as dinâmicas econômicas nacionais a partir de análises que combinavam o estudo dos processos históricos e do comportamento de agentes econômicos a partir de contextos definidos. Essa teoria foi formulada e desenvolvida pelo economista Celso Furtado, ideólogo e primeiro superintendente da SUDENE. Sobre essa concepção teórica, ver: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

presidente Juscelino Kubitschek e à efervescência político-social da região Nordeste, na segunda metade dos anos 1950. A ascensão de Kubitschek à Presidência da República, em 1956, representou a vitória e a reorganização do Pacto Nacional Popular¹⁷⁶ frente às forças políticas que o ameaçavam depois do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. O plano de governo de Kubitschek compreendia um processo de modernização capitalista com alguma abertura para o social, principalmente para o setor do operariado urbano. O Plano Nacional de Desenvolvimento era a síntese desse novo projeto de Nação. O Plano de Metas, como era popularmente conhecido, tinha como finalidade alcançar trinta objetivos na esfera econômica privilegiando os setores de energia, transporte, indústria de base e alimentação. Além desses trinta objetivos no âmbito econômico, havia também a meta de construir Brasília¹⁷⁷.

A cientista política Maria Victoria de Mesquita Benevides em sua obra *O governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956-1961* apontou que o sucesso do desenvolvimento econômico do governo JK estava alicerçado no apoio das Forças Armadas e da bancada majoritária do Congresso Nacional (PSD-PTB) ao Plano de Metas. Essas considerações são particularmente significativas na medida em que a autora defendeu que o plano econômico de JK logrou êxito em acomodar distintos interesses políticos e econômicos. Mas como tanto a política quanto a economia não são jogos de soma zero, a autora pontuou que a relação estabelecida entre o executivo, os partidos políticos e as Forças Armadas produziu, ao mesmo tempo, diversas crises no governo Juscelino Kubitschek. Na análise que fez dessas crises, Benevides destacou o cenário político e econômico do ano de criação da Sudene da seguinte forma:

Em 1959 as crises são de natureza especificamente econômica: é o planejamento que corre o risco de não ser cumprido. É a fase mais difícil do governo, pressionado externamente pelo FMI e internamente pela oposição violenta ao mesmo tempo contra a inflação e contra o Plano de Estabilização Monetária. Aumentam o número de greves (e os “pactos de ação conjunta”), as atividades das Ligas Camponesas, a oposição udenista contra pretensos planos “continuístas” de JK e a oposição de “esquerda” quanto ao capital estrangeiro [...].¹⁷⁸

¹⁷⁶ Sobre o Pacto Nacional Popular e seu desdobramento no “nacional-desenvolvimentismo”, ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2015.

¹⁷⁷ Cf. SILVA, S. B. Os Anos JK (50 anos em 5. A odisséia desenvolvimentista) 2002 (verbete temático). Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

¹⁷⁸ BENEVIDES, M. V. O governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Por motivos distintos, a origem de todas essas crises foi o próprio plano de desenvolvimento econômico do Governo Federal. O objetivo central do programa econômico de Juscelino era “acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras”¹⁷⁹. O método utilizado pela administração Kubitschek para lograr êxito nesse empreendimento partia do tripé capital-estrangeiro/capital-estatal/capital-industrial nacional. No âmbito externo, o executivo passou a sofrer pressão de organismos internacionais quando diminuiu significativamente a capacidade de atrair investimento externo e de oferecer as garantias de que conseguiria pagar os empréstimos que subsidiou o rápido desenvolvimento econômico dos primeiros anos do governo JK¹⁸⁰. No plano interno, as tensões entre os atores políticos tinham três ordens de fatores: a primeira era a disputa em torno dos rumos que o desenvolvimento econômico brasileiro deveria seguir. Nela, a expressiva participação do capital estrangeiro na economia nacional era motivo de descontentamento das esquerdas nacionalistas. No polo oposto, havia um grupo heterogêneo de economistas, políticos, industriais e técnicos da equipe econômica do Governo Federal que defendiam o desenvolvimento brasileiro a partir de impulsos econômicos externos e a partir de uma política econômica ortodoxa¹⁸¹. Além dessas disputas que visavam tutelar o desenvolvimento econômico nacional, as pretensões continuístas de Juscelino Kubitschek elevavam as tensões na medida em que ela desagradava os atores políticos que faziam oposição à administração JK, mas também a amplos setores da base aliada. Por fim, a concentração dos investimentos públicos e privados na região Centro-Sul do país aumentou as disparidades regionais e, por conseguinte, contribuiu significativamente para o aumento das tensões sociais na região Nordeste¹⁸².

Esse último elemento foi decisivo para que Juscelino Kubitschek colocasse em marcha o projeto de criação da Sudene. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi concebida como uma resposta aos desafios sociais da região Nordeste. Cabe destacar que a “questão nordestina” ganhava ainda mais relevância para a administração JK por causa do triunfo da Revolução Cubana, ocorrido em janeiro de 1959. Mesmo sem

¹⁷⁹ J. KUBITSCHKEK – Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento. Apud BENEVIDES, M. V. O governo Kubitschek. Idem.

¹⁸⁰ BENEVIDES, M. V. O governo Kubitschek. Ibidem; SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹⁸¹ FURTADO, Celso. Obra autobiográfica: a fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁸² OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Op. Cit.

assumir inicialmente uma perspectiva socialista, o caráter nacionalista radical e reformista do M-26 estimulava os nacionalismos de esquerda na América Latina. Nesse sentido, era preciso enfrentar os contrastes socioeconômicos internos para o Nordeste não se tornar uma “nova Cuba”.

Nos anos 1950, a especificidade da “questão nordestina” girava em torno do esgotamento do modelo econômico-social sustentado pela burguesia agroindustrial do Nordeste. As bases do sistema econômico nordestino estavam pautadas desde o século XVI na produção e exportação açucareira. A este complexo, se associou, a partir da segunda metade do século XIX, uma incipiente estrutura industrial dedicada a abastecer o mercado regional e alguns mercados no exterior¹⁸³. No âmbito dos traços mais característicos, esse complexo econômico era caracterizado pelo domínio de uma oligarquia secular. A produção industrial do açúcar exigia grandes volumes de inversões em equipamentos e na qualificação da mão-de-obra. No entanto, as poucas famílias que detinham o poder econômico e político na região se mantiveram alheias a esses fatores, buscando a maior capacidade de lucro na intensa exploração dos trabalhadores das usinas. A ausência de investimento, o pouco valor agregado e a inércia política das oligarquias nordestinas foram determinantes para a baixa produtividade econômica da região, na primeira metade do século XX.

As perdas acumuladas da capacidade produtiva da região Nordeste ao longo dos anos criaram uma série de problemas de ordens política e social. A dependência da economia nordestina ao setor açucareiro estimulou o aumento do número de pobres e miseráveis na região, na medida em que o setor açucareiro não conseguia absorver o excedente de mão de obra criado pelas secas sazonais. Além disso, contribuiu para intensificar o clientelismo entre a burguesia agroindustrial e o Governo Federal. O executivo era solicitado a resolver os problemas de infraestrutura da região, sempre que conveniente para as oligarquias locais. As ações do Governo Federal beneficiavam diretamente os interesses mais imediatos dos grandes latifundiários ao construir estradas e açudes dentro ou nas proximidades das grandes fazendas.

A simbiose entre as oligarquias nordestinas e o Governo Federal se intensificou a partir dos anos 1930. A crise do mercado agroexportador brasileiro e a aceleração do processo de industrialização do Sudeste faziam a burguesia agroindustrial recorrer cada

¹⁸³ Destacamos que a precária estrutura industrial do Nordeste era ligada aos setores açucareiro e têxtil-algodoeiro. Restringiremos a análise ao propósito da linha argumentativa desta tese e falaremos especificamente da indústria açucareira. No entanto, a fortuna crítica a respeito do tema não dissocia esses dois ramos ao analisar a economia regional da primeira metade do século XX.

vez mais ao Estado a fim de reverter perdas ocasionadas pela estagnação da economia regional. Assim, mesmo diante das mais contundentes crises, o grande latifundiário conseguia manter sua margem de lucro, seja na intensa exploração dos trabalhadores das usinas, seja por meio do assistencialismo do Governo Federal¹⁸⁴. Esse complexo econômico-social explica a permanência das estruturas arcaicas do Nordeste brasileiro e a persistência dos grandes latifundiários em preservá-las mesmo diante da aceleração do processo de industrialização nacional.

Na década de 1950, a dimensão social e política da organização dos trabalhadores rurais contra a opressão exercida pelos latifundiários constituiu argumento suficiente para a administração Juscelino Kubitschek intervir na região. As ações dos trabalhadores tiveram início no imediato pós-guerra. O período da Segunda Guerra Mundial representou o momento mais agudo da crise agroexportadora brasileira. Os engenhos que não contavam com boa infraestrutura foram obrigados a encerrar a produção açucareira e arrendar suas terras. Uma parte significativa desses engenhos foi arrendada aos antigos funcionários que neles permaneceram cultivando pequenas lavouras de subsistência e gêneros para abastecer as feiras locais. A retomada da procura e a alta dos preços do açúcar com o fim do conflito internacional estimularam os antigos proprietários a reaverem as terras arrendadas nos tempos de guerra. A resistência dos camponeses em deixar as terras e ceder às exigências dos latifundiários tornou possível a criação da primeira Liga Camponesa¹⁸⁵.

Na segunda metade da década de 1950, a organização dos trabalhadores rurais da Liga Camponesa do Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, distante 46 quilômetros da capital pernambucana, teve repercussão política nacional e internacional. A *Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco - SAPPP* surgiu como uma associação destinada a finalidades assistenciais. Os camponeses que tinham o domínio útil das terras do Galiléia criaram a SAPPP com o objetivo de levantar recursos comuns para auxiliar os camponeses mais necessitados. O historiador Antônio Torres Montenegro indicou que os proprietários do engenho

¹⁸⁴ Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. Op. Cit.; MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: uma Política Regional de Industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Op. Cit.; PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Op. Cit.

¹⁸⁵ Sobre as primeiras Ligas Camponesas no Nordeste, ver: ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1989; PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Op. Cit.

solicitaram aos camponeses a dissolução da associação. Os associados não se submeteram às exigências do proprietário e buscaram amparo legal para manter as atividades da SAPP¹⁸⁶.

O apoio jurídico e político do advogado e deputado estadual Francisco Julião transformou a Liga Camponesa do Engenho Galiléia em símbolo de resistência dos trabalhadores rurais. A força do ato inaugural da organização dos camponeses do Galiléia estava em que

ao senhor de engenho era dado conhecimento que seus trabalhadores estavam construindo outras estratégias para enfrentar seus problemas de vida e trabalho. De forma explícita, sem subterfúgios, estavam sendo levadas ao conhecimento do senhor práticas que sinalizavam com a ruptura do pacto paternalista e de compadrio que cimentava as relações de exploração. Contratar um advogado era uma forma de dizer ao senhor que a relação de direitos e deveres entre o dono da terra e os trabalhadores não seria mais estabelecida apenas verbalmente ou por meio da política do que era considerado “pequenos favores”. [...] Os trabalhadores, ao constituírem um advogado para defender seus direitos, emitiam o signo de que o fórum das suas querelas seria a justiça, e não mais o silêncio resultante das ameaças dos vigias e administradores a mando dos senhores.¹⁸⁷

A luta dos camponeses nordestinos ganhava uma dimensão totalmente nova. Joseph A Page, em *A Revolução que nunca houve*¹⁸⁸, defendeu que a ameaça política das reivindicações dos camponeses residia, entre outros fatores, no fato de ela ter se tornado núcleo dos argumentos de setores da sociedade que defendiam a reforma agrária. Esses elementos assombravam até os latifundiários mais ciosos do seu poder político e econômico. As Ligas Camponesas se multiplicaram rapidamente pelo Nordeste. Os núcleos de maior destaque se situavam nos municípios de Pau d’Alho, São Lourenço da Mata, Goiana e Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Nos demais estados da região, a associação de maior prestígio foi a Liga de Sapé, localizada no estado da Paraíba. No auge das mobilizações no estado paraibano, a Liga de Sapé congregou aproximadamente dez mil membros¹⁸⁹.

A organização das Ligas Camponesas se colocava de maneira distinta para as autoridades locais e para o governo JK. Os primeiros, orgulhosos da “civilização do

¹⁸⁶ MONTENEGRO, A. T. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 02, n.02, p. 391-416, 2004.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ PAGE, Joseph A. A revolução que nunca houve. Op. Cit.

¹⁸⁹ CAMARGO, A. B. A. LIGAS CAMPONESAS (verbete temático). Rio de Janeiro: CPDOC, (sem data). In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 25 de outubro de 2020.

açúcar” que contribuía para preservar, recorriam à violência policial para colocar fim à insurreição camponesa. Os latifundiários temiam que a expansão das mobilizações pudesse arrastar a “sociedade do açúcar” ao colapso. Eles enxergavam um nítido contraste entre as pontuais mobilizações do passado e as Ligas Camponesas. No entanto, os proprietários de terras expressavam total confiança que o aparato policial desmobilizaria as associações camponesas da mesma forma como reprimiu eficazmente outros movimentos insurgentes ao longo dos anos. Para a administração JK, o potencial revolucionário das Ligas Camponesas colocava em risco o processo de modernização capitalista proposto no Plano Metas. No entanto, o Governo Federal concebia a agitação política provocada pelas Ligas Camponesas como resultado do arcaico complexo econômico-social açucareiro. Isso significava que a ação repressiva não arrefeceria os ânimos naquela região. A ameaça política contida na organização dos trabalhadores rurais deveria ser neutralizada por meio de mecanismos que modificassem a estrutura econômica e social do Nordeste. No âmbito desse contexto, o Governo Federal propôs a “Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, projeto que precedeu a criação da Sudene¹⁹⁰.

2.2.1. O prelúdio das ideias: o diagnóstico sobre o Nordeste

Em 1958, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE já elaborava um diagnóstico sobre a realidade econômica e social nordestina. A equipe do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN* era formada por Aluizio Campos, responsável pela diretoria do BNDE encarregada de elaborar o estudo, e um grupo de técnicos das Nações Unidas. Esses técnicos realizavam estudos a partir de dados coletados em viagens que faziam à região Nordeste. No entanto, a cooperação técnica BNDE - Nações Unidas não estava logrando êxito em fornecer as informações necessárias a uma intervenção de curto prazo na região nordestina. Essa circunstância levou a direção do Banco a pedir apoio ao economista Celso Furtado que naquele ano se juntava à equipe técnica da instituição. Os conhecimentos acumulados durante os anos

¹⁹⁰ A historiadora Rosa Maria Vieira, no artigo Celso Furtado e o Nordeste no pré-64, analisou o projeto de desenvolvimento para o Nordeste elaborado por Furtado o situando no contexto da efervescência política e social do final dos anos 1950. Destacamos que essa contextualização é ponto pacífico na fortuna crítica a respeito do tema. Como não poderia ser diferente, o que diferencia as análises são as conclusões e as perguntas que as pesquisas visam responder. Sobre o texto da professora Rosa Maria, ver: BERRIEL, R. M. V. Celso Furtado e o Nordeste no Pré-64: Reforma e Ideologia. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.29, p. 53-86, 2004.

em que trabalhou na *Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)* ¹⁹¹, o balizado conhecimento que o economista detinha do conjunto das realidades política, econômica e social do Nordeste brasileiro e as facilidades em coletar e processar dados que a estrutura do BNDE disponibilizava, possibilitou a Celso Furtado elaborar o documento *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*¹⁹².

O documento elaborado por Furtado foi dividido em cinco partes: “Introdução”; “O Nordeste na economia brasileira”; “Elementos dinâmicos da economia do Nordeste”; “Aspectos econômicos do problema das secas”; e “Plano de Ação”. O conjunto das partes compreendia 94 páginas que delineavam as bases da política de desenvolvimento do Governo Federal para a região nordestina. A base teórica do documento concebia os problemas econômicos e sociais da “sociedade do açúcar” como sendo pré-determinados pela peculiaridade dos processos históricos da região. Nesse sentido, cabia à nova política de desenvolvimento: localizar, avaliar e corrigir os “desvios” e os “deslocamentos” que ocorreram no processo de formação do complexo econômico-social regional. Esse elemento teórico orientou o Plano de Ação a agir sobre os resultados da desigualdade, não sobre os processos que as constituíram em meados do século XX¹⁹³. Passemos a analisar como o documento produzido pelo economista Celso Furtado configurava a pobreza, mas não as estruturas invisíveis que a reproduziam naquele meio de século.

A “introdução” do documento *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* sintetizava os pontos centrais da análise de Celso Furtado. Nela, os arcaísmos regionais foram explicados a partir da tese dos “desequilíbrios regionais”. Analisemos o que autor propunha, a partir dessa perspectiva, como recomendação para modificar a realidade nordestina:

O Plano de Ação apresentado neste documento está estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:

¹⁹¹ A *Comissão Econômica para a América Latina* é um órgão das Nações Unidas criado em 1948. Sediado no Chile, a Cepal tinha como missão produzir conhecimento especializado sobre as dinâmicas econômicas da América Latina. Celso Furtado passou a compor os quadros da instituição a partir de 1949 e foi um dos seus intelectuais mais atuantes até 1957, ano em que resolveu deixar a Cepal para se ocupar de outros projetos.

¹⁹² FURTADO, Celso. Obra autobiográfica: a fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo. Op. Cit.

¹⁹³ O sociólogo Francisco de Oliveira já havia localizado esse caráter do documento base da Sudene nos idos dos anos 1970. No entanto, embora estejamos de acordo com essa assertiva, nossa linha de argumentação e nossa tese seguem caminhos diametralmente opostos ao defendido pelo sociólogo pernambucano. Sobre as teses de Oliveira ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Op. Cit.; OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes - Cebrap, 1981. Publicado originalmente em *Estudos Cebrap* (2), 1972.

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, como vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-las mais resistente ao impacto das secas; e
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida.¹⁹⁴

A perspectiva teórica formulada e desenvolvida por Furtado indicava que a região Nordeste estava em permanente crise desde a segunda metade do século XIX. Os repetitivos registros econômicos apresentados no documento sugeriam a imagem de uma região atrasada por não ter um complexo econômico sustentado por impulsos internos. A avaliação de Furtado se pautava no êxito do Centro-Sul em criar elementos para um sistema econômico autônomo a partir das crises e tensões internas da economia cafeeira. Nesse Nordeste submerso em uma crise de longa duração, a pobreza e a miséria passavam a ser analisadas pelo economista a partir de uma nova dimensão. Diferentemente dos literatos, ensaístas, bem como dos técnicos do Instituto Joaquim Nabuco que se colocavam na posição de observadores do cotidiano e das vidas das massas empobrecidas, Furtado concebia a pobreza e a miséria como sendo resultante das ações de agentes econômicos ao longo dos processos históricos que informaram a formação econômica e social da região Nordeste, resultando em um colapso estrutural que alimentava o atraso. Essa perspectiva tinha impacto direto nas recomendações do “Plano de Ação” na medida em que ela não dava centralidade à figuração do pobre em seus prognósticos, concentrando-se nas causas estruturais da pobreza. Em sua primeira diretriz, Furtado sugeria a criação de “um centro autônomo de expansão manufatureira”. Nas palavras do próprio autor, essa orientação visava criar uma nova classe dirigente no Nordeste. Essa perspectiva sugeria que os problemas regionais seriam equacionados na medida em que a “região problema” se tornasse um ambiente adequado à reprodução do capital em escala comparável à região Centro-Sul do país. A recomendação redimensionava a narrativa sobre a pobreza na medida em que não era imperativo descrever as condições em que as

¹⁹⁴ GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Conselho de Desenvolvimento. Presidência da República. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

populações pobres e marginalizadas viviam no campo e nas cidades. O diagnóstico precisava os meios pelos quais a pobreza germinava e indicava a forma de superá-la.

A segunda diretriz: “transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada”, relacionava-se diretamente com a anterior. Na faixa úmida, a economia agrícola era marcada pela baixa produtividade. Em meados do século XX, as terras dessa região eram ocupadas por engenhos que exportavam a sua produção para o Centro-Sul do país e por lavouras de subsistência. Enquanto nos engenhos prevalecia um núcleo social privilegiado economicamente, nos roçados imperava uma massa de camponeses empobrecida cuja sobrevivência dependia daquilo que conseguia plantar. As recomendações de Furtado não problematizavam essa dimensão do complexo econômico-social da economia da faixa úmida. O argumento central do economista era o fato do conjunto dessa economia estar ligado aos interesses econômicos da burguesia agroindustrial.

A economia da faixa úmida constitui caso típico de um sistema que se formou e cresceu por indução de fatores externos. Enquanto a procura externa crescia, o sistema ia absorvendo fatores (mão-de-obra e terras) a um nível de produtividade crescente, ou constante: toda vez que enfraquecia a procura externa, a absorção de fatores se fazia na faixa da subsistência, com baixa da produtividade média do conjunto da economia. A procura externa jamais sofreu um colapso de grande magnitude, como ocorreu no caso da economia da borracha. Nos últimos decênios, as exportações para o exterior foram substituídas por exportações para o Sul do país, com garantia de preços, o que permitiu ao sistema atravessar uma crise de grandes proporções no mercado internacional do açúcar, numa etapa caracterizada pela rápida intensificação do crescimento demográfico (devido à queda da taxa de mortalidade), sem sofrer modificações estruturais de maior monta. O impulso de crescimento que a economia da faixa úmida recebia das exportações de açúcar já se esgotou há muito tempo. As importantes inversões realizadas nesse setor, com recursos provenientes do Banco do Brasil, no decorrer do último decênio, permitiram elevar a rentabilidade da indústria, cuja posição estava seriamente ameaçada dentro do próprio mercado nacional. Sem embargo, como fonte de emprego e renda, o setor açucareiro deixara de constituir um fator dinâmico no complexo econômico nordestino. E o problema fundamental da região, consiste, exatamente, em suprir a falta desse impulso dinâmico.¹⁹⁵

¹⁹⁵ GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Conselho de Desenvolvimento. Presidência da República. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. p. 50.

Furtado partia da ideia de que se o conjunto dessa economia fosse subordinado aos interesses da nova classe dirigente que seria formada no Nordeste, os problemas relacionados à insuficiência da economia nordestina seriam equacionados. Subjacentes às indicações de caráter econômico estavam aspectos de ordem social das populações pobres que lutavam para se manter vivas, a partir das arcaicas estruturas econômicas da região Nordeste. Portanto, o modo de vida dos camponeses pobres era mais uma expressão do atraso do que de uma alternativa ao colapso da “civilização do açúcar”.

Na sequência das recomendações do “Plano de Ação”, Furtado propunha uma intervenção na região do *hinterland* seco cujo propósito consistia em realizar uma “transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas (sic) no sentido de elevar sua produtividade e torná-las mais resistente ao impacto das secas”. Nos anos 1950, a economia da região semiárida era marcada por três tipos de atividades: criação extensiva de gado, plantio de algodão e agricultura de subsistência. A reprodução do capital desse complexo econômico no que diz respeito à ocupação da terra mantinha substancial diferença em relação ao sistema produtivo da faixa úmida. Nas zonas secas, os latifundiários destinavam as maiores extensões de terras à criação de gado. Os açudes construídos com recursos do Governo Federal ao longo da primeira metade do século XX haviam contribuído significativamente para que o gado conseguisse se adaptar ao clima inóspito da região. Os animais permaneciam soltos requerendo pouca infraestrutura para gerar lucro aos proprietários. As plantações de algodão ocupavam, igualmente, vastas extensões de terras. Em algumas regiões do Sertão nordestino, a cultura algodoeira assumia maior relevância que a pecuária¹⁹⁶. A herbácea de tipo mocó, cultivada no semiárido nordestino desde o século XIX, era resistente ao solo e ao clima seco da região. As melhorias dessa espécie em relação aos cultivares primitivos do período colonial¹⁹⁷, possibilitava aos fazendeiros, sobretudo ao longo da primeira metade do século XX, dispenderem menos recursos para a manutenção das fazendas elevando, assim, as margens de lucro dos produtores. As lavouras de subsistência completavam o complexo econômico ocupando as menores faixas de terras.

A renda monetária desse complexo econômico era gerada a partir da atividade gado-algodoeira. No entanto, Furtado sugeria a economia de subsistência como o

¹⁹⁶ Sobre essa assertiva ver: MELO, Mário Lacerda de. Revista Brasileira de Geografia, v.24, n.4, p.503-541, 1962.

¹⁹⁷ Sobre as espécies de algodão plantadas no Nordeste do Brasil e seus melhoramentos ao longo dos séculos: DA SILVEIRA NEVES, Osvaldo et al. BRAGANTIA: Boletim Científico do Instituto do Estado de S. Paulo, v. 27, n.35, p.437-475, 1968.

elemento mais importante do conjunto econômico do *hinterland* seco. O argumento central estava no fato de que “O homem do campo trabalhava, em primeiro lugar, para alimentar-se. A renda monetária que lhe vem da meação do algodão e outras tarefas desempenha papel suplementar em seu rudimentar sistema de vida”¹⁹⁸. Nesse sentido, as políticas públicas deveriam concentrar esforços na reorganização do conjunto do complexo econômico sertanejo. As ações não deveriam ser direcionadas para a construção de novos açudes ou de abertura de frentes de obras públicas, vistas pelo economista com potencial apenas para reduzir os efeitos sociais das crises provocadas pelas secas. Na perspectiva apresentada no “Plano de Ação”, os esforços deveriam consistir em fazer com que todas as camadas do complexo econômico do *hinterland* seco passassem a se beneficiar “das vantagens proporcionadas pelas formas mais complexas de organização da produção”¹⁹⁹. Furtado expressava total confiança nas técnicas de planejamento econômico. O caráter de suas análises não realizava qualquer juízo político ou moral da pobreza, ou levava em conta as estratégias subjetivas de sobrevivência dos pobres. A proposta do economista acenava para necessidade de uma intervenção do Estado pautada em critérios rigorosamente técnicos.

Na última diretriz “deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais [...]”, Furtado voltava a expressar a aposta no potencial do planejamento econômico. Nos anos 1950, já existia um significativo fluxo migratório em busca das regiões úmidas do Maranhão. No entanto, desde as primeiras levas de migrantes, a ocupação dessas zonas úmidas mantinha um caráter sazonal. As migrações ocorriam quando as insatisfatórias condições de vida nas zonas do semiárido nordestino eram agravadas por rigorosas secas. Um conjunto de fatores particularmente desfavoráveis como o semi-isolamento da região e a falta de uma estrutura mínima para o plantio dos roçados contribuía para que a situação nas terras úmidas maranhenses apresentasse condições ainda mais precárias que as do semiárido. Isso levava muitos dos migrantes a retornar ao *hinterland* seco após o período das secas. Em suas análises, Furtado levava em consideração todos esses elementos, mas a sua perspectiva era a de um técnico a serviço do Estado. Nesse sentido, o economista estava implicado a resolver, a priori, o principal problema enfrentado pelo Governo Federal nas

¹⁹⁸ GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Conselho de Desenvolvimento. Presidência da República. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Op. Cit. p 63.

¹⁹⁹ Idem.

regiões do *hinterland* seco: evitar a migração dos camponeses dessa região para outras áreas densamente povoadas.

Ao longo das recomendações apresentadas no documento *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, o foco da narrativa estava em avaliar as problemáticas em torno dos índices de produção e rentabilidade do desenvolvimento econômico nordestino em relação aos índices apresentados no Centro-Sul do Brasil. A partir dessa perspectiva, o economista apresentava uma epistemologia para o desenvolvimento econômico da região Nordeste. No período em que as organizações populares, a exemplo das Ligas Camponesas, apontavam para um protagonismo político no âmbito institucional, as configurações conceituais de Furtado se delimitavam, assim, a reproduzir mimeticamente os pressupostos desenvolvimentistas que logravam êxito em modificar as estruturas econômicas do Centro-Sul do país.

Nas recomendações do “Plano de Ação”, as análises técnicas dos fatores de troca e dos fatores de produção da região Nordeste se sobrepujam aos diagnósticos voluntaristas, subjetivos ou meramente sensíveis só à pobreza. Mas embora suas concepções fossem avançadas politicamente e heterodoxas economicamente em suas recomendações, os princípios que informavam o planejamento econômico apresentado pelo documento do GTDN eram estranhos às necessidades colocadas na ordem do dia pelas organizações populares²⁰⁰. É a partir desse quadro conceitual que o economista buscou estruturar as ações do Governo Federal no Nordeste. As recomendações do GTDN serviram de base para os primeiros Planos Diretores que definiram as regras, os parâmetros e os instrumentos das ações da Sudene, mas como veremos nos próximos itens, esses princípios foram ganhando novos elementos a partir da atuação prática da instituição.

2.2.2. Sudene: o olhar técnico sobre a pobreza nordestina

²⁰⁰ Manuel Correia de Andrade apresentou contundente crítica aos planos de colonização da Sudene. Nos argumentos apresentados pelo autor, a efervescência política dos fins da década de 1950 demandavam ações de curto prazo no sentido de resolver os problemas colocados na ordem do dia pelos camponeses, ver: Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. Op. Cit. Nossa crítica parte da cunha aberta por Manuel Correia, mas também das diretrizes econômicas formuladas pelo Movimento Economia & Humanismo. Sobre este último ver: BOSI, ALFREDO. *Economia e humanismo*. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 26, p. 249-266, 2012; CINTRA DO PRADO, L. Os princípios básicos e a significação social do movimento "Economia e Humanismo". *DIGESTO ECONÔMICO*. São Paulo, n. -, p. 31- 42, 1948. [sem referência de mês. Documento pertencente ao arquivo particular de Germano de Vasconcelos Coelho].

Em 15 de dezembro de 1959 foi assinada a lei nº 3.692 que instituía a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene²⁰¹. A nova instituição tinha a finalidade de “Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste”; “Supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na Região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento”; “Executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor”; e “Coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste”²⁰².

A referida lei preceituava que as ações da Sudene seriam coordenadas pelo Conselho Deliberativo da instituição. A resolução nº 05 de 1960 fixava a estrutura do Conselho com a seguinte composição: representantes dos nove estados da região Nordeste; da Companhia do Vale do São Francisco (CVSF); das Forças Armadas; do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; do Ministério da Viação e Obras Públicas; do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; do Ministério da Agricultura; do Ministério da Educação e Cultura; do Ministério da Fazenda; do Ministério da Saúde; do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE); do Banco do Brasil; e pelo Superintendente da Sudene²⁰³. A partir da lei nº 3.995 de 14 de dezembro de 1961, passaram a compor a estrutura do Conselho a representação do estado de Minas Gerais; do Ministério de Minas e Energia; do Ministério da Indústria e Comércio e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf)²⁰⁴.

No período inicial das suas atividades, a sede da instituição funcionou em diversos endereços da cidade do Recife. A autarquia ocupou o décimo terceiro andar do Edifício Tereza Cristina, no bairro da Boa Vista. Em seguida passou a funcionar na Av. Ruy Barbosa, 251. O último endereço da instituição, antes do Golpe de Estado ocorrido em

²⁰¹ O PROCONDEL-SUDENE disponibiliza a relação das leis e decretos que regem o funcionamento da autarquia, organizados por data de publicação. Cabe destacar, igualmente, que todo o acervo de Atas, Resoluções e Pareceres técnicos também estão disponíveis no site da instituição. As descrições que se seguem sobre o funcionamento interno da SUDENE e de seu Conselho Deliberativo, referenciadas nesta tese, se fundamentam nas informações contidas no referido site, bem como na consulta de todas as Atas das reuniões do Conselho Deliberativo do período de 1959 a 1964: <<http://procondel.sudene.gov.br/>. > Acesso em: ago., set., out. e nov. de 2020.

²⁰² Ver a lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

²⁰³ Cf. Resolução nº 5 do Conselho Deliberativo em sessão do dia 1º de junho de 1960.

²⁰⁴ Ver a lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

1964²⁰⁵, foi o décimo segundo andar do Edifício Juscelino Kubitschek, localizado na Av. Dantas Barretos, no bairro de Santo Antônio²⁰⁶. O primeiro quadro de funcionários da instituição foi concebido a partir de vários expedientes. Alguns dos mais destacados técnicos aportaram em Recife junto com Celso Furtado. Entre eles figuravam: o sociólogo Francisco Cavalcanti de Oliveira; o médico sanitário Mário Magalhães da Silveira; o agrônomo Estevam Strauss; os economistas Luiz F. Leite de Vasconcellos, Jorge Monteiro Furtado, José Maria Aragão, Antônio Juarez Farias, Sulamir Carapajó e Jader de Andrade; os advogados José de Medeiros Vieira, Nailton de Almeida Santos, Edésio Rangel de Farias e José Carlos Cavalcanti; os engenheiros David Kitover, Genival Barbosa Guimarães, Paulo Junqueira, José Boissy T. de Melo, Walter Rocha de Oliveira e Alvarino Pereira de Araújo; o tradutor Ricardo Werneck; as secretárias Marlene Vieira de Melo, Eneida Vasconcellos e Maria Inês Lira; o técnico em administração Osmário Lacet, e a técnica em organização social Risoleta Cavalcanti²⁰⁷. Levando em consideração a formação acadêmica de Celso Furtado, a Sudene tinha nesses primeiros tempos: sete economistas, seis engenheiros e quatro advogados. Mesmo com a entrada de novos funcionários, a autarquia privilegiava a formação técnica à frente dos principais cargos da instituição, em detrimento de quadros oriundos da área da saúde ou das ciências humanas (sociologia, antropologia). Ao lado de outros elementos que evidenciaremos ao longo das análises, esse fator contribuía significativamente na conformação do olhar técnico da Sudene sobre a pobreza nordestina, indicando um novo paradigma na configuração do conceito de subdesenvolvimento e sua relação com a figuração do pobre.

A lei que instituiu a autarquia fixava que a Sudene poderia requisitar servidores de outros órgãos públicos, contratar temporariamente serviços especializados e admitir pessoal técnico e administrativo para compor seu próprio quadro de funcionários mediante prova pública de habilitação. Essa norma possibilitou à instituição recrutar o pessoal necessário ao início de suas atividades. Inicialmente a Sudene contava com cerca de trinta profissionais. Esse quadro foi ampliado significativamente com a publicação do primeiro Plano Diretor da instituição, no final de 1961²⁰⁸.

²⁰⁵ Sobre a literatura que versa sobre o Golpe de 1964 e o regime militar que se seguiu, ver: NAPOLITANO, M. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporânea - Historia y problemas del siglo XX*, v. 2, p. 208-217, 2011.

²⁰⁶ Cf. Atas do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

²⁰⁷ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica: a fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. Op. Cit.

²⁰⁸ MENDES, Flávio da Silva. No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da Sudene. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, p. 283-311, 2017.

As sedes provisórias e o número reduzido de funcionários não limitavam a atuação da Sudene. Nesses primeiros anos, a Superintendência firmou cooperação técnica com vários organismos nacionais e estrangeiros. No âmbito internacional, destacavam-se as cooperações estabelecidas com a Organização das Nações Unidas – ONU e com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID. O que aproximava essas instituições era o diagnóstico que elas faziam da pobreza. As multidões de pobres e miseráveis que externavam suas mazelas no campo e nas cidades eram avaliadas e representadas, a depender da instituição que realizava a apreciação crítica, como ameaça à estabilidade política nacional, internacional ou, no limite, à democracia ocidental. Embora a repercussão política e os objetivos que as levavam a agir sobre a pobreza fossem distintos e, por vezes, diametralmente opostos, essas instituições compartilhavam da ideia de que cabia ao Estado equacionar o problema.

No plano interno, além das cooperações estabelecidas com as instituições que compunham o Conselho Deliberativo, sobressaem-se os intercâmbios técnicos entre a Sudene, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e a Universidade do Recife. Na alçada das cooperações público-privadas, a autarquia criou sociedades de economia mista. Desse intercâmbio surgiram as Centrais de Abastecimento do Nordeste S.A. (CANESA); a Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste (CAENE); a Companhia de Eletrificação do Nordeste (CERNE); a Pesca do Nordeste S/A (PENESA); a Companhia Nordestina de Perfuração de Poços (CONESP); e a Companhia Nordestina de Serviços Gerais (CONESG). Essas empresas formavam uma rede técnico-burocrática para agir nas áreas de pouca atração para o capital privado. Elas cumpriam, igualmente, o papel de suprir a insuficiência institucional de alguns estados que estavam dentro dos limites da jurisdição da Sudene. No âmbito legal, a Sudene detinha o controle acionário e do capital dessas empresas que exerciam a função de subsidiárias da autarquia²⁰⁹. Assim, não obstante as dificuldades, essa fase foi marcada por significativas ações de planejamento regional²¹⁰.

O enfoque dado a essas ações era pautado pelo primeiro Plano Diretor e pelas decisões tomadas no Conselho Deliberativo da instituição. Do ponto de vista legal e

²⁰⁹ NASCIMENTO, Angela. C. M. Sudene, informação e educação em Pernambuco, 1960-1980. 2011. Dissertação. (Dissertação em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco. p. 103-107.

²¹⁰ Cf. Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Audiência ex-funcionários Sudene. Transcrição da Sessão Pública realizada em 24/09/2015. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/audiencia-ex-funcionarios-sudene>. Acesso em 5 novembro de 2020.

científico, as atividades da Sudene eram reguladas pelo Plano Diretor²¹¹. O documento estava dividido em dez partes: “Introdução”; “Ação do Governo Federal no Nordeste”; “Aproveitamento racional dos recursos de água”; “Reestruturação da economia agrícola”; “Política de industrialização”; “Racionalização do abastecimento”; “Aproveitamento dos recursos minerais”; “Recursos de mão-de-obra e sua redistribuição regional”; “Investimentos ligados à saúde pública e à educação de base”; e “Levantamentos cartográficos”²¹². As cento e cinquenta e três páginas do documento partiam das concepções teóricas e das diretrizes formuladas em *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Passemos a analisar como as diretrizes do plano regional de desenvolvimento da Sudene se fundamentavam em uma sensibilidade técnico-econômica²¹³ em relação à pobreza.

II – Criação de uma infra-estrutura econômica

Nas economias subdesenvolvidas e de pouco dinamismo, os investimentos infra-estruturais assumem, muitas vezes, caráter pioneiro, já que possibilitam a incorporação de recursos e fatores, num nível mais alto de produtividade, provocando a ruptura de estruturas arcaicas, mediante a abertura de novos mercados, etc. Contudo, não se deve esquecer, em nenhum momento, o fato de que êsses investimentos são tipicamente reprodutivos, devendo submeter-se a rigoroso critério sua aplicação.

Cabe não perder de vista, em primeiro lugar, que a força germinativa está menos no investimento do que no complexo econômico em que ele se insere, sendo necessário partir de cuidadoso estudo deste último. Em segundo lugar, é necessário não esquecer que o investimento infra-estrutural mal orientado significa mais do que perda de recursos escassos, pois implica a criação de um fluxo indefinido de recursos malbaratados, representado pelos custos de operação deficitário que o Poder Público terá de cobrir.²¹⁴

Nessa síntese a respeito dos investimentos em infraestrutura, o Plano Diretor reelaborava o preceito básico das ideias apresentadas no diagnóstico do GTDN: a confiança no potencial das técnicas de planejamento econômico como instrumento capaz

²¹¹ Não analisaremos o II Plano Diretor, aprovado pela Lei nº 4.239 de 22 de junho de 1963. Embora sua vigência abarcasse os anos 1963-1965, suas diretrizes só passaram a informar as ações da Sudene depois do Golpe de Estado de 1964. Dessa forma, sua vigência não se enquadra no recorte temporal delimitado por esta tese.

²¹² O Ante-Projeto de Lei do Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste foi aprovado pela Resolução nº 1 do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em sessão do dia 04 de maio de 1960. No entanto, o Congresso Nacional transformou o documento em lei somente no final de 1961. Ver: Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

²¹³ Nomeamos de sensibilidade técnico-econômica os meios utilizados pela SUDENE para enquadrar a pobreza como categoria analítica.

²¹⁴ I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Recife: Brasil, Sudene, 1966, p.20.

de desfazer as arcaicas estruturas da sociedade nordestina. Sob essa perspectiva, a superação do subdesenvolvimento regional passava por um duplo paradigma: investir em setores com capacidade imediata de responder aos estímulos econômicos e na constante observância dos custos do capital estabelecidos pelo lucro e pelos incentivos às inversões dirigidas àquela região²¹⁵. Nesse sentido, o programa de planejamento técnico-econômico da Sudene enquadrava os problemas culturais, sociais, sanitários, demográficos e políticos que também informavam a condição de subdesenvolvimento do Nordeste em uma configuração conceitual pré-determinada. Essas dimensões eram analisadas a partir de um olhar econômico que abarcava a subjetividade de homens e mulheres em meio à pobreza valorizando os traços comuns apresentados pelos indivíduos nas distintas esferas que compõe a organização social. A primazia desse enquadramento contribuía para evitar discussões com potencial para atrair a oposição das oligarquias locais aos projetos desenvolvidos pela Sudene. Entre os temas evitados estavam: estrutura fundiária e a baixa qualificação da mão-de-obra, para citar dois temas caros aos diagnósticos sobre o subdesenvolvimento nesse meio de século XX. Nesse sentido, havia institucionalmente um esforço para que as ações da autarquia fossem vistas pelas autoridades políticas da região como sendo estritamente técnicas, isto é: despidas de qualquer interesse político partidário. Essa estratégia política potencializava os limites da visão técnico-econômica da Sudene em relação a análises estruturais da realidade social na qual a Superintendência intervinha. A esse respeito, vejamos o que informava o Plano Diretor em relação a “Reestruturação da economia agrícola”:

O simples exame dos dados estatísticos revela a dupla natureza das dificuldades que se fazem sentir na agropecuária nordestina: incapacidade estrutural para responder às solicitações do mercado, em anos normais, e impacto intermitente das sêcas, determinando uma seqüência de crises de produção, com bruscas interrupções no processo de capitalização. Em face da baixa capitalização e da escassez relativa de terras acessíveis à agricultura, a tendência do desenvolvimento do setor tem sido no sentido de uma maior pressão sobre as áreas densamente povoadas do Agreste, do Brejo e das Serras; e da expansão das lavouras pelo Sertão semi-árido, a distância cada vez maiores dos centros consumidores do Litoral, tornando toda a economia regional ainda mais vulnerável às sêcas.²¹⁶

²¹⁵ Buscando responder a objetivos distintos entre si e em relação a esta tese, outros autores já deram indicações sobre o duplo paradigma da Sudene para superar o subdesenvolvimento regional. Ver: MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: uma Política Regional de Industrialização. Op.Cit.; OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Op. Cit.

²¹⁶ I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Recife: Brasil, Sudene, 1966, p.22.

A Sudene fazia uma opção pela análise quantitativa das realidades da região Nordeste. Na medida em que o objetivo da autarquia era realizar intervenções com impacto direto na realidade social da região, esse instrumento de análise se demonstrava inadequado. As ações realizadas no Nordeste pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)²¹⁷ e o trabalho desenvolvido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais demonstravam que as análises de fenômenos sociais totais²¹⁸ e intervenções em sociedades restritas deviam partir de análises qualitativas²¹⁹. As análises quantitativas e intensivas não abarcavam todas as dimensões que informavam a condição de região subdesenvolvida do complexo social Nordestino. A escolha desse método de análise cumpria a função de impor uma linguagem técnico-econômica ao debate que se estendia para além das fronteiras do estritamente econômico, mas também tentava blindar politicamente a Sudene, o que nem sempre foi logrado. Esse limite tênue que informa a sensibilidade dos técnicos da autarquia em relação à pobreza teve impacto decisivo na política de industrialização desenvolvida pela Superintendência. Vejamos de que forma:

A industrialização do Nordeste encontra sólidas bases econômicas para firmar-se, tanto do ponto de vista da existência de mercado local para produtos de consumo geral, como da disponibilidade de matérias primas e oferta elástica de energia elétrica, nos principais centros urbanos. Acresce, ainda, a vantagem representada por uma mão-de-obra barata.

A política de industrialização do Nordeste, formulada pela SUDENE, está orientada nos seguintes eixos de ação:

- a) criação de uma adequada estrutura de transportes e energia que possibilite a distribuição geográfica da atividade industrial, em função dos mercados e das fontes de matéria prima, evitando-se porém, concentrações excessivas;
- b) coordenação dos incentivos proporcionados pelo Poder Público à iniciativa privada, objetivando multiplicar o valor real dos mesmos e preservar os objetivos sociais da política de desenvolvimento;
- c) modificação da estrutura industrial, mediante a criação de indústrias básicas altamente germinativas, como a siderurgia;
- d) reorganização e reequipamento das indústrias tradicionais, com real viabilidade econômica na região, prejudicadas em seu desenvolvimento por fatores institucionais ou circunstanciais, como a têxtil algodoeira;

²¹⁷ Sobre o projeto UNESCO ver: MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 14, n.41, p. 141-158, 1999.

²¹⁸ MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

²¹⁹ Sobre delineamentos acurados em relação à metodologia quantitativa e qualitativa, ver: LIMA, Marínus Pires de. Inquérito Sociológico: problemas de metodologia. Op. Cit.

- e) aproveitamento, em grande escala, de matérias primas locais de oferta estruturalmente excedentária, visando estabilizar a atividade no setor primário, como é o caso da indústria da borracha sintética à base de álcool;
- f) reestruturação das atividades artesanais, visando elevar a renda de importante grupo de população que encontra meio de vida nas mesmas;
- g) formação de mão-de-obra especializada ou semi-especializada, tanto para as novas indústrias como para aumento da eficiência das indústrias tradicionais.²²⁰

A Sudene partia de uma clara perspectiva de que era preciso reformar as estruturas de trabalho, de produção e de relações sociais no Nordeste, como argumentamos ao longo das análises. No entanto, os princípios diretores nos quais estabelecia sua posição doutrinária objetivava superar os arcaísmos julgados insatisfatórios a partir de ações estruturadas em pressupostos idealizados. A execução dos planos da política de industrialização era previamente regulada por interesses econômicos que projetava a superação da condição de subdesenvolvimento regional em medidas de longo prazo. Isso implica dizer que essas diretrizes, ao fim e ao cabo, impunham uma distância entre as realidades sociais, políticas e mesmo econômicas da região e as intenções projetadas nas ações da Superintendência. Em grande medida, esse hiato era uma espécie de consequência direta estabelecida pelo olhar técnico-econômico que a autarquia imprimia em relação à pobreza. Dito de outra forma, a Sudene assentava suas diretrizes em uma perspectiva científica que buscava delinear os novos rumos da região a partir da organização técnico-econômica dos quadros de vida, trabalho e produção tendo como princípio o progresso material. Isto é, suas ações visavam organizar tecnicamente a melhoria das condições de vida de homens e mulheres pobres daquela região a partir de ações que pudessem criar no longo prazo as condições do progresso social almejado por setores à esquerda e à direita do espectro político brasileiro.

2.2.3. As tramas da sensibilidade da Sudene: da *lógica afetiva técnica* à *lógica afetiva política*

Para Pierre Ansart, “O próprio termo “sensibilidade” sugere que designamos fenômenos coletivos que têm a especificidade de serem interiorizados, de serem ao mesmo tempo objetivos e subjetivos”²²¹. Os princípios diretores da Sudene cumpriam

²²⁰ I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Recife: Brasil, Sudene, 1966, p.23.

²²¹ ANSART, Pierre. Op. Cit., 2019.

papel fundamental na efetivação dos *vínculos coletivos* na instituição. O quadro técnico da autarquia era formado pelo Curso de Seleção e Treinamento. O curso tinha duração de cinco meses e capacitava os novos funcionários em desenvolvimento econômico. Nele, o cerne principal era o de que os novos quadros, independente da área de atuação, enxergasse a realidade nordestina como um problema de desenvolvimento econômico²²². Os advogados, engenheiros, sociólogos, psicólogos, agrônomos, economistas, médicos e demais técnicos da instituição partilhavam dessa sensibilidade cuja conformação partia das concepções de Celso Furtado, o principal articulador da base teórica do curso. Assim, a *lógica afetiva* interna à Sudene orbitava de todos os modos em torno dos conceitos fixados por Furtado nos princípios diretores da instituição. No plano das relações com outros órgãos, a *lógica afetiva* era mediada no âmbito do Conselho Deliberativo.

O Conselho da instituição discutia os temas mais relevantes do plano de desenvolvimento do Nordeste. As representações que compunham o colegiado eram responsáveis por debater e aprovar os Planos Diretores da autarquia; definir a ordem de prioridade dos projetos e fiscalizar a sua execução; aprovar incentivos fiscais a empresas privadas; elaborar relatórios anuais para informar à Presidência da República sobre as ações executadas pela instituição; e aprovar os relatórios trimestrais da secretaria executiva da Sudene. As datas das reuniões eram fixadas pelos membros do Conselho. As sessões iniciavam-se com as palavras do Superintendente da Sudene registrando as presenças e colocando em votação a escolha do presidente da sessão. O eleito para dirigir os trabalhos do dia realizava a leitura da ata da reunião anterior e a submetia à votação. Na sequência das atividades, o presidente da sessão conduzia a leitura do expediente e distribuía aos presentes, antes de retornar a palavra ao Superintendente para que ele apresentasse o relatório das atividades da Secretaria Executiva da Sudene.

Os informes de Celso Furtado abrangiam temas pertinentes às atividades do gabinete do Superintendente, do Departamento de Pesquisa de Recursos Naturais; do Departamento de Atividades Econômicas Básicas; do Departamento de Estudos Específicos; do Departamento de Controle e Ação de Emergência; do Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal; do Departamento de Atividades Internas; dos Grupos Especiais de Águas Subterrâneas, de Abastecimento de Água, de Águas de Superfície, de Estudos do Vale do Jaguaribe e de Irrigação do São Francisco; e dos demais escritórios mantidos pela autarquia em diferentes estados da região Nordeste e Sudeste

²²² NASCIMENTO, Angela. C. M. Op. Cit. p. 78-79.

do Brasil²²³. As exposições de Furtado abarcavam sempre as atividades mensais desenvolvidas pelo órgão no correr do mês mais anterior. O debate entre os conselheiros começava depois do relato do Superintendente, quando a palavra era facultada aos demais presentes. O objeto das discussões variava a depender de quem tomava a palavra. Na sessão da reunião ordinária realizada no dia 01 de junho de 1960, o representante do governo do estado do Ceará pediu a palavra para ler uma mensagem do governador.

“O Governador do Ceará, como Conselheiro da SUDENE, vem expor e requerer a VV. Excias. a adoção de uma providência capaz de abreviar o pagamento das indenizações devidas aos habitantes do vale do Jaguaribe, face ao tombamento de prejuízos levantado pela Comissão Inter-Ministerial presidida pelo Snr. superintendente da SUDENE, tendo em vista os motivos seguintes. Após a viagem que realizei aos municípios inundados pelo rio Jaguaribe, julguei de minha obrigação levar ao Conselho a que pertença, a dolorosa situação em que se encontram os prejudicados com destruições ou danificações, urgentemente necessitados do pagamento dessas indenizações. Como o Govêrno Federal reconheceu a culpa verificada no arrombamento da barragem de Orós, o ressarcimento dos prejuízos adquiriram a feição diferente do que é apresentada por outras áreas inundadas, e assim urge que tão logo a Comissão aprove o levantamento realizado pelos técnicos, proponha o pagamento das indenizações através de crédito extraordinário, pois se o fizer através de crédito especial, demorará demasiadamente a concessão do benefício. Ante o exposto, solicito ao Conselho Deliberativo seja aprovada a presente indicação, afim de que o Snr. Superintendente da SUDENE ultime, quanto antes, o trabalho da Comissão sob sua presidência, sugerindo ao Exmo. Snr. Presidente da República o pagamento das indenizações por credito extraordinário [...]”²²⁴

O Conselho era um espaço de disputas políticas. Os governadores dos estados comumente pautavam temas ligados as suas respectivas zonas de atuação. A mensagem do governador do Ceará expressava preocupação em arcar com os custos políticos e financeiros de tragédia cujas causas estavam ligadas diretamente ao Governo Federal. Nela, a figuração da pobreza era introduzida como argumento para driblar os trâmites técnicos e burocráticos do governo. Esse registro estava investido de um caráter de denúncia ao Conselho da instituição responsável em avaliar a situação “de calamidade

²²³ A partir do decreto-lei nº 52.346 de 12 de agosto de 1963, a estrutura da Secretária Executiva passou a ser organizada da seguinte forma: Gabinete do Superintendente; Assessoria de Cooperação Internacional – ACI; Departamento de Recursos Naturais – DRN; Departamento de Recursos Humanos – DRH; Departamento de Agricultura e Abastecimento – DAA; Departamento de Industrialização – DI; Departamento de Administração Geral – DAG; escritórios mantidos pela autarquia em diferentes estados da região Nordeste e Sudeste do Brasil. Idem. p. 90-91.

²²⁴ Cf. Ata da primeira sessão da quarta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 1º de junho de 1960.

culposa” do vale do Jaguaribe. O intuito do governador era obter do Conselho da Sudene apoio político e compromisso de que Celso Furtado iria intervir politicamente para equacionar a situação apresentada. Em resposta à intervenção do representante do governo cearense, Celso Furtado respondeu que:

a Comissão Interministerial, criada pelo Sr. Presidente da República, é uma comissão simplesmente de tombamento dos danos. Os trabalhos dessa comissão foram feitos, realmente, pela SUDENE, com a ajuda das Fôrças Armadas e o relatório deve estar pronto na próxima semana, pretendendo encaminhá-lo, de imediato, ao Sr. Presidente da República. Adianta, que não se trata de uma comissão de indenização. Será fixado, aproximadamente, o vâlor das destruições causadas. Sr. Presidente, na alta sabedoria, é que decidirá da forma como será encaminhada a matéria, se para uma indenização imediata ou, se para outra forma qualquer. Diz que, quanto a ação do Gôverno Federal, na região, deseja registrar que talvez nunca o Gôverno tenha agido tão rãpidamente, em ajudar as populações, que antes mesmo das destruições, já estavam sendo assistidas.²²⁵

Quando Furtado indicava o caráter dos trabalhos realizados no vale do Jaguaribe pela Comissão Interministerial presidida pela Sudene, ele dissolvia toda a materialidade técnica dos argumentos postos pelo governo do Ceará. No entanto, mais do que uma resposta técnica, a mensagem demandava uma solução política. Na posição de Superintendente da autarquia, Furtado exercia a função de mediar e acomodar, na medida do possível, todos os interesses. Isso implicava, durante as sessões do Conselho Deliberativo, assumir uma postura mais política que técnica. No caso pautado pelo representante cearense, Furtado defendeu enfaticamente o Governo Federal, mas tirou da alçada da Sudene qualquer responsabilidade diante do exposto. Assim, mesmo não atendendo as reivindicações, o Superintendente não criava animosidades entre a instituição e o conselheiro. Essa postura contribuía para Furtado lograr êxito em obter os apoios necessários para manter a primazia das suas ideias nos projetos desenvolvidos pela Sudene. Depois da resposta de Celso Furtado, a palavra foi novamente facultada e o representante do estado da Bahia fez a seguinte intervenção a respeito do tema:

[...] a indicação do Governador Parsifal Barroso é justa, pois, realmente, nós não podemos fugir a êsse problema, que inclusive é um problema preparatório para qualquer tarefa de desenvolvimento, isto é, nós precisamos repôr a situação como estava ontem. Apenas, cabe à SUDENE sugerir ao Presidente da República, critérios objetivos, para evitar que se repitam os métodos arbitrários que noutros tempos se

²²⁵ Idem.

utilizavam para atender a emergências como esta que estamos atravessando.²²⁶

Nas palavras do conselheiro baiano encontravam-se dois registros: a solidariedade política e uma espécie de reafirmação de que as “tarefas de desenvolvimento” também eram construídas na seara política. Objetivamente, a intervenção não agregava nenhum elemento novo ao debate, apenas criava vínculos políticos caros às disputas travadas naquele colegiado. A discussão seguiu com aparte do conselheiro do Ministério da Fazenda:

O Conselheiro José Neves, reportando-se à indicação do Governo do Ceará, diz que vê na mesma, uma manifesta precipitação, pois, o próprio texto da proposição dispõe em que o Superintendente ultime os trabalhos e acha que o Conselho deve aguardar que o Superintendente termine êsses trabalhos e faça a indicação que êle achar conveniente.²²⁷

A intervenção do representante do Ministério da Fazenda fixava um entendimento a partir de uma perspectiva técnica e política. De forma contundente ele deslegitimava o caráter denunciativo da mensagem do governo cearense ao expor a precipitação da manifestação colocada em pauta. Em seguida, mesmo se posicionando ao lado dos argumentos de Celso Furtado, ele não isentava a Sudene de responsabilidade. No entanto, argumentava que era preciso aguardar o fim dos trabalhos para que o colegiado do Conselho se posicionasse em relação ao tema. Essa proposta foi à votação sendo aprovada pelos demais conselheiros. Em outras oportunidades, o simples o argumento técnico do Superintendente equacionava a disputa. Na sessão do Conselho Deliberativo, realizada no de 04 de abril de 1962, o conselheiro do estado de Pernambuco fez a seguinte intervenção:

O Governador de Pernambuco comentando o relatório do Superintendente faz referência à questão do abastecimento; diz que a crise advém de uma política agrária falha. Acha que a estocagem, para enfrentar as crises, é necessária mas o aumento da produção é o que deve interessar mais. Cita os casos da farinha de mandioca e do feijão, cujos preços subiram astronômicamente por falta de produção. Comenta em seguida o problema da colonização. Informa que o Estado possui áreas próprias e indicadas para colonização, mas o problema requer vultosos recursos.²²⁸

²²⁶ *Ibidem.*

²²⁷ *Ibidem.*

²²⁸ Cf. Ata da vigésima terceira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 04 de abril de 1962.

A intervenção do governo pernambucano partia de uma crítica para localizar as causas do incipiente abastecimento de gêneros alimentícios, tanto nas áreas urbanas quanto nas zonas rurais. Apesar da crítica, a intervenção corroborava com as principais diretrizes da Sudene quanto à resolução do problema: “aumento da produção”. Em seguida, justificava que a situação poderia ser resolvida a partir da colonização de áreas do território sob sua influência administrativa. Nas palavras do governador de Pernambuco, o elemento político era colocado mais uma vez em primeiro plano. Em resposta à intervenção, Furtado esclarecia:

O Superintendente Celso Furtado, referindo-se ao abastecimento, informa que o Gôverno pôs à disposição da COFAP um crédito rotativo para a aquisição de gêneros para o Nordeste. Não pode informar com certeza os motivos por que a COFAP não colocou os gêneros à disposição dos Estados. Sabe que ficou ao arbítrio da COFAP o critério a ser adotado para a distribuição dos gêneros. O crédito rotativo foi aberto como primeira massa de recursos e o Gôverno comprometendo-se a liberar novos recursos.²²⁹

Nesse primeiro momento, Furtado centra sua fala em responder a crítica do governador pernambucano. Como em outras oportunidades, ele isenta a Sudene de responsabilidades ao explicar que o repasse orçamentário foi realizado para a instituição que deveria colocar os gêneros à disposição. Essa fala é particularmente peculiar porque o Superintendente omite o fato de a Sudene ser responsável também por fiscalizar projetos e ações executados por outras instituições. O debate continuou com o governador interrompendo a fala de Celso Furtado e realizando uma segunda intervenção: “o problema continua sem solução”. A partir desse segundo posicionamento mais enfático do conselheiro pernambucano, Furtado completou sua resposta, sendo interrompido mais duas vezes, da seguinte forma:

O Conselheiro Celso Furtado, respondendo à questão da colonização, informa que o Plano Diretor não inclui verbas para colonizar terras. Restringisse o programa a simples assistência técnica. Está em entendimentos com o BID para mobilizar recursos para colonização, quando seriam beneficiados os órgãos estaduais especializados. [“O conselheiro Cid Sampaio pergunta se o Estado de Pernambuco poderia receber alguma coisa dessa assistência técnica” (sic)] O Conselheiro Celso Furtado diz que fará o que estiver dentro das possibilidades financeiras do órgão. Em verdade a SUDENE já vem operando em Pernambuco, nas terras do Gôverno Federal, onde não havia nenhuma assistência. Considera melhor começar por onde não há assistência

²²⁹ Idem.

porque nas terras do Estado, a organização estadual competente já vem atuando. [“O Conselheiro Cid Sampaio pergunta o que vem sendo feito nas terras do Governo Federal, se há programa de Colonização.”] O Conselheiro Celso Furtado explica que os trabalhos deste ano se limitam a uma assistência aos moradores que já estão nas terras e que não têm nenhuma possibilidade de utilizá-las. Alí estão em estado de miséria. Antes de se promover uma colonização sistemática para criar condições de grande produtividade foi necessário dar uma primeira ajuda àqueles que não tem nenhuma possibilidade de utilizar terras férteis.²³⁰

A resposta de Furtado foi mais técnica que política. Mesmo que em alguns momentos o Superintendente desse indicativo de possibilidade de atender os interesses do governo pernambucano na tentativa de arrefecer a suas investidas. A cada reunião do Conselho Deliberativo, Celso Furtado precisava mediar politicamente os diversos interesses em disputa para construir o respaldo necessário à política de desenvolvimento regional concebida pela Sudene. Essas disputas estão presentes em todas as atas do Conselho Deliberativo entre os anos de 1959 a 1964. As variações entre um viés mais político ou mais técnico das respostas de Celso Furtado visavam construir uma *afetividade política* em torno de suas concepções de desenvolvimento regional. Dessa forma, a sensibilidade da Sudene se sedimentava a partir de dois modos distintos de *afetividade* que, ao fim e ao cabo, se complementavam na construção da primazia de uma visão técnico-econômica em relação à pobreza. A Sudene cumpria um papel importante no esforço de significar a realidade socioeconômica do Nordeste, no entanto a ideia canonizada a respeito da pobreza e da miséria regional partia do amálgama das múltiplas visões que colocavam os pobres e miseráveis como objeto privilegiado de reflexão nesse meio de século XX. Se por um lado, o discurso da Sudene desfigurava o pobre para analisar a causa estrutural da pobreza, é a partir desta narrativa estrutural que se adensará o conceito de subdesenvolvimento para os setores da esquerda que tentavam conciliar a figuração da pobreza, a subjetividade do pobre e a superação política das causas da miséria.

No próximo capítulo, analisaremos as sensibilidades, experiências e projetos da Universidade do Recife e Movimento de Cultura Popular (MCP), que trarão a política e os pobres como sujeitos da história ao debate sobre pobreza e subdesenvolvimento.

²³⁰ *Ibidem.*

Capítulo III: Universidade do Recife e Movimento de Cultura Popular - MCP. Espaços de sociabilidade intelectual da cidade do Recife: sensibilidades, experiências e projetos

Nas páginas que se seguirão neste capítulo, analisaremos como as formulações conceituais e estéticas elaboradas a partir da Universidade do Recife e do Movimento de Cultura Popular (MCP) contribuíram para a nova sensibilidade intelectual em relação à percepção do pobre e da pobreza nesse meio de século XX. Nos capítulos anteriores, evidenciamos como a dimensão do sensível pré-conceitual em relação à pobreza tinha um “palco”, a cidade do Recife e, no limite, a região Nordeste, além de “espectadores-analistas”, os intelectuais que paralelamente uns aos outros delimitaram figurações estéticas e conceituais para compreender o “espetáculo da pobreza” e agir para modificá-lo. Aqui, analisaremos o papel das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife e do MCP nesse movimento de opinião e ação que transformou a capital pernambucana na “cidadela da razão”²³¹ das reflexões sobre o subdesenvolvimento.

3.1. As ciências sociais e humanas da Universidade do Recife

A Universidade do Recife (UR) foi criada pelo decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946. Segundo o texto, a instituição inicialmente era composta pela Faculdade de Direito do Recife, cuja fundação datava de 11 de agosto de 1827; pela Escola de Engenharia de Pernambuco, instalada em 1896; pela Faculdade de Medicina do Recife e seus anexos de Odontologia e Farmácia, fundada em 1914; pela Escola de Belas Artes de Pernambuco, cujas atividades tiveram início em 1932; e pela Faculdade de Filosofia do Recife, em atividade desde 1939²³². Das instituições de ensino superior que funcionavam no estado de Pernambuco, só a Faculdade de Direito do Recife havia sido criada e era mantida pelo governo federal, antes do surgimento da UR. As demais instituições eram vinculadas ao governo estadual ou a ordens religiosas. Desse modo, a UR surgiu da união e federalização das principais escolas superiores existentes no estado.

²³¹ Termo tomado de empréstimo do filósofo alemão Karl Jaspers. No sentido original empregado pelo filósofo, ele se referia à Universidade como uma cidadela da razão. Mas aqui nós resignificamos para empregar o termo à cidade do Recife. Para o contexto original ver: JAPERS, karl. *Raison et déraison de notre temps*. Trad. par H. Naef et M. le Solms. Paris, Desclée de Brouwer, 1954.

²³² Decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946.

Há uma espécie de consenso na fortuna crítica a respeito das universidades brasileiras sobre o papel do processo de modernização iniciado nos anos 1930 para a redefinição das práticas universitárias e para a fundação de novas instituições no período do pós-guerra²³³. Nesse período, a *intelligentsia* nacional tinha como preocupação essencial formular uma “autocompreensão moderna de país” que visava a identificar e superar os arcaísmos da sociedade brasileira²³⁴. As ações intelectuais que passavam necessariamente por esse caminho concebiam a universidade como *locus* privilegiado da produção do conhecimento e da formação dos quadros capazes de transformar o país em uma nação moderna²³⁵.

Em Pernambuco, as iniciativas intelectuais desse período se inseriam nos marcos que delimitavam as fronteiras dessa “autocompreensão moderna de país”. No entanto, não havia universidade ou qualquer outra instituição que pudesse centralizar e organizar a produção científica dos médicos, engenheiros, sociólogos, agrônomos, antropólogos e historiadores que pensavam o país a partir da realidade nordestina²³⁶. Nesse sentido, para parcela desses intelectuais, era indispensável e premente a criação de uma universidade no estado de Pernambuco. Além de centralizar e organizar a produção científica da intelectualidade local, a universidade poderia ser um espaço institucional de criação de um espírito de pesquisa em meio às escolas profissionais tradicionais. O decreto-lei nº 9.388 caracterizava a urgência dos intelectuais pernambucanos da seguinte forma:

§ 3º A Faculdade Estadual de Filosofia, de criação autorizada, pelo Governo do Estado de Pernambuco, pelo Decreto-lei nº 1.390, de 10 de Junho de 1946, será incorporada à Universidade do Recife, logo que seja reconhecida pelo Governo Federal.

§ 4º Poderá a Universidade criar ou incorporar, nos termos dêste Decreto-lei, outras escolas de ensino superior, se reconhecidas pelo

²³³ Ver a respeito: ROSAS, Paulo. Para compreender a educação superior brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.; PERRUCCI, Gadiel. Um projeto oligárquico-liberal de universidade: notas para uma história da UFPE. Cad. Est. Soc., Recife, v. 2 n. 2, p. 505-520, jul, dez., 1986.; VERAS, D. B. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrôpole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. Tempo Social: Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 39-52, outubro de 1997.

²³⁴ NOBRE, M. O que significa “pensar o país”? Um debate a propósito de Por que o Brasil cresce pouco? de Marcos Mendes. Novos Estudos CEBRAP, v. 100, p. 97-113, 2014.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Cabe destacar que esses argumentos foram mobilizados também para ensejar a criação do Instituto Joaquim Nabuco. Ver: FREYRE, Gilberto. Discurso de apresentação do projeto de criação do Joaquim Nabuco na Câmara de Deputados. Apud SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. *Op. Cit.*

Governo Federal, e institutos técnico-científicos, ou de cultura extensiva, e estabelecer acordos com entidades e organizações oficiais ou privadas.²³⁷

De acordo com as leis federais que regulavam o funcionamento das universidades brasileiras nos anos 1940, era condição *sine qua non* que as instituições tivessem uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras²³⁸. À época, no estado de Pernambuco não existia em funcionamento Faculdade de Filosofia entre as instituições livres estaduais, foco privilegiado do processo de federalização que marcava a criação das novas universidades a ser geridas pelo Governo Federal. A necessidade de organizar e chancelar a produção científica e a reflexão sistemática sobre a sociedade, na chave da compreensão dos processos de modernização e gerenciamento dos conflitos sociais daí surgidos, levou a elite intelectual pernambucana a tomar duas medidas para viabilizar a instalação da UR: solicitar apoio ao governo do estado de Pernambuco para criar a Faculdade de Filosofia estadual, ato realizado pelo decreto-lei 1.390, de 10 de junho de 1946; e incorporar, em caráter emergencial, a Faculdade de Filosofia do Recife, fundada e mantida pela Congregação das Irmãs de Santa Doroteia, à estrutura da nova instituição criada no Recife.

Em Pernambuco, a despeito do arcaico sistema sociopolítico e econômico vigente, o *intellectual self-made man*²³⁹, que em grande medida era formado pela Faculdade de Direito do Recife, perdia cada vez mais espaço diante da profissionalização disciplinar que crescia na esteira das pesquisas e reflexões acerca das condições de vida e de trabalho da população pernambucana, sobretudo em fins da década de 1930. Nesse sentido, a UR surgiu da urgente tarefa de disciplinar a formação profissional da *intelligentsia* local e para fomentar a cooperação intelectual com vistas a equacionar os problemas nacionais a partir da fração como eles se apresentavam no Nordeste.

A identidade institucional da recém-criada UR se estabelecia, dessa forma, em sintonia com o debate nacional em torno do desenvolvimento do país no período do pós-

²³⁷ Decreto-lei n° 9.388, de 20 de junho de 1946.

²³⁸ VERAS, D. B. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). *Op. Cit.*; SAVIANI, D. O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: perspectiva histórica. Paideia (Ribeirão Preto), v. 14, p. 113-124, 2004.

²³⁹ Utilizamos o termo para indicar o intelectual formado no período anterior ao processo de disciplinarização do conhecimento que surge com o advento das universidades brasileiras. O emprego que fazemos desse termo se fundamenta nas reflexões desenvolvidas por Nilo Pereira em: PEREIRA, Nilo. A universidade democrática e a paz mundial. Oração pronunciada na instalação dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, em 25 de maio de 1950.

guerra²⁴⁰. No plano da administração pública, a universidade não serviu à promoção da política de “afilhadismo” das oligarquias locais. No âmbito acadêmico, as reflexões sobre as “questões regionais” eram em larga medida realizadas a partir dos critérios científicos das ciências humanas e sociais. Essa preferência indicava duas coisas: primeiro que a nova instituição se afastava das explicações universalistas e generalizantes dos *intelectuais self-made man*; segundo, que a UR contribuía, a seu modo, para associar o trabalho desenvolvido a partir do domínio das humanidades ao processo de desenvolvimento nacional²⁴¹. Nesse diapasão, no conjunto das unidades que compunham a UR, as Faculdades de Filosofia desempenhavam o papel de célula mater²⁴².

Para explicar a construção dessa identidade institucional em meio ao conjunto de reflexões acerca da pobreza e seus correlatos em curso nesse meio de século XX na cidade do Recife, analisaremos as duas Faculdades de Filosofia pertencentes à UR. Na “estrutura socioafetiva”²⁴³ das referidas faculdades, interessa-nos analisar: 1) o percurso da disciplinarização das “sensibilidades difusas” em relação às “questões regionais” no interior daquelas unidades de ensino; 2) as formas e o momento que possibilitaram que essa identidade institucional se impusesse no cotidiano acadêmico da UR; 3) o lugar ocupado pela UR na construção da nova sensibilidade em relação à pobreza que emerge dos espaços de sociabilidade intelectual da capital pernambucana.

3.1.1. Os descompassos dos primeiros tempos

A Faculdade de Filosofia do Recife - FAFIRE foi incorporada à UR pelo decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946. A iniciativa previa que a unidade de ensino integraria à estrutura universitária da UR até o momento em que a Faculdade de Filosofia de Pernambuco - FAFIPE, criada pelo decreto-lei nº 1.390, de 10 de junho de 1946, estivesse

²⁴⁰ Essa vinculação que apresentamos como sendo direta, PERRUCI já sugeria em seu texto de forma menos enfática e a partir de outra linha argumentativa. Ver a respeito: PERRUCI, Gadiel. Um projeto oligárquico-liberal de universidade: notas para uma história da UFPE. Op Cit.

²⁴¹ Essa segunda característica era um traço típico da universidade brasileira do pós-guerra. Sobre a identificação entre as ciências sociais e a promoção do desenvolvimento do país a partir do contexto do processo de industrialização de São Paulo, ver: ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. Metrôpole e Cultura: São Paulo no Meio Século XX. São Paulo: EDUSP, 2015.

²⁴² Há consenso na fortuna crítica a respeito de a Faculdade de Filosofia se constituir como célula mater das novas universidades que surgiram no Brasil a partir dos anos 1930.

²⁴³ Pierre Ansart define “estrutura socioafetiva” da seguinte forma: “Ela acentua a relativa estabilidade, em um período e meio social dado, de sentimentos políticos comuns, que participam de relações intragrupais e de eventuais mobilizações ou desmobilizações”. Ver a respeito: ANSART, Pierre. Op. Cit.

em plena atividade²⁴⁴. A autorização para o funcionamento dos primeiros cursos da FAFIPE ocorreu em 16 de junho de 1950 por meio de decreto assinado pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. No mesmo ano, a lei nº 1.254, de 4 de dezembro, federalizou e incorporou a FAFIPE à estrutura da Universidade do Recife²⁴⁵. No entanto, a FAFIRE permaneceu integrada à UR até a segunda metade da década de 1960, criando a peculiar situação de a UR permanecer, por mais de dez anos, com duas Faculdades de Filosofia.

Nos primeiros anos de funcionamento, a UR contou apenas com as atividades desenvolvidas pela Faculdade de Filosofia do Recife. Nesse período do imediato pós-guerra, a FAFIRE animou suas atividades em torno de uma problemática central: possibilitar às suas alunas uma educação humanística capaz de fomentar uma melhor compreensão dos rumos da civilização ocidental. Na contramão dos projetos que concebiam a universidade como lugar privilegiado dos debates acerca dos problemas nacionais, a FAFIRE exprimia sua predileção por uma formação pautada pelos princípios de uma cultura universal²⁴⁶. No ano de 1947, o programa curricular da FAFIRE contava com as seguintes disciplinas:

Introdução à Filosofia
 História da Filosofia
 Lógica
 Cosmologia
 Psicologia
 Estética
 Complementos de Matemática
 Fundamentos biológicos da educação
 Psicologia educacional
 Administração escolar
 História da Educação
 Fundamentos sociológicos da educação
 Estatística educacional
 Geografia Física
 Geografia Humana
 Etnografia geral
 História do Brasil
 História Moderna
 Língua latina

²⁴⁴ VERAS, D. B. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Op. Cit.

²⁴⁵ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1951.

²⁴⁶ Utilizamos o termo no sentido empregado por Raymond Williams: “estado o proceso de perfección humana, en término de ciertos valores absolutos o universales”. WILLIAMS, Raymond. La Larga Revolución. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.

Língua e literatura Italiana
 Língua e literatura francesa
 Língua e literatura espanhola
 Literatura portuguesa
 Língua portuguesa
 Didática geral
 Didática especial das Letras Clássicas
 Didática especial de língua portuguesa e literatura
 Didática especial de Matemática
 Didática especial de Geografia e História
 Língua e literatura inglesa²⁴⁷

Esse programa curricular atendia à incumbência precípua da FAFIRE: a formação profissional de professoras. O conjunto das disciplinas oferecidas atribuía às professoras da educação básica o papel fundamental de promover, em âmbito local, a reconstrução dos princípios civilizacionais nesse pós-guerra²⁴⁸. O currículo da FAFIRE apresentava nítido deslocamento de perspectiva em relação às Faculdades de Filosofia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil, cujas produções de conhecimento eram associadas, desde o princípio de suas atividades, à valorização da pesquisa científica²⁴⁹. Na FAFIRE, havia uma acentuada ênfase na prática pedagógica e no conhecimento de culturas do continente europeu, berço da civilização ocidental. Essa característica que distinguia a produção de conhecimento da FAFIRE se apresentava de várias formas nos programas das disciplinas. Vejamos os conteúdos dos cursos de Geografia Humana e História do Brasil, cujo exíguo espaço no programa já indicava a orientação teórica da unidade de ensino para uma formação universalista de suas alunas.

Geografia Humana

Estudos geográficos pormenorizados sobre habitação, alimentação, vestuário, gêneros de vida, culturas alimentares, atividades econômicas e formas políticas a base dos seguintes complexos antropogeográficos, tanto quanto possível comparados entre si.

1. O homem e a floresta.
2. O homem e o deserto.
3. O homem e a savana.
4. O homem e as regiões polares.
5. O homem e a montanha.
6. O homem e a costa.

²⁴⁷Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia do Recife para o ano de 1947.

²⁴⁸Nossas considerações se fundamentam no seguinte documento: PEREIRA, Nilo. A universidade democrática e a paz mundial. Oração pronunciada na instalação dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife. Op. Cit.

²⁴⁹Essa comparação parte das considerações desenvolvidas por Maria de Lourdes Favero em: FAVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar em Revista, v. 1, p. 17-36, 2006.

7. O homem e as ilhas²⁵⁰

No domínio da geografia humana, o essencial era colocar em perspectiva os limites da atuação humana em diferentes ecossistemas. O conteúdo da disciplina não indicava delimitação espacial de região, país ou continente específico. O foco estava em problematizar os seres humanos como elementos cuja existência dependia da relação estabelecida com o meio em que viviam. Subjacente a essa perspectiva estava a ideia de que a existência humana não se encerrava em si mesma. Assim, as formas políticas, os sistemas econômicos, a alimentação, o vestuário, a habitação, bem como os distintos gêneros de vida não eram considerados como uma vitória dos homens sobre os ecossistemas, mas sim como elementos interdependentes. Em 1947, o programa da disciplina foi trabalhado em sala de aula a partir do primeiro ponto: “O homem e a floresta”²⁵¹. Cabe destacar que, nesse caso específico, a escolha de um único ponto não alterava as características da disciplina. Os resquícios de certo determinismo geográfico na configuração das sociedades humanas e a perspectiva universalista do programa restavam invariáveis independentemente do ponto trabalhado em sala. Os seres humanos passaram a ser destacados da paisagem quando a nova percepção de pobre e de pobreza na região Nordeste passou a informar o conteúdo curricular da disciplina. Só nesse momento, as reflexões sobre os limites da atuação humana em diferentes ecossistemas passaram a considerar como causas as estruturas sociais, e não os limites e imposições do meio geográfico, conforme veremos ao longo das análises.

No âmbito da disciplina de História do Brasil, por sua vez, a escolha dos conteúdos cumpria um papel fundamental no delineamento das ideias que o currículo da FAFIRE propunha nesses primeiros anos de atividade. O programa dessa disciplina compreendia um vasto reportório de conteúdos cujo foco era analisar os elementos constitutivos da nacionalidade brasileira como chave de interpretação para se compreender os processos históricos das primeiras décadas do século XX. O programa do curso estava estruturado da seguinte forma:

História do Brasil
Expressão político-social do século XIX. A revolução francesa e seus reflexos. Idéas constitucionalistas. A agonia do absolutismo e a santa

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Os programas das disciplinas, bem como os conteúdos trabalhados em sala de aula eram propostos pelos responsáveis das disciplinas, mas a sua execução dependia da aprovação dos órgãos colegiados daquela unidade de ensino. A esse respeito ver as atas das Reuniões da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo da FAFIRE.

aliança. Os sentimentos nacionalistas no Brasil. O movimento da Inconfidência. A idéia de república. Fatores econômicos e intelectuais. O desfecho. A era napoleônica na Europa. O bloqueio continental (sic) e o conflito com Portugal. A vinda da Côrte para o Brasil e o novo clima político-econômico criador com a permanência do Príncipe no Rio de Janeiro. A abertura dos portos e os novos problemas de riqueza e de desenvolvimento comercial. Aspectos urbanos, sociais, culturais. O Brasil reino. A revolução de 1817. Origens, deflagração e epílogo. O movimento de 1821 no Porto. O constitucionalismo em Portugal. Repercussão no Brasil. Atitude de D. João VI. Palmela e Manoel Antônio. Regresso ao reino. Os promodos(sic) da Independência. 07 de Setembro.

Primeiro reinado: - O Imperador. A Constituinte. Os homens de Assembléa e suas idéias. Lutas contra a reação lusitana. Os debates da Constituinte e o golpe de 1823. Ambiente que criou no país a dissolução. A Confederação do Equador. A carta ortogada (sic) – seu sentido. Conflitos políticos e externos. A Cisplanina. (sic) O ministério de 5 de abril e a abdicação.

Regência: – Expressão nativista deste governo. Organização provisória e permanente. O panorama político da época. Feijó, ministro. Os levantes no Rio e nas províncias. A criação da Guarda Nacional. A discussão da reforma constitucional. As tendências federalistas e o papel dos moderados. Os restauradores e sua campanha. O Ato Adicional – sua significação e interpretação. O Regente único. Sua figura e sua atração. As divergências com o Parlamento. Bernardo Pereira de Vasconcelos. A renúncia de Feijó. Eleição de Pedro Araújo Lima. Sua orientação parlamentarista. O ministério das capacidades. Razões do prolongamento das lutas nas províncias. A idéia da maioria. Debates no Parlamento. A sessão de 23 de julho. Aclamação de Pedro II. As grandes realizações da Regência. Críticas dessa época.

O 2º Império: - A ascensão de Pedro II. A política dos gabinetes. Os 2 dois grandes partidos do Império. O poder moderador. Lutas civis. Ação de Caxias. Os problemas econômicos. O braço escravo. A suspensão do tráfico. Ensaio de migração. A cultura do café. Iniciativas culturais no país. O papel do Imperador. Literatura, arte, instrução. As lutas externas. Seu sentido brasileiro. A guerra com o Paraguai. Origens, desfecho, marcha e fim. O clero e o padroado. A questão religiosa. Mauá – cenário econômico. Grandes iniciativas nas comunicações terrestres e marítimas. Comércio, indústria, finanças. A campanha abolicionista. As leis repressoras e o 13 de Maio. Manifesto republicano de 1870. A idéia de república no Brasil. A questão militar. O 3º Reinado. A queda do trôno.

República: - Panorama do Brasil, em 1889. O Governo Provisório. A constituição de 1891. O 1º período presidencial. A renúncia de Deodoro. O governo de Floriano. Lutas políticas. O 1º presidente civil. agitações no país(sic). Canudos. A ação econômica de Campos Sales. O funding-loan. O quatrienio de Rodrigues Alves. Sua expressão e seus colaboradores. O saneamento do País. Obra de Rio Branco. Os quatrienios de 1909 a 1930. Obra dos presidentes. A política republicana. Vícios combatidos. As eleições. Fatos notáveis desse período. O centenário da Independência. A revogação do banimento. A Grande Guerra. O papel do Brasil. A campanha da Aliança Liberal. Razões do movimento de 1930. A Nova República. A Constituição de 34. O voto secreto. A escolha presidencial. O golpe de 1937. O Estado Novo. Sentido de unidade nacional e autoridade. Grandes realizações

(sic). A situação internacional do Brasil em 1934. Os problemas fundamentais do País.²⁵²

Nele, um primeiro ponto chama de imediato a atenção: a história do Brasil começava na virada do século XVIII para o XIX. O programa da disciplina estava diretamente associado à interpretação da história do Brasil desenvolvida por Caio Prado Jr. em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*²⁵³. Essa filiação delimitava uma clara postura política de se distanciar das interpretações que, seja pela questão racial²⁵⁴ seja pela questão dos costumes²⁵⁵, explicavam a formação do Estado-nação privilegiando como chave explicativa o pensamento e as tradições do passado colonial brasileiro²⁵⁶. A proposta do curso, por seu lado, indicava que a consolidação da nacionalidade brasileira ocorreu a partir do estreitamento das relações entre a colônia e a metrópole. A ênfase recaía, dessa forma, no papel que os “princípios civilizacionais” europeus tiveram para a formação da identidade nacional brasileira. O foco em analisar os poderes do Estado, as funções legislativas e o ordenamento jurídico nacional, bem como a forma como esses elementos estavam dispostos no programa da disciplina, cumpria dois papéis: ligava a identidade nacional brasileira à cultura europeia, eliminando a contribuição dos indígenas e dos afro-brasileiros ao processo de formação da identidade nacional²⁵⁷, mas também enquadrava o debate proposto dentro da ideia de que as Faculdades de Filosofia tinham a finalidade de contribuir para a formação de uma sociedade civilizada a partir da produção do conhecimento de si mesmo vinculado a “valores universais”. Esse duplo objetivo que se entrelaçava ao longo do programa da disciplina foi trabalhado em 1947 privilegiando os conteúdos do programa até o limite do início do Segundo Reinado.

²⁵² Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia do Recife para o ano de 1947.

²⁵³ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

²⁵⁶ Em obra que analisou as diferentes maneiras como a “cultura brasileira” e a “identidade nacional” foram consideradas ao longo dos séculos XIX e XX, Renato Ortiz apontou que a obra de Gilberto Freyre “reedita a temática racial, para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil”. Essa análise que localizou a obra de Freyre no quadro de mudanças econômicas, políticas e sociais dos anos 1930, nos forneceu, em grande medida, os elementos para a linha argumentativa que apresentamos nesse parágrafo. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.41.

²⁵⁷ Sobre os significados e significantes da construção “uniculturalista” da identidade nacional, para a qual o programa dessa disciplina contribuía, ver: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Essa perspectiva – que aparecia subjacente a todas as disciplinas que compunham o currículo da FAFIRE – inseria a unidade de ensino no moderno debate sobre os destinos da humanidade no pós-guerra. A sistematização dessa sensibilidade era estabelecida em grande medida por uma orientação institucional verticalizada. Apesar de ter sido federalizada e de responder aos anseios de uma sociedade laica, a FAFIRE preservou sua orientação educacional de origem confessional, mesmo depois de ter sido incorporada à UR. A administração da instituição continuou a cargo das irmãs da Congregação de Santa Doroteia. As reuniões colegiadas eram invariavelmente coordenadas pela diretora da unidade, madre Maria José Torres. As decisões internas eram tomadas sempre à luz do regimento interno, cuja elaboração era de responsabilidade da direção da instituição. Essa estrutura orientava as ações dos professores no âmbito administrativo e pedagógico. Os professores catedráticos e os recém-contratados, em grande medida, apenas aderiam à perspectiva de produção de conhecimento professada pela congregação religiosa que dirigia a FAFIRE.

Na ata da primeira reunião da congregação em 1948, dos itens abordados na ocasião constava:

1ª) De acôrdo com o regimento interno em vigor, art. 98, foi feita a apresentação dos novos professôres que, aceitos pelo C. T. A. em reunião de 3/III/48, deverão ser contratados pela Diretora, para reger algumas cátedras vagas, depois de ouvida a Congregação. Foram unanimemente aceitos os seguintes professôres: Revmo. Pe. Lourenço Gatti – cadeira de Doutrina Católica; Dr. José Lucena – cadeira de Psicologia Educacional; Dr. Newton Sucupira – Psicologia Filosófica; Dr. Fernando de Oliveira Mota – Literatura Brasileira e Filosofia da Educação; Dr. Hilton Sette – História da América; Dr. José Lucena, digo: Dr. José Lourenço de Lima – Filologia Românica e a Licenciada Maria Teresa Leal, especialmente contratada pelo Magnífico Reitor da Universidade para a cadeira de Língua e Literatura Espanhola e Literaturas Hispano-Americanas. (...). 4ª) Finalmente foram lidos e comentados alguns artigos do regimento interno, referente aos trabalhos escolares. A Diretora expôs o seu grande interêsse, já em parte realizado, de enriquecer a biblioteca com boas obras, fornecendo assim às alunas material capaz de auxiliá-las na preparação dos seminários, recomendados no art. 39 do mesmo regimento. Solicitou ainda aos Srs. professores que apresentassem a relação dos livros mais necessários às suas cadeiras, prontificando-se a adquiri-los mesmo no estrangeiro. O professor Dr. José Lucena, pedindo a palavra, disse do seu desejo de possuir um exemplar do regimento interno. A Diretora, não podendo satisfazer-lhe, no momento, o pedido, prometeu mandar por ofício a todos os professores uma cópia da parte relativa ao regime escolar. (...)²⁵⁸

²⁵⁸ Conforme ATA da 1ª Reunião da Congregação no ano de 1948.

Seguindo uma espécie de interpretação única, a fortuna crítica a respeito da UR caracterizava a ação docente universitária desses anos como sendo humanista de corte tradicional, cuja característica fundamental era ser “socialmente desinteressada”²⁵⁹. Para esses autores, havia uma continuidade da tradição humanista bacharelesca nos primeiros anos da centralização disciplinar imposta pela criação da UR. Essa generalização partia da comparação entre a produção de conhecimento levada a cabo na Faculdade de Direito do Recife e a produção de conhecimento realizada pela UR, caracterizada em seus primeiros anos de atividade pela ausência de pesquisa científica voltada a analisar as realidades socioeconômicas e culturais do Brasil. Subjacente a essa perspectiva estava o entendimento de que o humanismo desvinculado da pesquisa científica produzia uma universidade “desinteressada socialmente”²⁶⁰.

As atividades acadêmicas desenvolvidas na FAFIRE não contavam com a prática de pesquisas científicas. No entanto, a seu modo, o humanismo professado pela Congregação das Irmãs de Santa Doroteia era comprometido com a realidade social brasileira na medida em que confiava a missão da reconstrução dos princípios civilizacionais às professoras da educação básica que deveriam cumprir essa tarefa em escola de bairro das grandes e pequenas cidades onde passariam a atuar depois de formadas. Esse humanismo de inspiração cristã considerava mulheres e homens entes cuja grandeza deveria ser, sobretudo, moral e espiritual. Esses princípios eram concebidos acima dos bens materiais, apesar das mazelas e misérias sociais da região nordestina, razão pela qual a concepção educacional das Irmãs de Santa Doroteia não se associava ao projeto desenvolvimentista de nação, ao mesmo tempo em que se dissociava do humanismo bacharelesco da Faculdade de Direito do Recife. Essa perspectiva teórica presidia a linha de ação educacional da FAFIRE e a ela os professores catedráticos e os professores recém-contratados se vinculavam inexoravelmente.

No pós-guerra, o desenvolvimento nacional era pensado a partir de três dimensões: o da aceleração do processo de industrialização; o da superação dos arcaísmos do sistema

²⁵⁹ O historiador Dimas Veras Brasileiro apresentou um importante balanço da fortuna crítica a respeito da UR. Nele, o autor apresentou e endossou as análises que concebiam a ação docente desses anos a partir dessa perspectiva. Ver a respeito de uma parte significativa do conjunto da fortuna crítica sobre a UR: VERAS, D. B. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Op. Cit.

²⁶⁰ Sobre essa colusão, ver o artigo de Josué de Castro “A função Social da Universidade” publicado no Diário de Pernambuco de 20/06/1948. Apud VERAS, D. B. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Op. Cit.

socioeconômico nordestino e aquele de viés cristão, que propunha a reforma do espírito, dos costumes e das relações entre as pessoas e povos como mecanismos de transformação social. Nos anos 1940, a Faculdade de Filosofia da UR, do mesmo modo que outras instituições católicas como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que começavam a gestar o mesmo projeto, pensava o desenvolvimento nacional a partir da dimensão cristã. No sistema universitário brasileiro, a FAFIRE não figurava entre as instituições que sistematizavam as ideias hegemônicas de modernidade e ciência. Não só pela ausência de vocação para a prática de pesquisa científica, mas, sobretudo, porque sua produção não estava voltada para superação dos entraves materiais ao desenvolvimento da nação.

Dentro do quadro teórico que a instituição estabeleceu para pensar o Brasil, a apreciação crítica da pobreza e de seus correlatos não se constituíam como elementos de reflexão. O “ideal de reforma social” da FAFIRE negligenciava toda a produção de conhecimento da *intelligentsia* local, que desde os anos 1930 desenvolvia pesquisas científicas sobre a condição de vida e trabalho da população nordestina. Desse modo, a disciplinarização das sensibilidades difusas em relação à “questão nordestina” passou a ganhar forma a partir da instalação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco – FAFIPE. As atividades desenvolvidas pela nova unidade de ensino, sobretudo no que concerne à prática de uma ciência observacional, contribuíram para estabelecer, no âmbito universitário local, uma nova percepção científica e filosófica do pobre e da pobreza regional. Passemos a analisar o papel da FAFIPE como vetor da identidade institucional da UR.

3.1.2. A Faculdade de Filosofia de Pernambuco – FAFIPE: a construção de uma identidade institucional

No início dos anos 1950, o humanismo de inspiração cristã perdeu espaço nas reflexões desenvolvidas no âmbito da UR. A incorporação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco – FAFIPE à estrutura da universidade efetuou um significativo deslocamento na produção de conhecimento levado a cabo até aquele momento, bem como em sua finalidade. A nova unidade de ensino estabeleceu um ambiente estritamente científico para estudar as coletividades humanas. Entre as atividades que passaram a compor a dinâmica acadêmica figuravam a promoção de cursos de extensão universitária; a conferência de renomados especialistas nos mais variados domínios das ciências

humanas; excursões para trabalhos de campo e publicações de monografias desenvolvidas pelos docentes daquela unidade de ensino. Essa concepção de trabalho acadêmico estava em evidente sintonia com as ideias dominantes no Brasil sobre o papel que a produção de conhecimento no âmbito das ciências humanas deveria ter nesse pós-guerra. Na UR, em grande medida por causa das atividades desenvolvidas na FAFIPE, a identificação entre as ciências humanas e o desenvolvimento nacional passava pela valorização de análises e interpretações sobre as realidades sociais, culturais e econômicas da região Nordeste.

Essa perspectiva de trabalho estava conectada aos anseios da intelectualidade recifense que concebia a universidade como o espaço privilegiado para condensar as sensibilidades e formulações difusas em relação às “questões regionais”. O principal animador dessa ideia foi Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas, professor catedrático da Faculdade de Direito do Recife e primeiro reitor da UR. Além de ter sido o grande articulador da criação da universidade, o jurista permaneceu à frente da instituição até 1959. Joaquim Amazonas foi um elemento chave para a construção da sensibilidade institucional da UR²⁶¹. No período do seu reitorado, as mais variadas propostas de incentivo à pesquisa foram concebidas ou apoiadas.

Em 1951, o ex-diretor executivo do Instituto Joaquim Nabuco, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, apresentou ao reitor um extenso plano de pesquisa cujo objetivo era realizar um minucioso levantamento de fontes sobre a história de Pernambuco em arquivos e bibliotecas portuguesas. A reitoria apoiou o projeto financeiramente criando as condições necessárias para José Antônio Gonsalves realizar atividades de pesquisa, entre novembro de 1951 e outubro de 1952, no Arquivo Ultramarino, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nas bibliotecas públicas de Lisboa, da Ajuda, de Évora e do Porto²⁶². José Antônio Gonsalves não pertencia ao quadro de professores da Universidade do Recife. No entanto, a partilha dessa sensibilidade²⁶³ de

²⁶¹ Essa afirmação é lugar-comum na fortuna crítica a respeito da Universidade do Recife. Das obras consultadas, vamos referenciar apenas a mais recente: VERAS, D. B. *Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Op. Cit.

²⁶² Conforme relatório das atividades de pesquisa do historiador José Antônio Gonsalves de Mello. No referido documento, além das atividades referenciadas no corpo da tese, consta também as atividades da excursão que o referido historiador fez a arquivos europeus entre setembro de 1957 e agosto de 1958. Essa última excursão teve os mesmos objetivos daquela realizada entre 1951/1952 e foi igualmente patrocinada pela reitoria da UR. Ver: Mello, José Antônio Gonsalves de. *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*. Imprensa Universitária: Recife, 1959. (Acervo do Collège de France – Paris); sobre o rigor dos arquivos e bibliotecas visitados ver: GASPARD, Lúcia. *José Antônio Gonsalves: cronologia e bibliografia*. Recife: Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

²⁶³ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Op. Cit.

destacar a realidade regional na interpretação das orientações do Brasil como nação e como povo levou o historiador a ingressar no corpo docente da instituição quando retornou ao Brasil. Nesse sentido, a FAFIPE fixou no interior da Universidade do Recife um espaço onde a sensibilidade partilhada por um grupo de intelectuais podia ser exercitada livremente.

Desse modo, na nova unidade de ensino, os signos emocionais e afetivos foram produzidos pela sincronia da FAFIPE com o pensamento dominante no sistema universitário brasileiro e pela aderência da Faculdade ao debate em torno das “questões regionais”²⁶⁴. Em 1951, a FAFIPE contava apenas com cinco cursos. O quadro de funcionários era composto por vinte e um professores, sete professores assistentes e treze funcionários administrativos. Neste ano, foram aprovados no concurso de habilitação vinte e três alunos para o curso de Filosofia; trinta e quatro alunos para o curso de Letras Neolatinas; onze alunos para o curso de Letras Anglo-Germânicas; trinta e três alunos para o curso de Geografia e História; e dois alunos para o curso de Pedagogia²⁶⁵. Essa feição incipiente evidenciava as dificuldades de ordem burocrática que a unidade enfrentou para entrar em funcionamento. Nesse período inicial, a estrutura da Faculdade não apresentava atrativos para os professores-pesquisadores interessados em refletir e intervir sobre as realidades sociais e econômicas da região Nordeste. No entanto, a FAFIPE surgia no cenário local com um projeto acadêmico bem definido.

Em 1951, a unidade de ensino promoveu um ciclo de conferências com ilustres professores europeus e outros convidados. No dia 30 de agosto, o filósofo Gabriel Marcel proferiu a conferência intitulada “Presença e Imortalidade”. Nela, o eminente pensador francês apresentou uma reflexão sobre suas premissas existencialistas sobre a imortalidade²⁶⁶. Nos dias 19 e 21 de setembro, o escritor e crítico francês Jean Colomès, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, proferiu palestras sobre

²⁶⁴ Esse modelo de análise se inspira nas considerações da socióloga Maria Arminda do Nascimento Arruda em suas análises sobre o papel singular das linguagens culturais e científicas para o novo modernismo paulista de meados do século XX. A respeito das ciências sociais ela afirma: “A reflexão das Ciências Sociais, nos casos onde a dimensão inovadora é marcante, expõe evidente sincronia com as tendências culturais do momento e compassamento com as percepções dominantes.” ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 39-52, outubro de 1997. p. 43.

²⁶⁵ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1951.

²⁶⁶ Essa reflexão foi publicada em livro junto com os ensaios “Mon propos fondamental”, “Le Journal métaphysique”, “L’insondable”, em 1959. Ver: MARCEL, Gabriel. *Présence et immortalité*. Paris: Flammarion, 1959.

“Napoleão e Balzac” e sobre “estudos Luso-Brasileiros na França”, respectivamente²⁶⁷. Colomès era especialista em literatura hispânica e lusófona, e a marca de suas reflexões era o refinado método de análise voltado a explorar a crítica social e política nas obras e autores que estudava²⁶⁸. Nos dias 4, 7, 11 e 18 de outubro, o adido cultural dos Estados Unidos, Francis Townsend, a convite do centro acadêmico da FAFIPE, realizou palestras que versaram sobre a educação nos Estados Unidos; história americana; literatura americana e cultura americana²⁶⁹. Essas conferências ocorreram na sequência da visita da delegação da “Embaixada Universitária de Coimbra” ao estado de Pernambuco.

A “Embaixada Universitária de Coimbra” foi uma missão constituída por professores e alunos da prestigiada universidade portuguesa. Em 1951, a delegação estrangeira visitou os estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro com o objetivo de “perceber (e demarcar) a presença portuguesa neste lado do Atlântico”. A viagem contou com a participação do prof. Maximino Correia, reitor da universidade e representante da Faculdade de Medicina; prof. Eduardo Correia, representante da Faculdade de Direito; prof. Pereira Dias, representante da Faculdade de Ciências; e do prof. Lopes de Almeida, representante da Faculdade de Letras. Os professores portugueses participaram de encontros e realizaram diversas conferências nas universidades brasileiras. A missão visava, em grande medida, estabelecer certa proeminência da cultural portuguesa no sistema universitário brasileiro²⁷⁰.

Na capital pernambucana, a comitiva portuguesa foi recebida no porto do Recife pelo reitor Joaquim Amazonas e por outros professores da UR. Oficialmente as boas-vindas à delegação estrangeira foram dadas na Faculdade de Direito do Recife.

No salão nobre da Faculdade de Direito, com muitos professores revestidos de suas becas, foram dadas boas-vindas à embaixada. Saudou-a, em primeiro lugar, o vice-reitor Edgar Altino, também professor da Faculdade de Medicina e de Direito, que fez um “magnífico discurso”. Tudo tinha de lembrar Coimbra por meio da Universidade, pois, na memória dos brasileiros, a Universidade é a cidade e vice-versa. [...] O diretor da embaixada lembrou em seu discurso que o pernambucano chamado Correia Picanço, fundador do

²⁶⁷ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1951.

²⁶⁸ Roche Jean. Jean Colomes, La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo. In: Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, n°14, 1970. pp. 181-184.

²⁶⁹ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1951.

²⁷⁰ SERPA, Élio Cantalício; CAMPIGOTO, José Adilçon. Portugal no Brasil (1951): regiões brasileiras no olhar da Embaixada Universitária de Coimbra. Revista de Teoria da História (UFG), v. 17, n° 1, julho/2017. pp. 333-360;

ensino médico na Bahia, foi seu antecessor na Cadeira de Anatomia da Faculdade de Medicina de Coimbra. Ao visitar instalações do curso de Medicina Legal, disse a Edgar Altino: “Vimo-nos hoje pela primeira vez, mas parece-me que já nos conhecemos há muito tempo! Ao que o Colega responde: - Pois conhecemos; há mais de quatrocentos anos”(...) ²⁷¹

A ocasião reuniu as principais lideranças acadêmicas da universidade. Os dirigentes da UR se esforçavam para demonstrar que a instituição local se assemelhava de diferentes formas àquela universidade europeia. Ali, na capital pernambucana, era imperioso demonstrar, também havia um *locus* de irradiação de saberes ilustrados e científicos, mesmo que na prática essa realidade não alcançasse todas as unidades de ensino da Universidade do Recife. De várias maneiras e sob os mais diversos ângulos, a FAFIPE se inseria nesse projeto de universidade idealizado pelos principais dirigentes da UR. Destarte, os primeiros professores-pesquisadores passaram a fazer parte do quadro docente da FAFIPE atraídos pelas possibilidades que a nova Faculdade oferecia no plano do ensino e da pesquisa, embora esta última estivesse apenas presente em termos ainda incipientes.

O corpo docente da unidade era composto pelos seguintes professores:

Luiz Maria de Souza Delgado
 Lourival Faustino Vila Nova
 Sylvio de Lyra Rabello
 Monsenhor Francisco Apolônio Jorge Sales
 Luiz Pinto Ferreira
 Gilberto Osório de Oliveira Andrade
 Mário Lacerda de Melo
 Estevão de Meneses Ferreira Pinto
 Olívio Bezerra Montenegro
 Amaro Soares Quintas
 Antônio Mariano de Aguiar
 Nelson Ferreira de Castro Chaves
 Evaldo Altino Melo de Araújo
 José Rodrigues dos Anjos
 Lucien Pouessel
 Aníbal Gonçalves Fernandes
 Maria Teresa Leal
 Ermete Caprioglio
 Dom. Anselmo Fuchs O.S.B.
 Jack Gould
 Eládio dos Santos Ramos

PROFESSORES ASSISTENTES

Nelma Herman Guedes Pereira

²⁷¹ SERPA, Élio Cantalício; CAMPIGOTO, José Adilçon. Portugal no Brasil: ‘Topografia’ da Embaixada Universitária de Coimbra. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, v. 42, n. 1, p. 53-74, jan-abr. 2016.

Antônio Bezerra de Carvalho
Lauro Luiz de Oliveira
Padre Moacir da Costa Pinto
Geraldo Calábria Lapenda
Lucilo da Silva Rêgo Varejão
Padre Hans Klein²⁷²

Nos primeiros anos de funcionamento daquela unidade de ensino, entre os cursos oferecidos pela FAFIPE, o curso de Geografia e História era o único da grade curricular que permitia a historiadores, geógrafos, cientistas sociais e antropólogos produzirem conhecimento especializado nas suas respectivas áreas de atuação com vista à formação profissional²⁷³. A ausência de cursos de formação nos demais domínios das ciências sociais limitava significativamente a ação desses profissionais. Diante dessa dificuldade, o mais comum naqueles anos era o exercício da pesquisa ser realizado de forma independente ou a partir de outros espaços que oferecessem melhores condições de trabalho, como o Instituto Joaquim Nabuco, recém-criado na capital pernambucana exclusivamente para esse fim. No quadro docente daquele ano, a disciplina de história estava a cargo dos profs. Amaro Soares Quintas e Olívio Bezerra Montenegro. A disciplina de geografia com os profs. Gilberto Osório de Oliveira Andrade e Mário Lacerda de Melo. A disciplina de antropologia com o prof. Estevão de Meneses Ferreira Pinto.

Esses professores já tinham estudos e pesquisas publicadas nas suas respectivas áreas de atuação quando passaram a integrar o quadro docente da FAFIPE. Além do interesse pelo ensino e pesquisa, esses intelectuais estavam conectados às transformações urbanas pelas quais a cidade do Recife passava em meados do século XX. O multifacetado Olívio Montenegro, cuja ação intelectual alcançava também o jornalismo e a literatura, havia publicado dois livros na área da história. Em 1926, o intelectual publicou a obra *A*

²⁷² Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1951.

²⁷³ Realidade encontrada nas duas Faculdades de Filosofia ligadas à estrutura da UR. O sociólogo Heraldo Souto Maior no artigo “Para uma história da sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização”, afirma que a Faculdade de Filosofia do Recife – FAFIRE criou o primeiro curso de ciências sociais da Universidade do Recife, em 1950. O sociólogo argumenta, igualmente, que o ensino e a pesquisa no âmbito da UR vão se encontrar oficialmente somente em 1963, com a criação do Instituto de Ciências do Homem. No entanto, cabe esclarecer que o curso de ciências sociais da FAFIRE foi criado em 1952 (conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia do Recife para o ano de 1952) e que, em 1951, a Faculdade de Filosofia de Pernambuco – FAFIPE já conciliava ensino e pesquisa na universidade, mesmo que de forma incipiente. Sobre os argumentos do eminente sociólogo, ver: SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. *Para uma História da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização*. Estudos de Sociologia (Recife), v. 9, p. 7-29, 2004.

*Igreja na Idade Média*²⁷⁴, fruto da tese para professor catedrático do Ginásio Pernambucano; e, em 1943, a obra *Memórias do Ginásio Pernambucano*²⁷⁵. O historiador Amaro Quintas era especialista na história de Pernambuco. Em 1939, havia publicado, entre outros trabalhos, *A gênese do espírito republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817*²⁷⁶. Sobre ele, afirmou Manuel Correia em depoimento: “[...] foi, a um só tempo, um grande professor e um historiador, muito dividido entre a história e a sociologia e profundamente comprometido, politicamente, com reformas na sociedade brasileira. [...]”²⁷⁷.

O professor Mário Lacerda era especialista em geografia humana com foco nas populações do estado de Pernambuco. Entre as suas principais obras constava *Pernambuco: traços de sua geografia humana*, de 1940²⁷⁸. Lacerda também fazia parte do primeiro quadro de pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco. Por sua vez, Gilberto Osório era especialista em geografia física e geografia do Brasil. Em 1939, ele havia apresentado a tese *A Amazônia, um complexo antropogeográfico* para o concurso da Cátedra de Geografia do Ginásio Pernambuco. Nesse período, suas reflexões no plano acadêmico não se debruçavam sobre aspectos das realidades geográficas do Nordeste. No entanto, ele era um arguto analista das transformações urbanas em crônicas sociais publicadas nos jornais da cidade do Recife²⁷⁹.

O professor Estevão Ferreira Pinto era o pesquisador mais experiente entre aqueles que compunham o primeiro quadro de docentes da FAFIPE. Em 1950, ele já havia publicado um significativo número de obras no campo da história e da antropologia. Entre seus trabalhos, destacava-se a pesquisa que resultou no livro *História de uma Estrada-de-ferro do Nordeste*²⁸⁰. Sobre a pesquisa Gilberto Freyre teceu o seguinte comentário: “Feito por outro, esse ensaio sobre a velha companhia britânica [...] resultaria, talvez, num

²⁷⁴ MONTENEGRO, Olívio Bezerra. *A Igreja na Idade Média*. Recife: Imprensa Oficial, 1926.

²⁷⁵ MONTENEGRO, Olívio Bezerra. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943.

²⁷⁶ QUINTAS, Amaro. *A Gênese do espírito republicano em Pernambuco e a revolução de 1817 (Contribuição ao estudo da História da República)*: Tese para concurso. Recife: Impr. Industrial, 1939.

²⁷⁷ GASPAS, Lúcia. Maro Soares Quintas. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

²⁷⁸ MELO, Mário Lacerda de. *Pernambuco: traços de sua geografia humana*. Recife: Jornal do Commercio, 1940.

²⁷⁹ RIVAS, Lêda. Gilberto Osório: Um homem do renascimento. Perfil Parlamentar Século XX. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco: Recife, 2001.

²⁸⁰ PINTO, Estevão. *História de Uma Estrada de Ferro do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

amontoado de datas inexpressivas e de nomes arrevesados, de factos áridos [...] E não um atraente capítulo de história social do Nordeste brasileiro [...]”²⁸¹. No plano do ensino, Ferreira Pinto era responsável desde a década de 1920 pela Cátedra de História Geral na Escola Normal Oficial de Pernambuco. A experiência docente e o reconhecimento nacional e internacional das pesquisas que desenvolvia no âmbito da história e da antropologia credenciaram o referido intelectual a assumir a Cátedra de Antropologia da FAFIPE, bem como a direção da nova instituição.

Esses professores-pesquisadores imprimiram um novo significado à função de professor universitário, a partir do ambiente criado na FAFIPE. Sob a liderança intelectual do diretor da unidade, as dimensões da prática e da pesquisa foram associadas ao exercício do magistério. Apesar de contar inicialmente com pouca estrutura, a primeira iniciativa para implementar esse modelo que unia ensino e pesquisa foi realizada no segundo semestre de 1951.

Realizou ainda esta Faculdade, em princípios do mês de outubro, uma excursão de alunos às grandes obras de aproveitamento da energia em potencial do Rio de São Francisco, na célebre Cachoeira de Paulo Afonso, nos limites dos Estados das Alagoas e da Bahia. Nessa excursão tomaram parte o diretor desta escola e os prof. Mário Lacerda, Lucien Pouessel e Gilberto Osório.²⁸²

Essa excursão colocava em evidência um tema ligado às condições materiais do Nordeste. No início dos anos 1950, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), criada pelo decreto-lei nº 8.031 de 3 de outubro de 1945, apresentava-se como um dos marcos da intervenção do Governo Federal no monopólio privado sobre o setor elétrico brasileiro. Em 1951, as instalações da nova companhia estavam sendo construídas, mas sua finalidade já era de conhecimento de amplos setores da sociedade: atender aos concessionários de serviços públicos do Nordeste e distribuir eletricidade nos limites de sua área de atuação²⁸³. Embora não se tratasse de uma viagem de pesquisa, a excursão colocava em primeiro plano um aspecto regional que até ali não havia sido fixado com tanta ênfase. Na FAFIPE, os professores-pesquisadores passaram a colocar a linguagem

²⁸¹ Entrevista com Estevão Pinto. LER - Jornal de Letras, Artes e Ciências. Ano 1, nº 4, julho, 1952 (Publicação Europa - América - jornal português).

²⁸² Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1951.

²⁸³ MARANHÃO, Pedro. Energia elétrica no Nordeste Brasileiro: Das primeiras termelétricas às usinas fotovoltaicas e eólicas. PROCONDEL-SUDENE. Disponível em "<http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/Artigos>". Acesso em: 06 de abril de 2021.

científica à serviço do entendimento das dimensões físicas, materiais, sociais e culturais da região Nordeste.

As excursões eram realizadas sempre que as condições financeiras e de equipamentos permitiam. Em 1953, os alunos do Curso de Geografia e História realizaram excursão ao Parque Nacional da Serra Negra, no alto sertão pernambucano. A expedição contou com a participação dos geógrafos Gilberto Osório, Mário Lacerda, Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette, os dois últimos recém-contratados pela FAFIPE. A convite dos professores, os agrônomos Dárdamo de Andrade Lima e Arnaldo Peixoto de Oliveira; o geógrafo Tadeu Rocha e o jornalista e historiador Mário Melo tomaram parte na expedição. Os estudos realizados na ocasião foram apresentados em conferências, monografias e informes de pesquisa nos respectivos domínios de expertise dos envolvidos na viagem²⁸⁴.

Nos anos em que a população da cidade do Recife crescia exponencialmente, a excursão ao Parque Nacional da Serra Negra não se configurava apenas um trabalho de campo visando à formação profissional de alunos da graduação. De acordo com o senso de 1950, a capital pernambucana tinha quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito habitantes²⁸⁵. Em termos percentuais, essa população era composta de 44,2% de migrantes do interior do estado de Pernambuco; 41% de pessoas originárias da própria cidade; 13,91% de pessoas que migraram de outros estados; e 0,61% de pessoas estrangeiras. Do total dos 58,7% que migram de outras localidades para o Recife, a maior parte era oriunda do interior do estado de Pernambuco²⁸⁶.

O Parque Nacional da Serra Negra está situado nos limites dos municípios de Tacura, Floresta e Inajá. Essas cidades estavam localizadas na região do sertão pernambucano que menos contribuiu para o aumento da densidade demográfica da capital pernambucana nesse meio de século XX²⁸⁷. Tal especificidade era explicada pelas condições geográficas da serra onde a floresta que compreende o parque se localiza. A

²⁸⁴ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1953.

²⁸⁵ Conforme Anuário Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ANO XI-1950. Disponível em: “https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf”. Acesso em 07 de abril de 2021.

²⁸⁶ Estes dados foram apresentados na pesquisa: “As migrações para o Recife IV: caracterização social”, de autoria do geógrafo Levy Cruz. Os cálculos foram realizados a partir de uma amostra da população recifense. O pesquisador trabalhou com dados colhidos nos Grupos Escolares da capital em um universo de 4.655 pessoas. Ver: CRUZ, Levy. As migrações para o Recife IV: caracterização social. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1961.p.41.

²⁸⁷ Idem.

altitude de novecentos e setenta metros acima do nível do mar e a floresta que regulava a umidade relativa do ar contribuía para a fertilidade do solo onde os moradores locais cultivavam roçados de mandioca, milho e feijão²⁸⁸. Naquela microrregião, a partir do ponto de vista da geografia, a expedição realizou estudos sobre aspectos ambientais e socioeconômicos que impactavam outros núcleos sociais, inclusive o da cidade do Recife.

Essas incursões não ficavam restritas apenas ao âmbito da geografia²⁸⁹. Na FAFIPE, a preferência pelos temas regionais expressava o empenho de intelectuais especializados nos mais diferentes domínios das ciências humanas e sociais que, a partir da universidade e por meio da prática da pesquisa científica, procuravam entender e intervir sobre as realidades socioeconômicas e culturais da região Nordeste. Esse caráter dominante se apresentava nas publicações dos trabalhos produzidos no âmbito da FAFIPE: Em 1953, foram publicados os seguintes trabalhos:

Secção D – História Natural:

Apostilas de Botânica (1^{as}.) (dois fascículos)

Prof. Waldemar de Oliveira.

Apostilas de Botânica (2^{as}.) (dois fascículos)

Prof. Waldemar de Oliveira.

Secção E – Geografia e História:

Notas de Antropologia: introdução ao estudo das raças humanas
– Prof. Estavão Pinto.

A micro região geográfica da “Serra Negra” – Prof. Hilton Sette.

[...]

Mucharabis e balcões – Prof. Estevão Pinto

As mascaras-de-dança dos Pancararu – Prof. Estevão Pinto.

Aspectos da Geografia Agrária do Brejo Paraibano – Profs.

Mário Lacerda, Histon Stte e outros

Secção H – Letras Neo-Latinas:

²⁸⁸ Conforme relato de viagem dos agrônomos Dárdamo de Andrade e Arnaldo Peixoto em: OLIVEIRA, Arinaldo Peixo; LIMA, Dárdamo de Andrade. SERRA NEGRA. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica. Recife, vols 5 e 6, p. 348-353, 2008-2009.

²⁸⁹ Em 1954, o geógrafo Tadeu Rocha apresentou no Boletim Paulista de Geografia um balanço da produção científica dos geógrafos pernambucanos durante a primeira metade do século XX. Ele contextualizou e atribuiu significado às produções realizadas no início do século e aquelas produzidas a partir da década de 1940. Nas obras do segundo grupo, cabe destacar dois aspectos: o autor qualificou essas obras como tendo um novo olhar em relação ao regional e atribuiu esse fato à influência das ideias regionalistas desenvolvidas por Gilberto Freyre. O segundo aspecto é que o autor sugeria que a produção dos geógrafos havia criado a *identidade regional* dos principais espaços de produção de conhecimento científico da capital pernambucana. No primeiro ponto, o autor desconsiderava as mudanças sociais e econômicas da urbe como elemento produtor do novo olhar dos geógrafos em relação ao regional. No segundo ponto, o autor buscava uma nítida valorização do seu campo de atuação. O referido geógrafo, apesar de não ter posto fixo na UR nem no IJP, realizava trabalhos com os intelectuais dessas instituições, era sócio cooperador da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e orbitava em torno da figura de Gilberto Freyre. Ver a respeito: ROCHA, Tadeu. A geografia moderna em Pernambuco. Boletim Paulista de Geografia – Nº 17, julho de 1954.

[...]
Pernambuco, berço da Literatura Brasileira – Prof. Aníbal
Fernandes.²⁹⁰

No entanto, cabe destacar que nesses primeiros anos da década de 1950 as excursões para trabalho de campo e as publicações das monografias dos professores-pesquisadores apenas margeavam os temas do pobre e da pobreza crônica da região Nordeste. Nesse momento inicial, as atividades científicas foram desenvolvidas em sintonia com as ideias desenvolvimentistas, dominantes no sistema universitário brasileiro. O foco da produção dos professores-pesquisadores visava entender a constituição do Brasil enquanto povo e nação, bem como as novas orientações seguidas pelo país no pós-guerra a partir de análises que privilegiavam os recursos materiais, naturais e culturais. O elemento humano ganhava destaque apenas nas reflexões que se debruçavam sobre os aspectos culturais, sobretudo no domínio da antropologia. A orientação teórica dos professores-pesquisadores para pensar o desenvolvimento nacional a partir da superação dos arcaísmos regionais foi incorporando as reflexões em torno do “espetáculo da pobreza” à medida que as pesquisas de campo foram sendo desenvolvidas no âmbito da unidade de ensino. A partir da FAFIPE, essa perspectiva e a lógica afetiva²⁹¹ intelectual criada a partir dela, estabeleceu a identidade institucional da Universidade do Recife.

3.1.3. A universidade e a região: os rumos das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife

Em 1953, graças à facilidade de os professores-pesquisadores pertencerem ao quadro funcional das duas Faculdades de Filosofia ligas à UR, a ciência observacional passou a figurar, igualmente, nos programas das disciplinas de ciências humanas e sociais da FAFIRE, a Faculdade de Filosofia de orientação católica. No entanto, as atividades intelectuais desenvolvidas na FAFIRE e na FAFIPE continuaram marcadas por significativas diferenças, apesar de compartilharem, a partir daquele momento, a mesma identidade institucional: pensar o Brasil a partir da valorização dos estudos regionais. Na unidade de orientação confessional, o humanismo católico se mesclou com a ciência observacional, mas as atividades acadêmicas permaneceram voltadas ao ensino com foco

²⁹⁰ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1953.

²⁹¹ ANSART, Pierre. Op. Cit., 2019.

na formação de professoras para a educação básica. Na FAFIPE, por sua vez, a formação de novos quadros era realizada a partir da união do ensino e da pesquisa, na medida em que as condições estruturais permitiam a realização dos trabalhos de campo e de publicações científicas de seus professores-pesquisadores. No início da década de 1960, essa divisão acarretou resultados distintos como contribuição aos debates e ações que visavam transformar a realidade socioeconômica da região Nordeste.

Os primeiros temas relacionados ao Nordeste passaram a figurar na FAFIRE na disciplina ministrada pelo geógrafo Mário Lacerda de Melo. No programa da disciplina de Geografia Humana constava:

Programa de Geografia Humana

I – A Geografia Humana

1. A ciência geográfica: seu conceito, seu domínio, seus princípios básicos e seus métodos.
2. A Geografia Humana; seu conceito. Paisagem natural e paisagem cultural. O Homem como agente geográfico.
3. Classificação dos fatos de Geografia Humana.

II – Geografia do povoamento.

1. População. Geografia e Demografia. Contagem da população. Os índices populacionais.
2. O ecúmeno: sua expansão.
3. O efetivo humano na superfície da Terra: sua distribuição.
4. Fatores da distribuição das populações.
5. Os movimentos de populações.
6. A colonização.

III – Geografia da Habitação.

1. Os estudos da habitação: seu interesse geográfico. Influências de fatores naturais e de fatores culturais sobre a habitação.
2. Tipos de habitação e respectivas áreas.

IV – Geografia dos aglomerados Humanos.

1. Estudos do Habitat: os habitats (sic) rural e urbano.
2. As cidades: fatores de seu aparecimento e de sua localização.
3. As funções urbanas e os tipos de cidade.
4. As metrópoles.

Geografia da Alimentação.

1. Estudos da alimentação: seu interesse geográfico. Os alimentos: sua classificação.
2. Os regimes alimentares: suas correlações com o meio físico e com a herança cultural. Distribuição dos regimes alimentares.

[...]

Geografia da Agricultura.

1. As plantas e o homem. O solo e o homem.
2. Sistemas agrícolas (sic) A geografia agrária.
3. Agricultura primitiva de subsistência. As formas de agricultura primitiva: itinerante e sedentária.
4. A agricultura e o solo. A fertilização. Os fertilizantes.
5. A agricultura das plantas alimentares.
6. A agricultura e a água. A irrigação.
7. A agricultura das plantas têxteis.

8. A agricultura de outras plantas industriais.

IX – Geografia da Criação de Animais.

1. Os animais e o homem. Os animais domésticos. Conceito de criação. Tipos de criação
2. A pecuária primitiva nômade.
3. A pecuária de bovinos. Indústrias derivadas.
4. A pecuária de lanígeros e caprinos. Indústrias derivadas.
5. A pecuária de suínos. Indústrias derivadas.

X – Geografia de Mineração e das Fontes de Energia.

1. Os minerais e o homem. As fontes de energia e o homem.
2. Os minerais combustíveis.
3. A energia hidro-elétrica.
4. O ferro e ferro-ligas Metais não ferroso
5. Metais não ferrosos.
6. Minerais preciosos.
7. A indústria do cimento.
8. Minerais estratégicos.

XI Geografia da Circulação.

1. Os meios e vias de transporte; sua significação geográfica; sua evolução.
2. Os transportes terrestres.
3. Os transportes fluviais e marítimos. Os portos.
4. Os transportes aéreos.
5. Os meios de transmissão do pensamento.

XII – Geografia Política, Social e Histórica.

1. A geografia Política. Elementos geográficos do Estado: o território e as fronteiras.
2. A Geografia Social. As relações sociais do homem com o solo: formas de trabalho e formas de propriedade fundiária. Seus fatores.
3. A geografia da História. O fator geográfico e a evolução histórica.²⁹²

Em seu conjunto, de forma genérica e a partir de modelos explicativos, o programa trabalhava elementos socioeconômicos da região nordestina. Nele, não havia mais nenhum resquício de determinismo geográfico. Os seres humanos foram completamente destacados da paisagem a partir das reflexões que passaram a enfatizar as estruturas sociais e econômicas na configuração das sociedades humanas. Embora o programa da disciplina mantivesse o caráter de não definir país ou região para fundamentar os modelos explicativos, as reflexões sobre os temas população, habitação, agricultura, criação animal, fontes de energia e transportes estavam diretamente associadas às experiências de observação e pesquisa desenvolvidas por Mário Lacerda nas viagens que realizou a Paulo Afonso e ao Parque Nacional da Serra Negra.

Na primeira expedição, ocasião em que visitou as obras de construção da hidrelétrica da Chesf, o professor-pesquisador colheu os elementos para fundamentar suas exposições acerca do melhor aproveitamento das fontes de energia. Na segunda, oportunidade em que Lacerda analisou a singularidade da microrregião que, entre os

²⁹² Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia do Recife para o ano de 1953.

ecossistemas do interior do estado de Pernambuco, era um dos poucos que tinha condições geográficas para atenuar os índices de miserabilidade de parcela da população que habitava no campo, o geógrafo mobilizou os dados para problematizar as questões de população por meio da análise dos fatores que contribuíam para o deslocamento das populações do interior para as cidades; de habitação no campo e nos centros urbanos, a partir, igualmente, dos dados analisados sobre as causas da pouca densidade demográfica em algumas áreas no campo e do aumento da densidade demográfica das urbes; bem como de criação animal e de agricultura, a partir de estudos a respeito das singularidades de solo e clima do parque. O tema dos transportes foi problematizado a partir de reflexões sobre o isolamento geográfico da Serra Negra em relação às grandes urbes, em especial da cidade do Recife, principal polo econômico e social da região Nordeste em meados do século XX. Na medida em que as áreas com os potenciais ambientais e econômicos da Serra Negra eram escassas no Nordeste, a microrregião na qual o parque estava situado serviu ao professor-pesquisador Mário Lacerda como elemento para fundamentar o conjunto de problemáticas socioeconômicas trabalhadas em sala de aula.

Neste mesmo ano, o Curso de Ciências Sociais formava sua segunda turma. A disciplina de Sociologia ficou a cargo do historiador Amaro Quintas, que apresentou o seguinte programa:

1. Conceito de Sociedade. Comunidade e Sociedade. Teorias que procuram explicar a origem da Sociedade.
2. Grupos sociais. Classificação dos grupos sociais.
3. Classes sociais. Estratificação social. Mobilidade social.
4. Herança social. Falkways, mores, leis. Etnocentrismo.
5. Contato social e isolamento.
6. Competição, conflito, acomodação e assimilação.
7. Os problemas de raça e cultura. Formação étnica brasileira. A ética brasileira.
8. Os desajustamentos sociais.
9. Desajustamento da condição.
10. Desajustamento do espírito.
11. Desajustamento dos sentidos.
12. Desajustamento do amparo.
13. Desajustamento econômico.
14. Desajustamento da saúde.
15. Desajustamento da conduta.
16. Desajustamento político.
17. Problemas de Sociologia Aplicada em Pernambuco. O Recife, seu desenvolvimento demográfico. Desajustamentos sociais em Pernambuco.²⁹³

²⁹³ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia do Recife para o ano de 1953.

O prof. Amaro Quintas organizou o conteúdo em duas partes. No início do programa, ele apresentava entre os principais conceitos das ciências sociais aqueles que auxiliassem diretamente à compreensão da dinâmica social local. Esses conceitos situavam as alunas para que na segunda parte do curso as dimensões demográficas, de moradia, da religiosidade, da promiscuidade, da vida comunitária, do trabalho, da higiene, da alimentação, da violência e da organização política fossem todos analisados pormenorizadamente a partir das realidades encontradas na cidade do Recife. Apesar de o curso problematizar aspectos políticos, sociais e econômicos da capital pernambucana, cabe destacar dois pontos: o primeiro é a abordagem funcionalista dos temas arrolados ao programa da disciplina. Os problemas políticos, sociais e econômicos derivavam dos “desajustes”, não de causas estruturais ou de relações de poder. O segundo, o fato de a disciplina concentrar suas atividades na sala de aula. Nesta unidade de ensino, a experiência vivenciada que possibilitou o confronto direto com as mazelas sociais ocorreu com a intensificação das atividades extraclasse.

As visitas e excursões passaram a ser mais frequentes na FAFIRE a partir de 1955, mas sem caráter de expedições de pesquisa. Em maio daquele ano, a profa. Maria Graziela Peregrino realizou uma visita à Escola Ulisses Pernambucano de “crianças anormais”²⁹⁴, com suas alunas do curso de Pedagogia. No mesmo mês, o prof. Amaro Quintas realizou uma excursão com as alunas do curso de Geografia e História aos Montes Guararapes. Em junho, o prof. Hilton Sette levou as alunas do mesmo curso aos pontos de interesse histórico da cidade de Olinda. Em agosto, nos dias 17, 24 e 31, o prof. Heraldo Souto Maior, responsável pela disciplina de Sociologia, realizou excursões com as alunas do curso de Ciências Sociais à Fundação Joaquim Nabuco. Em outubro, a prof^a. de Psicologia Educacional Madre Dilucina Lopes fez uma excursão com as alunas do curso de Pedagogia às Escolas Ulisses Pernambucano de “crianças anormais”; Domingos Sávio de surdos e mudos; ao asilo do Bom Pastor e à Escolinha de Artes²⁹⁵. O caráter dessas atividades era o de excursões pedagógicas cuja finalidade era colocar as alunas em contato com realidades que auxiliassem as exposições teóricas desenvolvidas no curso.

No âmbito da FAFIRE, essa orientação de estimular atividades práticas como um dos componentes da formação profissional das professoras estava presente no currículo desde os primeiros anos de funcionamento desta instituição, mas nesse período ocorreu, conforme já apontado, uma intensificação dessas atividades. A partir de 1952, entre as

²⁹⁴ Esclarecemos que esse termo era corrente na época. Fazemos uso dele como consta na documentação.

²⁹⁵ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia do Recife para o ano de 1955.

diversas iniciativas nesse sentido, estava a Clínica Psicológica mantida pela unidade de ensino.

Em 1952 foram matriculados 32 casos novos entre crianças e adolescentes, apresentando de um modo geral problemas de desajustamento familiar ou escolar ou ambos, encaminhados por médicos, pais ou educadores, podendo distribuir-se por seu sintoma dominante do seguinte modo:

Falta de rendimento nos estudos-----	4
“ “ “ “ “ com problemas de indisciplina-----	8
Deficiência mental-----	2
“ “ com problema de indisciplina-----	3
Desajustamento familiar grave -----	2
Desajustamento escolar e hipermotividade -----	2
Perturbação da linguagem e timidez excessiva -----	1
Problemas diversos -----	6
Ainda sem diagnóstico -----	4
Total:	32

Todos os casos foram devidamente submetidos às três fases que integram o processo de funcionamento da Clínica: a) Coleta de dados informativos (a cargo da Assistente Social, realizada por meio de entrevistas com os pais, responsáveis e pessoas possivelmente influentes na solução do caso); b) diagnóstico (para o qual contribuem, ao lado dos dados informativos, os resultados de exames psicológicos e, quando necessário, de outros exames complementares); c) tratamento psicoterápico ou simplesmente reeducativo, de acordo com a indicação apresentada mediante todos os dados colhidos depois de cuidadosamente estudados e discutidos em reuniões conjunta dos diversos membros que compõem o quadro do pessoal da Clínica.

Dos 32 casos acima referidos podemos considerar:

- encerrados (solucionados ou melhorados –	13
- interrompidos	– 9
- em tratamento	– 9
- abandono	– 1

Total: 32²⁹⁶

A finalidade desse espaço, cuja diretriz conservava o aspecto funcionalista na abordagem dos problemas sociais, era servir à formação prática das alunas do curso de Pedagogia. Nele, as estudantes estagiavam e tomavam contato com problemas de ordem pedagógica e com os principais recursos oferecidos pela psicopedagogia para solucioná-los. Essa atividade aprofundava o aspecto comunitário que a proposta curricular da FAFIRE vinculava à formação das futuras docentes. A equipe de profissionais da Clínica incluía psicólogas, psicopedagogas, assistentes sociais e educadores, todos sob a chefia e coordenação da professora de psicologia e educadora Ana Paes Barreto. Na medida em que estes profissionais realizavam detalhados estudos que partiam da premissa de

²⁹⁶ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia do Recife para o ano de 1952.

considerar as famílias como vetores das soluções para os desajustamentos pedagógicos das crianças, eles tomavam as famílias coletivamente como objeto de estudo e como categoria analítica.

Do ponto de vista da orientação teórica, essas reflexões sobre as realidades sociais, políticas e econômicas do Nordeste ressignificaram o “ideal de reforma social” da FAFIRE. A unidade de ensino se afastou de sua preferência por uma formação pautada pelos princípios de uma cultura universal. A partir daquele momento, todas as dimensões da face mais significativa das suas atividades – o viés comunitário da formação docente – passaram a contribuir para a melhor compreensão dos recursos geográficos, sociais, econômicos e humanos daquela região. Dentro desse novo quadro, a ação pedagógica era informada pelas próprias dinâmicas sociais locais e, partir delas, as futuras docentes eram preparadas para agir no sentido de modificá-las. A unidade de ensino preservou essa nova orientação durante os demais anos em que permaneceu vinculada à estrutura da UR.

No entanto, no final dos anos 1950, essa concepção que se manteve voltada ao ensino e à formação de professoras para a educação básica não tinha mais espaço nos debates propostos pela universidade acerca das “questões regionais”. Esse fato contribuiu para que o prof. de Didática Especial de Ciências Sociais Germano de Vasconcelos Coelho; a profa. de Psicologia Educacional Ana Paes Barreto; a profa. de Didática Geral Maria Antônia Amazonas Mac Dowell; o prof. de Psicologia Educacional Paulo da Silveira Rosas; e a estudante de pedagogia e orientanda de Paulo Rosas, Silke Weber, se juntassem ao prof. Paulo Freire, que atuava na Escola de Belas Artes de Pernambuco, e a outros intelectuais locais para fundar, fora do ambiente universitário, o Movimento de Cultura Popular do Recife. Dada a contribuição das ações educacionais desse movimento com vistas a superar os arcaísmos regionais, analisaremos suas formulações e ressignificações estéticas e conceituas pormenorizadamente no próximo item.

Por sua vez, o percurso da FAFIPE foi marcado pelo esforço de se afirmar no meio cultural e social nordestino como a principal Faculdade de Filosofia da UR. No período que se estendeu de sua federalização ao início dos anos 1960, suas atividades foram marcadas pelo aumento do corpo docente, pelo crescente rigor nos processos seletivos de novos estudantes e pela intensificação de suas atividades acadêmicas. Em 1956, entre professores que desempenhavam as funções de catedráticos, catedráticos interinos, professores assistentes e professores contratados, a unidade de ensino contava

com cinquenta e nove docentes²⁹⁷. Em 1960, nas mesmas funções, o corpo docente era de sessenta e sete professores²⁹⁸.

No que concerne à admissão de novos estudantes, no concurso de habilitação de 1956 havia cento e vinte e quatro candidatos para as provas de primeira época; e quarenta e dois para as provas de segunda época, totalizando cento e sessenta e seis inscritos no total. No final de cada processo, as bancas aprovaram noventa e oito estudantes no primeiro processo; e trinta e quatro no segundo processo, totalizando cento e trinta e dois novos estudantes para aquele ano letivo²⁹⁹. Em 1960, havia cento e trinta e sete candidatos para as provas de primeira época, e sessenta e quatro para as provas de segunda época, totalizando duzentos e um inscritos. Neste ano, as bancas aprovaram cinquenta candidatos no primeiro concurso, e trinta e oito no segundo, totalizando oitenta e oito novos alunos para a instituição³⁰⁰.

A FAFIPE teve três diretores: o antropólogo Estevão de Meneses Ferreira Pinto, 1950 a 1956; o Mons. Francisco Apolônio Jorge Sales, 1956 a 1959; e o historiador Nilo de Oliveira Pereira, 1960 a 1967³⁰¹. Em grande medida, as conferências, os cursos de extensão universitária, os trabalhos de campo e as publicações científicas dependiam do apoio institucional da direção da unidade de ensino. No ano de 1956, último período da gestão de Estevão Pinto, os professores-pesquisadores ofereceram cursos de extensão ao longo do ano letivo e a Faculdade promoveu uma série de conferências.

No dia 11 de maio, o prof. José Otávio de Freitas Júnior palestrou sobre “A significação atual da psicanálise”; no dia 25 do mesmo mês, o prof. Vamberto Lopes de Moraes proferiu palestra intitulada “O homem que não era Shakespeare”, os dois professores pertenciam ao corpo docente da FAFIPE; no dia 06 de setembro, o prof. Alceu Amoroso Lima, da Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizou conferência intitulada “As Faculdades de Filosofia no Brasil”; no dia 25 de setembro, o prof. López-

²⁹⁷ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1956.

²⁹⁸ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1960.

²⁹⁹ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1956.

³⁰⁰ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1960.

³⁰¹ As fontes consultadas sobre a Universidade do Recife, bem como a bibliografia aqui arrolada não apresentam a data precisa em que o Prof. Nilo Coelho deixou a direção da FAFIPE. O ano de 1967 é a última referência do referido pesquisador à frente desta unidade de ensino. Esse dado consta em: VERAS, Dimas Brasileiro. Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar - o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). 2018. Tese - (Tese em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

Ibor, da Universidade de Madrid, realizou palestra intitulada “Dinâmica da Angústia”. Essas atividades não privilegiavam o regional, mas na medida em que um agente produtor dos novos sentimentos políticos em relação às “questões regionais” estava à frente da unidade de ensino, os vínculos no interior do grupo de professores-pesquisadores eram reforçados e se colocavam como dominantes no interior da instituição, levando outros professores a colaborarem com aquela dinâmica acadêmica.

No entanto, a “lógica afetiva” era informada pelo grupo hegemônico. Neste mesmo mês de setembro, a direção da unidade em conjunto com os professores Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Melo, Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette viabilizaram, na FAFIPE, um ciclo de conferências da delegação de professores franceses que participou do VIII Congresso Internacional de Geografia, realizado em agosto de 1956, na cidade do Rio de Janeiro. Em Recife, o prof. Jean. Dresch, da Sorbonne Université, deu uma palestra intitulada *O Nordeste do Brasil*; o prof. Jean Tricart, da Université de Strasbourg, arguiu sobre *O Clima e Relevo do Nordeste*; o prof. Pierre Birot, da Sorbonne Université, realizou conferência intitulada *Relevo do Nordeste*. Por fim, o prof. Paul Veyret, da Université de Grenoble, palestrou sobre os *Alpes Franceses*³⁰². No interior desse grupo, os convites e os contatos estabelecidos, sejam em âmbito nacional ou internacional, privilegiavam a adesão dos convidados às discussões dominantes na Faculdade.

No âmbito das publicações, representando a FAFIPE e com apoio de sua direção, o prof. Gilberto Osório de Andrade publicou o trabalho *Furos, Paranás e Igarapés*; e o prof. Manuel Correia de Andrade, o trabalho *A ‘Ria’ do Rio Formoso na Costa Sul de Pernambuco*, no VIII Congresso Internacional de Geografia. Naquele ano, mais dois trabalhos foram apoiados pela Faculdade: *Introdução ao Estudo Psicológico da Classe Média*, do prof. José Otávio de Freitas Júnior; e *Noções de Citologia Geral*, de autoria do estudante da Faculdade de Medicina, Ricardo da Cunha Cavalcanti. Este, nos anos 1960, se tornou instrutor de ensino da FAFIPE e nos anos subsequentes passou a integrar o corpo docente daquela Faculdade de Filosofia.

Entre os anos de 1957 e 1959, durante a gestão do Mons. Francisco Apolonio Sales, a intensidade das atividades acadêmicas diminuiu. A ausência de um experiente pesquisador à frente da FAFIPE contribuiu significativamente para que alguns professores-pesquisadores passassem a realizar ou intensificar trabalhos de campo e

³⁰² Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1956.

publicações sobre as “questões regionais” em outras instituições. Em 1956, na sequência da saída do prof. Estevão Pinto do cargo de diretor da FAFIPE, os geógrafos Gilberto Osório e Manuel Correia de Andrade passaram a fazer parte do quadro de colaboradores do Instituto Joaquim Nabuco, que naqueles anos oferecia melhores condições de trabalho. O geógrafo Mário Lacerda, que já fazia parte do quadro funcional do IJN, passou a intensificar suas atividades científicas naquela instituição de pesquisa.

No curto período da gestão do Mons. Francisco Sales, a atividade científica mais significativa foi a expedição realizada pelo historiador José Antônio Gonsalves aos arquivos e bibliotecas da Holanda, França, Espanha e Inglaterra, entre setembro de 1957 e agosto de 1958³⁰³. Essa viagem visava completar o procedimento de identificação do corpus documental sobre a história de Pernambuco e do Nordeste, iniciado em 1951. Mas, embora José Antônio Gonsalves estivesse representando a FAFIPE, a viagem foi patrocinada e apoiada exclusivamente pelo reitor da Universidade do Recife, o prof. Joaquim Amazonas.

A FAFIPE voltou a oferecer incentivo e condições estruturais mais favoráveis às atividades acadêmicas que uniam ensino e pesquisa a partir da gestão do historiador Nilo Pereira. Em 1960, a unidade se estabeleceu definitivamente como um espaço aglutinador de personalidades nacionais e estrangeiras. Neste ano, a FAFIPE promoveu um curso de extensão universitária com o célebre geógrafo e urbanista da Université de Strasbourg, Michel Rochefort. O catedrático interino Nelson Chaves proferiu uma palestra sobre *A importância e os métodos da investigação científica*; o general e político Juarez Távora realizou palestra intitulada *Uma política Educacional para o Brasil*; o prof. Georges Vedel, da Sorbonne Université, proferiu uma série de conferências sobre *As Bases Históricas e Sociológicas da Política Francesa*; o prof. Raymond Lebègue, também da Sorbonne Université, realizou uma conferência intitulada *Chateaubriand et l'Amérique*; o filósofo e político alemão Hermann Goergen proferiu a conferência *História da Resistência alemã contra Hitler*³⁰⁴. No imediato pós-Revolução Cubana e na esteira da consagração do tema do subdesenvolvimento no debate político nacional, as reflexões sobre o Nordeste ganharam outra dimensão intelectual, tanto no âmbito local quanto no nacional³⁰⁵.

³⁰³ Mello, José Antônio Gonsalves de. A Universidade do Recife e a pesquisa histórica. *Op. Cit.*

³⁰⁴ Conforme Relatório de atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o ano de 1960.

³⁰⁵ Sobre a nova dimensão intelectual na vida cultural da cidade do Recife no início dos anos 1960, afirma Flávio Weinstein Teixeira: “No início dos anos 1960 o Recife vivia um desses raros momentos em que um frêmito inovador faz emergir uma nova dinâmica na vida cultural de uma

Os diálogos com intelectuais dos renomados centros de produção de conhecimento do Brasil e do exterior tinham o caráter de reforçar os vínculos coletivos dos professores-pesquisadores, em meados dos anos 1950. A partir de 1960, com a importância que a região Nordeste assumiu no debate político nacional e internacional em função da efervescência política protagonizada pelos movimentos sociais do campo e das cidades, o diálogo com intelectuais de outros centros de produção de conhecimento estabelecia os traços de modernidade do pensamento desenvolvido na região. Neste ano, o evento que mais contribuiu para este fim foi o I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, ocorrido no mês de agosto. O evento contou com a participação de um seleto grupo de intelectuais, entre os quais: Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Eduardo Portela, Alceu Amoroso Lima, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, entre outras ilustres referências do campo literário brasileiro. Além do apoio da direção da FAFIPE, essas iniciativas contaram com o envolvimento direto dos docentes da unidade de ensino, bem como com o apoio do reitor da UR, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, que assumiu a reitoria após a morte do prof. Joaquim Amazonas, em 1959³⁰⁶.

No momento em que os problemas estruturais da região Nordeste estavam na ordem do dia no debate político-intelectual nacional, esses eventos contribuía para ampliar e diversificar os ângulos de observação acerca da realidade regional que, apesar do atraso socioeconômico, tinha uma elite intelectual cuja produção não poderia ser contornada. Esse ambiente acadêmico contribuiu para que a FAFIPE passasse a assumir uma posição mais relevante entre as instituições que, em meados do século XX, estavam refletindo sobre as “questões regionais”.

Entre 1960 e 1964, novos professores-pesquisadores passaram a integrar o corpo docente da Faculdade. Desses novos quadros, o antropólogo René Ribeiro, a geógrafa Rachel Caldas, o sociólogo Levy Cruz, e o cientista político Vamireh Chacon eram colaboradores do IJN. O alto grau de especialização disciplinar alcançado pelos novos e

sociedade. Alimentando-se, de um lado, dos intensos e profícuos debates decorrentes da atuação de grupos de intelectuais/artistas que desde meados dos anos 1940 vinham dando a tônica do campo cultural no Recife e, do outro, do acirramento das lutas político-sociais e, em especial, do quanto esse acirramento repercutia sobre o campo intelectual, exigindo dele um “posicionamento” sobre as causas em disputa, o que temos é um período extremamente promissor do ponto de vista intelectual.” TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Apresentação. In: VERAS, D. B. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). *Op. Cit.*

³⁰⁶ Sobre a Revista de Estudos Universitário e o Serviço de Extensão Cultural- SEC da Universidade do Recife, outros espaços de sociabilidade intelectual que dinamizaram a vida universitária da UR, no início dos anos 1960, ver VERAS, D. B. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). *Op. Cit.*

antigos professores-pesquisadores e a repercussão dos embates políticos e sociais na vida acadêmica da FAFIPE foram elementos decisivos para que em 1963 o Instituto de Ciências do Homem³⁰⁷ passasse a funcionar vinculado à estrutura da UR.

O ICH era composto por cinco Divisões: História, a cargo do prof. José Antônio Gonsalves; Antropologia, cujo responsável era o sociólogo e escritor Gilberto Freyre; Ciência do Direito, que tinha à frente o prof. Cláudio Fernando da Silva Souto; Sociologia cuja direção ficava a cargo do prof. Levy Cruz; e Psicologia chefiada pelo prof. Paulo da Silveira Rosas. No período em que antecede o golpe de estado de 1964, o ICH estava se estruturando no âmbito administrativo e científico³⁰⁸. Neste breve intervalo de tempo, cabe destacar dois fatos: a primeira obra produzida por um dos seus quadros foi *A Terra e o Homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*³⁰⁹, de Manuel Correia de Andrade. Nas palavras do próprio autor, no prefácio à sexta edição da referida obra *A Terra e o Homem no Nordeste* foi escrito “[...] a fim de fazer uma análise da realidade nordestina e brasileira, em um momento de grande agitação social, quando se discutia a necessidade da realização de uma reforma agrária”³¹⁰. O impacto das reflexões de Manuel Correia no debate sobre o pobre, a pobreza e o conjunto das mazelas sociais da região Nordeste foi imediato. Em seu conjunto, o eminente intelectual pernambucano desenvolveu um profícuo debate em torno das imediatas necessidades da região e os projetos desenvolvidos pela Sudene, conforme analisado pormenorizadamente no primeiro capítulo desta tese.

A outra particularidade era o fato de que parte significativa dos pesquisadores do ICH eram colaboradores do IJN e orbitavam em torno da figura do sociólogo e escritor Gilberto Freyre. Isso nos leva a discutir, no próximo capítulo, o papel das redes intelectuais e seus respectivos papéis como vetores da institucionalização dessa nova sensibilidade intelectual em relação à pobreza e seus correlatos, nos espaços de sociabilidade intelectual ora estudados.

³⁰⁷ Com exceção de Gilberto Freyre e Cláudio Souto, os pesquisadores do ICH davam aulas na FAFIPE. Mas a união entre esses dois espaços de produção de conhecimento só ocorreu na segunda metade dos anos 1960. Ver sobre: SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. Para uma História da Sociologia em Pernambuco. *Op. Cit.*

³⁰⁸ As atividades do Instituto de Ciências do Homem continuaram depois do golpe de estado. Sobre sua nova configuração, ver: VERAS, Dimas Brasileiro. Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar - o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). *Op. Cit.*

³⁰⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. *Op. Cit.*

³¹⁰ Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.

3.2. O Movimento de Cultura Popular - MCP

O Movimento de Cultura Popular do Recife foi fundado oficialmente no dia 13 de maio de 1960. O MCP surgiu no cenário intelectual e político pernambucano como uma associação civil que agregava educadores, artistas e estudantes de distintas orientações ideológicas. Nele trabalharam lado a lado católicos progressistas, comunistas, trabalhistas e socialistas. Esses intelectuais concebiam o nacionalismo como o anseio do povo brasileiro de desenvolver-se plenamente mediante justiça social e de integrar-se à comunidade internacional em parâmetros de igualdade. Em detrimento das concepções particulares de cada grupo, essa concepção partilhada de nacionalismo servia como uma espécie de ideologia própria do Movimento e contribuía para que as análises em relação à pobreza e à subjetividade do pobre fossem concebidas como produto de uma consciência de mundo.

Dois fatores contribuíram diretamente para a criação e o desenvolvimento do MCP. A necessidade de a prefeitura da cidade do Recife resolver o problema do déficit escolar do município e o encontro de um grupo de intelectuais que pensava a educação popular de modo regional quanto à forma e nacionalista quanto ao conteúdo. Em 1959, quando assumiu o cargo de prefeito da cidade do Recife, Miguel Arraes de Alencar fez constar em sua plataforma de governo:

Há milhares de crianças no Recife que não frequentam escolas. Meu governo criará grupos escolares de emergência, ainda que sejam meros pavilhões ou simples salas-de-aula. Cumpre incentivar as atividades culturais, encorajar os desportos e a educação física, criar centros cívicos, proporcionar cinema e teatro ao povo.³¹¹

No início dos anos 1960, a cidade do Recife contava com cem mil crianças sem escolas. Entre a população com mais de dezoito anos, a metade não sabia ler nem escrever³¹². Esse expressivo contingente de marginalizados, em sua grande maioria, habitava as regiões mais miseráveis da capital pernambucana. Nesses anos, o analfabetismo e a miséria já haviam se tornado a síntese da estrutura social recifense. No âmbito burocrático da administração municipal, Miguel Arraes não dispunha de meios

³¹¹ Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. Documento do acervo particular do prof. Germano Coelho. Doravante esse arquivo será citado pela sigla: APGC (Arquivo Particular Germano Coelho)

³¹² Dados apresentados por Bianca Nogueira em: SILVA, Bianca Nogueira da. O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960. 2010. 110 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

para atingir os objetivos inscritos em sua plataforma de governo³¹³. Em janeiro de 1960, Arraes convocou uma reunião com um grupo de intelectuais e educadores para discutir o problema do déficit escolar no município. Ele se reuniu, no prédio da prefeitura localizado na Rua da Aurora, com o prof. Germano Coelho, o jornalista Aluísio Falcão, a profa. Ana Paes Barreto, o escultor e artista plástico Abelardo da Hora e a artista plástica Maria de Jesus Costa. Na ocasião, surgiu a ideia de criar um movimento de educação de base e democratização da cultura. A ideia previa, igualmente, que o movimento trabalharia com a valorização e a divulgação dos festejos populares da região Nordeste. Por sugestão do prof. Germano Coelho, o movimento foi nomeado de “Movimento de Cultura Popular”.

O prefeito confiou ao prof. Germano Coelho a tarefa de elaborar o projeto do MCP. O trabalho foi executado ao mesmo tempo em que a equipe formada pela profa. Ana Paes Barreto, pela artista plástica Maria de Jesus Costa e pelo jornalista Aluísio Falcão analisava os locais onde seria possível à prefeitura instalar escolas de emergência destinadas a servir às concentrações populacionais das regiões mais pobres da cidade do Recife. Entre janeiro e março, a equipe levantou em torno de quinhentos locais aptos à instalação de escolas de emergência³¹⁴. Os locais que apresentavam as melhores condições físicas e foram disponibilizados pelos seus respectivos responsáveis serviram como uma espécie de projeto-piloto para os empreendimentos do futuro MCP. Em maio, no mês em que o prof. Germano Coelho registrou o MCP em cartório, o Movimento inaugurou as primeiras escolas. A partir do primeiro dia daquele mês, passaram a funcionar as seguintes escolas no bairro de Santo Amaro: União dos Servidores Municipais; Onze de Santo Amaro; Escola Mista Oceania; Machado de Assis; Manuel Amaro; Liga de Sueca 5 de Junho; Liga de Dominó 7 de Novembro e Monte Real Esporte Clube³¹⁵. O MCP surgiu e se desenvolveu em contato permanente com as mazelas socioeconômicas da população recifense. Esse fato contribuiu para que intelectuais progressistas de matizes ideológicas distintas militassem juntos no MCP.

No estatuto registrado oficialmente, o Movimento foi concebido com os seguintes órgãos:

Conselho de Direção (CD)
Diretoria (D)

³¹³ Conforme entrevista de Miguel Arraes à Cristina Tavares IN: TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

³¹⁴ Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. APGC. *Op. Cit*

³¹⁵ Idem.

Conselho Consultivo (CC)
Serviço de Administração (SA)
Departamento de Formação da Cultura (DFC)
Departamento de Documentação e Informação (DDI)
Departamento de Difusão da Cultura (DDC)³¹⁶

O Conselho de Direção, órgão deliberativo máximo do Movimento, era composto pelo presidente do MCP, responsável igualmente por presidir o Conselho, pelos diretores dos Departamentos de Formação da Cultura, Documentação e Informação e Difusão da Cultura. Os demais integrantes do colegiado eram: os diretores de todas as divisões do Departamento de Formação da Cultura, um representante do Conselho Consultivo, um representante dos sócios estudantes, um representante dos sócios educadores e um representante dos sócios militantes do Movimento. A Diretoria, órgão máximo do Movimento, era formada pelo presidente do MCP. Eleito pelo Conselho de Direção para um mandato de três anos, podendo ser reconduzido ao término de cada mandato, o presidente do Movimento era escolhido entre os diretores das divisões do Departamento de Formação da Cultura. O Conselho Consultivo, órgão auxiliar do Conselho de Direção, era constituído por uma comissão formada de sócios patrocinadores, colaboradores e fundadores. O Serviço de Administração, órgão auxiliar da Diretoria, era formado por uma Secretária, pela Seção de Contabilidade, pela Seção de Pessoal e pela Seção de Material. O Departamento de Formação da Cultura, órgão técnico do Movimento, era formado pelas Divisões de Pesquisa; Ensino; Artes Plásticas e Artesanato; Música, Dança e Canto; Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa; Teatro; Cultura Brasileira; Bem-Estar Coletivo; Saúde; e, por último, pela Divisão de Esportes. O Departamento de Documentação e Informação, órgão auxiliar da Diretoria, era formado pela Divisão de Informação, pela Divisão de Documentação e pela biblioteca. O Departamento de Difusão da Cultura, órgão coordenador das ações do Movimento junto às associações e núcleos populares, não tinha divisões ou setores específicos.

À frente de cada um desses órgãos constava o prof. Germano Coelho, na presidência; o jornalista Aluísio Falcão, no Departamento de Formação da Cultura; o prof. Paulo Freire, na Divisão de Pesquisa; a profa. Ana Paes Barreto, na Divisão de Ensino; o escultor e artista plástico Abelardo da Hora, na Divisão de Artes Plásticas e Artesanato; o maestro Mário Cândia, na Divisão de Música, Canto e Dança; o teatrólogo Luiz Mendonça, na Divisão de Teatro; o prof. Geraldo Vieira, na Divisão de Bem-Estar Coletivo; o prof. Arnaldo Marques, Divisão de Saúde; o prof. Reinaldo Pessoa, na Divisão

³¹⁶ Estatuto do Movimento de Cultura Popular do Recife. APGC.

de Esportes; a prof.^a Norma Porto Carrero Coelho, na coordenação da educação pelo rádio; o prof. Paulo Rosas, na coordenação de pesquisas e a estudante de serviço social Zaira Ary, na coordenação dos Centros de Cultura³¹⁷.

Essa estrutura administrativa previa uma atuação colegiada tanto no âmbito da direção e dos departamentos quanto no âmbito das divisões. Essas instâncias de decisão deveriam trabalhar articuladas entre si, assegurando um regime perene de ajuda mútua³¹⁸. No entanto, dois fatores contribuíram para que, na prática, prevalecesse a hierarquia do presidente do Movimento sobre as demais instâncias de decisão. O primeiro foi o Departamento de Difusão da Cultura, órgão coordenador do Movimento, não ter funcionado de fato. A relação do Movimento com os setores populares se estabeleceu de forma direta entre as divisões setoriais do MCP e os organismos populares. A cooperação entre essas divisões era coordenada pelo prof. Germano Coelho. Ele concentrava em si as principais funções deliberativas assegurando o controle sobre as principais ações e projetos do MCP.

O segundo foi a correlação de forças no interior do Movimento. O MCP surgiu com o objetivo de mudar qualitativamente a estrutura social da cidade do Recife. Diante do quadro econômico e das disputas políticas vivenciadas em âmbito local, essa tarefa requeria dois movimentos simultâneos. De um lado, o engajamento de intelectuais e dos setores populares interessados em encaminhar uma nova ordem social a partir do espaço político aberto pela gestão do prefeito Miguel Arraes. De outro, caracterizar o MCP como um órgão técnico, pluralista, e, sobretudo, apolítico³¹⁹. Essa autoimagem pretendia proteger o MCP das investidas dos grupos políticos e econômicos contrários à existência do Movimento³²⁰. Essa pretensão levou o grupo dos intelectuais católicos, sem filiação

³¹⁷ Movimento de Cultura Popular: Memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986 (Coleção Recife - Vol. XLIX); BARBOSA, Letícia Rameh. Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana. Recife: d. Autor, 2009; SOUZA, Fábio Silva de. O Movimento de Cultura Popular do Recife. 2014. Dissertação (Dissertação em História) - Universidade de São Paulo.

³¹⁸ Essa perspectiva foi apresentada pelo próprio Movimento no Plano de Ação para o ano de 1963. APGC.

³¹⁹ O esforço para criar essa imagem está registrado nos documentos oficiais do MCP, sobretudo naqueles destinados aos poderes públicos. Cf. Ofício de 22 de outubro de 1962, endereçado ao Senador Barros de Carvalho, e ao Deputado Humberto Lucena, cujo assunto tratava da inclusão do MCP no orçamento da União destinado à educação; e Ofício de 09 de novembro de 1962, endereçado ao Relator do Ministério da Educação e Cultura da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, cujo assunto tratava, igualmente, da inclusão do MCP no orçamento da União destinado à educação.

³²⁰ Sobre o contexto político pernambucano do qual emergiu o MCP, ver: AGUIAR, Roberto Oliveira de. Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Ed. UFPE, 1993; SOARES, José Arlindo. A frente do Recife e o governo do Arraes. Op. Cit

partidária, a assumir as principais divisões setoriais do MCP. As exceções eram o jornalista Aluísio Falcão, diretor do Departamento de Formação da Cultura e o escultor e artista plástico Abelardo da Hora, que dirigia a Divisão de Artes Plásticas e Artesanato, ambos comunistas e filiados ao PC. Na medida em que o prof. Germano Coelho capitaneava o grupo dos intelectuais católicos, a comunicação entre ele e as divisões setoriais do MCP era realizada sem qualquer mediação.

Apesar da centralização decisória, não havia discordância entre os grupos intelectuais a respeito dos objetivos do MCP. O Movimento foi instituído com a seguinte finalidade:

1. Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
2. Atender ao objetivo fundamental da educação, que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo;
3. Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho;
4. Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada;
5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular;³²¹

O reformismo-nacionalista dos intelectuais católicos partia da concepção de que para mudar as estruturas sociais da cidade do Recife era imprescindível “instaurar eficazmente, nas várias coletividades humanas, as condições necessárias para que todos, e não somente alguns, alcançassem a mínima soma de bens indispensáveis a uma vida digna de homem”³²². Essa linha teórica levava os intelectuais católicos a entender as contradições sociais da capital pernambucana como fruto da dinâmica local que pautava as relações entre o poder público e as classes populares, entre os latifundiários e os

³²¹ Estatuto do Movimento de Cultura Popular do Recife. APGC. Op. cit.

³²² Princípios do Movimento Economia e Humanismo, fundado pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebet, em fevereiro de 1942. Pe. Lebet (1897-1966) foi pioneiro de uma concepção e de uma prática de transformação do território, em companhia de François Perroux. Os dois são a origem do conceito de “economia humana” para o “desenvolvimento de todo o homem e todos os homens”. Esse movimento foi uma das principais referências teóricas para as ações e projetos do MCP. A respeito dos princípios básicos e a significação social do C&H, ver: PRADO, Luís Cintra do. Economia e Humanismo: princípios básicos e perspectiva do Movimento; São Paulo: Digestos Econômico, 1947, p. 31-42; A respeito da história do C&H, ver: BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. Revista Estudos Avançados. São Paulo, vol. 26. n.º. 75. maio/ago. 2012. A respeito da relação do Pe. Lebet com a América Latina, ver: PONTUAL, Virgínia. Louis-Joseph Lebet na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

camponeses, entre a burguesia e o proletariado. Em suma, entre os detentores de poder político, econômico e social e as massas marginalizadas. Para estes intelectuais, a cultura e a educação eram meios para modernizar as estruturas sociais da cidade do Recife a partir de um processo de valorização dos seres humanos³²³. Em meio à modernização econômica caracterizada pelo avanço do capitalismo monopolista³²⁴, os intelectuais católicos almejavam criar linguagens, símbolos e expressões culturais que contribuíssem para conscientizar os setores populares marginalizados de que a razão de sua miséria estava na má gestão dos recursos comuns.

Por sua vez, o nacionalismo reformista dos intelectuais comunistas era pautado pelas novas posições políticas assumidas pelo PC a partir da Declaração de Março de 1958³²⁵. Nela, a luta anti-imperialista que informava a militância política e social dos membros do PC ganhou novos contornos. Afastando-se do histórico sectarismo político, o PC passou a defender a tese de que “todo o trabalho eleitoral dos comunistas deve ser considerado como parte do trabalho geral de formação da frente única, visando (...) à conquista de um governo nacionalista e democrático”. Essa tese era justificada nos seguintes termos: “O proletariado sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista”³²⁶. Na esfera nacional e local, isso implicava uma estratégia aliancista com grupos políticos e intelectuais de outras correntes ideológicas. Em Pernambuco, no domínio da política partidária, os comunistas se associaram ao PTB e ao PSB. Esses partidos defendiam, igualmente, os valores nacionalistas e democráticos e serviram ao PC como uma espécie de plataforma legal para as novas orientações defendidas pelo Partido, uma vez que no início dos anos 1960 o PC estava na ilegalidade.

³²³ Ver sobre a evolução da esquerda católica: BEOZZO, José Oscar. Cristãos na universidade e na política. Petrópolis, Vozes, 1984; NAPOLITANO, Marcos. Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011. p. 297-328.

³²⁴ Sobre o avanço do capitalismo monopolista no Brasil a partir dos anos 1950, ver Carlos Guilherme Mota. MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1994.

³²⁵ Ver a respeito das teses políticas de 1958: Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958 In: *PCB: vinte anos de política, 1958-1970, documentos*. São Paulo: LECH, 1980, p. 3-27.

³²⁶ Apud BRAYNER, Flávio. Alguns aspectos da relação entre o Partido Comunista e a Frente do Recife (1956/1964). In: REZENDE, Antonio Paulo (org). Recife: que história é essa? Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 192-193. Ainda esse respeito ver do mesmo autor: BRAYNER, Flávio. O partido comunista em Pernambuco: mudanças e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1959-1964). Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

Fora do âmbito da política institucionalizada, as novas formulações teóricas dos comunistas previam uma ressignificação do trabalho desenvolvido junto às massas populares. Na nova perspectiva encampada a partir de 1958, houve uma diminuição do valor simbólico da resistência e luta do operariado frente às opressões das classes detentoras dos meios de produção. A estratégia de transformar as estruturas sociais, políticas e econômicas a partir do Estado colocou em primeiro plano a restrição ao voto dos analfabetos. No Brasil, no início dos anos de 1960, havia acerca 33 milhões de analfabetos³²⁷. Para os comunistas, a inexistência da cidadania plena para todos constituía a principal razão da exploração imperialista, porque impedia os setores populares de escolher representantes políticos que defendessem seus respectivos interesses em detrimento dos interesses do capital. Na medida em que essa nova diretriz colocava o sufrágio como meio para alcançar uma nova ordem socioeconômica, os comunistas, sobretudo os quadros intelectuais, passaram a trabalhar em favor da alfabetização e da conscientização política dos setores populares com o objetivo de alçá-los ao processo político institucionalizado. Em Pernambuco, essa política de massas passou a ser o princípio fundamental do trabalho desenvolvido pelo PC e também por quadros do PTB e do PSB³²⁸. No MCP, apesar dessa pluralidade de formações intelectuais³²⁹ afinadas quanto à finalidade do Movimento, a correlação de forças favorável aos intelectuais católicos marcou a forma como os pobres e a pobreza foram concebidos pelo MCP.

3.2.1. MCP: princípios para a ação

O objetivo dos fundadores do Movimento de Cultura Popular era utilizar as expressões culturais existentes para desenvolver nos setores populares uma consciência crítica a respeito das realidades política, social e econômica experimentadas no estado de Pernambuco. Para os intelectuais progressistas que assumiram posições de destaque no cenário local no pós-guerra, uma evidência se demonstrava nítida: havia um hiato entre o

³²⁷ Cf. Números apresentados no projeto da campanha de alfabetização de adultos da UNE. APGC.

³²⁸ A respeito das correntes político-ideológicas do MCP, ver: SOUZA, Fábio Silva de. O Movimento de Cultura Popular do Recife. Op. Cit.

³²⁹ “Formações intelectuais” é um conceito que foi elaborado por Raymond Williams. Nele, o intelectual é entendido como produto de um conjunto de relações sociais. De modo geral, esse conceito nos leva a conceber o intelectual como uma espécie de porta-voz de seu grupo, de sua classe. Para Williams, tanto o intelectual quanto suas obras jamais poderiam ser entendidos de forma acurada se tratados de forma isolada, fora de um contexto, de uma sociabilidade intelectual. Ver a respeito desse conceito: WILLIAMS, Raymond. Cultura. Op. cit., 1992.

Estado e os indivíduos. O processo de modernização capitalista desenvolvido nessa condição contribuía para aumentar de forma exponencial os índices dos miseráveis marginalizados. O MCP elaborou novas linguagens e símbolos para encurtar a distância entre o Estado e os setores populares. As ações do Movimento visavam criar uma cultura comum capaz de promover a valorização dos seres humanos como elemento primário para o desenvolvimento socioeconômico local e, no limite, nacional. Os militantes do MCP concebiam que a reorientação política do Estado, promovida pela associação dos intelectuais progressistas e os movimentos populares organizados, iria resolver o problema da pobreza.

Esses princípios informaram as três dimensões do MCP. A primeira delas, a dimensão de Movimento. O MCP foi um Movimento militante criado pelas formações intelectuais progressistas para “promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos” bem como “proporcionar a elevação do nível cultural do povo”³³⁰. O caráter pluralista do Movimento não discriminava filosofias de vida, crenças religiosas nem convicções ideológicas. O MCP foi um esforço coletivo para elevar o nível material e espiritual do povo por meio da educação e da cultura. A política cultural do MCP compreendia:

(...) educar para a liberdade. Para a autonomia. Para a maioria. Educar não só a criança. Mas o adolescente. E também o adulto. Educar através das escolas comuns. Educar, recorrendo a processos informais, nas praças públicas e em plena rua. Educar pelo rádio. Pelo cinema. Pela televisão. Pela imprensa. Educar explorando novos métodos e técnicas de educação. Experimentando. Adaptando. Criando. Educar recreando. Educar informando.³³¹

A partir dessa linha de ação, o MCP mobilizou professores da Faculdade de Medicina do Recife, da Faculdade de Odontologia e da Escola de Serviço Social de Pernambuco para orientar os setores populares sobre saneamento básico; higiene pessoal; atividade física; alimentação e controle de peso; cuidados com os dentes e medidas para impedir proliferação de doenças. No âmbito das artes, o MCP movimentou os antigos membros do Ateliê Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife - SAMR³³², alunos

³³⁰ Estatuto do Movimento de Cultura Popular do Recife. Op. Cit.

³³¹ Cf. linha de ação apresentada no Ofício de 9 de novembro de 1962, endereçado ao Relator do Ministério da Educação e Cultura da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados. *Op. cit.*

³³² A SAMR, em linhas gerais, buscava romper com o sistema acadêmico de ensino da arte vigente na Escola de Belas Artes do Recife. Esse empreendimento surgiu durante a primeira exposição de esculturas de Abelardo da Hora, em 1948. A SAMR foi animada por Ladjane Bandeira, Augusto Reinaldo, Reinaldo Fonseca e Delson Lima, entre outros. Abelardo da Hora a dirigiu de 1949 até o início dos anos 1960. O Atelier Coletivo foi idealizado igualmente por Abelardo da

e professores da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, entre outros artistas locais, para realizarem intervenções e exposições com vistas a difundir o gosto pela arte entre a comunidade recifense, sobretudo entre as camadas populares. No domínio do cinema, o MCP mobilizou os estudantes do Centro de Estudos Cinematográficos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife para, em parceria com outras instituições, fazer do Recife um polo cinematográfico capaz de produzir reflexões a respeito das mazelas sociais da região Nordeste, bem como servir ao processo de educação de jovens e adultos³³³. No setor teatral, o MCP chamou à ação os grupos amadores e profissionais do estado para em conjunto desenvolverem uma nova política teatral e, a partir dela, criar um teatro autenticamente popular³³⁴. No campo das atividades educativas formais e informais, o MCP engajou quatrocentos e cinquenta e dois professores da prefeitura da cidade do Recife e cento e setenta e quatro monitores, estes em sua maioria estudantes universitários. Por meio de escolas isoladas, grupos escolares, escolas radiofônicas, escolas profissionais para motoristas, cursos de costura, artesanato e de artes plásticas foram fornecidos às classes populares da cidade do Recife instrução primária, profissional e cultural³³⁵.

O MCP foi flexível na utilização dos instrumentos capazes de criar a almejada cultura comum de valorização dos seres humanos. A partir da mobilização de amplos setores da sociedade, o Movimento adaptou-se às necessidades reais das camadas marginalizadas da cidade do Recife. Essa perspectiva partia do entendimento de que era tarefa daqueles que possuíam os “instrumentos superiores” da cultura ir ao encontro dos setores populares. Dessa interação entre bens culturais e vivência popular surgiria o

Hora logo depois de assumir a SAMR e manteve-se em atividade até finais dos anos 1950. Extensão da SAMR, suas atividades seguiam as mesmas diretrizes: democratizar o ensino da arte, bem como criar um espaço em que os artistas pudessem ser representados junto aos poderes públicos. Informações constantes no depoimento de Abelardo da Hora. In: FCCR. *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 13-18.

³³³ Cf. Minuta do Convênio entre a Fundação Cinemateca Brasileira e o Movimento de Cultura Popular para o desenvolvimento cultural cinematográfico do Recife e Pernambuco. APGC.

³³⁴ Cf. Significação do I Festival de Teatro do Recife. Documento elaborado pelo MCP para descrever as realizações do Festival e seus desdobramentos. APGC.

³³⁵ Cf. Contrato de Administração de bens e serviços entre o município do Recife e o Movimento de Cultura Popular; Cf. O Movimento de Cultura Popular Repele Calúnias: Nota Oficial. APGC. Em seu livro de memória sobre o MCP, o prof. Germano Coelho arrolou algumas informações e documentos que mobilizamos nesta tese. No entanto, cabe destacar que analisamos os documentos originais em função da decisão do prof. Germano Coelho, nos idos de 2008, de colocar seus arquivos à disposição de um pesquisador. Fomos um dos poucos que tiveram acesso ao rico acervo pessoal do prof. Germano Coelho. Sobre os documentos e as informações arroladas por Germano Coelho em sua obra, ver: COELHO, Germano. MCP: História do Movimento de Cultura Popular. Recife: Ed.do Autor, 2012.

caminho por meio do qual os intelectuais mcepistas promoveriam a conscientização dos oprimidos e marginalizados da capital pernambucana³³⁶. A partir desse conjunto de princípios, os intelectuais mcepistas subordinaram o desenvolvimento social e econômico ao imperativo de os setores populares partilharem de todos os bens culturais que historicamente lhes foram negados³³⁷. A conscientização das massas informou todas as atividades do MCP tornando-se uma espécie de filosofia que deveria ser seguida por todos os militantes do Movimento.

A segunda dimensão pautada por esses princípios foi a de laboratório de pesquisa. O MCP procurou desenvolver conteúdos e técnicas específicas para a educação de adultos. A experiência desenvolvimentista e seu projeto educacional impunham essa necessidade ao MCP. Em 1956, as ideias do presidente Juscelino Kubitschek acerca do desenvolvimento nacional estavam alicerçadas no tripé energia-transporte-alimentação. A esse tripé estavam associadas as vinte metas do plano de governo apresentado durante o período da campanha eleitoral, mas também as demais metas acrescidas a ele ao longo do governo Kubitschek. No plano da educação, Juscelino demonstrou interesse pelo ensino técnico já nos primeiros dias de gestão. Em um dos seus primeiros atos, ele instituiu a Comissão de Educação e Cultura do Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República. Nela, o presidente nomeou educadores e economistas cuja missão era elaborar um plano educacional para o Governo Federal. Apesar da participação do educador Anísio Teixeira como membro da Comissão, os resultados apresentados no relatório final foram delineados pelas ideias do economista Roberto Campos e, sobretudo, pelas ideias do prof. Ernesto Luiz de Oliveira Junior.

O prof. Ernesto Luiz era um grande entusiasta do ensino técnico. No início dos anos 1950, o então presidente da república, Getúlio Vargas, delegou a ele a missão de visitar diversos países em busca de conhecimentos que pudessem melhorar os setores da ciência e da tecnologia no Brasil. A intenção de Vargas era criar condições para diminuir o déficit de técnicos que o processo de desenvolvimento em marcha requeria. O conhecimento acumulado desse período e o bom trânsito nos círculos de poder na capital federal contribuíram para que ele fosse nomeado por Kubitschek diretor-executivo da

³³⁶ Sobre o aspecto dirigista das ações e projetos do MCP em relação aos setores populares, ver: SOUZA, Fábio Silva de. O Movimento de Cultura Popular do Recife. 2014. Op. Cit.

³³⁷ Dito por Paulo Freire: “para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida, em que não apenas está, mas *com* a qual se defronta”. Grifo do texto original. FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, Osmar et alli. Cultura popular e educação popular: a memória dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983. p. 99.

Comissão de Educação e Cultura do Conselho do Desenvolvimento³³⁸. No relatório que a Comissão apresentou constava o seguinte ideal de educação:

O ideal educacional do nosso povo e do nosso tempo deve ser assim conceituado como uma “educação para o desenvolvimento”. E todo o sistema educacional vivo deve estar voltado para a solução dos problemas com que se defronta a sociedade. A sociedade brasileira, no meado do século XX, tem no desenvolvimento econômico o seu problema culminante, cuja solução será punida com a implantação do pauperismo, a diminuição da independência econômica e a perda provável das liberdades públicas.³³⁹

Essa perspectiva orientou a política educacional do governo Kubitschek. A educação desse período de acentuada modernização econômica deveria assegurar o domínio das técnicas fundamentais do processo educativo: ler, escrever e contar. Mas também o desenvolvimento das habilidades mínimas de homens e mulheres para a convivência social e para os deveres da produção. Nesse diapasão, o conceito de uma educação adequada consistia em um preparo intelectual e moral aos imperativos do desenvolvimento econômico do Brasil. Essa diretriz prevaleceu no âmbito do governo federal mesmo após o fim do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek.

O MCP iniciou as atividades voltadas à alfabetização de adultos em 1962. Nesse ano, o Movimento assinou, em conjunto com a prefeitura da cidade do Recife, um convênio com o Ministério da Educação e Cultura para viabilizar tecnicamente esse projeto educativo. O governo federal disponibilizou para o MCP as cartilhas e o conteúdo radiofonizado do Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA, uma das instâncias do Ministério da Educação responsável pela educação de adultos³⁴⁰. Nas palavras de Osmar Fávero: “O Sirena conseguiu fazer a cartilha de alfabetização mais bonita, a primeira em cores, mas didaticamente a mais problemática que se tem herança dos anos de 1950: a Radiocartilha.”³⁴¹ Os problemas didáticos da cartilha apontados por Fávero e amplamente

³³⁸ Sobre vida e carreira do prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, ver: História da Ciência (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp). Entrevista com Ernesto Luiz de Oliveira Júnior. Entrevistadores: Hiro B. Kumasake; Luitgard O. C. Barros. Rio de Janeiro, 08 de março de 1988.

³³⁹ Cf. documento: 12 Proposições Preliminares sobre a Educação para o Desenvolvimento. Relatório da Comissão de Educação e Cultura do Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República. APGC

³⁴⁰ Além do Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA, o Governo Federal coordenava a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos – CNAA; a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER; e a Campanha Nacional de Erradicação do Alfabetismo – CNEA.

³⁴¹ FÁVERO, Osmar. Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966). Núcleo de Estudos e Documentos de Educação de Jovens e Adultos. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF.

registrados pela literatura dos movimentos de cultura e educação popular dos anos 1960 consistiam no alheamento das complexas realidades vivenciadas nas distintas regiões do Brasil. Em seu livro de memórias, o prof. Germano Coelho teceu o seguinte comentário a respeito do material educativo do Sirena: “Uma decepção, dizia coisas assim: no fim do mês, você deve colocar sua poupança na Caixa Econômica Federal. No fim do ano, deve pintar sua casa. Nada a ver com o Nordeste, com a pobreza de nosso povo.”³⁴² Os dirigentes do MCP recusaram o material enviado pelo governo federal e, a partir do próprio Movimento, os intelectuais mcpistas desenvolveram estratégias originais para a educação de adultos.

Nas duas estratégias para a educação de adultos desenvolvidas no MCP, as técnicas e os conteúdos foram informados pela realidade socioeconômica dos setores populares da cidade do Recife. A primeira delas contou com o empenho de Norma Porto Carreiro Coelho e de Josina Maria Albuquerque Lopes de Godoy, fundadoras do MCP. O prof. Germano Coelho confiou às duas militantes a tarefa de desenvolver uma cartilha que atendesse às finalidades do Movimento. No período de elaboração da nova cartilha, a divisão de pesquisa do MCP não estava em pleno funcionamento. As primeiras atividades dessa divisão começaram a partir do segundo semestre de 1961, com a incipiente equipe que contribuiu com o projeto e a implementação das Praças de Cultura do Movimento. A equipe de pesquisadores dirigida pelo prof. Paulo Freire e coordenada pelo prof. Paulo Rosas ganhou contornos definitivos a partir da contratação de novos pesquisadores em fevereiro de 1962. Ainda assim, no primeiro semestre desse ano, o quadro fixo de colaboradores da divisão de pesquisa contava apenas com Aécio de Aquino, Constância Nelly, Swenson Lapa, Dayse Martins Fernandes, Leonardo Guimarães, Maria Isabel de A. Araújo, Mateus Rocha e Tarcísio Rêgo Quirino. Entre janeiro e junho de 1962, a equipe de pesquisa do MCP realizou as seguintes atividades: pesquisa sobre o conteúdo crítico de crenças e atitudes da população recifense; pesquisa sobre o carnaval pernambucano; e uma pesquisa sobre as festas joaninas³⁴³. A sobrecarga de atividades realizadas pela exígua equipe da divisão de pesquisa contribuiu para que o desenvolvimento da cartilha do MCP contasse com o suporte da divisão de ensino, dirigida pela prof^a. Ana Paes Barreto.

Para elaborar a cartilha, as autoras aproveitaram os conhecimentos acumulados pela equipe que percorreu os morros, córregos e bairros pobres da cidade do Recife para

³⁴² COELHO, Germano. MCP: História do Movimento de Cultura Popular. Op. Cit. pag. 28

³⁴³ Cf. Relatório das atividades da Divisão de Pesquisa: janeiro a junho de 1962.

levantar os locais onde seria possível instalar as primeiras escolas do MCP. Além disso, desenvolveram durante três meses pesquisas *in loco* nas zonas populares da capital pernambucana³⁴⁴. A partir da análise do material acumulado, elas definiram os centros de interesse que seriam trabalhados nas lições da cartilha nomeada de “Livro de leitura para adultos”. Os centros de interesse e as palavras-chave correspondentes eram: direito do povo / (povo-voto); a luta pela sobrevivência / (vida-saúde-pão); a moradia / (casa-mocambo); a cidade / (Recife-alagado); o estudo / (escola-operário-livro); a religião / (templo); o mundo / (globo-atlas); o sertão / (sertanejo-chuva-sol); os problemas da cidade / (mangue-draga); os problemas do campo / (açúcar-Pernambuco-engenho-encxada); os problemas do Nordeste / (Nordeste-homem); reforma agrária / (flagelado-progresso); desenvolvimento / (Brasil-trabalho); pesca / (jangada-peixe-coqueiro); festas populares / (arraial-quadrilha-frevo-ritmo-zabumba-cabloquinhos-guararapes); organização política / (República-democracia-paz)³⁴⁵. A técnica de ensino apresentada por Norma Coelho e Josina Godoy partia da *palavra*. Vejamos o esquema geral do processo:

Esquema geral do processo:

1. Apresentação das palavras-chave e debate em torno do centro de interesse.
2. Apresentação das palavras-chave dentro de frases.
3. Destaque das sílabas novas encontradas nas palavras-chave.
4. Composição de novas palavras.³⁴⁶

Cada palavra escolhida do universo familiar dos educandos constituía uma palavra-chave. A importância dessas palavras no processo de ensino estava no fato de elas encerrarem ideias significativas e apresentarem ao analfabeto, pela primeira vez, as sílabas que iriam formar novas palavras. Essas palavras-chave eram organizadas em centros de interesse que representavam, dentro do esquema geral, os principais temas que deveriam ser debatidos ao longo de todo o trabalho educativo. Esses temas, escolhidos de antemão pelas autoras, cumpriam duas finalidades: de um lado, motivar os adultos a permanecerem nas escolas por meio da ação de inserir as distintas realidades cotidianas dos analfabetos na dinâmica educativa. De outro, conscientizá-los em relação aos seus

³⁴⁴ BARBOSA, Leticia Rameh. Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana. Op. Cit.; COELHO, Germano. MCP: História do Movimento de Cultura Popular. Op. Cit. pag. 28.

³⁴⁵ Cf. Josina Godoy; Norma Coelho; Lêda Esteves; Mirian Dina; Gisêlda Fonsêca. Guia do alfabetizador “Livro de leitura para adultos”. UNE-MCP-PMR.

³⁴⁶ Idem.

direitos, seus deveres e, sobretudo, para as causas dos seus problemas sociais e econômicos.

A segunda estratégia de educação de adultos foi desenvolvida no Centro de Cultura Dona Olegarinha. Os centros de cultura foram idealizados pelo prof. Paulo Freire. Para efetivar essa experiência, parte integrante do setor de educação de adultos do MCP, ele contou com o apoio de assistentes sociais e estudantes da Escola de Serviço Social de Pernambuco. No projeto elaborado para ser uma alternativa às técnicas educativas que utilizavam cartilhas no processo de educação de adultos, o centro de cultura foi concebido como “uma unidade educativa enfeixando um conjunto de motivos que agregam grupos, que os levam a atividades de objetivos semelhantes”³⁴⁷. No Centro Dona Olegarinha, essas atividades tinham uma dinâmica interdependente e constituíam meios para alcançar o mesmo objetivo: educar a pessoa, os grupos e a comunidade³⁴⁸.

Inicialmente, a experiência levou a cabo as atividades: clube de leitura; clube de pais; clube de costura; clube de recreação; clube de saúde; e um tele-clube. Essas instâncias operaram como núcleos motivadores para despertar o interesse da comunidade-alvo para os trabalhos pedagógicos desenvolvidos pelo Centro. A estratégia era efetivada da seguinte forma: no tele-clube eram promovidas sessões para que os moradores do entorno do Centro pudessem assistir televisão. Ao fim de cada sessão, determinados programas eram selecionados pelos monitores para serem debatidos com os adultos presentes. O conjunto da atividade consistia em proporcionar aos adultos a oportunidade de eles desenvolverem técnicas de análise e de crítica em relação às informações veiculadas pelos programas assistidos. A dinâmica, observada a especificidade de cada núcleo motivador, era desenvolvida nas demais atividades do Centro³⁴⁹. O caráter desse empreendimento pedagógico partia do princípio “de trabalhar com o povo e não para o povo”. Nessa perspectiva, trabalhar com o povo significava “confiar na sua autodefinição, desde que lhe sejam dadas condições mínimas para um despertar, em que cada um descobrirá o valor de sua pessoa e do esforço comunitário que é necessário fazer para o desenvolvimento de todos”³⁵⁰.

O Centro Dona Olegarinha funcionou no bairro do Poço da Panela, na zona Norte da cidade do Recife. O pároco da igreja de Casa Forte cedeu um imóvel próximo às

³⁴⁷ Cf. Movimento de Cultura Popular. Projeto de Educação de Adultos: Centros de Cultura - (Paulo Freire). APGC.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Cf. Relatório das atividades do Centro de Cultura Dona Olegarinha. APGC.

³⁵⁰ Idem.

margens do rio Capibaribe, onde havia uma comunidade vivendo em condições extremas de pobreza. Nos primeiros meses, a estrutura administrativa da entidade foi constituída por uma diretoria provisória formada pelos membros mais engajados, cuja coordenação ficou a cargo da estudante de serviço social e militante do MCP, Zaira Ary³⁵¹. Essa diretoria realizava, uma vez por semana, reunião com a população assistida pelas atividades do Centro para discutir a sua dinâmica cotidiana. A ideia de ter a sede da entidade no entorno da comunidade-alvo e contar com os setores populares como partes efetivas na tomada de decisão visavam aumentar a projeção do Centro na comunidade. No entanto, a projeção delimitava o raio de ação das atividades. A influência do Centro na comunidade emergia da própria essência do trabalho educativo. Nessa seara, o setor de educação-cultural deixou as marcas mais significativas do trabalho realizado no Centro Dona Olegarinha.

Nele, informa o relatório de atividades do Centro:

No setor educacional-cultural, tivemos primeiramente uma experiência de alfabetização de adultos, feita por um universitário, com ajuda audiovisual - (epidiascópio), que alfabetizou em tempo recorde alguns adultos; outra experiência para adultos já alfabetizados, que chamamos de turma “B”. Nas duas, sentimos o problema da evasão escolar, com queda de frequência dos inscritos bastante acentuada (da ordem de 80%). Vamos, agora, recomeçar as turmas, que foram suspensas na época das festas de S. João e não puderam recomeçar imediatamente, em virtude da cheia do rio, que atingiu a maioria dos frequentadores do Centro.³⁵²

A conjugação desses fatores garantiu o êxito dessa experiência educativa. No entanto, a técnica de educar os adultos sem utilizar cartilhas não teve espaço na política cultural do MCP. O *Livro de leitura para adultos*, desenvolvido por Norma Coelho e Josina Godoy, foi adotado como base para todas as ações do setor de educação de adultos do Movimento. Apesar das duas técnicas desenvolvidas no MCP protagonizarem os setores populares da cidade do Recife na dinâmica educativa, não utilizar cartilhas no

³⁵¹ Ibidem; Zaira Ary sistematizou as atividades do Centro Dona Olegarinha em sua monografia de conclusão de curso na Escola de Serviço Social de Pernambuco. Além disso, a monografia da primeira coordenadora do Centro apresentou a íntegra do projeto idealizado e escrito por Paulo Freire, em anexo. As informações que esta tese mobiliza se fundamenta nos documentos: “Relatório de atividades do Centro Dona Olegarinha” e “Movimento de Cultura Popular. Projeto de Educação de Adultos: Centros de Cultura - (Paulo Freire)”, ambos do arquivo particular do prof. Germano Coelho, e, igualmente, na monografia em questão. Sobre a monografia de Zaira Ary, ver: ARY, Zaira. Uma experiência de educação popular: Centro de Cultura D. Olegarinha. Escola de Serviço Social de Pernambuco. (Documento sem data).

³⁵² Cf. Relatório das atividades do Centro de Cultura Dona Olegarinha. APGC.

processo de ensino era algo incontornável para Paulo Freire. Essa perspectiva o levou a sair do MCP, no segundo semestre de 1962³⁵³. A experiência iniciada no Centro Dona Olegarinha foi aprofundada e sistematizada pelo educador no Serviço de Extensão Cultural – SEC, da Universidade do Recife³⁵⁴.

A terceira dimensão do MCP pautada por esses princípios foi a de grupo político de pressão. Os intelectuais mcpistas concebiam as realidades política, social e econômica do Brasil como uma sucessão de esquemas de dominação que, ao longo da história, variavam apenas na forma e na intensidade. Foi a partir dessa premissa que as formações intelectuais do MCP formularam e levaram a cabo intervenções no plano local para transformar radicalmente a vida dos setores populares. Na base dessas ações estava, em primeiro lugar, o entendimento de que os esquemas de dominação só sofreriam radicais mudanças quando as classes dominadas se conscientizassem da sua força política. Em segundo, de que aquele momento era ideal para o surgimento de movimentos com a finalidade de conscientizar os setores populares sobre as causas sociais e econômicas da miséria. Essa análise de conjuntura política foi registrada pelos dirigentes do MCP da seguinte forma:

Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas no resto do país, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular.³⁵⁵

Para estes intelectuais, o estado de transição política, econômica e social vivenciado no Brasil desse meio de século XX contribuiu para alterar significativamente as correlações de força do jogo político nacional e local. A partir dos anos 1950, a imersão

³⁵³ Cabe destacar que Paulo Freire não desenvolveu seu método de ensino no âmbito do MCP. De fato, o Centro Dona Olegarinha teve uma primeira experiência prática no sentido de educar os adultos a partir da valorização de suas próprias experiências e sem a utilização de cartilhas. No entanto, ela foi levada a cabo por um dos estudantes voluntários que trabalhava naquele núcleo do MCP, conforme aponta o relatório citado. Paulo Freire passou a sistematizar o que posteriormente ficou mundialmente conhecido como “método Paulo Freire” no Serviço de Extensão Cultural – SEC, da Universidade do Recife.

³⁵⁴ Sobre a trajetória de Paulo Freire no Movimento de Cultura Popular e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, ver: ARAÚJO, Taís. Educação e democracia: Uma análise das afinidades entre Paulo Freire, as ideias da Escola Nova e do Nacional Popular (1957/1963). 2015. 147 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

³⁵⁵ Plano de ação do Movimento de Cultura Popular para o ano de 1963. Op. Cit.

política dos setores populares potencializou as contradições socioeconômicas de uma sociedade marcada pelos interesses da classe dominante em preservar seu *status quo* às custas da miséria dos mais pobres. Essa conjuntura política e social abriu, na perspectiva dos militantes mcepistas, uma possibilidade efetiva para transformar as estruturas de dominação vigentes. Em Pernambuco, a crise de hegemonia das frações políticas tradicionalmente dominantes ocorreu com a integração de partidos políticos³⁵⁶, setores da intelectualidade e setores das classes populares.

A participação popular nessa frente de forças políticas era feita por meio de movimentos sociais, sindicatos e associações de bairro. No entanto, essas representações tinham demandas específicas, difíceis de conciliar no âmbito da política institucionalizada local³⁵⁷. No início dos anos 1960, o Estado era entendido como um dos principais agentes da manutenção das desigualdades socioeconômicas no Nordeste. Aprofundar as conquistas democráticas por meio de uma radical reforma institucional passava necessariamente por canalizar o apoio das classes populares. Desse modo, a presença do MCP nos arrabaldes da cidade do Recife o tornava uma força política em favor dos grupos progressistas que desejavam ocupar os lugares de poder no plano estadual. A política cultural de promover a alfabetização de adultos e as mais variadas ações culturais tornava o Movimento um poder cultural e, ao mesmo tempo, um grupo de pressão no ambiente político pernambucano.

Essas dimensões foram inspiradas nas diretrizes que informavam as ações do *Peuple et Culture*³⁵⁸, movimento de educação popular francês. Na França do pós-guerra,

³⁵⁶ A partir de 1955, políticos progressistas da capital pernambucana criaram a Frente do Recife. Essa coligação partidária reuniu o PSB, PCB (mesmo na clandestinidade), PTB, PTN, PSP e uma parcela considerada progressista da UDN. A Frente do Recife tinha como objetivo lutar contra as formas atrasadas de conceber a política em solo pernambucano. Este movimento aliancista era capitaneado pelos então partidos de esquerda, cuja ascensão e sucessivas vitórias a partir de 1955 até a sua dissolução nos anos 1960, tanto em nível municipal, quanto no estadual, estavam atreladas ao espaço político deixado depois da morte de Agamenon Magalhães, em 1952. Sobre os espólios políticos de Agamenon Magalhães e a criação da Frente do Recife ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. Op. Cit.; AGUIAR, Roberto Oliveira de. Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco. Op. Cit.; SOARES, José Arlindo. A frente do Recife e o governo do Arraes. Op. Cit.

³⁵⁷ JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos sociais e crise política em Pernambuco, 1955-1968. Recife: Editora Massangana, 1990.

³⁵⁸ O sociólogo Joffre Dumazedier (1915-2002) foi a origem direta da criação do Movimento *Peuple et Culture*, em 1945. Ele foi o portador das principais inovações que fizeram o movimento francês ser uma experiência original de educação popular. De formação literária, ele se orientou em direção às ciências sociais utilizando esta na ação educacional do Movimento. Especialista mundialmente reconhecido da sociologia do lazer, permaneceu por vários anos na direção de pesquisa no CNRS, e como professor na Sorbonne. A ligação com esses respeitadas centros de pesquisa contribuiu para a parceria do *Peuple et Culture* com o CNRS. Esse intercâmbio científico

os intelectuais que militaram no *Peuple et Culture* se atribuíram a missão de

« rendre la culture au peuple et le peuple à la culture » [...] avec l'appui d'un Etat rénové, les institutions susceptibles de créer cette culture populaire qui ne saurait qu'être une culture commune à tout un peuple, commune aux intellectuels, aux cadres, au masses. « Elle n'est pas à distribuer. Il faut la vivre ensemble pour la créer... » A l'issue de la longue nuit de l'Occupation, la Natation doit retrouver son unité et s'engager dans la bataille de la modernisations. [...] Il s'agit désormais de faire entrer dans les faits le programme d'action du Conseil national de la Résistance en contribuant à la promotion « d'une élite véritable, non de naissance, mais de mérite et constamment renouvelée par les apports populaires » Entre la Nation et l'individu, *Peuple et Culture* suscitera les langes, les symboles, les epressions collectives porteuses des nouvelles solidarités d'une nation industrielle s'inscrivant dans le sens du Progrès et de l'Histoire.³⁵⁹

Esse movimento desejava refundar a unidade cultural francesa, supostamente perdida durante a Segunda Guerra, a partir dos signos das classes populares. A partir da valorização da singularidade do “ser francês”, que esses intelectuais entendiam estar depositada no “popular”, a França forjaria um estado de solidariedade comum às classes sociais capaz de conduzir a Nação à almejada modernização econômica e social. Em Pernambuco, por seu lado, os intelectuais que militaram no MCP buscaram promover a valorização dos setores populares como elemento primário para o desenvolvimento socioeconômico com vistas a superar o estado de subdesenvolvimento regional.

3.2.2. MCP: linhas de ação

fez do *Peuple et Culture* um laboratório de novas técnicas educacionais. CHOSSON, Jean-François. *Peuple et Culture: 50 ans d'innovation au service de l'éducation populaire*. Paris: Édité par *Peuple et Culture*, 1995. O Principal ideólogo do MCP, prof. Germano Coelho, teve contato com a experiência educacional de *Peuple et Culture* durante seu doutorado realizado na Sorbonne Université, nos anos de 1950. Nos 1960, Dumazadier esteve em Recife para conhecer as atividades desenvolvidas pelo Movimento pernambucano, consolidando o intercâmbio cultural entre os dois movimentos.

³⁵⁹"Les valeurs fondatrice du mouvement." CHOSSON, Jean-François. *Peuple et Culture: 50 ans d'innovation au service de l'éducation populaire*. Op. Cit. **Tradução da citação:** “devolver a cultura ao povo e o povo à cultura” [...] com o apoio de um Estado renovado, de instituições capazes de criar essa cultura popular que só pode ser uma cultura comum a todo um povo, comum aos intelectuais, aos empresários, as massas. “Ela não é para distribuir. É preciso a viver em conjunto para criá-la ...” Ao final da longa noite da Ocupação, a Nação deve reconquistar sua unidade e se engajar na batalha da modernização. [...] Trata-se agora de fazer constar nos fatos o programa de ação do Conselho Nacional da Resistência contribuindo para a promoção “de uma verdadeira elite, não de berço, mas de mérito e constantemente renovada pelas contribuições populares.” Entre a Nação e o indivíduo, Povo e Cultura despertará as linguagens, os símbolos, as expressões coletivas portadoras de novas solidariedades de uma nação industrial inscrita na direção do Progresso e da História.

As ações do MCP³⁶⁰ foram permeadas pelo entendimento de que a *cultura* era o conjunto dos bens simbólicos e materiais da sociedade. Não apenas de uma parte, casta ou classe dela. A formação desse conjunto de bens estava subordinada a existência de homens e mulheres dotados de todas as suas potencialidades e com possibilidade de efetivá-las de fato. A partir dessa concepção de *cultura*, a conscientização dos setores populares passou a ser o elemento fundamental das ações desenvolvidas pelo Movimento. No campo da educação básica de crianças e adultos, a atuação do MCP foi consubstanciada pelo constante diálogo com os representantes das comunidades periféricas. A partir desse contato, os dirigentes do Movimento reuniam os subsídios necessários para reelaborar os valores fundamentais das camadas populares. Essa dinâmica consistia em formular ações políticas que pudessem responder aos anseios dos setores da sociedade que lutavam por transformações político-sociais, a partir da ressignificação da penúria social e econômica experimentada pelos pobres e miseráveis que habitavam na cidade do Recife³⁶¹. Desse modo, as atividades educacionais e culturais desenvolvidas pelo MCP não tinham um fim em si mesmas. Elas traduziam o desejo das formações intelectuais mcpistas de introduzir profundas reformas na estrutura política e social pernambucana. Vejamos como essa reelaboração das experiências populares foi aproveitada para politizar as massas nas lições destinadas à alfabetização de adultos.

Lição n° 17

RECIFE	alagado
Recife Um alagado do Recife	alagado

- O Recife tem muito alagado?
- Sim, o Recife tem muito alagado.
- Como é a casa do povo do alagado?
- A casa do povo do alagado é mocambo.

Essa aula buscava transformar a experiência concreta do sofrimento dos setores populares em consciência política. Demonstrar que o sofrimento diário vivido pelas

³⁶⁰ Neste item, recuperamos as fontes e procuramos ressignificar a interpretação que desenvolvemos em: SOUZA, Fábio Silva de. O Movimento de Cultura Popular do Recife. 2014.Op. Cit.

³⁶¹ A ação de ressignificar a penúria social e econômica experimentada pelos setores populares era acompanhada de uma conceituação a respeito daquilo que seria “cultura popular” e o que nela deveria ser reelaborado. Essa conceituação partia de uma perspectiva elitista dos intelectuais mcpistas. Esse aspecto do Movimento de Cultura Popular foi trabalho pormenorizadamente em: SOUZA, Fábio Silva de. Idem.

massas não tinha causas isoladas, nem metafísico-religiosas, tampouco naturais, cumpria o objetivo a ser alcançado. Nessa perspectiva, contribuir para que os populares se conscientizassem que as condições subumanas na qual eles estavam imersos eram fruto da opressão exercida pela ordem estabelecida era o propósito dos idealizadores dessa e das demais atividades. Na lição de nº 24 constava a seguinte exercício:

Leia e copie

1. O Recife tem muito alagado.
2. O povo sem casa vive no mocambo.
3. O piso do mocambo é de taco?
4. O deputado falou ao povo no comício.
5. Um povo sem pão é um povo sem saúde.
6. Pelo voto o povo decide a vida da sociedade.
7. A vida de cada um é a vida de seu povo.
8. Um bom político fica ao lado do povo.
9. O povo todo ouve rádio?
10. A batucada é música do povo.
11. O samba também é música do povo.
12. Você ouve a aula pelo rádio?
13. 13 de maio é uma data cívica.
14. Copie seu nome.
15. Copie o nome de sua cidade.

Nessa lição, os temas de ordem política e social eram trabalhados a fim de conscientizar os setores populares sobre a miserabilidade na qual eles estavam imersos e que tal situação era o contexto vivido por boa parte da população recifense. A ideia da atividade era demonstrar que a realidade vivenciada pelas massas marginalizadas da capital pernambucana era uma consequência direta do fato de os pobres e miseráveis não contarem com o engajamento dos políticos nas causas que implicaria a melhoria de vida das camadas populares. Essa mensagem partidária, no contexto político pernambucano dos anos 1960, visava colocar Miguel Arraes na posição de representante do povo no cenário local. Essa perspectiva era reforçada na medida em que era estimulada a visão crítica do contraste que havia entre uma moradia decente e as que eles moravam, associando a ideia de mudança desse desafortunado cotidiano ao voto. Não por acaso, a lição é finalizada com a data 13 de maio, em que se procurava associar o cotidiano das massas ao de um escravizado preso pelos interesses das oligarquias pernambucanas. Outra faceta subjacente ao último item se referia ao posicionamento dos dirigentes do MCP ao referendar, sem qualquer problematização, o dia 13 de maio como uma data cívica. Os intelectuais mcepistas consideravam o poder do Estado no Brasil como o poder

histórico por excelência. Eles não se desvinculavam da tradição intelectual que concebia que o homem só se configurava histórico quando referendado pelo Estado³⁶². A falta de um item que procurasse evidenciar as determinantes que levaram a Nação brasileira a se posicionar a favor da abolição denota a importância que o aparelho de Estado tinha para essa intelectualidade pernambucana nos anos 1960. Sem perder vista o viés da luta política institucionalizada, a ideia de explorar a temática da opressão, da desurbanização das favelas e alagados, bem como de tudo aquilo que subjugava o povo pernambucano estavam presentes nas lições do *Livro de Leitura para Adultos* do Movimento. Analisemos a lição nº 46:

Açúcar	Pernambuco
Açúcar	Pernambuco
engenho	enxada
engenho	enxada

- A base da economia de **Pernambuco** é o **açúcar**.
- O lavrador ainda cultiva o campo com a **enxada**.
- O camponês do **engenho** do **açúcar** planta e corta a cana.
- A casa do povo do alagado é mocambo.
- Sua vida é difícil e insegura.
- Agora o camponês luta por seu sindicato.

O sindicato defende o camponês!

Nela, por meio das palavras-chave apresentadas, procurou-se enfatizar o modo rudimentar do trabalho praticado pelos camponeses pernambucanos. A lição enfatizava o fato de o trabalho nos engenhos não terem sido modernizados com o passar do tempo e como os camponeses ainda estavam reféns dos latifundiários nesse meio de século XX. O objetivo era conscientizar as camadas populares em processo de alfabetização que o meio de que eles dispunham para refutar essa herança era se unindo em classe e passando a agir em grupos organizados, pois o homem isolado não tinha força política diante do poderio dos latifundiários. Essa diretriz procurava veicular que um povo unido e politizado não deixava espaço para os desmandos dos fazendeiros e passava a exigir deles as medidas necessárias para uma vida digna. No *Livro de Leitura para Adultos* do MCP, as formulações apresentadas nas lições deixavam pouca margem para elaborações mais

³⁶² Ver a respeito desta tradição intelectual: CHAUI, Marilena. O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.

livres por parte das camadas populares. Os temas escolhidos, as problemáticas trabalhadas, as terminologias usadas, tudo concorria para o objetivo de conscientizá-las de que a situação de opressão vivida no campo e na cidade não era algo inerente à sociedade. As lições do livro foram concebidas como uma espécie de suporte, cuja tarefa era unificar politicamente os setores populares. Esse posicionamento era animado pela crença de que a unidade política dos vários setores que aspiravam por transformações político-sociais catalisaria as reformas sociais desejadas pelos setores progressistas da capital pernambucana.

O MCP atuou para organizar politicamente os setores populares também por meio do entrelaçamento entre diversão e educação. Essas ações foram conduzidas nas Praças de Cultura. A finalidade desses espaços era potencializar, a partir do estímulo da apreciação crítica e adequada das apresentações de cinema e televisão, bem como dos demais meios coletivos de comunicação, a capacidade dos populares de questionar por si mesmos as informações produzidas pela ordem estabelecida. Na visão dos idealizadores das Praças, melhorar qualitativa e quantitativamente o fluxo dessas atividades no interior das comunidades iria contribuir para que os populares se indisciplinassem contra a máxima que previa que os setores marginalizados da sociedade deveriam acatar que outras pessoas soubessem melhor do que eles próprios o que lhes convinham. As Praças de Cultura procuraram oferecer a população as mais variadas oportunidades para emprego do tempo livre, tendo em vista:

1. Favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, por meio de debates públicos que, quando possível, deveriam ser feitos com a participação dos núcleos populares.
2. Desenvolvimento da capacidade cultural do povo, por meio de: teatros, programas de TV, cineclubes, clubes de literatura – Biblioteca, Ciclo de pais, esportes, etc.³⁶³

Essas iniciativas buscaram:

Estimular no povo, um sentido de iniciativa própria e autoconfiança, único meio de convencer este mesmo povo de que ninguém, senão ele, pode realizar a tarefa de sua emancipação³⁶⁴.

³⁶³ Inquérito Policial Militar nº 709-3. O comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

³⁶⁴ Depoimento dado pela coordenadora do projeto das Praças de Cultura, Silke Weber, ao jornal Última Hora do dia 16 de agosto de 1962. p.3.

O engajamento das camadas populares nas atividades desenvolvidas nas Praças levaria a agregação de um espírito comunitário aos arrabaldes da cidade do Recife. Essa experiência comunitária até aquele momento não havia sido experimentada. Esses espaços já eram utilizados para apresentações de festas populares, mas a população que para lá afluía não se pensava como um todo político. Nesse sentido, as ações promovidas nas Praças buscaram despertar no interior das comunidades o interesse por uma forma de organização coletiva que contribuísse para solucionar as dificuldades individuais de cada morador dos bairros onde as ações eram levadas a cabo. Os bairros assistidos por essa experiência foram: Iputinga, Várzea, Casa Amarela, Jardim São Paulo, Torre e Beberibe. A partir deles, os intelectuais mcpistas buscaram estabelecer valores que pudessem pôr em cena uma nova realidade a partir daquilo que eles chamavam de *promoção integral*³⁶⁵ dos setores populares.

As Escolas Radiofônicas foram outro elemento importante na dinâmica de desenvolver um espírito comunitário nos bairros periféricos da cidade do Recife³⁶⁶. A estratégia de utilizar o rádio, que tinha uma significativa inserção nos lares pernambucanos, conseguiu levar as discussões travadas em salas de aula, praças, bem como nos núcleos populares para dentro das residências. Essas escolas proporcionaram ao MCP atingir todos os públicos com suas ações. Na etapa inicial, o projeto contou com programas veiculados em transmissões diárias pela Rádio Clube de Pernambuco e pela Rádio Continental, as duas rádios mais populares da cidade do Recife. O modelo dessas transmissões era semelhante ao do sistema SIRENA: veicular rádio-aulas em horários em que a população pobre dispusesse de tempo para acompanhá-las. Em uma segunda etapa, as Escolas Radiofônicas foram instaladas em postos fixos. Essa estratégia de ação ampliou a equipe envolvida no projeto com membros da própria comunidade de onde as

³⁶⁵ Essa concepção de promoção integral era inspirada a partir das ideias elaboradas pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret. Ver a respeito dessa concepção: BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. Op. cit.

³⁶⁶ O sucesso desse setor estava vinculado ao domínio das técnicas que foram utilizadas para educar as massas instrumentalizando o rádio como principal ferramenta. Conhecimento gerado pela influência das iniciativas do bispo católico Eugênio Araújo Sales, que no fim dos anos 50 organizou o chamado "Movimento de Natal" e criou a rádio de educação rural de Natal inspirando-se na experiência das escolas radiofônicas criadas na Colômbia pelo padre Salcedo. O "Movimento de Natal", criado pelo bispo Eugênio Sales se transformou mais tarde no Movimento de Educação de Base, MEB. Ver, a respeito das escolas radiofônicas do MEB, CARVALHO BORGES, L. B. Comunidades de base (CEBES) en el Brasil. In: *Recollectio*, 16 (1993), p. 111-112.

transmissões eram veiculadas. Essa dinâmica proporcionou já nos primeiros meses de atividade a ida das Escolas ao encontro das Igrejas e sociedades de bairros.

Escolas Radiofônicas em sociedades – 41; em Igrejas – 8 (protestantes 3, católica 4, e centro espírita 1); e, em prédios da prefeitura – 3; num total de 52 funcionando ainda, sem rádio, mais 4, sendo 3 em sociedades de bairro e 1 em igreja, perfazendo, então, um total de 56 escolas, subordinadas ao setor³⁶⁷.

Desse modo, a experiência educativa estimulou o desenvolvimento de uma consciência crítica em amplos setores das comunidades periféricas da região metropolitana da cidade do Recife. Esse fato por si só já cumpriria um papel político fundamental. Mas não foi a única forma que as Escolas Radiofônicas politizaram as massas recifenses. Elas ampliaram o alcance do espírito comunitário na medida em que suas iniciativas contribuíram para que os setores populares passassem a se ver como partícipes de uma mesma conjuntura e que só conseguiriam sair dela a partir do trabalho em conjunto. Dito de outra forma, essas ações concorreram, na mesma linha das Praças de Cultura, para que as camadas populares passassem a se pensar como grupo que, se unido, teria uma força política expressiva.

No campo artístico-cultural – teatro, cinema, música e artes plásticas – as representações desse fenômeno político também podem ser observadas. A política cultural levada a cabo por meio desses setores logrou uma posição de destaque na politização das massas pernambucanas, fosse utilizando-se do suporte dado ao projeto de Educação de Adultos, fosse pelas próprias políticas concebidas nos seus quadros. No setor de teatro, por exemplo, estas representações se configuraram em um teatro engajado politicamente. A partir da influência do Teatro de Arena de São Paulo, essa perspectiva filiava-se a uma concepção artística que até então era rechaçada pelos grupos teatrais pernambucanos desse meio de século XX³⁶⁸. Os encenadores que detinham maior

³⁶⁷ Idem. p. 2.

³⁶⁸ Cf. Documento intitulado Boletim da Revolução, o Teatro de Arena surgiu em 1952, quando alguns alunos da Escola de Arte Dramática de São Paulo resolveram criar um teatro que pudesse, facilmente, se deslocar facilitando assim a apresentação de espetáculos em Escolas, Faculdades, fábricas, sindicatos, museus etc. O Arena defendia uma concepção de teatro pautada em um comprometimento que visa direcionar o teatro brasileiro rumo a uma dramaturgia própria, autêntica, que se desvinculasse do hábito de imitar os atores e diretores estrangeiros. Uma dramaturgia que fosse realizada como reflexo das problemáticas brasileiras e que traduzisse, nos palcos, as necessidades da grande massa proletarizada. Na segunda metade dos anos 1950, o Arena criou um Seminário de Dramaturgia, onde surgiram várias das suas peças de cunho nacionalista: *Chapetuba F.C.*, de Oduvaldo Vianna Filho, *Gente como a gente*, de Roberto Freire, *A farsa da esposa perfeita*, de Edy Lima, *Fogo Frio*, de Benedito Rui Barbosa e *Revolução na*

expressão no cenário local e nacional defendiam que a dramaturgia jamais poderia deixar-se contaminar por interesses políticos. Ora eles se posicionaram a favor da arte pela arte, como foi o caso do teatro de Valdemar de Oliveira³⁶⁹, ora por uma arte de caráter popular, mas sem militância político-ideológica, como foi para o teatro de Hermilo Borba Filho³⁷⁰.

Para o TCP (Teatro de Cultura Popular) do MCP, a busca por uma expressão artística autenticamente do povo não poderia ficar restrita à valorização das tradições populares, dos contos, dos mitos e do romanceiro nordestino, mas deveria enveredar-se pela luta política, pelo posicionamento político-ideológico. O objetivo era fazer da manifestação artística o reflexo do espírito combativo de homens e mulheres do povo, que à época lutavam contra as forças reacionárias da elite política local. Dessa forma, as atividades teatrais do TCP procuraram manifestar, por meio de peças, autos e jograis, que o povo nordestino estava pronto para ser despertado e canalizado para a luta reformista nacionalista. No cartaz da peça *A Derradeira Ceia*, de Luiz Marinho, encenada pelo TCP em 1962, trazia nítida essa perspectiva. Nele, o diretor do espetáculo, Luiz Mendonça, resumiu a obra da seguinte forma:

A peça

A guerra de Canudos (sic) nos longínquos sertões da Bahia, temos certeza disso hoje, foi o resultado de uma política agrária injusta e que os homens da república nascente não souberam compreender. Bandos de fanáticos tendo como tema místico as figuras de Cristo e Pedro II andaram por aquelas terras ressequidas implorando de armas e rosário

América do Sul, de Augusto Boal, entre outras. A cooperação entre este e as atividades teatrais desenvolvidas pelo MCP foram profícuas durante todo o período em que o Movimento pernambucano esteve em atividade. Estabelecendo-se, inclusive, uma assistência técnica de Nelson Xavier aos empreendimentos teatrais do MCP. APGC.

³⁶⁹ Homem de teatro, Valdemar de Oliveira foi durante anos diretor do Teatro Santa Isabel, exercendo também atividades no meio jornalístico de crítica teatral. Conciliando essas atividades com a liderança que exercia no TAP (Teatro de Amadores de Pernambuco), onde defendia a tese de que “uma fórmula que procurasse reunir teatro e povo era algo de contraditório nos próprios termos”. A seu ver, “(...) teatro é exclusivamente uma expressão de arte. E esta, por definição, em suas formas mais elevadas, só é acessível à fruição e apreciação daqueles poucos cultivados em seus sentidos, dotados de uma aprimorada e apurada sensibilidade. Povo, portanto, não tem nada a ver com essa equação”. Ver, a respeito, TEIXEIRA, Flávio Weinstein. O movimento e a linha: presença do teatro do Estudante e d’Ográfico Amador no Recife. Op. Cit. p 110.

³⁷⁰ Hermilo Borba Filho, autor, encenador, professor, crítico e ensaísta, foi o principal expoente do TEP (Teatro do Estudante de Pernambuco) e do TPN (Teatro Popular do Nordeste). Suas teses defendiam uma reação contra um teatro acadêmico, sem ligação com a realidade. Grupos que procuraram valorizar as tradições nordestinas, mas que, por outro lado, posicionaram-se, sobretudo o TPN, “contra a arte engajada (...)”. Arte que, segundo suas concepções, “agrega ao universo da obra o corpo estranho da tese, para fazer do espetáculo um libelo interessado”. Hermilo foi um dos sócios-fundadores do MCP, mas dado o caráter político do Movimento, que ele julgava espúrio, afastou-se em seguida e passou a militar contra todas as suas atividades. O desfecho disso foi a peça de sua autoria *A Bomba da Paz*, que procurou desqualificar todas as iniciativas do MCP. Idem, p.163-166.

em punho uma justiça social que não desfrutaram por lhes serem roubadas as vidas pelas balas assassinas dos “macacos”.

Notemos como nesse trecho da apresentação da peça, o autor procurou dar ênfase ao caráter heroico dos sertanejos que deram a vida por uma política agrária justa. Era essa expressão de coragem e determinação, que em diferentes momentos e por diferentes sujeitos emanaram das reivindicações populares, algo que deveria ser explorado nas encenações teatrais do TCP. Vejamos como essa ideia foi trabalhada na segunda parte do texto:

Um pouco mais de trinta anos depois, próximo às terras da heróica Canudos, outros bandos surgiram, com menos mística e mais intento de represália pela justiça social que lhes era negada. Lampião com todo o cotejo de males que impôs a muitas inocentes famílias nordestinas, não foi o responsável pelos crimes que praticou. Foi vítima do meio social em que viveu. Lampião foi o símbolo da rebeldia praticou o mal contra os inocentes que se tornaram assim, vítimas não de Lampião e seus fiéis seguidores, mas das contradições existentes em nossa sociedade.

Dois direcionamentos se sobressaem nesta segunda parte. O primeiro, dando prosseguimento à argumentação central do texto, é o destaque dado à bravura daqueles que se rebelaram contra a ordem estabelecida, o que, por sua vez, provocava o leitor a conceber uma linearidade revolucionária dos setores populares. O segundo é a ênfase dada ao caráter violento de Lampião como fruto das desigualdades sociais de sua época. O que intencionava explorar a ideia de que todos os males que assolavam a sociedade não tinham causas isoladas, mas eram filhos diletos de práticas sociais injustas. Conduzir as encenações teatrais nessa linha argumentativa fazia parte do esforço daqueles que compunham o teatro do MCP:

“A Derradeira Ceia” retrata em linhas simples e com um diálogo vivo, quanto autêntico, aspectos da vida de Lampião e seu bando. Aborda fatos que se universalizaram não somente no seu espírito de rebeldia, mas também na particularidade dos implicados nos fenômenos. Saturnino, Nazinha, Lampião, Maria Bonita e todo o bando, formam o complexo fenômeno do cangaceirismo, filho dileto e inesperável de uma política agrária que não evoluiu de acordo com o desenvolvimento da sociedade³⁷¹.

Esse empreendimento inseriu uma nova concepção estética ao teatro pernambucano ao articular popularização à militância político-ideológica. Para o TCP,

³⁷¹ Texto de Luiz Mendonça, teatrólogo diretor da Divisão de Teatro do MCP. Este escrito foi publicado pelo MCP para divulgação do repertório das suas peças. APGC.

assegurar ao povo peças de alto nível artístico impregnadas de teor político era seu principal objetivo.

O teatro é uma arte completa. Reúne todas as artes: a música, a dança, a mímica, o canto, a poesia, a pintura, a escultura e mesmo o cinema. É um meio de educação do povo.

(...)

O MCP leva o teatro ao povo!³⁷²

Para tanto, o MCP, em conjunto com a prefeitura da cidade do Recife, formulou uma nova política teatral que consistia em:

Criação recente da Comissão de Teatro; a instituição de uma verba específica de auxílio ao Teatro, no Orçamento municipal; abolição dos impostos sobre teatro; a instauração de um fundo rotativo para o teatro; a publicação de um boletim mensal sobre a vida teatral; a criação de um museu do teatro; a realização anual do Festival de Teatro do Recife e do Festival do Interior de Pernambuco; a inauguração do teatro do Arraial Velho (primeiro ao ar livre) e do Teatro do Povo (primeiro ambulante); a publicação do catálogo Coletivo de Teatro da Cidade do Recife, unificando as bibliotecas especializadas e permitindo o planejamento da aquisição; a planificação da pauta anual de teatro, no Recife; a instituição de preços populares; a restauração das velhas casas de espetáculos: o Teatro Santa Isabel e o Teatro do Parque, ambos da Prefeitura do Recife³⁷³.

Essas iniciativas buscaram aproximar o teatro pernambucano do público mais popular a fim de que o teatro politizante melhor servisse às causas políticas. Dito de outra forma, o MCP transformou os teatros, salões e sedes dos grupos teatrais em verdadeiras colmeias febris. Nos setores de cinema e de música, as realizações também foram significativas e ambiciosas. No cinema, as atividades consistiam em: realizar encontros nas comunidades para assistir a projeções cinematográficas; fomentar uma cultura museológica dedicada ao cinema do Nordeste; manter em funcionamento cine-clubes; contribuir para a formação de quadros aptos a realizar filmes de curta-metragem ou experimentais sobre temas nordestinos; e promover estudos sobre os problemas cinematográficos da região nordestina. Essas iniciativas contaram com o apoio de diversas instituições, inclusive da Cinemateca Brasileira³⁷⁴.

³⁷² IPM UNE-UBES/Pernambuco. Op. cit., p. 519.

³⁷³ Significação do I Festival de Teatro do Recife. Documento confeccionado pelo MCP para descrever as realizações do Festival e seus desdobramentos. APGC.

³⁷⁴ Cf. Minuta do Convênio entre a Fundação Cinemateca Brasileira e o Movimento de Cultura Popular para o desenvolvimento cultural cinematográfico do Recife e Pernambuco. APGC.

A partir dessa política cinematográfica, o MCP procurou desenvolver, em todos os arrabaldes recifenses, uma profícua cultura cinéfila, cujo objetivo era colocar esta expressão artística a serviço da politização das massas. Em grande medida, esse objetivo era alcançado por meio de projeções realizadas nos subúrbios da cidade do Recife, em que os filmes apresentados eram preponderantemente de caráter político-educativo. Mas não só por isso. O caráter politizante desse cinema estava também na relevância dada às problemáticas do Nordeste, sempre em primeiro plano em suas incursões dentro e fora da película. A valorização dessa temática não era por acaso. Na medida em que esse cinema colocava as chagas nordestinas em evidência, isso possibilitava ao cinema do MCP demonstrar que os interesses das nações imperialistas estavam ligados diretamente à situação de miséria na qual o povo simples estava imerso.

Sendo assim, trabalhar os infortúnios que assolavam as massas, fosse filmando, como ocorreu em *Cabra Marcado para Morrer*³⁷⁵, fosse utilizando-se tão somente das projeções realizadas nas comunidades periféricas, visava equacionar, por meio da linguagem cinematográfica, os problemas fundamentais com que se defrontava o povo. Esse empreendimento possibilitava às camadas populares interpretar social e culturalmente a sociedade da qual faziam parte. O movimento em direção à instrumentalização dos aspectos da cultura nordestina como meio de politização do homem do povo, visto tanto no teatro, como no cinema do MCP, também era uma característica candente do setor musical³⁷⁶.

Na música, essa perspectiva configurou-se através da valorização do folclore regional, expressão popular que proporcionou ao Movimento a inserção desejada nos círculos populares das comunidades periféricas da cidade do Recife. O entrelaçamento entre as expressões folclóricas e o setor de música do MCP contribuiu para conscientizar as massas por meio de expressões que em sua essência não representavam e nem estimulavam a ascensão das classes proletarizadas. Esses limites foram superados por meio da capacitação política dos técnicos e dos alunos que participaram dos cursos livres e regulares de formação artística, bem como dos cursos de instrumentos, musicalização e canto. A partir dessa capacitação, as apresentações dos corais, dos conjuntos folclóricos, dos conjuntos de dança e dos conjuntos instrumentais passaram a difundir uma mensagem

³⁷⁵ Documentário produzido pelo MCP em parceria com o CPC do Rio de Janeiro. O filme consiste em trazer para tela do cinema a violência imposta pelos latifundiários nordestinos às Ligas Camponesas.

³⁷⁶ Ao nos referimos ao setor de música do MCP, fazemos referência à dança, canto e música popular.

que codificava a vivência cotidiana dos setores populares e a utilizava para a conscientização do povo.

Com implicações do mesmo modo importantes, as atividades do setor de artes plásticas e artesanato expressaram igualmente esse fenômeno político. Nada escapou de representar a posição político-ideológica das correntes que compunham o MCP. A rigor, não poderia ser diferente com essas manifestações artísticas, tendo em vista que a ideia de politizar as massas era algo que borbulhava na cabeça de todos os dirigentes-fundadores do Movimento. A ideia se expressava nas artes plásticas por meio da mobilização empreendida no sentido de popularizar essa manifestação artística estimulando a capacidade criadora popular, contribuindo para o desenvolvimento artístico do artesanato e estimulando o diálogo com as famílias de baixa renda por meio de cursos de desenhos, pintura, gravura, fantoches, cestaria, cerâmica e estamparia, entre outras atividades.

Essas atividades possibilitavam definir nesse setor uma linha realmente popular de orientação. Ao mesmo tempo, trazia à luz, para todos os participantes desses cursos, as possibilidades geradas com o aprendizado desses ofícios, bem como o espírito que presidia as realizações do MCP que consistia em romper com as limitações de uma arte cuja orientação se desvinculava do trabalho e da vida do povo. Esse esforço buscava incentivar em solo pernambucano uma nova concepção de artes plásticas. Uma arte que fosse capaz de atender as demandas e aos anseios da coletividade, assistindo-as e as provendo de tudo que fosse necessário ao seu bem-estar³⁷⁷. As atividades do setor de artes plásticas e artesanato buscaram, assim, desenvolver no povo uma consciência crítica da realidade brasileira para, com ela, partir organizados em direção às soluções concretas para tirar o Estado do julgo político das poucas famílias endinheiradas que comandavam a política pernambucana.

A representação do fenômeno político em todas essas ações evidenciava a crença que os intelectuais mcepistas tinham na força política do homem do povo. Faceta de um Movimento que não procurou somente dar poder de voto aos analfabetos, mas, sim, educá-los para que eles pudessem imprimir ao estado de Pernambuco uma nova concepção de sociedade, uma sociedade em que não fosse mais cabível a exploração dos setores abastados sobre as classes populares. Essa postura se fundamentava no entendimento de que as reformas políticas, econômicas e sociais desejadas pelos setores

³⁷⁷ Para os intelectuais do MCP, o bem-estar da população estava atrelado à justiça social, à harmonia, ao equilíbrio e igualdade nas relações entre todos os homens e mulheres.

progressistas seriam levadas a cabo pela síntese do trabalho dos intelectuais mcepistas em articular os bens culturais e a experiência prática das massas. Uma leitura *sui generis* de um humanismo cristão que previa que “La culture naît de la vie et retourne à la vie...L’humanisme nouveau n’est pas une conception a priori, il est simplement un ensemble de principes qui s’exprime dans un style de vie personnel et collectif: il est la base d’une culture commune”³⁷⁸.

Esse percurso que realizamos nos primeiros capítulos desta tese nos leva a investigar as redes intelectuais criadas na cidade do Recife a partir das reflexões e ações com vistas a superar o subdesenvolvimento regional. Interessa-nos analisar os fatores que contribuíram tanto para a formação dessas redes quanto para a formação dessa nova sensibilidade em relação à pobreza nesse meio de século XX.

³⁷⁸ Essa perspectiva foi assim definida pelos intelectuais do Peuple et Culture, a principal referência para os princípios que informaram o MCP. Ver: CHOSSON, Jean-François. Peuple et Culture: 50 ans d’innovation au service de l’éducation populaire. Op. Cit. **Tradução da citação:** “A cultura nasce da vida e volta à vida... O novo humanismo não é uma concepção a priori, é simplesmente um conjunto de princípios que se expressa num estilo de vida pessoal e coletivo: é a base de uma cultura comum”

Capítulo IV: As redes intelectuais da cidade do Recife em torno da questão do subdesenvolvimento nordestino

As elites regionais brasileiras seguiram até a década de 1940, via de regra, o mesmo caminho formativo: cursos superiores profissionalizantes em áreas como direito, medicina e engenharia. Nos principais centros urbanos do país, as classes dirigentes eram formadas pelos filhos dos ramos pobres e falidos da aristocracia agrária, por funcionários públicos e por alguns poucos escritores profissionais ligados ao mercado literário e à imprensa. A boemia, as organizações partidárias, os clubes e as academias literárias diletantes – Institutos Históricos e Academia de Letras – eram os espaços privilegiados de sociabilidade para os intelectuais que compunham essa classe dirigente, principalmente os que se lançaram a essa posição a partir da década 1920³⁷⁹. Esse paradigma do intelectual oligárquico modernista³⁸⁰ entrou em declínio com o surgimento das universidades, dos institutos de pesquisa e da burocracia cultural e técnica do Estado³⁸¹. Esses espaços, sobretudo no pós-guerra, passaram a exigir uma especialização maior que a do velho intelectual generalista e bacharelesco. No Recife, como vimos de analisar ao longo dos capítulos anteriores, esse *intelectual de novo tipo* surge atrelado à uma nova sensibilidade em relação à pobreza. Essa evidência nos leva a analisar o perfil dos intelectuais que contribuíram para colocar a questão do subdesenvolvimento na ordem do dia nesse meio de século XX.

4.1. A elite intelectual do subdesenvolvimento

As análises deste capítulo se baseiam na biografia coletiva de quarenta e três intelectuais. A seleção dos biografados seguiu o seguinte critério: além dos perfis de Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto e Manuel Correia de Andrade, analisamos as trajetórias pessoal e profissional de intelectuais que compunham a direção e a estrutura

³⁷⁹ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁸⁰ Sobre o intelectual modernista que oscilou entre o conservadorismo e o radicalismo, ver: NAPOLITANO, Marcos. O longo modernismo: reflexões sobre a agenda político-cultural do século XX brasileiro. *REVISTA VÓRTEX*, v. 10, p. 1-23, 2022.

³⁸¹ Conforme os autores que enfatizam em suas obras a formação de uma intelectualidade moderna e acadêmica a partir das conexões entre a Universidade de São Paulo - USP e o intelectual modernista oriundo das elites agrárias e das funções na pequena burocracia do Estado. A esse respeito ver: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. Op. Cit., 2008; MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. Op. Cit., 2001; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. Op. Cit., 2015; PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

científica do Instituto Joaquim Nabuco; de professores das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife; de intelectuais que compunham a estrutura diretiva do Movimento de Cultura Popular; bem como de técnicos que ocupavam algumas das mais destacadas diretorias da Sudene. Nossa abordagem não alcança a totalidade dos intelectuais que refletiram sobre a pobreza e o subdesenvolvimento a partir desses espaços de sociabilidade. No entanto, a amostra de quarenta e três personagens nos possibilita uma margem expressiva de dados para analisar o perfil coletivo da elite intelectual do subdesenvolvimento.

Em 1961, em pesquisa realizada pelo IJPS, o geógrafo Levy Cruz apontou que, em meados desse século XX, mais da metade da população recifense era composta por pessoas oriundas do interior de Pernambuco e de outros estados³⁸². A capital pernambucana se caracterizava como um ponto de junção para pessoas de diferentes classes sociais. A partir da amostra que estamos analisando, a elite intelectual do subdesenvolvimento tinha a seguinte distribuição por lugar de nascimento:

	Quantidade	Porcentagem
Interior de Pernambuco:	11	25,6%
Outros estados:	13	30,3%
Recife:	19	44,1%
Total	43	100%

Desse total, os municípios do interior do estado de Pernambuco de maior migração para o Recife estavam situados na Zona da Mata. Dos onze intelectuais que nasceram no interior do estado, nove eram oriundos dessa mesorregião. Vejamos o caso do geógrafo Mário Lacerda de Melo³⁸³. O intelectual nasceu em 2 de julho de 1913, no município de Água Preta, distante 127 quilômetros do Recife. Filho de um proprietário de terras local, Mário Lacerda migrou para a capital com treze anos de idade. Nessa faixa etária, a aristocracia agrária pernambucana enviava os filhos para estudar no Recife. Lacerda se

³⁸² CRUZ, Levy. As migrações para o Recife IV: caracterização social. Op. Cit., 1961.

³⁸³ As informações biográficas a respeito da trajetória de Mário Lacerda de Melo se fundamentam em: Entrevista de Mário Lacerda de Melo ao “Projeto Mário Lacerda” do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: agosto de 2000; bem como nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Mário Lacerda de Melo. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE. Além de informações fornecidas por Norma Lacerda, filha do geógrafo Mário Lacerda, ao autor desta tese.

beneficiou do fato de sua família ainda dispor, à época, de recursos financeiros. Em 1935, ele realizou um novo deslocamento. Depois de concluir o curso de Direito, na Faculdade de Direito do Recife, o advogado recém-formado migrou para o Rio de Janeiro com o objetivo de seguir carreira diplomática. No entanto, a morte do pai, em 1938, obrigou o jovem intelectual a retornar para Pernambuco para assumir os negócios da família.

Para a aristocracia agrária remediada, o cenário econômico do início da década 1940 não era favorável aos seus interesses de classe. Esse panorama levou Lacerda, inicialmente, a concorrer a uma vaga de professor catedrático de geografia humana no Ginásio Pernambucano, em 1939. A tese, *Pernambuco, Traços da sua Geografia Humana*, não foi aprovada no concurso. No entanto, o intelectual conseguiu aproveitá-la para assumir uma vaga como técnico do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1941. Na sede da autarquia, no Rio de Janeiro, Lacerda teve a primeira experiência colaborativa com uma equipe multidisciplinar. Na capital federal, em parceria com economistas, sociólogos, juristas entre outros especialistas, trabalhou na elaboração do *Estatuto da Lavoura Canavieira-ELC*, decreto-lei de 21 de novembro de 1941, que instituía norma sobre a produção e fornecimento de cana-de-açúcar.

Essa lei buscava equilibrar os espaços econômicos da produção canavieira nacional³⁸⁴, uma estratégia política e econômica do governo federal para evitar o colapso do sistema produtivo do Nordeste. O *Estatuto da Lavoura Canavieira-ELC*, bem como as demais iniciativas do IAA, visavam proteger os interesses da classe produtora nordestina. O geógrafo pernambucano contribuiu efetivamente para os projetos do IAA no âmbito técnico e com estudos sobre o complexo econômico e social do Nordeste. No período em que a aristocracia agrária pernambucana acentuava suas perdas econômicas e passava a depender cada vez mais do estado para sobreviver enquanto classe, Mário Lacerda conciliou projeto de se tornar um intelectual reconhecido, refúgio profissional nas hostes do estado para sobreviver economicamente e defesa dos interesses políticos e econômicos da classe da qual era oriundo. Lacerda permaneceu por sete anos no Rio de Janeiro. A mudança definitiva para o Recife ocorreu em 1948, quando o intelectual pernambucano foi transferido para a delegacia do IAA em Pernambuco.

Do grupo dos intelectuais do subdesenvolvimento que migraram da Zona da Mata para o Recife, havia mais três herdeiros da aristocracia agrária pernambucana: Manuel Correia de Andrade, Rachel Caldas Lins e Luiz Marinho Falcão Filho. O primeiro,

³⁸⁴ Meira, Roberta Barros. *Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)*. 2007. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade de São Paulo.

nascido em 3 de agosto de 1922, no município de Nazaré da Mata, distante 64 quilômetros do Recife. Manuel Correia migrou para o Recife com dez anos de idade. As transformações políticas e sociais decorrentes da Revolução de 1930 marcaram significativamente a sua formação intelectual, sobretudo durante os anos em que era estudante da Faculdade de Direito do Recife, de 1941 a 1945. O acesso às discussões políticas promovidas pela principal corporação estudantil de oposição à ditadura varguista na capital pernambucana constituiu uma espécie de escola de formação intelectual e ideológica para Manuel Correia. Nesses anos, o tema da ausência de liberdades democráticas pautava o debate da oposição estudantil ao regime varguista na Faculdade de Direito do Recife³⁸⁵. Dessa militância universitária, muitos estudantes passaram a atuar em partidos políticos. Em 1945, Manuel Correia se filiou ao Partido Comunista. Para ele, o partido representava um símbolo de resistência às opressões políticas do regime de Getúlio Vargas³⁸⁶. Essa atuação político-partidária durou pouco. Manuel Correia não se adaptou às rígidas normas do partido. Encerrou sua militância partidária seis meses depois de tê-la começado. Essa vitalidade política, sempre à esquerda do espectro político, acompanhou Manuel Correia ao longo de sua trajetória intelectual. O deslocamento para o Recife transformou o “menino de engenho”³⁸⁷ em um intelectual estranho à sua própria classe³⁸⁸.

Na capital pernambucana, esse “conhecimento situado” variava em uma escala temporal pequena³⁸⁹. Para os meninos e meninas de engenho que migravam para o Recife

³⁸⁵ ALVES, Antônio de Brito. O estudante Demócrito e a Campanha da redemocratização na Faculdade de Direito do Recife. Recife: Tipografia Marista, 1977; GOMINHO, Zélia de Oliveira. Cidade vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955. 2011. Tese - (Tese em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

³⁸⁶ A respeito dos mecanismos mobilizados por Getúlio Vargas para reprimir os comunistas a partir de 1935, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002. Cabe destacar que o autor não concentra suas análises no período do Estado Novo, mas dimensiona de forma acurada a montagem do aparato repressivo que reverberou durante a ditadura estadonovista. Sobre as estratégias políticas do PCB durante o Estado Novo, ver: RIBEIRO, David Ricardo Souza. A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o PCB e a construção de um caminho alternativo. 2022. (Tese em História) – Universidade de São Paulo.

³⁸⁷ Referência ao romance de José Lins do Rego: Menino de engenho. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1932. Em documentário do acervo da Fundação Joaquim Nabuco, o ilustre geógrafo mobiliza a famosa figura literária de José Lins do Rego para falar de sua infância no engenho do pai. Ver: "Casa de Manuel Correia". Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

³⁸⁸ Vide as análises desenvolvidas no item 1.3 do primeiro capítulo desta tese.

³⁸⁹ Um dado período histórico pode ser experienciado e interpretado pelos atores que o vivenciaram a partir de distintos ângulos e tendências de pensamento. O sociólogo húngaro Karl Mannheim afirmava que para além dessa perspectiva, entre várias outras possibilidades que contribuem para o aparecimento de diferentes interpretações do mundo e diferentes formas de

na adolescência, o intervalo de uma década era suficiente para mudar de forma significativa como experienciavam as rápidas transformações políticas, econômicas, urbanas e sociais pelas quais passava a cidade do Recife a partir da década 1930. Rachel Caldas Lins, por exemplo, era uma espécie de intelectual híbrida³⁹⁰. A geógrafa nasceu em 21 de janeiro de 1932, no município do Cabo de Santo Agostinho, cerca de 34 quilômetros do Recife³⁹¹. O deslocamento para a capital pernambucana ocorreu no início da década de 1940. Em Pernambuco desse meio de século XX, as meninas de engenho ainda seguiam comumente duas opções: permanecer exclusivamente como donas de casa, mesmo aquelas que concluíam o curso de magistério; ou conciliar o matrimônio com atuação profissional de professoras de educação básica. Rachel Caldas seguiu outro caminho. A jovem estudante não ficou alheia às mudanças políticas e sociais da cidade do Recife, no período do pós-guerra. Os novos padrões de carreira intelectual que se seguiram na cidade do Recife ao fim do Estado Novo marcaram significativamente a sua experiência urbana na capital do estado.

Rachel Caldas passou a tomar contato com os principais debates intelectuais da cidade do Recife na medida em que soube acionar as relações sociais ao seu alcance. A amizade com Marly Arruda, segunda esposa do jornalista e escritor Mauro Mota, abriu as portas para um universo até então não experimentado. Em 1949, ano em que Marly Arruda e Mauro Mota se casaram, este era editor do prestigiado suplemento literário do *Diário de Pernambuco*. Essa posição profissional no cenário cultural pernambucano o colocava diante de uma rede extensa de interlocutores. O convívio de Rachel Caldas com o casal Marly e Mauro Mota levou a jovem estudante a ter contato, antes mesmo de entrar na universidade, com intelectuais como Gilberto Osório de Andrade, Amaro Soares Quintas, Valdemar Valente, Nilo Pereira, entre outros.

conhecimento, estava aquela informada pelo desempenho de gerações diferentemente situadas. Ver a esse respeito: MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Op. Cit., 1986. pg.291.

³⁹⁰ No contexto original, o termo designa os atores sociais que imigram de um lugar para outro, mas vivem “o íntimo da vida cultural e das tradições dos dois povos distintos”. Robert E. Park, “Human Migration and the Marginal Man”, *American Journal of Sociology*, 33, 1928: p.881-93, at 888, 892. Apud BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. Op. Cit. p. 33.

³⁹¹ As informações biográficas a respeito de Rachel Caldas se fundamentam na entrevista concedida pela intelectual ao projeto “Quatro Décadas de História”, da Fundação Joaquim Nabuco. A entrevista foi realizada em 23 de setembro de 1988; bem como nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Rachel Caldas Lins. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE. Além de informações fornecidas por familiares ao autor desta tese.

O envolvimento desses intelectuais do círculo de amigos de Mauro Mota com a instauração dos primeiros cursos da Faculdade de Filosofia de Pernambuco - FAFIPE exerceu influência decisiva na escolha da carreira que a menina de engenho decidiu trilhar. Rachel Caldas foi aluna da primeira turma do curso de Geografia e História da FAFIPE. Na universidade, a intelectual ampliou e consolidou sua rede de relações intelectuais. No início da década 1950, além das atividades curriculares no âmbito da universidade, os estudantes universitários frequentavam os cursos, palestras e conferências realizadas no Instituto Joaquim Nabuco. Essa vivência compartilhada era estimulada pelos professores que mantinham vínculos de amizade e de interesse pela pesquisa científica com Gilberto Freyre. Entre esses professores figuravam: Sylvio de Lyra Rabello, Mário Lacerda de Melo, Estevão de Meneses Ferreira Pinto, Olívio Bezerra Montenegro, Aníbal Gonçalves Fernandes, Amaro Soares Quintas e Gilberto Osório de Andrade. Esses intelectuais proporcionaram uma sólida formação a todos os alunos. Mas para Rachel Caldas, alguns desses intelectuais garantiram, igualmente, espaço para que a jovem intelectual conseguisse ascender aos postos de trabalho de maior prestígio intelectual à época: IJPS e Universidade do Recife.

Em 1956, com apenas dois anos de formada, Rachel Caldas já era professora da Escola Normal e do Colégio Estadual de Pernambuco. Apesar da atuação docente em instituições de prestígio no cenário local, o seu currículo era incipiente frente às experiências profissionais dos intelectuais que orbitavam em torno de Gilberto Freyre e do IJPS. No entanto, nesse ano, a intelectual realizou as primeiras pesquisas no âmbito dessa instituição. O convite partiu do geógrafo Gilberto Osório de Andrade e contou com o apoio de Mauro Mota que, naquele ano, havia sido nomeado ao cargo de Diretor-Executivo do Instituto Joaquim Nabuco. Essa experiência alçou a jovem geógrafa Rachel Caldas ao círculo dos intelectuais mais próximos de Gilberto Freyre. Mas mesmo na órbita de influência do autor de *Casa & Senzala*³⁹² e de ter preservado as ligações afetivas com sua classe de origem, Rachel Caldas não colocou sua produção intelectual à serviço da aristocracia agrária pernambucana.

³⁹² Livro publicado em 1933. Nele, o autor expõe suas análises a respeito da sociedade brasileira a partir de uma visão aristocrática, cujo fio condutor é a valorização da família patriarcal em detrimento dos conflitos sociais do período analisado na obra. Sobre as formas como as análises de Freyre servem ao sistema ideológico da classe dominante no Nordeste, ver: FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51.edição. São Paulo: Global, 2015.

Do mesmo modo, a experiência urbana converteu Luiz Marinho Falcão Filho em um tipo semelhante de intelectual híbrido³⁹³. O teatrólogo pernambucano nasceu no dia 8 de junho de 1926, no município de Timbaúba. Luiz Marinho não seguiu a tradição que sujeitava os herdeiros da aristocracia agrária pernambucana a realizarem o deslocamento para a capital do estado na adolescência. No seu caso, a migração ocorreu aos dezoito anos de idade. No período em que permaneceu em Timbaúba, cidade em torno de 100 quilômetros de distância da capital, Marinho realizou parte significativa de sua formação educacional. Nesse período, o rapaz não era afeito aos estudos. Ele passou por três instituições de ensino: Escola de Donana, Externato Timbaubense e Colégio Rui Barbosa. No entanto, chegou à maioridade sem ter concluído a educação básica. O deslocamento para o Recife ocorreu em 1944. Na capital, concluiu o ginásio no Colégio Carneiro Leão. Depois de finalizar o ciclo da educação básica, Marinho não ingressou em nenhuma carreira superior disponível naquele momento. Diferente dos herdeiros da aristocracia agrária que seguiam os estudos nas renomadas faculdades da capital ou ingressavam em postos de prestígio no serviço público, Marinho passou a trabalhar na Caixa Econômica Federal, em 1945, em uma posição profissional de pouco valor social à época.

Com o salário de funcionário da Caixa Econômica, Marinho passou a residir em uma pensão localizada na rua da Aurora, região central do Recife. Essa região concentrava a vida intelectual da capital pernambucana. Nela, além das instituições de ensino superior, havia os bares e cafés frequentados pela intelectualidade local. Entre estes, o Café Lafayette era o mais famoso reduto dos intelectuais da cidade. Mas havia também o Bar Lero-lero, frequentado pelos estudantes da Faculdade de Direito, bem como outros espaços espalhados pelos bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista³⁹⁴. Os aspectos decisivos da formação intelectual de Luiz Marinho foram adquiridos a partir da vida boêmia da capital pernambucana. Nos anos em que morou na pensão de Dona Quilá, Marinho conviveu sobretudo com jovens estudantes. Alguns frequentavam a pensão porque mantinham vínculos de amizade com os residentes. Como no caso de René

³⁹³ Anco Márcio e Igor de Almeida, estudiosos da obra teatral de Luiz Marinho, argumentam, da mesma forma, nessa direção. Ver a respeito: VIEIRA, Anco Márcio Tenório. *Luiz Marinho: O sábado que não entardece*. Prefácio Antônio Cadenge. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004; de Almeida Silva, Igor. *Réquiem à infância: um estudo sobre Um sábado em 30 e Viva o cordão encarnado de Luiz Marinho*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco. Destacamos, igualmente, que as informações biográficas a respeito do ilustre teatrólogo pernambucano se fundamentam, sobretudo, nas referidas obras citadas.

³⁹⁴ Sobre outros bares e cafés da cidade do Recife ver as indicações realizadas por: MOURA, C. A. S. *Os antigos cafés do Recife: a sociabilidade na capital pernambucana (1920-1937)*. RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 20, p. 97-107, 2012.

Barbosa³⁹⁵ e Carlos Pena Filho³⁹⁶. Outros, eram igualmente moradores da pensão, como Luiz Mendonça. Na segunda metade dos anos 1940, estes jovens estavam concluindo a educação básica em escolas da cidade do Recife. As noitadas ao pé do piano da pensão de Dona Quilá ou nos bares da cidade possibilitaram uma amizade duradoura entre eles, cuja diferença de idade era de mais ou menos cinco anos. Mas foram as afinidades culturais com Luiz Mendonça que direcionaram a carreira intelectual de Marinho.

O colega de pensão, cinco anos mais novo, era oriundo da cidade de Brejo da Madre de Deus, no Agreste pernambucano. Desde muito jovem, Luiz Mendonça tinha uma relação umbilical com as manifestações populares de sua região. No vilarejo de Fazenda Nova, onde sua família residia, a mãe de Mendonça era uma espécie de animadora cultural. Os pesquisadores Carlos Reis e Luiz Augusto Reis, em biografia escrita sobre Luiz Mendonça, destacam:

Dona Sebastiana era uma mulher de notável liderança como animadora cultural de Fazenda Nova. Não havia festa de carnaval, de São João, de Sete de Setembro ou de Natal e Ano Novo sem que Dona Sebastiana estivesse à frente de tudo, coordenando, organizando, tomando providências, decidindo, criando blocos de carnaval, dirigindo e inventando cantigas de pastoril, dirigindo pequenas encenações, enfim: fazendo viver e pulsar a cultura daquela comunidade distante e isolada, entre os anos de 1930 e 1963.³⁹⁷

O empenho e o entusiasmo da mãe contagiavam toda a família. Luiz Mendonça, desde criança, participava das iniciativas culturais de Dona Sebastiana. Durante a primeira infância, uma participação marcante ocorreu em dezembro de 1939. Nesse final

³⁹⁵ Renê da Costa Barbosa nasceu em Carpina (PE), em 8 de maio de 1932. Concluiu o curso de direito pela Universidade do Recife em 1958. Foi um compositor de destaque no cenário cultural pernambucano. A partir da década de 1960, Renê Barbosa se consagra um celebre compositor de frevos para o carnaval pernambucano. Conforme o “Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira”. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/rene-barbosa/>.

³⁹⁶ Carlos Souto Pena Filho nasceu no Recife em 17 de maio de 1928. Concluiu o curso de direito pela Universidade do Recife em 1957. Carlos Pena Filho foi um celebre poeta pernambucano. As primeiras incursões literárias foram publicações de sonetos e poemas em suplementos literários em jornais das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, a partir de 1947. Com sua poesia que retratava as mudanças urbanísticas pelas quais a cidade do Recife passava nesse meio de século XX, o poeta se tornou uma figura de destaque no cenário cultural local. Sobre as informações pontuais da vida e carreira de Carlos Pena Filho, ver: ANDRADE, Maria do Carmo. Carlos Pena Filho. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

³⁹⁷ REIS, Carlos & REIS, Luís Augusto. Luiz Mendonça: Teatro é festa para o povo. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005. (Coleção Malungo). pp.17-18. Frisamos que as informações biográficas a respeito de Luiz Mendonça se fundamentam na obra citada.

de ano, a matriarca da família dirigia um pastoril para a noite de Natal. O ator escalado para interpretar o personagem do “Velho” desfalcou o grupo por motivos de doença, pouco antes da apresentação. Dona Sebastiana substituiu o ator por Luiz Mendonça, naquele momento, com oito anos de idade³⁹⁸. A experiência nas atividades culturais desenvolvidas pela mãe marcou significativamente a formação intelectual de Luiz Mendonça. Na capital do estado, o seu interesse pelo teatro e pelas manifestações populares não arrefeceu. O jovem permaneceu envolvido com os projetos culturais desenvolvidos em Fazenda Nova. Luiz Mendonça voltava para sua terra natal nas férias e nos feriados prolongados. Algumas vezes acompanhado do amigo de pensão Luiz Marinho.

Essa amizade levou Marinho aos palcos. Primeiro, em participações no “Drama do Calvário”, em Fazenda Nova. Em 1951, Dona Sebastiana e o marido criaram um teatro ao ar livre para encenar os últimos momentos de vida de Jesus Cristo. Inicialmente, a ideia era movimentar o comércio local. Os pais de Luiz Mendonça eram comerciantes com alguns empreendimentos no vilarejo. No entanto, no final daquela década, o espetáculo teatral em Fazenda Nova atraía as atenções da intelectualidade recifense. A convite do amigo da pensão, Luiz Marinho desempenhou pequenas participações no “Drama do Calvário”. Essa experiência, e outras vivenciadas ao lado de Mendonça, reavivou suas lembranças de infância. Em 1960, Marinho ingressou no curso de Arte Dramática da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Recife. Ele não concluiu o curso superior, mas, naquele momento, já havia decidido os rumos de sua carreira intelectual.

Em 1961, Marinho escreveu sua primeira peça, *Um Sábado em 30*. Nela, o jovem dramaturgo, a partir de suas lembranças de menino de engenho, ficcionalizou os costumes, a religiosidade, a linguagem e as superstições dos homens e mulheres do campo. Esse viés, que ligava os textos do dramaturgo à cultura nordestina, informava o conjunto de sua produção artística³⁹⁹. Nesse início dos anos 1960, Luiz Mendonça já havia passado por diversos grupos teatrais do Recife e gozava de reconhecimento como ator e crítico teatral, além de ocupar uma posição de destaque nos quadros do Partido Comunista, cuja filiação ocorreu no início dos anos 1950. O trabalho realizado na cena cultural e política pernambucana nesse meio de século XX o alçou à direção da Divisão

³⁹⁸ Conforme entrevista de Luiz Mendonça a Yan Michalski, em 14/04/1974. Apud REIS, Carlos & REIS, Luís Augusto. Luiz Mendonça: Teatro é festa para o povo. Op. Cit.

³⁹⁹ de Almeida Silva, Igor. Réquiem à infância: um estudo sobre *Um sábado em 30* e *Viva o cordão encarnado* de Luiz Marinho. Op. Cit.

de Teatro do MCP, em 1960. O sucesso de crítica da primeira peça de Marinho, levou Luiz Mendonça a dirigir os textos do amigo no Teatro de Cultura Popular do MCP⁴⁰⁰. Desse modo, apesar de Marinho ser um herdeiro da aristocracia agrária e manter ligações afetivas com suas experiências de infância, sua produção intelectual contribuiu no processo de conscientização das massas populares, na perspectiva defendida pelo MCP.

Essas distintas mediações entre as experiências vividas no campo e na cidade ocorreram, igualmente, entre intelectuais de outras classes sociais. O artista plástico Abelardo da Hora nasceu no município de Nazaré da Mata, nas cercanias da cidade do Recife, em 1924. O deslocamento para o Recife ocorreu ainda na primeira infância. No entanto, mesmo na capital do estado, suas principais vivências ocorreram no entorno da Usina São João da Várzea, onde o pai trabalhava como chefe de tráfego. O artista plástico mediou as vivências entre o meio rural e o urbano em suas atividades no meio artístico e na militância nos quadros do Partido Comunista, desenvolvidas sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1940. Não havia um padrão nos deslocamentos dos filhos pobres da Zona da Mata. O jornalista Aluízio Falcão, dez anos mais novo, migrou do interior do estado para a capital na maioridade. Na cidade do Recife dos anos 1950, sua experiência urbana foi marcada pelas redações de jornais e rádios, bem como pela militância no Partido Comunista. Este, mesmo na ilegalidade, foi um importante espaço de sociabilidade intelectual e política⁴⁰¹. A partir de motivações distintas e com adesões em períodos igualmente distintos, alguns dos intelectuais do subdesenvolvimento militaram nas fileiras comunistas. No caso específico de Abelardo da Hora, Luiz Mendonça e Aluízio Falcão, a militância partidária foi um elemento importante para suas respectivas atuações no MCP, a partir de 1960.

Essa ausência de padrão nos deslocamentos interior/capital dos menos abastados não era uma particularidade daqueles que residiam na Zona da Mata. No Agreste pernambucano ocorria a mesma dinâmica. Os intelectuais cujas famílias dispunham de recursos seguiram para a capital ainda adolescentes. Os demais, cujas famílias não podiam arcar com as despesas dos filhos na capital, migraram em idade mais avançada. No entanto, em todos os casos, os deslocamentos efetuados provocaram a

⁴⁰⁰ Sobre aspectos pormenorizados do Teatro de Cultura Popular do MCP, ver: GENÚ, Luiz Felipe Batista. *O Teatro de Cultura Popular em três atos: articulações entre o teatro e a política em Pernambuco (1960-1964)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

⁴⁰¹ O Partido Comunista sempre teve um número representativo de intelectuais em suas fileiras desde a sua fundação em 1922.

“desprovincialização”⁴⁰² desses intelectuais e de seus interlocutores. Em diferentes medidas, esses intelectuais se formaram política e ideologicamente no meio urbano. Mas, ao mesmo tempo, agiam sobre as realidades econômicas, políticas e sociais da cidade do Recife, onde passaram a morar e fazer carreira profissional, a partir da valorização de suas experiências vivenciadas no interior do estado. Nesse sentido, esses intelectuais eram produtos das dinâmicas urbanas, mas também produtores de novas formas de pensar e agir sobre o urbano nesse Recife do pós-guerra.

4.2. Os principais atores e os deslocamentos efetuados de outros estados

Os estados com maior número de migrantes para a capital pernambucana são da região Nordeste. Dos treze intelectuais da nossa amostra que migraram para o Recife, apenas quatro são de outras regiões do Brasil. No grupo total, ocorreram quatro tipos de migração: na primeira infância, na adolescência para cursar o colegial, na juventude para cursar a universidade e na idade adulta por motivos profissionais. Do primeiro perfil, vejamos o percurso formativo da pedagoga Silke Weber⁴⁰³, cuja “desprovincialização” ocorreu por meio da educação que as experiências familiares lhe impuseram, bem como pela educação proporcionada pelo convívio com intelectuais emigrados de gerações anteriores. A intelectual nasceu em 18 de agosto de 1938, em Aracaju, capital do estado de Sergipe. Apesar de nordestina, a sua trajetória intelectual estava ligada à cultura alemã. O pai nascera na cidade de Hamburgo e migrara aos vinte anos de idade para o Brasil. A mãe era natural de Olinda, mas filha de pais alemães. Esse contexto familiar possibilitou à Silke Weber uma formação intelectual plural desde criança.

⁴⁰² O conceito e linha de argumentação se fundamentam nas análises de Peter Burke sobre as contribuições dos exilados e expatriados para a produção e difusão do conhecimento na Europa e nas Américas entre 1500-2000. Para Burke “Os exilados se desprovincializaram ao passar de uma cultura a outra, mas também ajudaram a desprovincializar seus anfitriões ao lhes apresentar não apenas novos saberes, mas, sobretudo, novos jeitos de pensar. Em suma, o exílio e, em menor medida, a expatriação, foram uma educação para ambos os lados desse encontro.” Apesar de essas migrações internas que analisamos não serem exílio ou expatriação, tanto o conceito quanto a linha de argumentação nos ajudam a pensar os deslocamentos efetuados pela elite do subdesenvolvimento e os sentidos que esses deslocamentos deram para a forma como estes intelectuais pensaram a pobreza e o subdesenvolvimento nordestino a partir da realidade urbana da cidade do Recife do pós-guerra. Sobre a linha de argumentação de Peter Burke ver: BURKE, Peter. Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. Op. Cit.p. 21.

⁴⁰³ As informações biográficas a respeito da trajetória de Silke Weber se fundamentam em: WEBER, Silke. Silke Weber (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 35min). Além de informações fornecidas pela própria intelectual ao autor desta tese.

O deslocamento para o Recife ocorreu antes de a intelectual completar o primeiro ano de vida. Durante a primeira infância, Silke Weber conviveu nos círculos de sociabilidade germânica dos pais. A mãe da pedagoga cultivava uma rede de amigos que a acompanhava desde os tempos da educação primária, realizada em uma escola alemã. O pai, representante comercial de uma indústria alemã, mantinha uma rede de amigos compatriotas no trabalho. Em casa ou na rua, era natural a família se comunicar no idioma estrangeiro. Nos últimos anos da ditadura Vargas, os encontros e as confraternizações com os amigos diminuíram significativamente. Em 1942, o ataque de submarinos nazistas a navios brasileiros na costa nordestina, bem como a consequente declaração de guerra do governo brasileiro aos países do Eixo potencializaram as animosidades em relação a comunidade alemã no Brasil. Os pais de Weber não mantinham qualquer vínculo ideológico com o regime de Adolf Hitler. No entanto, a família sofreu consequências sociais e políticas por causa da origem germânica. Em Recife, a polícia política estadonovista passou a perseguir imigrantes alemães, italianos e japoneses. No auge das tensões, casas e estabelecimentos de alemães foram pichados e depredados por populares. Nesse período de acentuada repressão e tensão social, o pai de Silke Weber passou um período em prisão domiciliar. A família Weber conquistou segurança social e política somente com o fim da guerra, em 1945.

Depois de cinco anos gozando plenamente das liberdades sociais e políticas, os pais de Weber migraram para o Rio de Janeiro. Em 1950, Weber tinha apenas onze anos de idade. Nessa faixa etária, os adolescentes faziam o processo de admissão para cursar o ensino secundário nas melhores escolas de Recife e Olinda. O ingresso na Academia Santa Gertrudes, tradicional instituição católica situada em Olinda, foi determinante para que a adolescente não acompanhasse a família em seu deslocamento para a capital federal. Weber permaneceu como aluna interna na instituição religiosa de educação básica por um ano. Nesse período, o convívio familiar ocorria nos meses de férias escolares, época em que a jovem estudante viajava para o Rio de Janeiro. Essas distintas experiências, ressignificadas na maioridade, concorreram para a escolha da carreira intelectual trilhada por Silke Weber.

Em 1958, aos dezenove anos de idade, a intelectual ingressou no curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia do Recife, dirigida pela congregação das Irmãs de Santa Doroteia. O curso escolhido não era sua primeira opção de carreira profissional. No período em que ainda estava no colegial, uma de suas professoras, a profa. Maria Graziela Peregrino, havia despertado nela o interesse pela psicologia. No entanto, no final

dos anos 1950, esse curso não era oferecido pelas instituições de ensino superior da capital pernambucana⁴⁰⁴. Além desse entrave incontornável, a família da intelectual desejava que ela estudasse economia doméstica no Rio Grande do Sul. Weber não aceitou a sugestão. Os desentendimentos em torno dessa questão levaram os pais da intelectual a não franquearem a possibilidade de Weber estudar psicologia no Rio de Janeiro. Em Recife, havia duas opções, cujos conteúdos curriculares ofereciam maior aproximação ao domínio do conhecimento da psicologia: o curso de filosofia e o de pedagogia. Weber ingressou no curso de pedagogia por dois motivos: primeiro porque ela havia feito o curso normal durante o colegial. Segundo, porque o curso de pedagogia da FAFIRE contava com renomado quadro de professores que incursionava em diferentes domínios da psicologia. Nesse final de década, lecionavam nessa instituição, entre outros, os professores, Zeferino Rocha⁴⁰⁵, Ana Paes Barreto, Paulo Rosas e Maria Graziela Peregrino⁴⁰⁶. Na FAFIRE, a despeito da profa. Graziela Peregrino ter contribuído inicialmente para os interesses acadêmicos de Weber, o seu principal interlocutor na instituição foi o prof. Paulo Rosas.

As trajetórias de ambos eram distintas. Mas, naquele momento, os interesses convergiam para um mesmo lugar: a psicologia social. Paulo da Silveira Rosas nasceu em 15 de março de 1930 na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte⁴⁰⁷. Na capital potiguar, o intelectual realizou a educação básica. O interesse de Paulo Rosas pela psicologia surgiu no período da adolescência. Na segunda metade da década de 1940, em

⁴⁰⁴ Pernambuco contava, à época, com o Instituto de Psicologia de Pernambuco, criado pelo médico psiquiatra Ulisses Pernambucano, em 1925. A partir de 1929, essa instituição passou a se chamar Instituto de Seleção e Orientação Profissional. A instituição era dedicada à pesquisa. Os pioneiros da psicologia em Pernambuco, Ulisses Pernambucano, Ana Paes Barreto e Paulo Rosas, não eram considerados psicólogos. A profissão só foi regulamentada em 1962. Em Pernambuco, os primeiros cursos de psicologia passaram a funcionar a partir de 1974. A esse respeito ver: MEDEIROS, Adailson. *Primórdios da Psicologia em Pernambuco*. Travessia, v. XII, p. 147-155, 2010.

⁴⁰⁵ Pe. Zeferino de Jesus Barbosa Rocha (Escada-PE, 1928; Recife-PE, 2016). Em 1947, cursou Filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Na mesma universidade, concluiu o mestrado em Filosofia (1948) e o mestrado em teologia (1952). Em 1954, retorna a Pernambuco e passa a lecionar na FAFIRE.

⁴⁰⁶ Há poucas informações biográficas a respeito da profa. Maria Graziela Peregrino. Ela formou-se em Filosofia e Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia do Recife - FAFIRE. Em 1958, além das atividades docentes na educação básica e na FAFIRE, ela dirigia, ao lado Gilberto Freyre, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (CRPE-PE).

⁴⁰⁷ As informações biográficas a respeito de Paulo Rosas se fundamentam na entrevista de Paulo Rosas à Revista Estudos de Psicologia. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200006>; bem como nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Paulo da Silveira Rosas. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE.

conjunto com outros estudantes, Paulo Rosas fundou um grêmio estudantil. Em meados do século XX, os grêmios estudantis eram uma tradição entre os estudantes secundaristas. As escolas permitiam que os alunos se associassem para promover projetos culturais, bem como debater assuntos relacionados à escola. Essas atividades eram realizadas de forma autônoma e abrangiam os espaços social e político da escola na qual o grêmio estava vinculado. A entidade fundada e dirigida por Paulo Rosas expandia esses limites. O Grêmio Henrique Castriciano reunia um número significativo de escolas da cidade de Natal. Essa experiência inovadora possibilitou a Paulo Rosas trabalhar com um grupo de pessoas heterogêneo. A aprendizagem política desenvolvida no grêmio, cujo trabalho era concebido na divergência de ideias, despertou no intelectual o interesse pela psicologia.

O deslocamento de Paulo Rosas para a cidade do Recife ocorreu em 1951. Na capital pernambucana, inicialmente, o intelectual seguiu a tradição dos estudantes de classe média e alta e fez o concurso de habilitação para a Faculdade de Direito do Recife. No entanto, não abdicou de suas pretensões de seguir carreira na área da psicologia. No mesmo ano em que ingressou no curso de direito, o intelectual passou a estudar filosofia na Universidade Católica de Pernambuco. Paulo Rosas cursou as duas faculdades durante três anos. A partir de 1953, abandonou a Faculdade de Direito e se dedicou exclusivamente ao curso de filosofia. Nesse período, os espaços acadêmicos eram os principais círculos de sociabilidade intelectual de Paulo Rosas. Em 1954, o intelectual concluiu o bacharelado em filosofia. Nesse mesmo ano, com uma bolsa do Instituto de Cultura Hispânica, passou seis meses em Madrid, realizando um estágio no curso de Psicologia Aplicada e Orientação Profissional. De posse desses diplomas, Paulo Rosas assumiu postos de destaque como professor de psicologia em instituições de ensino superior da capital pernambucana⁴⁰⁸. No entanto, foi na FAFIRE, a partir de 1956, que o intelectual estabeleceu as parcerias intelectuais mais duradouras.

Nessa instituição, entre outros intelectuais, Paulo Rosas trabalhou com Ana Paes Barreto. Em 1925, essa intelectual começou a incursionar nos domínios da psicologia sob orientação de Ulysses Pernambucano⁴⁰⁹. Nesse meio de século XX, ela era uma das

⁴⁰⁸ Instrutor voluntário na disciplina de Psicologia Educacional, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (a partir de 1956. Professor contratado regularmente a partir de 1957); Professor Catedrático Contratado na disciplina de Psicologia Aplicada à Educação, na Escola de Belas Artes (a partir de 1960); Professor de Psicologia na Escola de Serviço Social de Pernambuco (1957-1962); Professor de Psicologia Geral na Escola de Enfermagem do Recife (1958-59); Coordenador do Instituto de Ciências do Homem (1963-64).

⁴⁰⁹ Anita Paes Barreto. Biografia. Revista do Conselho Federal de Psicologia. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300009>.

principais referências da disciplina, na cena acadêmica do Recife. O prestígio intelectual de Ana Paes Barreto, e as afinidades de ordem pessoal entre ambos, levaram Paulo Rosas a criar uma identificação profissional com a eminente psicóloga⁴¹⁰. Na FAFIRE, os trabalhos conjuntos eram realizados na Clínica Psicológica da instituição. A ligação de Silke Weber com esses intelectuais ocorreu a partir do segundo ano de graduação. Em 1959, Paulo Rosas ministrou as disciplinas de Psicologia Social (curso e Orientação Educacional) e Princípios e Técnicas da Orientação Educacional. Além desses cursos, as afinidades entre um e outro aproximaram Werber e Paulo Rosas.

Durante o período da graduação, Weber foi uma aluna ativa em vários aspectos. Desde o início do curso, a intelectual militou no movimento estudantil. No final dos anos 1950, os estudantes universitários, que ideologicamente estavam à esquerda do espectro político, dividiam-se majoritariamente em dois grupos: a juventude do Partido Comunista e a Juventude Universitária Católica (JUC). No âmbito universitário, as duas correntes eram aliadas politicamente. No entanto, tinham pautas e programas distintos. A juventude comunista debatia no âmbito do movimento estudantil as novas diretrizes centrais do Partido: o aliancismo de classes que possibilitasse a conquista de um governo nacionalista e democrático, conforme as diretrizes adotadas pelo PC na Declaração de Março de 1958⁴¹¹. A juventude católica tinha como pauta o envolvimento da comunidade universitária em ações concretas para transformar as realidades social, política e econômica tanto em nível local quanto nacional⁴¹². A partir das fileiras da JUC, Weber participava das discussões promovidas pelos estudantes sobre as questões sociais, políticas e econômicas caras ao Brasil e à cidade do Recife.

Entre o grupo dos professores católicos da FAFIRE, Germano de Vasconcelos Coelho, Ana Paes Barreto, Maria Antônia Amazonas Mac Dowel e Paulo Rosas estavam comprometidos inteiramente com os novos rumos que a Igreja Católica estava tomando no final dos anos 1950. Nesse final de década, a despeito do que versavam as diretrizes da tradicional doutrina social da Igreja⁴¹³, amplos setores da comunidade católica estavam se engajando nos debates e nas ações que visavam à transformação da realidade social brasileira, especialmente a nordestina. Esses professores, além de apoiar as iniciativas da

⁴¹⁰ Conforme entrevista de Paulo Rosas à Revista Estudos de Psicologia. Op. Cit.

⁴¹¹ Ver a respeito das teses políticas de 1958: Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958 In: *PCB: vinte anos de política, 1958-1970*, documentos. Op. Cit.

⁴¹² Sobre a história da JUC e seus posicionamento, ver: BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Op. Cit.

⁴¹³ Ver a esse respeito: LESSA, L.C. *Dicionário de Doutrina Social da Igreja: Doutrina Social da Igreja de A a Z*. São Paulo: LTR, 2004.

juventude universitária católica, pensavam a própria docência como um vetor de transformação social. As afinidades políticas e intelectuais de Silke Weber com esse grupo, sobretudo com Paulo Rosas, levaram a jovem intelectual a assumir uma posição de destaque no MCP a partir de 1961.

No segundo tipo de migração, aquela que ocorria durante a adolescência, era comum acontecer uma espécie de deslocamento intermitente⁴¹⁴. Nesses casos, alguns intelectuais migraram para a capital pernambucana para completar a educação básica, mas fizeram o ensino superior na região Sudeste do Brasil. Em outras situações, a intermitência ocorria em fase mais avançada de suas trajetórias intelectuais. Mas, em ambos os casos, esses intelectuais regressaram para a cidade do Recife definitivamente ou por motivos profissionais. Nos deslocamentos em que o retorno foi condicionado pela atividade profissional, estes permaneceram na capital pernambucana por alguns anos, período em que desenvolviam as suas funções laborais. Em cada uma dessas circunstâncias, os deslocamentos e as experiências acumuladas em diferentes cidades e, por vezes, em diferentes países, produziram novos e ao mesmo tempo distintos olhares sobre questões sociais, políticas e econômicas nesse meio de século XX na cidade do Recife. O educador Germano de Vasconcelos Coelho foi um dos intelectuais do subdesenvolvimento que realizou uma migração intermitente para a capital pernambucana⁴¹⁵.

O intelectual nasceu em 16 de fevereiro de 1927 na cidade de Paraíba do Norte⁴¹⁶, capital do estado da Paraíba. O primeiro deslocamento de Germano Coelho ocorreu, ainda na primeira infância, para a cidade de Campina Grande, distante cerca de 125 quilômetros da capital. Durante o período em que permaneceu no interior, as principais referências intelectuais vinham do clero da Igreja Católica. A história da família Vasconcelos Coelho se confundia com a história do alto clero paraibano. O primeiro arcebispo da Paraíba,

⁴¹⁴ Estamos considerando *deslocamentos intermitentes* os casos em que os intelectuais migraram na adolescência para a cidade do Recife e depois se ausentaram por um período igual ou superior a quatro anos.

⁴¹⁵ As informações biográficas a respeito de Germano de Vasconcelos Coelho se fundamentam em: Rocha, Sidiney. Germano Coelho: jardins em desertos. Recife: Cepe, 2019; COELHO, Germano. MCP: história do Movimento de Cultura Popular. Recife: Ed. do Autor, 2012. Além de informações colhidas em duas entrevistas realizadas pelo autor desta tese com o prof. Germano Coelho, no ano de 2011. Essas entrevistas foram realizadas no âmbito das atividades desenvolvidas para a elaboração da dissertação “O Movimento de Cultura Popular do Recife”, escrita pelo autor desta tese. SOUZA, Fábio Silva de. O Movimento de Cultura Popular do Recife. Op.Cit.

⁴¹⁶ A cidade passou a se chamar João Pessoa a partir de 4 de setembro de 1930. Conforme: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/historico>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques⁴¹⁷, tinha parentesco com a família materna. Já o segundo arcebispo nomeado no estado, Dom Moisés Coelho⁴¹⁸, tinha parentesco com a família paterna. A estreita relação com o alto clero, marcou a formação intelectual de Germano Coelho. No entanto, desde cedo, sua trajetória foi direcionada para a carreira acadêmica. Na segunda metade da década de 1930, existia apenas uma opção de curso superior na Paraíba: a Escola de Agronomia do Nordeste, situada no município de Areia. Essa realidade era uma preocupação perene para os pais de Germano Coelho. Na segunda metade dessa década, a matriarca da família escreveu ao Presidente da República. Na carta, ela explicava a situação escolar dos dez filhos. Mas a ênfase recaía sobre o mais velho, Gilvandro Coelho, prestes a completar a educação básica. O argumento principal era que a capital do estado não oferecia cursos de nível superior, comprometendo a continuidade dos estudos do filho. Getúlio Vargas respondeu a carta. O Governo Federal permitiu que o pai de Germano Coelho, funcionário público federal, fosse removido para o estado de Minas Gerais.

A família saiu da Paraíba para residir no município de Ponte Nova. No entanto, antes de mudar definitivamente para a região da Zona da Mata mineira, fixaram residência no Rio de Janeiro. Apesar do pouco tempo morando em Ipanema, na Zona Sul da capital federal, Germano Coelho e os irmãos mais velhos experienciaram uma dinâmica urbana distinta daquela vivenciada em Campina Grande. As casas com grandes terrenos do interior paraibano, onde as crianças cultivavam interesse pelas coisas da natureza, foi substituída por uma casa na bucólica rua Prudente de Moraes. Nos anos 1930, essa tranquilidade coexistia com o movimento dos bondes que passavam pelo bairro e pelo trânsito dos populares em direção à praia. Nesse período em que Germano Coelho passou no Rio de Janeiro, uma experiência marcante foi o bloquinho de carnaval formado com os irmãos Valêncio, Marcelo e Fernando. As crianças brincavam de carnaval pelas ruas do bairro durante a festa de Momo.

A experiência na cidade do Rio de Janeiro mudou os planos da família. Por influência política de um primo que trabalhava no Ministério da Educação, o pai de Germano Coelho, que à época era fiscal do imposto do consumo, foi promovido à Inspetor Geral. Além da promoção, o parente também conseguiu uma transferência para a cidade

⁴¹⁷ Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques (30 de agosto de 1855 – 15 de agosto de 1935). Bispo da Paraíba em 2 de janeiro de 1894. Elevado à Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba em 14 de julho de 1914.

⁴¹⁸ Dom Moisés Sizenando Coelho (8 de abril de 1877 a 18 de abril de 1959). Bispo de João Pessoa, a partir de 2 de maio de 1915. Elevado à Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba em 1935.

do Recife, onde a família podia conciliar os planos de fornecer uma boa educação aos filhos com um posto de trabalho privilegiado para o pai das crianças. O deslocamento para a capital pernambucana ocorreu no final dos anos 1930. No Recife, Germano Coelho completou a educação básica no Colégio Nóbrega, um tradicional colégio católico dirigido pelos padres jesuítas. O planejamento familiar e a retidão para os estudos demonstrada desde cedo franquearam o ingresso de Germano Coelho ao prestigiado curso de direito da Faculdade de Direito do Recife, em 1947. Na universidade, o intelectual deu os primeiros passos no sentido de conceituar a sociedade como um organismo vivo, cujo entendimento a respeito das origens e das consequências das mazelas sociais deveriam ser refletidas a partir do contato direto com a realidade⁴¹⁹.

No final da década de 1940, a Juventude Universitária Católica já estava organizada como uma entidade de âmbito nacional. No entanto, Germano Coelho não era filiado à essa organização. O intelectual teve uma participação ativa no movimento estudantil da Faculdade de Direito. Em 1949, Germano Coelho participou, com outros estudantes, de uma missão que visitou penitenciárias na região Sudeste do Brasil. Em 1951, o intelectual dirigiu o Departamento de Cultura do Diretório Acadêmico. Nesse mesmo ano, Germano Coelho coordenou a I Semana de Estudos Jurídicos organizada pelos estudantes. Nesses anos de militância estudantil, o intelectual professava sua orientação católica na forma como valorizava o Direito como um meio de promover efetivamente a justiça social. Essa perspectiva, centrada fundamentalmente na imbricação das formas mais progressistas de pensar a doutrina jurídica e a doutrina católica, vai ganhar novos contornos a partir das experiências que o intelectual vivenciou no período em que morou na França.

O deslocamento para a Europa ocorreu em 1952. Durante a graduação, Germano Coelho teve uma trajetória acadêmica acima da média dos colegas de curso. O intelectual

⁴¹⁹ Esses princípios informavam as diretrizes teóricas do Movimento Economia e Humanismo. No entanto, na mais importante reflexão que o intelectual produziu nos tempos de estudante não há nenhuma referência ao Pe. Lebreton ou ao movimento criado por ele nos anos 1940. Germano Coelho fez menção somente ao livro: *Os Direitos do Homem*, do filósofo francês de orientação católica Jacques Maritain. Essa aproximação é explicada pelo fato de o Pe. L.-J. Lebreton ter lido e mobilizado, nas formulações teóricas do Economia e Humanismo, as ideias do filósofo francês, sobretudo o conceito de Humanismo Integral. Sobre a reflexão de Germano Coelho, ver: Direito e Humanismo, discurso realizado na comemoração do aniversário da Faculdade de Direito do Recife, em 11 de agosto de 1949. In: Rocha, Sidiney. Germano Coelho: jardins em desertos. Op. Cit. pp 42-54. Sobre as ideias de Jacques Maritain, ver: MARITAIN, J. Humanismo Integral. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945; MARITAIN, J. Os Direitos do Homem. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. Sobre os princípios do Movimento Economia e Humanismo, ver: CINTRA DO PRADO, L. "Economia e Humanismo". DIGESTO ECONÔMICO. Op. Cit.

foi o aluno laureado da turma de 1951. Esse desempenho lhe garantiu uma bolsa de estudos para realizar o doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Paris⁴²⁰. Na Sorbonne, o intelectual cursou disciplinas e assistiu conferências de um seletivo grupo de professores. Entre estes, L.-J. Lebreton, George Lasserre, Bernard Lavergne, Jean-Marcel Jeanneney, François Perroux, George Gurvitch e Jean Lhomme. Esses intelectuais foram personagens importantes nas discussões sobre socialismo e comunitarismo travada na França e em outros países europeus, nos anos 1950. O convívio nesse ambiente universitário levou Germano Coelho a realizar estudos aprofundados em uma vasta literatura sobre o pensamento comunitário. O caleidoscópio de autores abrangia Thomas More, Saint-Simon, Charles Fourier, Étienne Cabet, Robert Owen e Proudhon. No entanto, foram as obras de Emmanuel Mounier⁴²¹, bem como as publicações dos professores da Sorbonne que reavivaram esse debate no pós-guerra⁴²², que despertaram em Germano Coelho entusiasmo em relação ao tema e o interesse em verificar a efetividade política dessas ideias.

O primeiro contato do intelectual brasileiro com experiências comunitárias europeias ocorreu por intermédio de Marcel Mermoz. No início da década de 1950, Mermoz dirigia a federação das comunidades de trabalho francesa. O encontro ocorreu na casa do líder sindical, na região de Auvérnia-Ródano-Alpes. De todas as experiências de Mermoz, Germano Coelho estava interessado em conhecer o trabalho que o sindicalista desenvolveu à frente da *Communauté de Travail Boimondau*. A cooperativa operária foi fundada em 1941, em Valence, capital da região de Auvérnia-Ródano-Alpes. Mermoz liderou os operários de Boimondau entre os anos de 1945 e 1951. Nesses anos, a estrutura organizacional da comunidade passou a ser definida pela “Regra da

⁴²⁰ Destacamos que o texto que Germano Coelho narra suas experiências na França em “MCP: história do Movimento de Cultura Popular”. Op. Cit., é a íntegra do texto publicado por ele mesmo em: ROSAS, Paulo (Org.). Paulo Freire: educação e transformação social. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. pp. 31-95.

⁴²¹ Mounier, Emmanuel. *Révolution Personnaliste et communautaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1935; *De la Propriété Capitaliste à la Propriété Humaine. (Questions Disputées)*. Un vol. in-12 de 138 pp.; Paris, Desclée de Brouwer, 1936; *Manifeste au Service du Personalisme*. Paris: Éditions Montaigne, 1936; *L'Affrontement Chrétien*. Paris: Éditions du Seuil, 1944; *Traité du Caractère*. Paris: Éditions du Seuil, 1946; *Feu la Chrétienté*. Paris: Éditions du Seuil, 1950.

⁴²² Entre outros: LAVERGNE, Bernard. *Essor & Décadence du Capitalisme*. Paris: Payot, 1938; *La Révolution Coopérative*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949; LASSERRE, George. *Socialiser dans la Liberté: la Vocations de l'Europe*. Paris: Éditions Albin Michel, 1949; *La Réforme de l'Entreprise*. Paris: Conseil Économique - PUF, 1950; Lhomme, Jean. *La Politique Sociale de l'Angleterre Contemporaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949; GURVITCH, Georges. *La Vocation Actuelle de La Sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950; JEANNENEY, Jean-Marcel. *Forces et Faiblesses de l'Économie Française: 1945-1956*. Paris: A. Colin, 1956.

Comunidade”, documento que estabelecia as instâncias de poder comunitária: assembleia geral, conselho geral, tribunal, comissões de controle, bem como as atribuições de todos os cooperados, entre outras diretrizes⁴²³. Em meados dos anos 1950, essa estrutura organizacional funcionava plenamente e Germano Coelho pôde conhecer *in loco* a sua eficácia na dinâmica de autogestão dos trabalhadores de Boimondau. Em Valence, Mermoz também intermediou o contato de Germano Coelho com outras experiências comunitárias. Foi nessa ocasião que o intelectual brasileiro conheceu pessoalmente Joffre Dumazedier, o principal ideólogo do Mouvement Peuple et Culture. Nos anos em que permaneceu na França, Germano Coelho procurou conhecer de perto outras experiências comunitárias.

Em Vance, na região de Provence-Alpes-Côte d'Azur, o intelectual brasileiro visitou a École du peuple, um experimento de educação popular dirigido pelo pedagogo Célestin Freinet. Nos anos 1950, a pedagogia de Freinet era reconhecida e respeitada mundialmente. Nela, o processo de ensino e aprendizagem não estava orientado para a valorização das matérias curriculares, mas para o desenvolvimento dos alunos como membros da comunidade escolar⁴²⁴. Nos dias em que ficou hospedado na escola de Freinet, Germano Coelho acompanhou o cotidiano dos alunos que experienciavam a escola em tempo integral. À época, essa escola era inovadora em vários aspectos: imprimia o próprio material pedagógico, a biblioteca possuía um fichário de obras cooperativo, além de explorar a pintura, o cinema, o teatro a música, bem como outras manifestações livres como meios para educar as crianças. Esse conhecimento sobre a pedagogia de Freinet produzido *in loco* foi aprofundado em Paris. De volta à capital francesa, Germano Coelho acompanhou a exposição que o Museu Pedagógico da Universidade de Paris dedicou, durante um mês, à obra de Freinet.

Nos meses que se seguiram, Germano Coelho realizou outra viagem à região de Auvérnia-Ródano-Alpes. O intelectual foi conhecer o Centre Économie et Humanisme, na comuna de La Tourette, nas cercanias de Lyon. Na sede do movimento, o intelectual encontrou o Pe. L.-J. Lebret com quem conversou sobre a realidade socioeconômica brasileira⁴²⁵. Em 1954, o religioso dominicano já acumulava grande experiência em temas

⁴²³ Sobre a história da Communauté de Travail Boimondau, ver: CHAUDY, Michel. Faire des hommes libres: Boimondau et les Communautés de Travail à Valence - 1941 - 1982. Valence: Editions Repas, 2008.

⁴²⁴ Conforme observação realizada por Germano Coelho em: “MCP: história do Movimento de Cultura Popular”. Op. Cit. p.9

⁴²⁵ Conforme observação realizada por Germano Coelho. Idem.

relacionados ao subdesenvolvimento brasileiro. De modo geral, o movimento francês tinha três finalidades básicas registradas em seus estatutos:

1. estudar, por inquérito e demais meios adequados de investigação, as realidades humanas, econômicas e sociais, em sua complexidade atual.
2. Provocar, entre seus membros e fora dele, trabalhos científicos susceptíveis de resultarem na elaboração de uma doutrina econômica espiritualista, que recoloca a economia ao serviço do homem;
3. Suscitar, no seio das diversas profissões ou de certas regiões econômicas, técnicos e profissionais capazes de determinarem as condições concretas do Bem Comum e susceptíveis por isso, de tomarem parte nos esforços, públicos ou privados, de reorganização econômica e profissional.⁴²⁶

A partir dessas diretrizes, o religioso tomou contato com distintas realidades sociais e econômicas do Brasil. Em um primeiro momento, por meio de contatos estabelecidos com intelectuais, políticos e religiosos brasileiros, entre abril e agosto de 1947. Na segunda estadia no Brasil, no início da década de 1950, com estudos detalhados sobre habitação, urbanização, industrialização, desemprego e níveis de vida, sobretudo das populações empobrecidas. No momento do encontro, em La Tourette, o dominicano conhecia de forma pormenorizada as realidades do Sudeste e do Nordeste do Brasil. O intelectual francês havia produzido dois estudos na região Sudeste: *Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo*; e *Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo*. No Nordeste, o dominicano havia estreitado contatos com intelectuais e com a realidade socioeconômica da região a partir de uma conferência realizada na Faculdade de Direito do Recife, em 1953; e por meio de um estudo sobre a localização de indústrias em Pernambuco, em 1954⁴²⁷. Na visita ao Centre Économie et Humanisme, Germano Coelho viu a efetividade das ideias comunitárias francesas a partir de um movimento que, entre outras ações, colocava em perspectiva a transformação das realidades social e econômica de seu país de origem.

⁴²⁶ CINTRA DO PRADO, L. "Economia e Humanismo". DIGESTO ECONÔMICO. Op. Cit.

⁴²⁷ As informações a respeito do Movimento Economia e Humanismo e das ações do Pe. Lebret no Brasil se fundamentam na documentação consultada do Fundo Lebret (45 AS) e do Fundo Delaprat (87 AS) salvaguardados no *Archives Nationales de France*. Cabe destacar que a profa. Virgínia Pontual consultou os mesmos arquivos e de forma acurada sistematizou e analisou as ações e os projetos do Movimento Economia e Humanismo no Brasil e em outros países da América Latina. Dado o caráter da obra e o rigor que a autora trabalhou as fontes salvaguardadas nos arquivos franceses, os seus trabalhos são referências para compreender a atuação do Pe. Lebret no Brasil. Sobre os estudos e ações que o Pe. Lebret participou no Brasil ver: PONTUAL, Virgínia. Louis-Joseph Lebret na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista. Op. Cit.

O intelectual brasileiro também visitou experiências sociais comunitárias em outros países. Dos lugares percorridos por Germano Coelho, a viagem mais significativa e duradoura foi para Israel. Do ponto de vista da organização comunitária, o país era uma referência no engajamento da comunidade judaica para a estruturação social e econômica da nação recém-fundada⁴²⁸. Durante os três meses que Germano Coelho permaneceu em Israel, o intelectual brasileiro acompanhou os projetos de captação de água por meio de poços artesanais; viu o esforço da comunidade para reflorestar grandes áreas com o objetivo de melhorar a qualidade do solo e do clima; além de ter visitado vários *Kibbutz*, povoados em que cada morador contribuía para o bem comum com o que podia e recebia da comunidade o que necessitava. Em Israel, Germano Coelho também experienciou, mas a partir de uma perspectiva *sui generis*, a afetividade das ideias comunitárias nos planos social e econômico. A formação intelectual adquirida no exterior provocou Germano Coelho a analisar, a partir de novos ângulos, as questões sociais e econômicas do Brasil, especialmente aquelas caras à região Nordeste⁴²⁹.

De volta ao Brasil, o intelectual procurou apoio institucional para suas ideias no Instituto Joaquim Nabuco. Em janeiro de 1956, em reunião com Gilberto Freyre e outros intelectuais dessa instituição, Germano Coelho apresentou um projeto de uma comunidade cooperativista nos mesmos moldes dos *Kibbutz* israelenses⁴³⁰. Apesar da ideia ter sido detalhada com ampla fundamentação teórica e exemplos concretos de experiências cooperativistas com êxito na Europa e em Israel, o projeto não entrou na pauta das ações a serem executadas ou apoiadas pela instituição. A ausência do apoio institucional do IJPS inviabilizou a comunidade idealizada por Germano Coelho. No entanto, suas ideias e aspirações tiveram ressonância em outros círculos de sociabilidade intelectual da capital pernambucana.

Em 1956, Germano Coelho assumiu o cargo de professor na FAFIRE. Nessa segunda metade de década, a instituição passou a ser o seu principal espaço de sociabilidade intelectual. As afinidades profissional e ideológica com Paulo Rosas, Ana Paes Barreto e Maria Antônia Amazonas Mac Dowell possibilitaram a criação de uma

⁴²⁸ O Estado de Israel foi fundado em 14 de maio de 1948.

⁴²⁹ Nesse período, Germano Coelho e Norma Porto Carreiro Coelho já estavam casados. Norma Coelho participou, ao lado do marido, de todas essas vivências. No entanto, não conseguimos as informações necessárias para elaborar o seu perfil intelectual. Os poucos dados disponíveis a respeito de Norma Coelho certificam que, nos anos em que Germano Coelho cursou o doutorado, a intelectual se graduou em pedagogia na Sorbonne. Destacamos, igualmente, que a intelectual foi personagem central na elaboração das diretrizes que animaram o MCP.

⁴³⁰ O registro da reunião de Germano Coelho no IJPS consta, exclusivamente, na biografia: Rocha, Sidiney. Germano Coelho: jardins em desertos. Op. Cit.

rede de interlocutores onde as ideias de Germano Coelho foram acolhidas com ânimo. No entanto, as diretrizes acadêmicas da FAFIRE restringiam significativamente a atuação dos professores católicos que, nessa segunda metade de década, passaram a analisar as “questões regionais” a partir de novas perspectivas. Esse cenário institucional não arrefeceu as trocas intelectuais entre esses professores ao longo dos anos. Em 1959, Germano Coelho já ocupava um lugar de destaque entre os educadores de orientação católica. Esse protagonismo, que estava alicerçado nas experiências vivenciadas no exterior, levou Germano Coelho a ser o principal ideólogo do MCP.

Entre os intelectuais do subdesenvolvimento, Germano Coelho realizou o tipo de migração intermitente em que os intelectuais retornaram para a cidade do Recife e fixaram residência depois de se ausentarem da cidade por um longo período. Esse percurso também foi trilhado pela educadora Maria Antônia Amazonas Mac Dowell⁴³¹. A intelectual nasceu no dia 7 de abril de 1930, na cidade de Belém, capital do estado do Pará. O deslocamento para a cidade do Recife ocorreu durante a adolescência. A jovem estudante cursou o ensino secundário e parte do colegial em escolas da capital pernambucana. Na década de 1930, Samuel Wallace do Rego Barros Mac Dowell e Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, respectivamente pai e avô de Maria Antônia Amazonas Mac Dowell, ocupavam posições de destaque como professores da Faculdade de Direito do Recife. Apesar do prestígio da família no ambiente acadêmico local, Antônia Mac Dowell migrou no último ano do colegial para a cidade do Rio de Janeiro. Na capital federal, onde passou a residir com uma tia, a estudante concluiu a educação básica no conceituado colégio Sacré-Coeur de Marie e estudou filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O deslocamento definitivo para a cidade do Recife aconteceu na maioridade. Na primeira metade da década de 1950, com a experiência adquirida na cidade do Rio de Janeiro, a intelectual retornou ao Recife para assumir o posto de professora na faculdade de filosofia da Universidade do Recife-FAFIRE, local que passou a ser o seu principal espaço de sociabilidade intelectual.

No entanto, houve, igualmente, as migrações intermitentes de caráter exclusivamente profissional. Nesse âmbito, figurava o economista Celso Monteiro Furtado⁴³². O intelectual nasceu no dia 26 de julho de 1920, em Pombal, município

⁴³¹ Os dados biográficos a respeito de Maria Antônia Amazonas Mac Dowell se fundamentam nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Maria Antônia Amazonas Mac Dowell. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; bem como em informações repassadas por familiares ao autor desta tese.

⁴³² Os dados biográficos a respeito de Celso Furtado se fundamentam nas seguintes obras autobiográficas: FURTADO, Celso. Diários Intermitentes (1937-2002). Organização,

localizado no sertão semiárido do estado da Paraíba. A primeira infância de Celso Furtado foi povoada por experiências ligadas à cultura popular e à cultura política⁴³³ local. Dos aspectos mais perenes dessas duas dimensões culturais, a violência entre grupos políticos rivais, a religiosidade como forma de atenuar o sofrimento causado pelas anomalias climáticas, bem como as incursões dos cangaceiros pela cidade eram assuntos discutidos cotidianamente no ambiente familiar. Desde criança, Celso Furtado ouvia considerações críticas em relação a esses temas, quase sempre produzidas pelo seu pai, o juiz de direito Maurício de Medeiros Furtado. O patriarca da família era cético em relação aos aspectos caros à religiosidade dos sertanejos e procurava se manter distante dos conflitos políticos locais. A refinada cultura livresca do pai, que possuía uma grande biblioteca em casa, contribuiu significativamente para dois aspectos caros à formação inicial de Celso Furtado. O primeiro era o acesso a uma vasta literatura nacional e internacional. O segundo, que as considerações críticas do pai serviam como uma espécie de contraponto às ideias culturalmente dominantes no interior paraibano nos anos 1920.

Celso Furtado permaneceu na cidade de Pombal até os sete anos de idade. O seu primeiro deslocamento foi para estudar na capital do estado da Paraíba. Nessa época, o jovem Furtado viu os espaços de sociabilidade se ampliarem para além daqueles proporcionados pelo convívio familiar. O início da adolescência foi marcado por idas a atos políticos em companhia das empregadas domésticas que trabalhavam em sua casa. O clima político e social da nova cidade era semelhante em vários aspectos aqueles experimentados no interior do estado. Apesar da pouca idade, Celso Furtado acompanhou de perto como a população mais pobre vivenciava os desdobramentos da vida política institucionalizada. Em 1930, a morte de João Pessoa, presidente do estado e candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais daquele ano, ocasionou grande comoção social em âmbito local. Celso Furtado chegou a acompanhar algumas procissões em homenagem ao político assassinado. A respeito dessas experiências, o intelectual escreveu em texto autobiográfico: “Esses dados quiçá possam

apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; Essencial Celso Furtado. Apresentação e organização: Rosa Freire d’Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2013; FURTADO, Celso. Obra autobiográfica. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁴³³ Entendemos “Cultura Política” a partir da definição fornecida pelo historiador Rodrigo Patto Sá Mota: “Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva [...]”. Sobre essa definição ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

explicar a formação em meu espírito de certos elementos que considero como invariantes, dos quais dificilmente eu poderia libertar-me sem correr o risco de desestruturar minha própria personalidade⁷⁴³⁴.

Celso Furtado migrou da cidade de Paraíba do Norte para a capital pernambucana ainda na adolescência. A dinâmica urbana da nova cidade o distanciou em grande medida das manifestações culturais e religiosas de caráter populares. Em Recife, o jovem estudante aprofundou e sedimentou a cultura livresca. No período em que estudou no Ginásio Pernambucano, onde concluiu a educação básica, o intelectual cultivou o interesse pessoal pelos domínios do positivismo, do marxismo e da sociologia norte-americana. As reflexões realizadas sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, caros sobretudo à região Nordeste, eram levadas a cabo a partir da primazia do conhecimento científico; da história como disciplina fundamental para entender e explicar os fatos sociais; e da ligação entre conhecimento e progresso social. Essas correntes teóricas contribuíram para Celso Furtado construir incipientes análises sobre a realidade nordestina. No entanto, capazes de produzir leituras críticas a respeito do ambiente intelectual da cidade do Recife que levaram o estudante secundarista a escolher realizar os estudos universitários no Sudeste do Brasil.

Entre os parentes homens de Celso Furtado havia uma tradição de seguir carreira no funcionalismo público. O deslocamento para a capital federal proporcionava as melhores condições para conciliar o interesse pela vida intelectual e seguir a tradição familiar. Na segunda metade da década de 1930, universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo ofereciam opções de carreiras para além dos tradicionais cursos de medicina, direito e engenharia. No entanto, o jovem intelectual ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. O desejo em vincular a atuação profissional às áreas das ciências sociais e econômicas surgiu somente no decorrer da graduação. Na universidade, às leituras da adolescência se somaram estudos sistemáticos a respeito da sociologia do conhecimento. As obras do sociólogo húngaro Kal Mannheim foram fundamentais para despertar em Celso Furtado o interesse de transformar conhecimento científico em ação social prática. A escolha de agir intelectualmente por meio do domínio da ciência econômica, por sua vez, começou a partir de leituras de autores como Henri Pirenne, Werner Sombart, Henri Sée entre outros, todas realizadas nos últimos anos da graduação.

Em 1943, o intelectual passou no concurso para técnico de administração do Departamento do Serviço Público do estado do Rio de Janeiro. As atividades

⁴³⁴ Essencial Celso Furtado. Op. Cit. pp. 37-38.

desenvolvidas como técnico-assistente levaram Celso Furtado a conceber o planejamento como uma técnica social que permitia “eivar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis.”⁴³⁵ A possibilidade de pensar as incursões teóricas a partir das atividades práticas no âmbito do Estado contribuiu para o intelectual concluir o curso universitário em 1944 decidido a seguir carreira na área econômica. No entanto, como e onde realizar a especialização em estudos econômicos foram definidos dois anos depois de formado.

A experiência na Europa durante a guerra foi decisiva para os novos encaminhamentos da carreira intelectual de Furtado. Em 1944, no último ano da graduação, o intelectual foi convocado para prestar serviço militar. Depois do período de formação no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), o aspirante a oficial passou a integrar as fileiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em janeiro de 1945, ocupando o posto de oficial de ligação junto ao exército norte-americano, Celso Furtado embarcou para o norte da Itália. A experiência no front de batalha durou quatro meses. Em maio, as tropas alemãs se renderam às forças aliadas colocando fim à guerra no continente Europeu⁴³⁶. A capitulação nazista permitiu ao intelectual circular por várias cidades, entre elas Nápoles, Roma, Milão, Florença e Paris. A destruição provocada pela guerra, presenciada nas cidades por onde passou, despertou em Furtado o interesse de acompanhar de perto os primeiros esforços de reconstrução do tecido social e da organização política e econômica dos europeus. Em agosto do mesmo ano, o intelectual voltou ao Brasil, mas com planos de retornar para a Europa.

A oportunidade para um novo deslocamento surgiu com a ideia de fazer um doutorado em economia na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Em dezembro de 1946, o intelectual migrou para a França. Nos anos em que morou e estudou na capital francesa, Celso Furtado aprofundou sua formação intelectual em três dimensões. No campo teórico, os professores da Sorbonne François Perroux, Bertrand Nogaro e Maurice Byé dinamizaram e refinaram seu pensamento econômico, até ali construído de forma autodidata. No Instituto de Estudos Políticos de Paris, onde com frequência o intelectual acompanhava cursos e palestras, os professores marxistas Auguste Cornu e Jean Baby aperfeiçoaram as análises de Furtado em relação à teoria marxista. No domínio da história econômica, o aprimoramento e sofisticação do

⁴³⁵ Idem. p. 43.

⁴³⁶ Apesar do término do conflito na Europa, a guerra só terminou oficialmente com a capitulação dos japoneses, em setembro de 1945.

intelectual ocorreram por meio do curso do célebre historiador da Escola dos Annales Charles Mozaré. A partir do contato direto com esses professores, novos temas e uma ampla bibliografia passaram a figurar na rotina de estudos do intelectual brasileiro.

As viagens que Celso Furtado realizou pela Europa compunham a segunda dimensão. O intelectual viajou para o Leste Europeu para conhecer os esforços de reconstrução social e econômica de países sob influência da União Soviética. Na Tchecoslováquia, durante a participação no festival da juventude sediado naquele país em 1947, Celso Furtado encontrou uma nação dividida entre a orientação democrática do presidente Edvard Benes, bem como do ministro das Relações Exteriores Jan Masaryk, e o domínio político em âmbito nacional do Partido Comunista. A sociedade tcheca era simpática aos comunistas porque a União Soviética não apoiara a conferência de Munique. Na capital da Baviera, em 1938, lideranças políticas da Alemanha, França, Inglaterra e Itália cancelaram a anexação realizada pelos alemães de parte do território da Tchecoslováquia. A região dos Sudetos, parte anexada pelos nazistas, voltou ao domínio político e administrativo tcheco com o fim da Guerra. Para os tchecos, a União Soviética era a grande responsável por livrar o país do jugo nazista. No entanto, a despeito dessa simpatia, Furtado estabeleceu contato com cidadãos que procuravam demonstrar às delegações estrangeiras do festival da juventude que a Tchecoslováquia era uma nação democrática nos mesmos moldes das nações ocidentais. O intelectual brasileiro conheceu *in loco* uma população que convivia sob influência direta dos soviéticos, mas que ao mesmo tempo resistia ao projeto político e ideológico do regime stalinista.

A outra experiência no Leste Europeu ocorreu na Iugoslávia. Nesse imediato pós-guerra, a juventude iugoslava estava engajada na construção de uma via férrea na região mais empobrecida do país. Celso Furtado entrou no país como membro de uma brigada internacional de trabalhadores voluntários. Nessa viagem, o intelectual acompanhou como a propaganda massiva dos comunistas contribuía para mobilizar a população em torno das obras de reconstrução do país. Os iugoslavos não falavam idiomas ocidentais. A barreira linguística impediu em grande medida que Celso Furtado estabelecesse contatos mais profundos com os populares que discutiam livremente os problemas de interesse comum. Ainda assim, o intelectual pode avaliar como o projeto político, econômico e ideológico dos comunistas era levado a cabo nessa região central dos Bálcãs.

Além de Celso Furtado ter analisado que a propaganda mantinha a população em estado permanente de revolução psicológica, o intelectual observou de perto outros dois aspectos: primeiro que o governo revolucionário do país era apoiado basicamente pelos

jovens e pelo proletariado. No ambiente urbano, as antigas elites e a burguesia não se comprometiam com os esforços para o progresso material e cultural empreendidos pelos comunistas. No campo, por sua vez, as classes camponesas eram inertes às iniciativas do governo. O segundo aspecto observado foi o tipo de dinâmica que os comunistas estabeleciam para a divisão do trabalho. Sobre as mulheres que trabalhavam nas obras da via férrea, Furtado pontuou: “Estou aos poucos me acostumando a ver essas pequenas delicadas e graciosas de picareta na mão”. E completa: “Aqui se pode compreender que quando os homens se unem por ideais superiores e comungam o mesmo sacrifício no trabalho se elevam acima da média comum.”⁴³⁷ A Iugoslávia foi para o intelectual brasileiro um “laboratório de experiências sociais”⁴³⁸.

A última parada do giro de Furtado pela Europa foi na Inglaterra. De Londres, o intelectual avaliou o processo de reconstrução da Grã-Bretanha que, desde a segunda metade do século XVIII, ocupava uma posição de destaque no cenário econômico mundial. O clima social, político e econômico da região foi aferido, sobretudo, a partir dos jornais locais. Para o intelectual brasileiro, a realidade britânica do imediato pós-guerra era marcada por dois fatos: a perda dos privilégios econômicos que mantiveram a estabilidade das instituições liberais britânicas no período anterior à Segunda Guerra; e a instabilidade dos trabalhadores urbanos, cujas ações oscilavam entre deixar a Grã-Bretanha e enfrentar a situação econômica nas ilhas. Esses aspectos explicavam as dificuldades experimentadas pelo governo britânico no processo de recuperação das perdas e dos desgastes gerados pela guerra no âmbito social e econômico. A partir dessas viagens, Celso Furtado analisou empiricamente as reações, os constrangimentos e as aderências que os modelos capitalista e comunista despertavam na sociedade europeia.

A última dimensão ocorreu em relação aos escritos sobre a realidade brasileira. No Rio de Janeiro, durante a graduação, Celso Furtado complementava sua renda trabalhando como jornalista no *Correio da Manhã* e na *Revista da Semana*. Nesse período, o intelectual escrevia sobre temas e domínios variados. De Paris, as colaborações continuaram e ganharam teor especializado. As contribuições intelectuais de Furtado eram publicadas em três periódicos: *Revista da Semana*; *O Observatório Econômico e Financeiro*; e *Revista Panfleto*. O refinamento teórico adquirido na Sorbonne e as experiências práticas alcançadas nas viagens pela Europa, abrandaram em muitos sentidos suas concepções individualistas, fruto de sua formação jurídica. A partir das

⁴³⁷ FURTADO, Celso. Diários Intermitentes (1937-2002). Op. Cit. p.101.

⁴³⁸ Idem, p.99.

contextualizações históricas presentes em suas novas análises, os aspectos sociais passaram a ganhar dimensão cada vez mais central em suas reflexões⁴³⁹.

Essa educação no âmbito teórico e das vivências em distintos contextos alargou os horizontes de Celso Furtado. Em julho de 1948, depois de concluir o doutorado, o intelectual retornou ao Brasil com o projeto de seguir carreira docente. No entanto, no início de 1949, Furtado mudou os planos e decidiu se juntar à equipe de economistas da recém fundada Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), organismo das Nações Unidas sediado no Chile. O intelectual permaneceu na Cepal até 1958. Durante esse período, ao lado de um seleto grupo de economistas liderado pelo argentino Raúl Prebisch, Furtado ajudou a criar a primeira escola de pensamento econômico da América Latina. As teses formuladas na Cepal sobre distintas dinâmicas de desenvolvimento econômico e social em países do centro e da periferia do capital tiveram destacada influência em muitos governos latino-americanos, nos anos 1950. Os economistas cepalinos defendiam que as estruturas social e econômica dos países periféricos determinavam um modo *sui generis* de desenvolvimento industrial. Para eles, o baixo nível de industrialização era o principal fator que levava uma nação a figurar como subdesenvolvida. O conjunto dessas experiências internacionais “desprovincializou” as análises de Celso Furtado em relação aos problemas sociais e econômicos do Brasil.

As formulações do intelectual a respeito dos componentes necessários para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil entusiasmaram técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco do Brasil e de outros organismos federais que refletiam estratégias para o desenvolvimento econômico nacional. A liderança intelectual de Celso Furtado levou alguns desses técnicos a migrarem para a cidade do Recife. Entre aqueles que nasceram em outros estados e realizaram igualmente uma migração profissional intermitente figuravam, por exemplo, o mineiro Jader Figueiredo de Andrade e Silva, economista do BNDE, cujo primeiro deslocamento para a cidade do Recife ocorreu para realizar os estudos universitários na Escola de Economia do Recife; e o paraibano Juarez Farias, economista do BNDE, que completou a educação básica no Recife antes de migrar para o Rio de Janeiro. No âmbito dos deslocamentos exclusivamente profissionais, figurava o alagoano Mario Magalhães da Silveira, conceituado médico sanitário do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde⁴⁴⁰. A partir de 1959, somando-se a outros

⁴³⁹ FURTADO, Celso. Obra autobiográfica. Op. Cit.

⁴⁴⁰ Entre os principais interlocutores de Celso Furtado na Sudene que realizaram migração de cunho exclusivamente profissional constavam ainda Luiz Gorjão Vasconcelos e Nailton Santos.

especialistas pernambucanos e estrangeiros, esses técnicos assumiram posições de destaque na Sudene. Os trabalhos e reflexões realizados no âmbito da autarquia, principal espaço de sociabilidade intelectual desses migrantes de cunho profissional, eram realizados sob a estrita orientação de Celso Furtado.

De modo similar, na esfera das migrações em que os deslocamentos ocorreram na juventude para cursar a universidade, havia igualmente aqueles cuja “desprovincialização” ocorreu a partir da assimilação das *ideias de novo tipo* em relação às *questões nordestinas*. A liderança intelectual de Gilberto Freyre, por exemplo, foi fundamental para a orientação das carreiras acadêmicas do potiguar Nilo de Oliveira Pereira, do alagoano Estevão Ferreira Pinto e do paraibano Olívio Bezerra Montenegro. Em 1950, ano em que ingressaram como professores na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, eles já eram personagens de destaque no cenário intelectual e político pernambucano. Nilo Pereira havia sido secretário de governo durante a interventoria de Agamenon Magalhães; professor do Ginásio Pernambucano, posto que ocupava desde o final da década de 1930; e cultivava posição proeminente nas redações dos principais jornais da capital pernambucana. Estevão Pinto ocupava o posto de professor catedrático de história geral no Ginásio Pernambucano desde 1926. Olívio Montenegro, por sua vez, havia sido promotor público no interior do estado; juiz de direito em Recife; e, igualmente, professor catedrático no Ginásio Pernambucano desde os anos 1920. Esses intelectuais mantinham estreitos vínculos de amizade e de afinidades intelectuais com o mestre de Apipucos. Eles levaram para a Faculdade de Filosofia de Pernambuco, em conjunto com outros intelectuais do mesmo círculo de amizades, as ideias de Gilberto Freyre sobre o uso das pesquisas sociais como meio para entender e equacionar os problemas socioeconômicos da região Nordeste.

4.3. Os principais atores, os intelectuais que nasceram na cidade do Recife

A experiência dos deslocamentos também informou o percurso formativo dos intelectuais do subdesenvolvimento nascidos na capital pernambucana. Entre os dezenove personagens da nossa amostra, figuravam trajetórias individuais marcadas por vivências no exterior; nos engenhos da Zona da Mata; e em outros estados. Os intelectuais cuja formação foi realizada exclusivamente na cidade do Recife assimilaram e realizaram

Destacamos, no entanto, que não encontramos dados biográficos suficientes para a elaboração do perfil intelectual desses técnicos.

sínteses, a partir de suas próprias experiências, das novas ideias e vivências trazidas de fora e compartilhadas nos espaços de sociabilidade intelectual da cidade. A respeito do primeiro perfil, vejamos a trajetória de Gilberto Freyre⁴⁴¹. O intelectual nasceu no dia 15 de março de 1900, em um antigo sobrado na Estrada dos Aflitos. Durante a primeira infância, a principal referência intelectual de Gilberto Freyre era o pai, Alfredo Freyre. No início do século XX, o patriarca da família acumulava prestígio social pelas atividades no âmbito jurídico e educacional. A família Freyre era remediada. Alfredo Freyre era filho de um comissário do açúcar que ao longo da vida havia acumulado algumas propriedades no campo e na cidade. No entanto, depois de morrer, não deixou o filho em situação financeira confortável. A matriarca da família, Francisca Teixeira de Mello, descendia de família abastada e destacada no cenário local. Mas a morte do pai, quando ela era ainda jovem, levou a família a conviver com problemas de ordem financeira. Na nova realidade econômica em que Alfredo Freyre e Francisca Teixeira criaram os três filhos, o trunfo social vinha por meio da carreira acadêmica e jurídica do patriarca da família. Essa condição social e econômica foi decisiva para Alfredo Freyre orientar, desde cedo, a educação de Gilberto Freyre para a carreira acadêmica.

Gilberto Freyre cursou a educação básica no Colégio Americano Gilreath, onde o seu pai havia sido diretor e mantinha estreitas ligações com os professores estrangeiros. No ambiente escolar, o jovem foi inserido em um contexto pedagógico que o ligava tanto à realidade social, política e econômica do Brasil quanto à dos Estados Unidos. Gilberto Freyre passava a maior parte do dia no Gilreath. Além de desenvolver as atividades curriculares, ele cumpria tarefa de instrutor de latim para estudantes que apresentavam dificuldades com a matéria. Em função das relações de Alfredo Freyre com a instituição, o filho era isento de pagar as mensalidades. Para os alunos bolsistas, a direção do Colégio estabelecia essas atividades extracurriculares como complemento para sua formação moral.

As experiências no Gilreath marcaram a formação intelectual de Gilberto Freyre em diferentes domínios. Ele aprofundou incursões que já havia começado na biblioteca do pai. A prática da leitura de contistas franceses, de clássicos da literatura nacional, de autores portugueses e anglo-saxões, entre outros, levaram Freyre a desenvolver o hábito

⁴⁴¹ As informações biográficas a respeito da trajetória Gilberto Freyre se fundamentam em: LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guilherme. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900 – 1936. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Essa biografia apresenta um amplo leque de documentos produzidos por Gilberto Freyre ao longo do período em que a narrativa estabelece como recorte de análise da vida do Mestre de Apipucos.

da escrita. As primeiras contribuições do jovem intelectual foram publicadas no *Lábaro*, jornal da Sociedade Literária Joaquim Nabuco, formada pelos estudantes do Gilreath. Gilberto Freyre foi o primeiro redator-chefe da publicação que contava com artigos dos membros da Sociedade Literária estudantil, bem como por informes e notícias do colégio. No primeiro texto que publicou no periódico, em agosto de 1916, três anos depois de sua fundação, Freyre escreveu sobre as eleições norte-americanas. Desde tenra idade, ele demonstrava interesse em escrever sobre o cenário internacional. O refinamento dos textos que escrevia aproximou Gilberto Freyre de proeminentes intelectuais. Entre as várias interlocuções que o estudante estabeleceu ao longo da educação básica, a mais significativa foi a realizada com o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima. No último ano do colegial, Freyre e Oliveira Lima se encontraram pessoalmente para efetivar o convite para o diplomata ser paraninfo de sua turma. A partir desse encontro, as trocas intelectuais passaram a ser frequentes. Nos anos que se seguiram, o diplomata passou a ser uma das principais referências intelectuais do jovem estudante. Esse universo formativo provocou em Gilberto Freyre, de forma precoce, um distanciamento crítico em relação aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais do Brasil, dimensão que foi aprofundada nos anos em que morou no exterior.

O primeiro deslocamento realizado pelo jovem intelectual ocorreu para os Estados Unidos, em abril de 1918. O destino de Gilberto Freyre foi o estado norte-americano do Texas, onde ingressou na Universidade de Baylor. A vida universitária do intelectual pernambucano no interior dos EUA foi breve, mas intensa. Freyre concluiu a graduação em dois anos. Nesse período, continuou as atividades jornalísticas escrevendo para vários periódicos, entre eles: *Diário de Pernambuco*; *Revista do Brasil*, editada em São Paulo; *Brazilian-American*, editada no Rio de Janeiro; e *El Estudiant*, em Michigan⁴⁴². Os temas abordados nos artigos abrangiam análises a respeito da dinâmica cultural e das instituições norte-americanas, quase sempre em contraponto às realidades brasileira e latino-americana. Freyre também manteve contato com um número expressivo de intelectuais. O professor de literatura inglesa, A.J. Armstrong, um dos mais prestigiados professores da Universidade de Baylor, estabeleceu um forte vínculo de amizade com o estudante pernambucano. Essa amizade facilitou a rápida adaptação de Freyre ao universo acadêmico norte-americano. Por meio do eminente professor, o jovem estudante conseguiu um posto de instrutor de língua francesa na universidade; e conheceu

⁴⁴² The Bear Trail apud LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guilherme. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900 – 1936. Op.cit. p. 99-100.

pessoalmente, entre outros intelectuais, poetas do porte do irlandês William Butler Yeats; dos estadunidenses Nicholas Vachel Lindsay e Amy Lowell; e do indiano Rabindranath Tagore. Com alguns deles, como foi o caso da poetiza Amy Lowell, o estudante cultivou uma profícua interlocução intelectual indo, inclusive, visitá-la em sua residência na cidade de Boston.

Gilberto Freyre imergiu completamente no universo acadêmico norte-americano. No final do segundo ano, em vias de concluir a graduação em Artes Liberais, o intelectual decidiu permanecer nos EUA para dar continuidade a sua formação universitária. A decisão foi apoiada pelo diplomata Oliveira Lima, com quem o jovem intelectual compartilhava as experiências vivenciadas em Baylor. Para Freyre, o diplomata pernambucano era um dos mais notáveis pensadores sul-americanos. Os pontos de vista de ambos nem sempre convergiam, mas a opinião de Oliveira Lima era levada em alta conta pelo jovem intelectual. De posse do diploma e de uma carta de recomendação do reitor de Baylor, Samuel Palmer Brooks, Gilberto Freyre embarcou para Nova York, onde ingressou na Universidade de Columbia com o objetivo de aprofundar os estudos no domínio das humanidades, sobretudo em história e ciências sociais.

O jovem intelectual descortinou uma nova realidade em Nova York. Na grande metrópole, encontrou uma efervescente dinâmica urbana. A densidade populacional, os museus e bibliotecas, os parques e monumentos, a vida noturna com bares e cafés se somavam ao universo intelectual da Universidade de Columbia. A cidade se revelava ao mesmo tempo deslumbrante e assustadora. O caráter das novas descobertas, antes conhecidas em grande medida por meio da leitura de livros e periódicos, contribuiu de forma significativa para o movimento de “desprovincialização” de Freyre⁴⁴³. Nesse processo, a universidade de Columbia colaborou fornecendo os componentes teóricos para as análises que o intelectual passou a desenvolver a respeito da moderna Nova York e da provinciana Recife. As interlocuções estabelecidas com professores do porte da escritora e professora de literatura Dorathy Scarborough, do sociólogo Franklin Giddings, do antropólogo Franz Boas e do historiador William Robert Shepherd, entre outros,

⁴⁴³ A conclusão de que as experiências de Gilberto Freyre no exterior foram determinantes para o seu processo de “desprovincialização” intelectual foi apresentada por Peter Burke. O historiador inglês mobiliza o intelectual pernambucano como uma das personagens analisadas em: *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. Op. Cit. Da mesma forma, mas sem mobilizar o conceito de “desprovincialização”, os biógrafos do intelectual pernambucano chegam a mesma conclusão. Ver a respeito: “LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guilherme. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900 – 1936. Op.cit.

levaram o intelectual pernambucano a articular em seus escritos um viés que combinava aspectos literários, históricos, sociológicos e etnográficos. Essas experiências no âmbito urbano e acadêmico produziram marcas indeléveis na formação intelectual de Freyre. O olhar crítico do observador social, cujas primeiras manifestações foram levadas a cabo no jornal estudantil da Sociedade Literária Joaquim Nabuco, passava a ser revestida de um sofisticado arcabouço conceitual.

Depois de concluir o ciclo de estudos em Columbia, defendendo dissertação intitulada *Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*, sob orientação do historiador William Robert Shepherd, Gilberto Freyre embarcou para Europa. Entre julho de 1922 e março de 1923, o estudante pernambucano incursionou pelo universo intelectual europeu a partir de experiências na França, Alemanha, Inglaterra e Portugal. Freyre não estabeleceu vínculo institucional com as universidades europeias. Os caminhos percorridos nesses países foram marcados por contatos com a intelligentsia, visitas a museus e exposições, bem como frequência em palestras e cursos. Nessas imersões, o jovem pernambucano acompanhou como a elite culta europeia se manifestava diante dos desafios do pós-guerra nos planos econômico, político e cultural. A Europa foi um ponto privilegiado de observação a respeito da função social da intelectualidade a partir de diferentes perspectivas. Nos meses em que permaneceu em Paris, por exemplo, Freyre estabeleceu estreitos contatos com intelectuais ligados à Action Française.

O movimento, fundado no final do século XIX, era liderado por membros da aristocracia que se ressentiam com a perda de espaço político durante a Terceira República Francesa⁴⁴⁴. No início da década de 1920, as atuações na imprensa, na literatura e na universidade contribuíram para que o grupo passasse a contar com o apoio, entre outros, de profissionais liberais, religiosos católicos e de comerciantes empobrecidos, insatisfeitos com os direcionamentos do regime republicano. Em associação com políticos da direita conservadora, o movimento tinha entre suas pautas a descentralização cultural e a autonomia administrativa das províncias francesas, reivindicações vistas como meios de reestabelecer o prestígio das elites regionais⁴⁴⁵. Os princípios do movimento regionalista francês e a forma como suas lideranças intelectuais se colocavam no debate público causaram grande impacto para o pensamento e a ação intelectual de Freyre. Essa e as demais experiências que o intelectual pernambucano vivenciou no

⁴⁴⁴ A Terceira República Francesa vigorou entre setembro de 1870 a julho de 1940.

⁴⁴⁵ As informações a respeito da Action Française se fundamentam igualmente em: “LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guilherme. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900 – 1936. Op.cit.

exterior forneceram os recursos científicos e, em grande medida, também ideológicos que passaram a informar suas atividades intelectuais e políticas no Brasil.

Depois da longa temporada de estudos no exterior, finalizada com os meses que passou na Europa, Gilberto Freyre retornou para a cidade do Recife. No primeiro momento, sua ação intelectual se deu na imprensa, sobretudo na coluna que mantinha no *Diário de Pernambuco*. Em 1923, círculos da intelectualidade local promoviam um movimento de renovação cultural a partir de várias frentes. Na literatura, havia as contribuições de Mário Sette, Humberto Carneiro e Ascenso Ferreira. No teatro, as obras de Valdemar de Oliveira e Samuel Campello. Na música, as composições de Nelson Ferreira. Nas artes plásticas, as pinturas de Fédora do Rego Monteiro e Manoel Bandeira⁴⁴⁶. No jornalismo cultural, as críticas de Joaquim Inojosa e Joaquim Cardozo. No imediato pós-regresso, Freyre publicava em sua coluna crônicas jornalísticas em que criticava sobretudo o processo de modernização da capital pernambucana, identificado como desconectado da realidade cultural local. Para o jovem intelectual, o processo de renovação cultural e as reformas urbanas deveriam valorizar e defender os elementos das tradições nordestinas. A ampla repercussão das críticas de Freyre no âmbito do movimento de renovação cultural local, cujas produções defendiam o mesmo princípio de valorização das tradições nordestinas, fez o jovem intelectual se estabelecer como uma figura proeminente no cenário cultural pernambucano.

Nos anos que se seguiram, Freyre atuou em várias frentes. Em 1924, o intelectual foi um importante articulador do Centro Regionalista do Nordeste. Em 1926, depois do I Congresso Regionalista organizado pela entidade, publicou o Manifesto Regionalista, no qual expos a finalidade e os objetivos do movimento. Entre 1927 e 1930, no âmbito da política institucionalizada, exerceu a função de oficial-de-gabinete do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra. Em 1933, publicou *Casa Grande & Senzala*, livro em que reuniu suas principais teses a partir de uma perspectiva histórico-sociológica. No ano seguinte, organizou o I Congresso Afro-Brasileiro, evento que consolidou uma perspectiva que unia o conhecimento científico e o conhecimento tradicional nos estudos da cultura afro-brasileira. Em 1945, novamente no domínio da política institucionalizada, foi eleito deputado constituinte. A ação intelectual de Freyre nesses diferentes campos de atuação era marcada pela defesa do regionalismo tradicionalista. Essa concepção era pautada pela ferrenha contraposição à centralização política, econômica e cultural do eixo

⁴⁴⁶ Sobre o movimento de renovação cultural recifense na década de 1920, ver: CORREIA, Telma de Barros. Movimento Regionalista: programa, feitos e legado ao Recife. Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 2, p.79-116, jul./dez. 2022.

Rio-São Paulo. Essa orientação animou a criação do Instituto Joaquim Nabuco, onde Freyre acomodou pesquisadores e dirigentes com os quais compartilhava afinidades intelectuais. A postura e o protagonismo assumidos pelo Mestre de Apipucos no debate público inspiraram a “desprovincialização” de outros intelectuais do subdesenvolvimento nascidos na cidade do Recife. Vejamos aqueles cujas experiências no exterior foram igualmente decisivas para um novo olhar em relação as realidades nordestinas.

O antropólogo René Ribeiro, intelectual da primeira geração de pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco, consolidou sua vocação de pesquisador social a partir de estudos realizados nos EUA⁴⁴⁷. A incursão intelectual de Ribeiro pelo domínio das ciências sociais começou ainda na Faculdade de Medicina do Recife. Durante a graduação, estimulado por Ulysses Pernambucano, Ribeiro entrelaçava leituras das ciências médicas e sociais. Em 1933, no terceiro ano da Faculdade, Ribeiro leu o livro *Casa Grande & Senzala*. A obra descortinou para o estudante uma agenda de pesquisa que inicialmente ele conciliou com a prática da medicina. Ulysses Pernambucano era entusiasta colaborador e apoiador das ações intelectuais de Gilberto Freyre. O ilustre psiquiatra reforçou a orientação teórica apresentada em *Casa Grande & Senzala* desenvolvendo estudos no âmbito da medicina que valorizavam os aspectos sociais e culturais das manifestações religiosas afro-brasileiras. Em uma das iniciativas, Ulysses Pernambucano organizou uma equipe de pesquisa para analisar as atividades realizadas em centros espíritas e terreiros da cidade do Recife. René Ribeiro foi um dos integrantes da equipe. O estudo visava demonstrar às autoridades públicas que as religiosidades espírita e afro-brasileira não eram caso de polícia. Em outra, o psiquiatra presidiu o I Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Freyre. As iniciativas intelectuais de Ulysses Pernambucano estimularam o interesse de René Ribeiro pelo campo científico da etnopsiquiatria.

René Ribeiro concluiu a graduação em medicina e realizou especialização em psiquiatria. Em 1936, ingressou por meio de concurso público como auxiliar-técnico de higiene mental no Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, onde Ulysses Pernambucano era diretor. As atividades executadas pelos auxiliares-

⁴⁴⁷ As informações biográficas a respeito de René Ribeiro se fundamentam nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de René Ribeiro. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; na entrevista concedida pelo intelectual ao projeto “Quatro Décadas de História”, da Fundação Joaquim Nabuco. A entrevista foi realizada em 16/03/1989; bem como nas informações que constam no artigo: MOTTA, Roberto. René Ribeiro (1914-1990). Op. Cit.

técnicos do Serviço de Higiene Mental consistiam, entre outras incumbências, visitar terreiros e centros espíritas da capital pernambucana para examinar as práticas religiosas. A orientação era verificar se os médiuns eram psicopatas, místicos ou se as manifestações mediúnicas eram provocadas por delírios. A associação dessas manifestações religiosas a patologias foi revista em 1940. Nesse início de década, o antropólogo norte-americano Melville J. Herskovits realizou uma conferência em Recife na qual argumentou que a orientação seguida pelos médicos do Serviço de Higiene Mental era inadequada. Para o antropólogo, as manifestações mediúnicas deveriam ser enquadradas como respostas psicológicas a situações socioculturais. As ideias de Melville J. Herskovits tiveram desdobramento prático no percurso formativo de René Ribeiro. Primeiro, pela reorientação promovida por Ulysses Pernambucano nas ações dos auxiliares-técnicos de higiene mental, que passaram a conduzir as atividades nos centros espíritas e nos terreiros da capital pernambucana a partir da perspectiva teórica do antropólogo norte-americano. Depois, por ter contribuído para René Ribeiro desenvolver a percepção de que a antropologia era o campo científico apropriado para o estudo e compreensão das manifestações mediúnicas analisadas pelos auxiliares-técnicos do Serviço de Higiene Mental.

Nos anos que se seguiram, René Ribeiro delimitou seu campo de interesse às manifestações religiosas afro-brasileiras. Em 1947, o intelectual brasileiro migrou para os EUA para realizar um mestrado na Universidade Northwestern, sob orientação de Melville Herskovits. Durante os dois anos que permaneceu no exterior se especializando no domínio da antropologia, René Ribeiro escreveu a tese: *Cultos Afro-Brasileiros do Recife: Um Estudo de Ajustamento Social*⁴⁴⁸. Os dados sobre os terreiros da capital pernambucana que fundamentaram a tese foram coletados durante o período em que o intelectual trabalhava no Serviço de Higiene Mental. A orientação do antropólogo norte-americano foi decisiva para que René Ribeiro desenvolvesse um novo olhar para a realidade nordestina, sobretudo a realidade das comunidades de terreiro. As novas perspectivas teóricas e metodológicas que passaram a informar as atividades de pesquisa de Ribeiro o levaram a atuar como antropólogo e etnógrafo no Instituto Joaquim Nabuco e na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, respectivamente.

⁴⁴⁸ A tese traduzida para o português foi uma das primeiras publicações do IJPS. Ver: Ribeiro, René. *Cultos afrobrasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1952.

De modo semelhante, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello completou o processo de “desprovincialização” no exterior⁴⁴⁹. Desde cedo, ele teve a carreira intelectual direcionada pelo primo, Gilberto Freyre. A primeira experiência de José Antônio Gonsalves com pesquisa histórica ocorreu no final da adolescência. A partir da orientação de Freyre, o jovem estudante trabalhou no levantamento de parte da documentação que fundamentou a escrita do livro *Casa Grande & Senzala*. Essa iniciação ao universo da pesquisa contribuiu para José Antônio Gonsalves adquirir maior interesse pela história colonial do Brasil. As leituras que eram de cunho diletante foram ganhando impulso e viés profissional. No primeiro momento, com a sugestão de Freyre para o jovem secundarista aprender o idioma holandês e a se dedicar especialmente ao estudo da ocupação holandesa à cidade do Recife. Depois, com a participação no I Congresso Afro-Brasileiro do Recife com o texto “A situação do negro sob o domínio holandês”⁴⁵⁰. Na década seguinte, as incursões intelectuais de José Antônio Gonsalves ganharam cunho profissional. Em 1940, o intelectual pernambucano e o historiador e escritor José Honório Rodrigues, em parceria com refugiados holandeses, fundaram o Instituto Brasil-Holanda, no Rio de Janeiro. Em 1947, depois de anos pesquisando sobre a história do período holandês em arquivos de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, o intelectual publicou seu primeiro livro: *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*⁴⁵¹.

Nesse final de década, José Antônio Gonsalves era reconhecido por amplos setores da intelectualidade brasileira como um dos principais especialistas da história da ocupação holandesa no Nordeste. No entanto, o intelectual conciliava as atividades de pesquisa com as de funcionário público do IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado). Ele passou a se dedicar exclusivamente ao ensino e à pesquisa histórica depois da estadia de pesquisa em arquivos europeus. No período em que permaneceu no exterior, José Antônio Gonsalves coletou, organizou e deu significado a

⁴⁴⁹ As informações biográficas a respeito de José Antônio Gonsalves de Mello se fundamentam nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de José Antônio Gonsalves de Mello. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; GASPAREL, Lúcia; GONSALVES DE MELLO, Diva. José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002): cronologia e bibliografia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012; bem como na documentação do arquivo particular de José Antônio Gonsalves de Mello salvaguardado no Instituto Ricardo Brennand, Recife-PE.

⁴⁵⁰ Texto republicado em: MELLO, José Antônio Gonsalves de. A situação do negro sob o domínio Holandês: In FREYRE, Gilberto. Novos Estudos Afro-Brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

⁴⁵¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

amplo conjunto de fontes que os arquivos europeus possuíam a respeito do Nordeste. Esse trabalho realizado à distância ampliou os horizontes de José Antônio Gonsalves em relação às possibilidades de destacar as realidades nordestinas do passado e do presente no cenário das novas interpretações desenvolvidas sobre o Brasil em meados do século XX. Esse novo olhar sobre as potencialidades da pesquisa histórica como meio de mudar a realidade nordestina levou o intelectual a ingressar no quadro de professores da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, onde passou a atuar em tempo integral a partir de 1953.

Fora desse círculo, cuja principal referência intelectual era Gilberto Freyre, o Maestro Mário Cândio também alargou seus horizontes a partir de experiência vivenciada no exterior⁴⁵². De origem humilde, o deslocamento do intelectual para a Europa foi proporcionado por uma bolsa de estudo do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1954, como prêmio por ter vencido um concurso de música organizado pelo governo federal, Mário Cândio saiu do Brasil para uma temporada de cinco anos de estudos no Conservatório Nacional Superior de Música de Paris e no Conservatório Internacional de Música e Arte dramática de Versailles. Durante os anos que morou na Europa, o intelectual ainda realizou cursos de aperfeiçoamento na Itália e na Áustria. Na França, além dos prêmios concedidos aos melhores estudantes do Conservatório Internacional de Música e Arte Dramática de Versailles, Mário Cândio conseguiu o posto de regente da Orchestre de Chambre International, uma prestigiada colocação no universo das orquestras parisienses. Essas experiências despertaram no intelectual a convicção de que a música poderia ser um agente transformador na vida de outras crianças pobres da cidade do Recife. Em 1959, com trinta e dois anos de idade, Mário Cândio retornou ao Brasil. A ideia de transformar a realidade social da capital pernambucana foi o que levou o intelectual a militar nas fileiras do Movimento de Cultura Popular do Recife a partir de 1960 e a se destacar como um dos principais intelectuais do subdesenvolvimento.

Entre os personagens da nossa amostra que nasceram na cidade do Recife, mas passaram a infância nos engenhos da Zona da Mata ou migraram temporariamente na idade adulta para outros estados, o processo de “desprovincialização” foi semelhante a experiência vivenciada por aqueles que nasceram no interior pernambucano e em outros

⁴⁵² As informações biográficas a respeito do Maestro Mário Cândio se fundamentam em artigo publicado no site da Prefeitura da Cidade de Olinda, em 15 de abril de 2005. Ver: “O REGENTE PATRIMÔNIO DE OLINDA”, escrito pela jornalista Ana Paula Gomeze. Disponível: http://www.olinda.pe.gov.br/portal/listar_pagina_link.php?idPagina=41&idSecao=23. O autor desta tese cruzou as informações apresentadas no artigo citado com dados biográficos do Maestro Mário Cândio que constam na documentação do MCP.

estados e depois migraram para o Recife. João Cabral de Melo Neto figura como um dos intelectuais do subdesenvolvimento que nasceu na capital pernambucana, mas passou a infância nos engenhos da família na Zona da Mata. No caso do poeta, os sucessivos deslocamentos para o Recife, Rio de Janeiro e Barcelona desenvolveram nele um distanciamento crítico em relação a sua origem de classe. As experiências em diferentes contextos urbanos e diferentes círculos intelectuais levaram João Cabral a alargar seus horizontes, cujo resultado foi a elaboração de uma nova leitura sobre as mazelas sociais do povo nordestino⁴⁵³. O outro personagem que nasceu em Recife e viveu a infância na região açucareira da Zona da Mata foi o intelectual Mauro Mota. No entanto, diferente do processo de “desprovincialização” de João Cabral, marcado pelo distanciamento crítico de sua origem de classe, Mauro Mota teve o percurso balizado pela mediação entre as experiências rurais e urbanas⁴⁵⁴.

O intelectual tinha ascendência aristocrática. A avó paterna, Tereza Alexandrina Cabral de Melo, descendia de tradicional família da aristocracia pernambucana. Ela era herdeira de grandes proprietários de terras. Tereza Alexandrina era irmã do avô de João Cabral de Melo Neto. No entanto, o patrimônio herdado foi arruinado ainda em vida por negócios malsucedidos do marido, João Feliciano. Para um dos filhos, José Feliciano, pai de Mauro Mota, restou como herança a boa educação formal com estudos superiores na Faculdade de Direito do Recife, alguns parentes com prestígio social e um casarão no município de Nazaré da Mata. Esses elementos contribuíram para Mauro Mota, apesar da origem social, crescer em um ambiente economicamente remediado. A decadência econômica, agravada pela morte do pai no início da adolescência, impôs a Mauro Mota um precoce amadurecimento intelectual.

O jovem estudante passava parte de seu tempo livre na biblioteca pública da cidade. Nela, lia os clássicos da literatura, os principais jornais locais e da capital pernambucana, além de revistas de circulação nacional. Essas leituras foram as primeiras incursões de Mauro Mota no universo intelectual. Nesse espaço de sociabilidade

⁴⁵³ Vide as análises desenvolvidas no item 1.2 do primeiro capítulo desta tese.

⁴⁵⁴ As informações biográficas a respeito de Mauro Mota se fundamentam em: GASPAR, Lúcia (org.). A presença de Mauro Mota no acervo da Fundação Joaquim Nabuco: inventário documental, 1927-2010. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011; QUINTAS, Fátima. Em torno de Mauro Mota. Recife: sem editora, 2014; AMARAL, Tércio de Lima. É impossível substituir uma amizade fraternal: as conquistas de um intelectual em uma biografia de Mauro Mota (1908-1983), 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021; Entrevista concedida pelo antropólogo Roberto Motta, filho mais velho de Mauro Mota, ao autor desta tese. A entrevista foi intermediada pela Presidente da Academia Pernambucana de Letras, Dra. Margarida Cantarelli. O encontro ocorreu em 3 de maio de 2019, na residência do Dr. Roberto Motta.

interiorano, o estudante escreveu os primeiros versos e as primeiras crônicas. Mas foi na cidade do Recife que o intelectual descobriu a vocação para o mundo das letras. O deslocamento para a capital pernambucana, para dar continuidade a formação escolar básica, proporcionou ao jovem estudante acompanhar de perto os desdobramentos culturais do movimento regionalista. No final da década de 1920, nos últimos anos do colegial, o intelectual começou a publicar seus textos no *Timbauba-Jornal* e na *A voz de Nazareth*, periódicos que circulavam na região da Mata Norte pernambucana. Na esteira do movimento regionalista, essa produção intelectual destacava elementos folclóricos e telúricos da região Nordeste. O sucesso das publicações abriu espaço na cena cultural recifense para o jovem poeta. Na capital pernambucana, os textos de Mauro Mota passaram a figurar nas revistas de crônicas *A Pihéria* e *Revista da Cidade*, bem como nos periódicos *Diário da manhã* e *Diário de Pernambuco*. Mauro Mota incursionou também no domínio da crítica literária, cujos trabalhos levaram o intelectual a assumir, no final da década de 1940, a direção do *Suplemento Literário do Diário de Pernambuco*.

A evocação do cotidiano, das paisagens e das tradições do Nordeste atraiu a atenção e a simpatia dos intelectuais que orbitavam em torno de Gilberto Freyre. A partir dos vínculos profissionais e de amizade construídos com esse grupo, Mauro Mota deu novos sentidos a sua produção intelectual. Na década de 1950, ele acompanhou de perto o início das atividades do Instituto Joaquim Nabuco. A importância assumida pelas reflexões sociológicas, nos círculos intelectuais freyrianos, para o estudo das “questões nordestinas”, levou o intelectual a dotar sua produção literária e ensaística com elementos de crítica social. O Nordeste de seus versos e de sua prosa passou a ser inspirado na mediação entre as próprias experiências, as experiências dos novos amigos e as pesquisas desenvolvidas no âmbito do IJPS, instituição que passou a dirigir a partir de 1956.

Entre os intelectuais do subdesenvolvimento que realizaram deslocamentos intermitentes para outros estados, as experiências trazidas de fora ensejaram as suas respectivas formas de ação intelectual em relação à realidade urbana da cidade do Recife. No percurso de formação do sociólogo Francisco de Oliveira⁴⁵⁵, a passagem pelos quadros do Banco do Nordeste, em Fortaleza, foi decisiva para o seu processo de “desprovincialização”. O deslocamento para o estado vizinho ocorreu depois da

⁴⁵⁵ As informações biográficas a respeito de Francisco de Oliveira se fundamentam na entrevista concedida ao historiador Glauber Cícero Ferreira Biazo. Entrevista publicada em: Biazo, G. C. F. Francisco de Oliveira: Memória narrativa e fisionomia intelectual. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. V. 65 (2019): MAI/AGO.

conclusão do curso de ciências sociais, realizado na Universidade do Recife. Na capital cearense, na sede do banco, o intelectual atuou no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Durante os anos que permaneceu na instituição, o sociólogo trabalhou com técnicos de diferentes partes do Brasil; realizou viagens de estudos pelo Nordeste; além de estágios de formação econômica em instituições ligadas ao governo federal. Essas experiências possibilitaram o intelectual desenvolver um olhar crítico e técnico sobre as realidades sociais e econômicas do Nordeste. A consciência que o sociólogo adquiriu sobre a região nordestina pautou a sua decisão de trabalhar com o economista Celso Furtado na Sudene.

Do mesmo modo, o médico Arnaldo Cavalcanti Marques teve a trajetória intelectual marcada por experiências em outro estado⁴⁵⁶. O intelectual era filho do Dr. João Paulino Marques Júnior, primeiro médico negro a exercer a profissão no estado de Pernambuco. O Dr. João Paulino foi um dos mais conceituados clínicos do Brasil no início do século XX⁴⁵⁷. Esse prestígio e a condição econômica decorrente dele renderam aos filhos uma sólida educação básica. Essa formação possibilitou a Arnaldo Marques realizar o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Na capital federal dos anos 1920, o papel das ideias médico-higienistas no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, em curso desde o início do século XX, desenvolveu no intelectual o interesse de direcionar sua formação para a clínica médica, especialidade que o colocava mais próximo dos setores marginalizados da sociedade. De volta à capital pernambucana, a ação intelectual de Arnaldo Marques girou em torno quase que exclusivamente da atividade docente na Faculdade de Medicina do Recife e do atendimento em instituições públicas. Na década de 1950, essa orientação intelectual aproximou Arnaldo Marques dos professores católicos da Faculdade de Filosofia do Recife. As afinidades intelectuais com Germano Coelho levaram o médico a um lugar de destaque no Movimento de Cultura Popular.

Dos intelectuais do subdesenvolvimento, cuja formação e trajetória profissional foram realizadas exclusivamente na cidade do Recife, o processo de “desprovincialização” ocorreu por meio do contato com as novas ideias trazidas de fora

⁴⁵⁶ As informações a respeito do Dr. Arnaldo Cavalcanti Marques se fundamentam em dados biográficos que constam em currículo, salvaguardado no arquivo da Academia Pernambucana de Medicina. Além desses dados, realizamos o cruzamento de elementos de sua biografia com dados da biografia de seu pai, Dr. João Paulino Marques Júnior, e de seu irmão, Dr. Ruy João Marques.

⁴⁵⁷ Conforme dados apresentados em: BARRETO, Luiz Gonzaga Braga. Participação de Pernambuco na Academia Nacional de Medicina (1829 a 2021). Recife: Coleção Jubileu de Ouro 4, novembro de 2021.

para os espaços de sociabilidade intelectual da capital pernambucana. No caso da psicóloga e educadora Ana Paes Barreto, por exemplo, o processo de “desprovincialização” ocorreu a partir das experiências vivenciadas ao lado de Ulysses Pernambucano no Instituto de Psicologia de Pernambuco a partir da segunda metade dos anos 1920⁴⁵⁸. O intelectual, além dos vínculos de parentesco e de amizade com Gilberto Freyre, havia sido uma espécie de discípulo do ilustre psiquiatra negro Juliano Moreira, durante os anos em que estudou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁴⁵⁹. As ideias de Ulysses Pernambucano a respeito dos novos direcionamentos que o estudo e a prática da psiquiatria e da psicologia deveriam seguir orientaram as ações intelectuais e profissionais de Ana Paes Barreto. Na década de 1950, essas ações ganharam novos estímulos a partir das interlocuções estabelecidas com Germano Coelho.

Já no percurso do educador Paulo Freire⁴⁶⁰, a Escola de Serviço Social de Pernambuco figurou como o primeiro polo de irradiação de novas ideias⁴⁶¹. No início da década de 1940, no período em que era estudante da Faculdade de Direito do Recife, o intelectual atuava como professor de língua portuguesa do colégio Oswaldo Cruz. Essa iniciação na atividade docente abriu espaço para o intelectual atuar em outras instituições voltadas ao ensino. Em 1947, depois de formado, o educador assumiu a direção do Departamento de Educação e Cultura do SESI (Serviço Social da Indústria). Para a carreira intelectual de Paulo Freire, essa instituição serviu como um espaço para o exercício das novas ideias que surgiram a partir de seu processo de “desprovincialização”. Em 1953, ao assumir a disciplina de Pedagogia e Relações Humanas na Escola de Serviço

⁴⁵⁸ As informações biográficas a respeito de Ana Paes Barreto se fundamentam nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Anna Paes Barreto. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Sobre a relação da intelectual com Ulysses Pernambucano, as informações constam em: Anita Paes Barreto. Biografia. Revista do Conselho Federal de Psicologia. Op. Cit.

⁴⁵⁹ Conforme dados apresentados em: Prof. Ulysses Pernambucano. Homenagem de Arquivos de Neuro-Psiquiatria. São Paulo. Revista da Academia Brasileira de Neurologia - ABNEURO. 02 Mar 2015 (Data da homenagem Mar 1944). Disponível em: In Memoriam • Arq. Neuro-Psiquiatr. 2 (1) • Mar 1944 • <https://doi.org/10.1590/S0004-282X1944000100001>

⁴⁶⁰ As informações biográficas a respeito de Paulo Reglus Neves Freire se fundamentam nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Paulo Reglus Neves Freire. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; bem como na biografia: GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biografia. Brasília: UNESCO, 1996.

⁴⁶¹ A respeito das experiências de Paulo Freire na Escola de Serviço Social de Pernambuco e a importância desse espaço de sociabilidade para a sua formação intelectual, ver: SOARES, Luana Barbara Cavalcanti. Paulo Freire e a escola de Serviço Social de Pernambuco. Recife: Ed. da Autora, 2022; Maria Barros Padilha, Helena. História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Social de Pernambuco, o intelectual passou a trabalhar com professores que contribuíram para alargar seu horizonte intelectual. A instituição era dirigida pelas professoras Maria de Lourdes Almeida de Moraes e Maria Dolores Cruz Coelho, ambas com experiências de formação no Rio de Janeiro. Entre os docentes, a instituição contava em seu quadro com Ana Paes Barreto e com o Pe. Almeri Bezerra, que havia realizado parte da formação intelectual na Europa, inclusive a partir de contatos com experiências do movimento operário em diferentes países.

Das interações e parcerias com esses intelectuais, sobretudo com o Pe. Almeri Bezerra e com Ana Paes Barreto, surgiram novas perspectivas de ação intelectual que Paulo Freire passou a desenvolver no SESI e nas outras instituições nas quais lecionou. A tomada de consciência para novos prismas de trabalho intelectual alçou o educador a Superintendência do SESI a partir de 1954 e ao Conselho Consultivo de Educação da cidade do Recife a partir de 1956. Experiências que ensejaram, no âmbito teórico, a escrita da tese “Educação e Atualidade Brasileira”⁴⁶², com a qual o intelectual participou do concurso para a cátedra de História e Filosofia da Educação, da Escola de Belas Artes do Recife, em 1959. A forma como Paulo Freire passou a entender o papel social de sua ação intelectual despertou nele o interesse de participar do Movimento de Cultura Popular do Recife.

Para outros intelectuais, o contato com as novas ideias ocorreu a partir de vivências interseccionadas em vários espaços de sociabilidade intelectual. O historiador Amaro Soares Quintas⁴⁶³, antes de fazer parte dos quadros das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, trabalhou com Nilo Pereira no Ginásio Pernambuco, com quem estabeleceu vínculos de amizade e de interlocução intelectual. Do mesmo modo, antes de fazer parte das mesmas instituições, o geógrafo Gilberto Osório de Andrade⁴⁶⁴ trabalhou com Nilo Pereira na redação do *Jornal do Comércio de Pernambuco*, onde se tornaram amigos. Na segunda metade da década de 1940, ambos os intelectuais frequentavam regularmente a casa de Mauro Mota, ponto de encontro da intelectualidade que orbitava em torno da figura de

⁴⁶²FREIRE, Paulo. Educação e Atualidade Brasileira. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife.

⁴⁶³ As informações biográficas a respeito de Amaro Soares Quintas se fundamentam nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Amaro Soares Quintas. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; QUINTAS, Fátima. Amaro Quintas, meu pai. Recife: CEPE, 2013.

⁴⁶⁴ As informações biográficas a respeito de Gilberto Osório de Andrade se fundamentam nos documentos que constam na Pasta Assentamento Individual de Gilberto Osório de Andrade. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE.

Gilberto Freyre. Desse modo, as sínteses que cada intelectual realizava das novas ideias variavam a partir de suas respectivas experiências individuais, bem como dos nichos sociais que frequentavam.

Os deslocamentos realizados pela elite do subdesenvolvimento estão no centro da nova sensibilidade intelectual em relação à pobreza. Essas experiências entreteceram, a partir de distintas orientações políticas e econômicas, uma nova ideia de Nordeste. Após a Segunda Guerra, em um contexto em que a população urbana da cidade do Recife tendia a ultrapassar rapidamente a população rural do interior do estado, esses intelectuais passaram a conceber uma nova perspectiva teórica em que a miséria e a pobreza eram elementos estéticos para interpretar as múltiplas dimensões da região. Nesse tempo histórico específico em termos de experiência intelectual acerca da pobreza, os processos diferenciados de “desprovincialização” marcaram a ruptura desses intelectuais em relação à consciência amena do atraso regional e nacional. Dito de outra forma, essa migração de um tipo de intelectual a outro foi acompanhada da nova percepção da pobreza e da formulação da questão do subdesenvolvimento brasileiro. Processo que foi, em muitas medidas, colapsado pelo golpe de 64, que afastou esse *intelectual de novo tipo* tanto do Estado como dos movimentos populares. No entanto, na busca de respostas técnicas, científicas e culturais para o desenvolvimento regional nos planos econômico e social, esses intelectuais inventaram e consolidaram, a partir do conjunto de suas reflexões, a ideia de Nordeste que emerge no cenário nacional nesse meio de século XX.

Considerações finais

As análises a respeito dos intelectuais do subdesenvolvimento revelaram as interconexões existentes entre as percepções sensíveis e as reflexões intelectuais ensaísticas, literárias, técnico-burocráticas e culturais desenvolvidas a partir dos espaços de sociabilidade intelectual da cidade do Recife desse meio de século XX. Essa experiência coletiva propiciou uma autocompreensão moderna de país a partir de uma experiência regional e local. Essa ação intelectual de grupos e indivíduos que tinham a observação, o registro e a reflexão da pobreza como uma espécie de *páthos* intelectual marcou a passagem da consciência amena do atraso para a consciência trágica do subdesenvolvimento. Como consequência direta, esses intelectuais elaboraram na esteira de suas reflexões uma nova ideia de Nordeste e de Brasil.

Durante o período colonial, o estado de Pernambuco era um dos mais importantes centros econômico e intelectual do Brasil. No século XIX, dois fatores contribuíram para mudar esse cenário de forma significativa. Primeiro, a proeminência do complexo econômico do Sudeste sobre as demais regiões brasileiras. Segundo, o aumento do dinamismo urbano e cultural da capital federal, sobretudo a partir das últimas décadas do reinado de D. Pedro II. Essa perda de protagonismo no âmbito nacional contribuiu para limitar o prestígio econômico e cultural do estado de Pernambuco às regiões Norte e Nordeste. Apesar de ter preservado a posição de principal polo econômico e educacional da região, a elite culta local permaneceu à margem dos principais debates que agitavam a cena nacional nas primeiras décadas do século XX.

Pernambuco, e sobretudo a cidade do Recife, voltou a ter centralidade no debate nacional a partir do pós-guerra. O processo sistematizado de “desprovincialização” pelo qual passou a elite culta local possibilitou uma nova sensibilidade em relação ao “espetáculo da pobreza” que aumentava de forma exponencial na capital pernambucana nesse meio de século XX dada a decadência econômica da zona açucareira, o impacto das secas endêmicas e a atração das regiões urbanas na busca por novas oportunidades econômicas.

As sensibilidades e experiências intelectuais foram vivenciadas a partir de bases sociais bem delineadas em três grupos. Os “meninos e meninas de engenho” que foram estudar e trabalhar na cidade do Recife e que mantiveram ou ressignificaram os vínculos afetivos com suas respectivas vivências de infância; os intelectuais recifenses, cuja formação acadêmica foi realizada no exterior; os intelectuais que migraram de outros

estados para a capital pernambucana e experimentaram vivências formativas intermitentes no Rio de Janeiro e no exterior. As convergências e interações entre esses grandes grupos propiciadas pelo ambiente urbano de Recife, sua sociabilidade e suas instituições, conformaram um tempo histórico específico em termos de experiência intelectual em relação à pobreza, adensando uma determinada leitura acerca do subdesenvolvimento nordestino e brasileiro.

No Instituto Joaquim Nabuco, as ações intelectuais partiam de uma perspectiva centrada na sociologia norte-americana. Os inquéritos sociológicos que os pesquisadores realizavam sobre as condições socioeconômicas das populações do campo e das cidades buscavam produzir dados objetivos sobre as diversas realidades da região Nordeste. A orientação teórica da instituição era pautada pelo sociólogo Gilberto Freyre, cuja formação acadêmica foi realizada nos EUA. Na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, por sua vez, os projetos técnicos partiam de um entendimento pré-concebido em relação as realidades da região. Os técnicos da Sudene concebiam a pobreza e a miséria como resultantes de um colapso estrutural que alimentava historicamente o atraso socioeconômico nordestino. Essa orientação teórica era concebida pelo economista Celso Furtado, que realizou sua formação econômica na Europa e desenvolveu diretrizes específicas a respeito da economia latino-americana na Comissão Econômica para a América Latina - Cepal, sediada no Chile. Nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife, as ações intelectuais eram pautadas por duas orientações teóricas. Na FAFIRE, de orientação confessional, o viés cristão propunha a reforma do espírito, dos costumes e das relações entre as pessoas e povos como mecanismos de transformação social. Na FAFIPE, de orientação laica, as reflexões sobre as realidades nordestinas partiam da ciência observacional. Em meados da década de 1950, as duas instituições compartilhavam a mesma identidade institucional: pensar o Brasil a partir da valorização dos estudos regionais. No Movimento de Cultura Popular do Recife – MCP, as ações intelectuais eram marcadas igualmente por duas linhas teóricas.

Na primeira linha teórica, concebida por intelectuais católicos, as contradições sociais da capital pernambucana eram entendidas como fruto da dinâmica local que pautava as relações entre o poder público e as classes populares, entre os latifundiários e os camponeses, entre a burguesia e o proletariado. Dito de outra forma, entre os detentores de poder político, econômico e social e as massas marginalizadas. Na segunda linha, formulada pelos intelectuais comunistas, a orientação teórica partia de um nacionalismo reformista *sui generis*. Os comunistas que atuaram no MCP, seguindo as recomendações

da direção partidária nacional, defendiam a conquista, por meio do voto, de um governo nacionalista e democrático como solução para as desigualdades econômicas e sociais do estado de Pernambuco. A acomodação dessas duas diretrizes no interior do MCP, em meio à modernização econômica caracterizada pelo avanço do capitalismo monopolista nos anos 1960, levou os intelectuais emecepistas a mobilizarem linguagens, símbolos e expressões culturais para conscientizar os setores populares marginalizados de que a razão de sua miséria estava na má gestão dos recursos comuns.

Fora desses espaços, outras perspectivas teóricas foram mobilizadas pelos intelectuais do subdesenvolvimento que se colocaram na posição de analistas da nova dinâmica que a explosão populacional acarretava à cidade do Recife. Entre elas, as pioneiras análises de Josué de Castro a respeito das mazelas da fome no Nordeste. No caso desse intelectual, suas análises mesclavam componentes teóricos da sociologia, da nutrição e da geografia para explicar a fome como um dos principais componentes que informava a miséria do povo nordestino. No campo literário, a orientação teórica era a de encarar as mazelas sociais da região Nordeste a partir de uma visão realista. O poeta João Cabral de Melo Neto, o principal expoente dos intelectuais do subdesenvolvimento no âmbito da literatura, inaugurou essa perspectiva ao configurar em versos o percurso dos retirantes que migraram do interior do estado para a capital pernambucana.

As distintas perspectivas teóricas tinham em comum compreender a região a partir da pobreza e da miséria como elemento estético. A elite culta do subdesenvolvimento configurou conceitualmente a identidade do *nordestino pobre* nesse meio de século XX. A partir dessa referência, esses intelectuais mobilizaram os meios disponíveis para buscar respostas políticas, sociais e econômicas para superar o estado de subdesenvolvimento regional e, por consequência, nacional. Esse projeto moderno de pensar o Brasil a partir do regional estava fundamentado na crença de que o Estado reorientado técnica e politicamente iria resolver o problema da pobreza e da miséria, devolvendo o potencial do Nordeste de contribuir no plano social e econômico para o desenvolvimento nacional.

Tal perspectiva projetou para o plano nacional a identidade de uma população miserável que sofria e que era historicamente marginalizada, abrindo espaço para um discurso político sobre a agência dos pobres em parceria com os intelectuais no limiar do golpe de 64. No entanto, a questão da agência dos pobres começou a tensionar a percepção passiva da pobreza como “problema das elites”, na medida em que os setores populares ganhavam mais protagonismo no debate político local e nacional. No limite, o surgimento de novos movimentos sociais apontou que os pobres queriam ir além da presença

coadjuvante no debate, como objetos sensíveis de percepção e reflexão, constituindo-se como sujeitos políticos que desafiavam as formulações intelectuais vigentes e exigiram o reposicionamento dos próprios intelectuais engajados. Nesse sentido, o golpe de 64 produziu dois desdobramentos para a elite culta do subdesenvolvimento: minou as crenças desse intelectual de novo tipo, indicando uma crise do intelectual engajado, como também interditou qualquer gênese de um novo tipo de agência dos movimentos populares, que passaram a desconfiar profundamente dos intelectuais acadêmicos e burocratas, bem como do próprio Estado.

A partir do golpe e da modernização pós-64, fortaleceu-se o intelectual de carreira acadêmica por um lado e as lideranças populares autônomas por outro, por vezes mediadas por intelectuais católicos que tinham mais bases para pensar a autonomia do popular, ainda que esta visão possa ser criticada pelo excesso de idealismo e do culto ao basismo. Em certa medida, a pobreza deixou de ser espetáculo “para o outro”, para se constituir em “experiência para si”. A consciência trágica do subdesenvolvimento que pautou o intelectual sensível à questão da pobreza, paulatinamente, abriu espaço para a consciência histórica da modernização em situação periférica, partilhada pela intelectualidade engajada e por movimentos sociais que se recriaram ainda durante a ditadura militar.

Vale lembrar que, se a tragédia nos impõe um destino inescapável, a história nos impele a transformá-lo.

Referências

Arquivos visitados:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ

Divisão de Arquivo Geral da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Instituto Ricardo Brennand

Bibliothèque Nationale de France – BNF

Archives Nationales de France

Bibliothèque patrimoniale du Collège de France

Centre International Développement et Civilisations - Lebreton-Iréd

Museu d'Història de Barcelone (MUHBA)

Fontes consultadas

Documentos da Sudene

GTDN – Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Rio de Janeiro, Conselho de Desenvolvimento: Depto de Imprensa Nacional, 1959.

Atas das reuniões do Conselho Deliberativo do Codeno, realizadas entre 26 de abril de 1959 a 01 de setembro de 1959.

Atas das reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene realizadas entre 1 de junho de 1959 a 4 de março de 1964.

I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963).

II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965).

Decretos-leis consultados a respeito da Sudene

Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959

Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961

Lei nº 4.239 de 22 de junho de 1963

Documentos do Instituto Joaquim Nabuco

Documentário: "Casa de Manuel Correia". Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

Entrevistas

Entrevista de Manuel Correia de Andrade concedida ao Cehibra da Fundação Joaquim Nabuco. A entrevista foi realizada pela pesquisadora Eliane Moury Fernandes, em 25 de junho de 1984.

Entrevista de Rachel Caldas Lins ao projeto "Quatro Décadas de História", da Fundação Joaquim Nabuco. A entrevista foi realizada em 23 de setembro de 1988.

Entrevista de René Ribeiro concedida ao projeto "Quatro Décadas de História", da Fundação Joaquim Nabuco. A entrevista foi realizada pela pesquisadora Ângela Nascimento, em 16 de março de 1989.

Entrevista de José Hesketh Lavareda ao Cehibra da Fundação Joaquim Nabuco. A entrevista realizada em 21 de outubro de 1981.

Pesquisas dos anos 1950

LEONARD, Olen. **Problemas de Habitação Rural no Leste de Pernambuco**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1950; ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental I** – o Rio Ceará-Mirim. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1957; ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental II** – o Rio Mamanguape. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1957; ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental III** – o Rio Paraíba do Norte. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1958; ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental IV** – os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1958; Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **Os Rios da Carnaúba**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1958; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Pesquisa no Conjunto Residencial da Tamarineira**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1958; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Camocim de São Félix, 1955** – Análise Demográfica e Econômica. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1958; FERNANDES, Albino Gonçalves. **Inquérito entre Agricultores do Nordeste**. Recife: Instituto Joaquim

Nabuco, 1958; CHACON, Wamireh. **Burocracia e Desenvolvimento**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1959.

Pesquisas dos anos 1960

BEZERA, Daniel Uchôa. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1960; FERNANDES, Albino Gonçalves. **Enfermidades Mentais entre os Habitantes das Zonas Rurais de Pernambuco**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1960; GONÇALVES, Antonio Carolino. **As Migrações para Recife**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1960; LAVAREDAS, José Hesketh. **As Migrações Internas do Nordeste: Caruaru, um dos seus Centros Detentores**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1960; MARQUES, Ruy João. **Relatório sobre um Inquérito acerca da Habitação Popular Realizado no Município de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1960; FERNANDES, Albino Gonçalves. **Região, Classe e Valores**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; FERNANDES, Albino Gonçalves. **Região, Crença e Atitude**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Mortalidade e Sobrevivência no Nordeste**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Problemas de Abastecimento do Recife**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; GONÇALVES, Antonio Carolino; CRUZ, Levy. **Características Demográficas e de Habitação do Sítio dos Peixinhos**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; MACIEL, Telmo Frederico. **Nível de Vida do Trabalhador Rural da Zona da Mata**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; MELO, Mário Lacerda. **A Colonização e os Problemas Agrários do Nordeste**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; VILAÇA, Marcos Vinicius. **Em Torno da Sociologia do Caminhão**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1961; Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **Estudo Sistemático das Condições de Vida do Pequeno Lavrador dos Brejos Pernambucanos**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1962; COSTA, José Geraldo. **Cooperativismo: um Estudo Sociológico em Pernambuco**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1962; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Recursos e Necessidades do Nordeste: Padrões Sócio-Culturais**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1962; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Pesquisa Sócio-Econômica na Região Nordeste do Estado de Alagoas**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1962. BERNARDES, Lygia M. C. **Interligação de Núcleos Populacionais**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1963; CAMPOS, Renato Carneiro. **Igreja, Política e Região**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1964; FERNANDES, Albino Gonçalves. **Transição da Mão-**

de-Obra Agrícola para a Industrial. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1964; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Condições Sócio-Econômicas de Brasília Teimosa** (Pina/Recife). Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1964; GONÇALVES, Antonio Carolino. **Mocambos em Algumas Áreas do Recife.** Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1964; GONÇALVES, Fernando Antônio. **Condições de Vida do Trabalhador Rural da Zona da Mata do Estado de Pernambuco** Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1964.

Decretos-leis consultados a respeito do IJN

Lei nº 770 de 21 de julho de 1949

Lei nº 1.817 de 23 de fevereiro de 1953

Decreto nº 37.334 de maio de 1955

Lei nº 3.791 de 2 de agosto de 1960

Documentos do Movimento de Cultura Popular do Recife

Doc – 1: Anteprojeto dos estatutos do Movimento de Cultura Popular; **Doc – 2** Comparativo das realizações do Movimento de Cultura Popular com o que propõe a mensagem enviada a câmara pelo Sr. Prefeito; **Doc – 3** Convênio celebrado entre a Prefeitura da Cidade do Recife, o Movimento de Cultura Popular, a Universidade do Recife, o Conselho Nacional de Cultura e a Ordem dos Músicos do Brasil; **Doc – 4** Contrato de administração de bens e serviços entre o Município do Recife e o Movimento de Cultura Popular; **Doc – 5** Documento da Presidência da República: mobilização nacional contra o analfabetismo; **Doc – 6** Documento referente às formalidades e condições a admissão aos cursos populares de música; **Doc – 7** Documento do I Festival de Teatro do Recife; **Doc – 8** Documento manuscrito por Germano Coelho referente aos festejos natalinos da Cidade do Recife; **Doc – 9** Documento do I Encontro Nacional de Cultura Popular; **Doc – 10** Documento do I Curso de Preparação de Técnicos em Alfabetização pelo Rádio; **Doc – 11** Esboço manuscrito do I Encontro Nacional de Cultura Popular; **Doc – 12** Esboço manuscrito do projeto do MCP em nível nacional; **Doc – 13** Esboço manuscrito do Projeto do Movimento de Cultura Popular; **Doc – 14** Estatuto do Movimento de Cultura Popular; **Doc – 15** Minuta do convênio entre a Fundação Cinemateca Brasileira e o Movimento de Cultura Popular para o desenvolvimento cinematográfico do Recife e Pernambuco; **Doc – 16** Projeto do plano de ação do

Movimento de Cultura Popular; **Doc** – 17 Plano de educação e cultura: roteiro de trabalho; **Doc** – 18 Projeto do livro de leitura para adultos; **Doc** – 19 Projeto de educação pelo Rádio; **Doc** – 20 Plano de atividades do serviço nacional de teatro para 1961; **Doc** – 21 Plano de atividades do serviço nacional de teatro para 1962; **Doc** – 22 Projeto da pesquisa “dois flashes do carnaval pernambucano 1861/1961”, realizada pela Divisão de Pesquisa do MCP; **Doc** – 23 Planejamento para movimentar a Divisão de Cinema do Movimento de Cultura Popular; **Doc** – 24 Programação da festa de Natal da Cidade do Recife 1960; **Doc** – 25 Relatório de atividades do MCP: janeiro a junho de 1962; **Doc** – 26 Relatório de atividades do Centro D. Olegarina 1961/1962; **Doc** – 27 Relatório de Graça Mello sobre o primeiro festival de teatro do Recife; **Doc** – 28 Relatório das atividades da escola de motorista; **Doc** – 29 Relatório das atividades de Praças de Cultura; **Doc** – 30 Relatório das atividades do Coral do MCP 1962; **Doc** – 31 Relação das atividades do setor de saúde.

(Ofícios; cartas e outros tipos de documentos).

Archives Nationales de France

Fundo Lebret.

Caixas :

19860461/37 Lebret, Louis Joseph; **19860461/41** Lebret, Louis Joseph; **19860461/42** Lebret, Louis Joseph; **19860461/43** Lebret, Louis Joseph; **19860461/44** Lebret, Louis Joseph; **19860461/45** Lebret, Louis Joseph; **19860461/46** Lebret, Louis Joseph; **19860461/47** Lebret, Louis Joseph; **19860461/48** Lebret, Louis Joseph; **19860461/49** Lebret, Louis Joseph; **19860461/52**; Lebret, Louis Joseph; **19860461/53** Lebret, Louis Joseph; **19860461/54** Lebret, Louis Joseph; **19860461/55** Lebret, Louis Joseph; **19860461/56** Lebret, Louis Joseph; **19860461/57** Lebret, Louis Joseph; **19860461/58** Lebret, Louis Joseph; **19860461/59** Lebret, Louis Joseph ; **19860461/60** Lebret, Louis Joseph; **19860461/61** Lebret, Louis Joseph; **19860461/62** Lebret, Louis Joseph; **19860461/63** Lebret, Louis Joseph; **19860461/64** Lebret, Louis Joseph; **19860461/65** Lebret, Louis Joseph; **19860461/66** Lebret, Louis Joseph; **19860461/67** Lebret, Louis Joseph; **19860461/68** Lebret, Louis Joseph; **19860461/69** Lebret, Louis Joseph; **19860461/70** Lebret, Louis Joseph; **19860461/71** Lebret, Louis Joseph; **19860461/72** Lebret, Louis Joseph; **19860461/73** Lebret, Louis Joseph; **19860461/74** Lebret, Louis

Joseph; **19860461/75** Lebret, Louis Joseph; **19860461/76** Lebret, Louis Joseph; **19860461/77** Lebret, Louis Joseph; **19860461/78** Lebret, Louis Joseph; **19860461/79** Lebret, Louis Joseph; **19860461/80** Lebret, Louis Joseph; **19860461/81** Lebret, Louis Joseph; **19860461/82** Lebret, Louis Joseph; **19860461/83** Lebret, Louis Joseph; **19860461/85** Lebret, Louis Joseph; **19860461/86** Lebret, Louis Joseph; **19860461/87** Lebret, Louis Joseph; **19860461/88** Lebret, Louis Joseph; **19860461/90** Lebret, Louis Joseph; **19860461/91** Lebret, Louis Joseph; **19860461/92** Lebret, Louis Joseph; **19860461/93** Lebret, Louis Joseph; **19860461/94** Lebret, Louis Joseph; **19860461/95** Lebret, Louis Joseph; **19860461/97** Lebret, Louis Joseph; **19860461/98** Lebret, Louis Joseph; **19860461/101** Lebret, Louis Joseph; **19860461/103** Lebret, Louis Joseph; **19860461/104** Lebret, Louis Joseph; **19860461/105** Lebret, Louis Joseph; **19860461/106** Lebret, Louis Joseph; **19860461/107** Lebret, Louis Joseph; **19860461/108** Lebret, Louis Joseph; **19860461/109** Lebret, Louis Joseph; **19860461/110** Lebret, Louis Joseph; **19860461/111** Lebret, Louis Joseph; **19860461/112** Lebret, Louis Joseph; **19860461/113** Lebret, Louis Joseph; **19860461/114** Lebret, Louis Joseph; **19860461/115** Lebret, Louis Joseph; **19920554/102**. O trabalho foi completado com as análises realizadas no Fundo Delprat. Nele, consultamos a documentação das seguintes caixas: **19920554/13** Delprat, Raymond; **19920554/73** Delprat, Raymond; **19920554/102** Delprat, Raymond; **19920554/107** Delprat, Raymond; **19920554/182** Delprat, Raymond; **19920554/188** Delprat, Raymond.

Documentos da UFPE

Pasta Assentamento Individual de **Amaro Soares Quintas**. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Aníbal Gonsalves Fernandes**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Ana Paes Barreto**. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Gilberto Osório de Andrade**. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **José Antônio Gonsalves de Mello**. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Manuel Correia de Andrade**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Mário Lacerda de Melo**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Maria Antônia Amazonas Mac Dowell**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Paulo da Silveira Rosas**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Paulo Reglus Neves Freire**. Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Rachel Caldas Lins**. Diretoria de Gestão de

Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **René Ribeiro**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE; Pasta Assentamento Individual de **Ruy João Marques**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE. Pasta Assentamento Individual de **Vamireh Chacon de Albuquerque**. Diretoria de Gestão de Bens e serviços Divisão de Arquivo Geral da UFPE.

Documentos das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife

Relatórios de atividades;

Relatórios dos concursos de habilitação;

Atas das reuniões das congregações;

Dos respectivos anos: 1946; 1947; 1948; 1949; 1950; 1951; 1952; 1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1960; 1961; 1963 e 1964.

Documentos produzidos pelo Regime Militar

Autos do IPM UNE-UBES/Pernambuco. v. Iº/5. 1965;

Inquérito Policial Militar nº 709-3. O Comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda.

Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

Fontes acadêmicas e literárias

ANDRADE, G. O. Um Complexo Antropogeográfico - Lineamento para um Geografia Total da Amazônia. Tese Concurso para o Ginásio Pernambucano, 1940.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. A Pecuária no Agreste Pernambucano. Tese apresentada para o provimento da Cátedra de Geografia Econômica, Recife, Universidade do Recife, 1961.

_____. “As Migrações” In: Recursos e Necessidades do Nordeste. Banco do Nordeste do Brasil: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Recife, 1964.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Geografia da Fome: A Fome no Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

_____. Fatores de localização da cidade do Recife: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

_____. A Cidade do Recife – Um ensaio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956.

_____. O Livro Negro da Fome. São Paulo: Brasiliense, 1957.

FREIRE, Paulo. Educação e Atualidade Brasileira. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife.

QUINTAS, Amaro. A Gênese do espírito republicano em Pernambuco e a revolução de 1817 (Contribuição ao estudo da História da República): Tese para concurso. Recife: Impr. Industrial, 1939.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. A situação do negro sob o domínio Holandês: In FREYRE, Gilberto. Novos Estudos Afro-Brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. A Universidade do Recife e a pesquisa histórica. Imprensa Universitária: Recife, 1959.

MELO, Mario Lacerda de. Pernambuco: traços de sua geografia humana. Recife: Jornal do Commercio, 1940.

_____. Revista Brasileira de Geografia, v.24, n.4, p.503-541, 1962.

MONTENEGRO, Olívio Bezerra. A Igreja na Idade Média. Recife: Imprensa Oficial, 1926.

_____. Memórias do Ginásio Pernambucano. Recife: Imprensa Oficial, 1943.

NETO, João Cabral. O cão sem plumas. In: O Rio: ou, Relação da viagem que fez o Capibaribe de sua nascente a cidade do Recife. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviços de Comemorações Culturais, 1954.

_____. Morte e Vida Severina. São Paulo: José Olympio, 1956.

PINTO, Estevão. História de Uma Estrada de Ferro do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

Bibliografia

ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963. *Gênero & História* (UFPE), v. 10, p. 16-32, 2014.

Anuário Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ANO XI-1950. Disponível em: “https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf”. Acesso em 07 de abril de 2021.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Ed. UFPE, 1993.

ALMEIDA, José Américo de. A bagaceira. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.

ALVES, Antônio de Brito. O estudante Demócrito e a Campanha da redemocratização na Faculdade de Direito do Recife. Recife: Tipografia Marista, 1977.

AMADO, Jorge. Cacau. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Terras do sem fim. Rio de Janeiro: Record, 1995.

AMARAL, Tércio de Lima. É impossível substituir uma amizade fraternal: as conquistas de um intelectual em uma biografia de Mauro Mota (1908-1983), 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

AMORIM, Helder Remigio de. Um pequeno pedaço do incomensurável: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. 2016. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2016.

ANDRADE, F. P. As letras da miséria: a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964). 2019. Dissertação (Dissertação em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*, vol. 11, São Paulo jan./abr. 1997.

_____. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Maria do Carmo. Carlos Pena Filho. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

Anita Paes Barreto. Biografia. *Revista do Conselho Federal de Psicologia*. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300009>.

ANSART, Pierre. *A Gestão das Paixões Políticas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ARANTES, P. F. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. *Novos Estudos CEBRAP*, p. 103-127, 2009.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (Org.); BERNARDES, Denis; FRENANDES, Eliane Moury. *O fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade*. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 2002.

ARAÚJO, Taís. *Educação e democracia: Uma análise das afinidades entre Paulo Freire, as ideias da Escola Nova e do Nacional Popular (1957/1963)*. 2015. 147 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A crise do capitalismo liberal*. In: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. (Org.). *O século XX. O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no Meio Século XX*. São Paulo: EDUSP, 2015.

_____. *Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século*. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 9(2): 39-52, outubro de 1997.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia*. São Paulo: Alameda Editorial, 2021.

BARBOSA, Leticia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: d. Autor, 2009.

BARRETO, Luiz Gonzaga Braga. *Participação de Pernambuco na Academia Nacional de Medicina (1829 a 2021)*. Recife: Coleção Jubileu de Ouro 4, novembro de 2021.

BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. *Espaço e Debates*, n. 34, 1992.

BENEVIDES, M. V. *O governo Kubitscheck: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis, Vozes, 1984.

BERNADES, Lysia Maria Cavalcanti. “A vida urbana” In: *Recursos e Necessidades do Nordeste*. Banco do Nordeste do Brasil: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Recife, 1964.

BERRIEL, R. M. V. *Celso Furtado e o Nordeste no Pré-64: Reforma e Ideologia*. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.29, p. 53-86, 2004.

BLAZO, G. C. F. Francisco de Oliveira: Memória narrativa e fisionomia intelectual. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. V. 65 (2019): maio/ago.

BOBBIO, Norberto. Democracia e ditadura. In: Estado Governo e Sociedade. por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 26, p. 249-266, 2012.

BRAYNER, Flávio. Alguns aspectos da relação entre o Partido Comunista e a Frente do Recife (1956/1964). In: REZENDE, Antônio Paulo (org). Recife: que história é essa? Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

_____. O partido comunista em Pernambuco: mudanças e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1959-1964). Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

BRAYNER, Nadja Maria Miranda. “Lutas operárias: Recife nos anos 30”. In: REZENDE, Antônio Paulo (Org.). Recife: que história é essa? Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

BRESCIANI, M. S. M. Londres e Paris no Século XIX. O Espetáculo da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 6, p. 64-95, 2014.

_____. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, v. 6, n.2, p. 9-26, 2004.

_____. Cidades e urbanismos. Uma possível análise historiográfica. Politéia (UESB), v. 9, p. 21-50, 2009.

_____. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). Revista Brasileira de História, Brasil, v. 5, p. 35-68, 1985.

_____. Permanência e ruptura nos estudos das cidades. In: Ana Fernandes; Marco Aurélio F. Gomes. (Org.). Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, v., p. 11-26, 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2015.

BURKE, Peter. Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

Cadernos de Literatura Brasileira: João Cabral de Melo Neto. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1996.

CAMARGO, A. B. A. LIGAS CAMPONESAS (verbete temático). Rio de Janeiro: CPDOC, (sem data). In: <<http://cpdoc.fgv.br.>> Acesso em: 25 de outubro de 2020.

CAMPEDELLI, S. Y; ABDALA JUNIOR, B. Literatura comentada: João Cabral de Melo Neto. São Paulo: Editora Abril, 1982.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CÂNDIDO, Antônio. A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO BORGES, L. B. Comunidades de base (CEBES) en el Brasil. In: *Recollectio: annuarium historicum augustinianum*, nº. 16, 1993.

CARVALHO, Luciana Rodriguez Teixeira de. A Bioética nas obras Geografia da Fome e Geopolítica da Fome de Josué de Castro. 2018. 332 f., II. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

_____. As condições de vida da classe operária no Recife: estudos econômicos da sua alimentação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2015.

_____. Homens e caranguejos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHACON, Vamireh. Gilberto Freyre, Mário e Oswald de Andrade. *Rev. Ci. & Trópico.*, Recife, v. 21, n, 1, p. 7-16, jan./jun., 1993.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHAUDY, Michel. *Faire des hommes libres: Boimondau et les Communautés de Travail à Valence - 1941 - 1982*. Valence: Editions Repas, 2008.

CHAUÍ, Marilena. O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHOSSON, Jean-François. *Peuple et Culture: 50 ans d'innovation au service de l'éducation populaire*. Paris: Édité par Peuple et Culture, 1995.

CINTRA DO PRADO, L. Os princípios básicos e a significação social do movimento "Economia e Humanismo". *DIGESTO ECONÔMICO*. São Paulo, n. -, p. 31- 42, 1948.

COELHO, Germano. MCP: História do Movimento de Cultura Popular. Recife: Ed Autor, 2012.

Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Audiência ex-funcionários SUDENE. Transcrição da Sessão Pública realizada em 24/09/2015. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/audiencia-ex-funcionarios-sudene>. Acesso em 5 novembro de 2020.

CORREIA, Telma de Barros. Movimento Regionalista: programa, feitos e legado ao Recife. *Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife*, v. 39, n. 2, p.79-116, jul./dez. 2022.

CUNHA, Euclides. Os sertões: campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
DA SILVEIRA NEVES, Osvaldo et al. BRAGANTIA: Boletim Científico do Instituto do Estado de S. Paulo, v. 27, n.35, p.437-475, 1968.

DE ALMEIDA SILVA, Igor. Réquiem à infância: um estudo sobre Um sábado em 30 e Viva o cordão encarnado de Luiz Marinho. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco.

Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958 In: *PCB: vinte anos de política, 1958-1970, documentos*. São Paulo: LECH, 1980.

Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Departamento Administrativo do Serviço Público In: *A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>. Acesso em 09 de junho de 2019.

Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Queda de Vargas e fim do Estado Novo In: *A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargast>. Acesso em 09 de junho de 2019.

Essencial Celso Furtado. Apresentação e organização: Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2013.

Entrevista de Mário Lacerda de Melo ao “Projeto Mário Lacerda” do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: agosto de 2000.

Entrevista com Estevão Pinto. *LER - Jornal de Letras, Artes e Ciências*. Ano 1, nº 4, julho, 1952 (Publicação Europa - América - jornal português).

FAUSTO, Boris. "A revolução de 1930". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

FAVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, v. 1, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Osmar. Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966). Núcleo de Estudos e Documentos de Educação de Jovens e Adultos. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF.

FIGUEIRÊDO, Lauro Cavalcanti. “Infra-estrutura” In: *Recursos e Necessidades do Nordeste*. Banco do Nordeste do Brasil: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Recife, 1964.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, Osmar et allí. *Cultura popular e educação popular: a memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

FRESTON, Paul, Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sergio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. Discurso de apresentação do projeto de criação do Joaquim Nabuco na Câmara de Deputados. In: SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das ciências sociais no Brasil: linhagens, trajetórias, perspectivas. 14º Encontro de Ciências Sociais do Nordeste (CISO), em 9 de setembro de 2009.

Fundação Joaquim Nabuco. 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Editora Massangana, (Série Documentos, 15), 1981.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Diários Intermitentes (1937-2002). Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. Obra autobiográfica. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biografia. Brasília: UNESCO, 1996.

GASPAR, Lúcia (org.). A presença de Mauro Mota no acervo da Fundação Joaquim Nabuco: inventário documental, 1927-2010. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

_____. Arthur Ramos. Fundação Joaquim Nabuco: Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

_____. José Antônio Gonsalves: cronologia e bibliografia. Recife: Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

_____. Maro Soares Quintas. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

_____. Théó Brandão. Fundação Joaquim Nabuco: Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

GASPAR, Lúcia; GONSALVES DE MELLO, Diva. José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002: cronologia e bibliografia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

GENÚ, Luiz Felipe Batista. O Teatro de Cultura Popular em três atos: articulações entre o teatro e a política em Pernambuco (1960-1964). 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

GOMES, A. M. C. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. Revista USP, São Paulo, p. 105-119, 2005.

_____. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Cidade vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955. 2011. Tese - (Tese em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

GURVITCH, Georges. La Vocation Actuelle de La Sociologie. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites - à guisa de introdução. In: HEINZ, Flavio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920,1940, 1950, 1960,1970, 1980,1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acessado em 14 de abril de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/historico>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

IUMATTI, Paulo Teixeira; AMOROSO, M. R. A construção de uma Biblioteca na trajetória de Manuel Correia de Andrade (Seção Documentação). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 60, p. 199-210, 2015.

J. KUBITSCHKEK – Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento. Apud BENEVIDES, M. V. O governo Kubitscheck: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos sociais e crise política em Pernambuco, 1955-1968. Recife: Editora Massangana, 1990.

JAPERS, Karl. Raison et déraison de notre temps. Trad. par H. Naef et M. le Solms. Paris, Desclée de Brouwer, 1954.

JEANNENEY, Jean-Marcel. Forces et Faiblesses de l'Économie Française: 1945-1956. Paris: A. Colin, 1956.

JUCÁ, Joselice. Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1991.

KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinícius Caldeira; CAMARGO, Cândido Procópio de (orgs.). São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1975.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guilherme. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900 – 1936. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LASSERRE, George. La Réforme de l'Entreprise. Paris: Conseil Économique - PUF, 1950.

_____. Socialiser dans la Liberté: la Vocations de l'Europe. Paris: Éditions Albin Michel, 1949.

LAVERGNE, Bernard. Essor & Décadence du Capitalisme. Paris: Payot, 1938.

_____. La Révolution Coopérative. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

LESSA, L.C. Dicionário de Doutrina Social da Igreja: Doutrina Social da Igreja de A a Z. São Paulo: LTR, 2004.

Lhomme, Jean. La Politique Sociale de l'Angleterre Contemporaine. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

LIMA, Marinús Pires de. Inquérito Sociológico: problemas de metodologia. Queluz de Baixo: Editora Presença, 1971.

LIMA, F. V. O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Literatura e Engajamento na trajetória da Associação Brasileira de Escritores (1942-1958). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOPES, José Sergio Leite. “Paradoxos e reviravolta do campo político em Pernambuco de Agamenon Magalhães”. Prefácio. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. 2ª edição. Recife: Editora Massangana, 2015.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 14, n.41, p. 141-158, 1999.

MALIN, Mauro. AUGUSTO, José (RN). Verbete Biográfico. CPDOC: Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-bezerra-de-medeiros>>. Acesso em: 31 agosto de 2019.

MARANHÃO, Pedro. Energia elétrica no Nordeste Brasileiro: Das primeiras termelétricas às usinas fotovoltaicas e eólicas. PROCONDEL-SUDENE. Disponível em "http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/Artigos". Acesso em: 06 de abril de 2021.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARCEL, Gabriel. Présence et immortalité. Paris: Flammarion, 1959.

Maria Barros Padilha, Helena. História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

MARIN, Richard. Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres. Pour une histoire de l'Église des pauvres dans le Nordeste brésilien. Paris: Édition de l'Atelier, 1995.

MARITAIN, J. Humanismo Integral. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

_____. Os Direitos do Homem. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

MARQUES, Ivan. João Cabral de Melo Neto: uma biografia. São Paulo: Todavia, 2021.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

MEDEIROS, Adailson. Primórdios da Psicologia em Pernambuco. Travessia, v. XII, p. 147-155, 2010.

MEIRA, Roberta Barros. Bangüês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). 2007. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade de São Paulo.

MELO NETO, João Cabral. Poesia Completa (1940-1980). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

MELO, Mario Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. Recife: Universidade Federal de PE/Dep. de Ciências Geográficas, 1978.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

MENDES, Flávio da Silva. No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da SUDENE. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, p. 283-311, 2017.

MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, A. T. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 02, n.02, p. 391-416, 2004.

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: uma Política Regional de Industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974. São Paulo: Ática, 1977.

MOTTA, Roberto. René Ribeiro (1914-1990). Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, p. 233-241, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOUNIER, Emmanuel. Feu la Chrétienté. Paris: Éditions du Seuil, 1950.

_____. Traité du Caractère. Paris: Éditions du Seuil, 1946.

_____. De la Propriété Capitaliste à la Propriété Humaine. (Questions Disputée). Un vol. in-12 de 138 pp.; Paris, Desclée de Brouwer, 1936.

_____. L'Affrontement Chrétien. Paris: Éditions du Seuil, 1944.

_____. Manifeste au Service du Personalisme. Paris: Éditions Mouton, 1936.

_____. Révolution Personnaliste et communautaire. Paris: Éditions du Seuil, 1935.

MOURA, C. A. S. Os antigos cafés do Recife: a sociabilidade na capital pernambucana (1920-1937). RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 20, p. 97-107, 2012. Movimento de Cultura Popular: Memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986 (Coleção Recife - Vol. XLIX).

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NADAI, José Fulaneti de. Textos Seleccionados. In: CAMPEDELLI, S. Y; ABDALA JUNIOR, B. Literatura comentada: João Cabral de Melo Neto. São Paulo: Editora Abril, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011.

_____. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. Contemporânea - História y problemas del siglo XX, v. 2, p. 208-217, 2011.

_____. O longo modernismo: reflexões sobre a agenda político-cultural do século XX brasileiro. REVISTA VÓRTEX, v. 10, p. 1-23, 2022.

NASCIMENTO, Angela. C. M. Sudene, informação e educação em Pernambuco, 1960-1980. 2011. Dissertação. (Dissertação em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco.

NOBRE, M. O que significa “pensar o país”? Um debate a propósito de Por que o Brasil cresce pouco? de Marcos Mendes. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 100, p. 97-113, 2014.
 NUNES, B. João Cabral de Melo Neto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

O REGENTE PATRIMÔNIO DE OLINDA”, escrito pela jornalista Ana Paula Gomeze. Disponível:http://www.olinda.pe.gov.br/portal/listar_pagina_link.php?idPagina=41&idSecao=23

OLIVEIRA, Arinaldo Peixo; LIMA, Dárdamo de Andrade. SERRA NEGRA. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica*. Recife, vols 5 e 6, p. 348-353, 2008-2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia Para Uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste - Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Crítica à razão dualista. In: *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. Publicado originalmente em *Estudos Cebrap*, n .2, 1972.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. 2ª edição*. Recife: Editora Massangana, 2015.

_____. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano vol. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Nilo. *A universidade democrática e a paz mundial. Oração pronunciada na instalação dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife*.

PERNAMBUCANO, Otávio. Josué de Castro. In: *CICLO de Estudos sobre Josué de Castro*. Recife: Academia Pernambucana de Medicina, 1983. p. 195-234. (*Humanismo e Cultura*, 4).

PERRUCCI, Gadiel. *Um projeto oligárquico-liberal de universidade: notas para uma história da UFPE*. *Cad. Est. Soc.*, Recife, v. 2 n. 2, p. 505-520, jul, dez., 1986.

PINTO, Estevão. *História de Uma Estrada de Ferro do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PONTUAL, Virgínia. *Louis-Joseph Lebret na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

_____. Tempos do Recife: representações culturais e configurações surbanísticas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n.42, p. 417-434, 2001.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Luís Cintra do. *Economia e Humanismo: princípios básicos e perspectiva do Movimento*; São Paulo: Digestos Econômico, 1947, p. 31-42.

Prof. Ulysses Pernambucano. Homenagem de Arquivos de Neuro-Psiquiatria. São Paulo. *Revista da Academia Brasileira de Neurologia - ABNEURO*. 02 Mar 2015 (Data da homenagem Mar 1944). Disponível em: In *Memoriam • Arq. Neuro-Psiquiatr.* 2 (1) • Mar 1944 • <https://doi.org/10.1590/S0004-282X1944000100001>

Projeto Memória. Fundação Banco do Brasil. Mercado Cultural, 2004. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

QUEIROZ, Raquel. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2016.

QUINTAS, Fátima. *Amaro Quintas, meu pai*. Recife: CEPE, 2013.

_____. *Em torno de Mauro Mota*. Recife: sem editora, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.

REIS, Carlos & REIS, Luís Augusto. *Luiz Mendonça: Teatro é festa para o povo*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005. (Coleção Malungo).

RIBEIRO, David Ricardo Souza. *A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o PCB e a construção de um caminho alternativo*. 2022. (Tese em História) – Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, René. *Cultos afrobrasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1952.

RIDENTI, M.S. *Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?* In: RIDENTI, M.S.; ROLLAND, Denis.; BASTOS, Elide Rugai (Org.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.

RIVAS, Lêda. *Gilberto Osório: Um homem do renascimento. Perfil Parlamentar Século XX*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco: Recife, 2001.

ROCHA, Sidiney. *Germano Coelho: jardins em desertos*. Recife: Cepe, 2019.

ROCHA, Tadeu. *A geografia moderna em Pernambuco*. *Boletim Paulista de Geografia* – Nº 17, julho de 1954.

Roche Jean. *Jean Colomes, La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo*. In: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, nº14, 1970. pp. 181-184.

ROSAS, Paulo (Org.). Paulo Freire: educação e transformação social. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

_____. Para compreender a educação superior brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROY, Fernandes; SAINT-PIERRE, Jocelyn. A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flavio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAVIANI, D. O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: perspectiva histórica. Paideia (Ribeirão Preto), v. 14, p. 113-124, 2004.

SCHAPPO, Sirlândia. Josué de Castro por uma agricultura de sustentação. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2008.

SERPA, Élio Cantalício; CAMPIGOTO, José Adilçon. Portugal no Brasil (1951): regiões brasileiras no olhar da Embaixada Universitária de Coimbra. Revista de Teoria da História (UFG), v. 17, nº 1, julho/2017.

_____. Portugal no Brasil: 'Topografia' da Embaixada Universitária de Coimbra. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, v. 42, n. 1, p. 53-74, jan-abr. 2016.

SILVA, Bianca Nogueira da. O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960. 2010. 110 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Josué de Castro: um autor do legado esquecido? 2016. 257 f. Tese (Doutora em Saúde Coletiva) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (Orgs.). Perfis Parlamentares 52: Josué de Castro. Brasília: Plenarium, 2007.

SILVA, S. B. Os Anos JK (50 anos em 5. A odisséia desenvolvimentista) 2002 (verbete temático). Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930/1964. 9º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, José Arlindo. A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise - 1955/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Luana Barbara Cavalcanti. Paulo Freire e a escola de Serviço Social de Pernambuco. Recife: Ed. da Autora, 2022.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das ciências sociais no Brasil: linhagens, trajetórias, perspectivas. 14º Encontro de Ciências Sociais do Nordeste (CISO), em 9 de setembro de 2009.

SOUZA, Fábio Silva de. O Movimento de Cultura Popular do Recife. 2014. Dissertação (Dissertação em História) - Universidade de São Paulo.

TAMANO, Luana Tiek Omena. O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940. *Revista Crítica Histórica*, v. 08, p. 81-96, 2013.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

TEIXEIRA, Flávio Weinstain. O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Pernambuco: Ed. UFPE, 2007.

_____. Apresentação. In: VERAS, D. B. *Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar - o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)*. 2018. Tese - (Tese em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

_____. *Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

Verbetes Biográfico. CPDOC: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-bezerra-de-medeiros>>. Acesso em: 31 agosto de 2019.

VICENTINI, Renato da Silva. *Entre sanatórios e terreiros: Ulisses Pernambucano, René Ribeiro e o Projeto reformista da psiquiatria social de Recife (1910-1940)*. 2019. Dissertação. (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. *Luiz Marinho: O sábado que não entardece*. Prefácio Antônio Cadenge. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

WEBER, Silke. *Silke Weber (depoimento, 2015)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 35min).

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *La Larga Revolución*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.

WIRTH, Louis. Prefácio. In: MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.